



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLIV — Nº 75

SEXTA-FEIRA, 1 DE SETEMBRO DE 1989

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

Emenda oferecida à Medida Provisória nº 81, de 18 de agosto de 1989, que "extingue cargos, empregos e claros de lotação nos órgãos da Administração Pública Federal Direta, nas Autarquias e nas Fundações Públicas".

Parlamentar	Número da Emenda
-------------	------------------

Deputado Paulo Paim	1
Emenda nº , de 1989 (À Medida Provisória nº 81, de 18 de agosto de 1989)	

Dê-se ao § 1º do art. 4º a seguinte redação:

"§ 1º A partir de 1991, a abertura de concurso dependerá de autorização constante da Lei Orçamentária."

Justificação

Somos a favor de que se regulamente a realização de concursos para preenchimento de cargos vagos, entretanto acreditamos que o critério de "existência de recursos orçamentários" seja demasiado vago e sujeito a arbitragem pelo Poder Executivo. Neste sentido propomos que o critério para a abertura de concurso seja a explicitação da autorização na Lei Orçamentária referente ao ano em que se realizará o concurso. A referência a 1991 deve-se a que o orçamento para 1990 já está em adiantada fase de elaboração, e dificilmente seria possível incluir o disposto nesta emenda no orçamento que será votado este ano pelo Congresso.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 1989.
— Deputado Paulo Paim.

PARECER Nº 36, DE 1989-CN (Da Mesa da Câmara dos Deputados)

Sobre o Projeto de Resolução nº 4, de 1989-CN.

A Mesa, na reunião de hoje, presentes os Senhores Deputados Paes de Andrade, Presidente, Inocêncio Oliveira, Primeiro Vice-Presidente (relator), Wilson Campos, Segundo Vice-Presidente, Edme Tavares, Segundo Secretário e Carlos Cotta, Terceiro Secretário, aprovou o parecer do relator, favorável ao Projeto de Resolução nº 4, de 1989-CN, que "dispõe sobre o Regimento Comum do Congresso Nacional e altera sua Resolução nº 1, de 1989".

Sala das Reuniões, 29 de junho de 1989.
— Deputado Paes de Andrade, Presidente.

I — Relatório

Fundamentado no que dispõe o art. 128, b, § 3º, do Regimento Comum, o nobre Deputado Nilson Gibson apresenta Projeto de Resolução em epígrafe, visando alterar a Resolução nº 1, de 1989-CN, que "dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal".

As modificações propostas objetivam, pois, a nosso ver, tornar mais explícitas as regras concernentes à tramitação das Medidas Provisórias, e, via de consequência, aperfeiçoar os dispositivos que regem a matéria.

De fato, além de a proposição melhor adequar o assunto ao texto constitucional, permite, por outro lado, maior celeridade no processo, estabelecendo prazos definidos nas discussões, assim como também disciplinando claramente a participação dos líderes no encaminhamento das votações.

II — Voto do Relator

Diante do exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Resolução nº 4, de 1989-CN, de autoria do Sr. Deputado Nilson Gibson.

Sala das Reuniões da Mesa, 29 de junho de 1989. — Deputado Inocêncio Oliveira, Relator.

PARECER Nº 37/89-CN (Da Comissão Mista)

Incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Admissibilidade da Medida Provisória nº 80, de 18 de agosto de 1989, submetida à deliberação do Congresso Nacional pelo Senhor Presidente da República, mediante Mensagem nº 142, de 1989-CN, que "dispõe sobre a doação e venda de bens imóveis da União e das entidades da Administração Federal indireta e dá outras providências".

Relator: Senador Maurício Corrêa

Publicada no *Diário Oficial* da União de 18 de agosto de 1989 e republicada no *DOU* de 24 de agosto de 1989, a Medida Provisória nº 80 autoriza o Poder Executivo a alienar bens imóveis da União, inclusive aqueles vinculados ou incorporados ao Fundo Rotativo Habitacional de Brasília — FRHB, localizados no Distrito Federal.

A espécie normativa editada pelo Presidente da República deve, nos termos do disposto no artigo 5, da Resolução nº 1, de 1989-CN, ser apreciada, preliminarmente, por esta Comissão Mista, no tocante ao aspecto da admissibilidade, implicando, dessarte, o exame dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância da matéria, objeto da Medida Provisória nº 80/89.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral NCz\$ 9,32

Exemplar Avulso NCz\$ 0,06

Tiragem 2.200-exemplares

Da Urgência

A apreciação do pressuposto constitucional da urgência assume caráter político e está entregue ao discricionarismo dos juízos de oportunidade ou de valor do Presidente da República, com a ressalva da decisão contrária do Congresso Nacional.

A decisão política de editar a Medida Provisória nº 80/89, foi justificada, sob o aspecto da urgência, em Exposição de Motivos assinada pelo Ministro de Estado do Planejamento, anexado à Mensagem nº 142, de 1989-CN, nos seguintes termos:

"Em verdade, essa proposta se inscreve no conjunto de medidas voltadas para redução do déficit público federal, a exemplo daquelas relacionadas com a alienação dos imóveis administrados pelo Serviço de Patrimônio da União — SPU, a privatização e desmobilização de ativos não-operacionais de empresas estatais, transferência de encargos públicos para os Estados e Municípios, etc."

E conclui, afirmando:

"De resto, impende salientar sua relevância, a vista dos argumentos oferecidos à consideração de Vossa Excelência, e urgência, porquanto atrelada à imposterável necessidade de dar curso aos esforços visando à redução do déficit público federal. Essas razões pretextam e fundamentam a edição desta medida provisória, com força de lei, nos termos do art. 62 da Constituição Federal."

A fundamentação da urgência, do juízo de conveniência e oportunidade da medida provisória nº 80/89, é a necessidade premente de controle do déficit público da União.

É essa decisão política ilegítima, ilegal, inválida? Não cremos. Não é ela fruto de qualquer ato arbitrário, realizado ao arrepio de lei. Pelo contrário, nos termos e limites da lei, a Administração Pública Federal exerceu a sua faculdade discricionária, visando a assegurar, em forma eficaz, os meios realizadores do fim a que se propõe, qual seja, o controle do déficit público.

Incontestável é a realidade inflacionária brasileira e o crescente déficit público ensejado

pelas dívidas interna e externa. E, para controlá-lo, faz-se necessária a adoção imediata de medidas visando à redução dos gastos públicos e ao aumento da arrecadação.

Por essa razão, reconhecemos a legitimidade da medida quanto ao aspecto de urgência.

Da Relevância

Um outro pressuposto constitucional é exigido para a edição de medida provisória, o qual consiste na relevância da matéria, objeto dessa espécie normativa.

E, mais uma vez, adentramos área de juízos de oportunidade ou de valor da Administração Pública Federal, no que diz respeito ao conteúdo da decisão.

Justificando o conteúdo da decisão política adotada, a Exposição de Motivos encaminhada pela Presidência da República assevera:

"Subsidiariamente, este anteprojeto de medida provisória pretende compatibilizar a crescente demanda imobiliária, no Distrito Federal, com uma escassa oferta de imóveis residenciais, prevenindo problemas que, cada vez mais, afetam a população de Brasília.

Com efeito, o disposto no art. 1º, I, a possibilitará a doação ao Distrito Federal das projeções e lotes, de propriedades da União, destinados à construção de imóveis residenciais. Tal providência, de fato, corresponde a uma devolução de bens que anteriormente integravam o patrimônio daquela entidade.

A doação fica, todavia, condicionada à aprovação da lei que permita o Governo do Distrito Federal alienar os imóveis doados, mediante concorrência pública e, sob exigência em pacto de retrovenda, de o licitante vencedor implantar, no prazo de vinte e quatro meses, imóvel regular e completamente construído. Deverá, ainda, essa lei vincular os recursos provenientes da alienação a despesas relacionadas com a construção ou recuperação de escolas e hospitais, a expansão do sistema de abastecimento de água ou a implantação de infra-estrutura de Samambaia, no Distrito Federal.

É de ver-se, desde logo, que a alienação dessas projeções e lotes tornará pos-

sível a construção de não menos que duas mil novas unidades residenciais no Plano Piloto e nas cidades-satélites do Distrito Federal, além de viabilizar a implantação de Samambaia, cujo projeto prevê a construção de cerca de vinte e quatro mil residências, destinadas à população de baixa renda.

A venda dos imóveis funcionais, nos termos desta medida provisória, constitui outra providência de inequívoca importância, à medida que corrige o que, hoje, se configura com uma flagrante distorção nas atividades exercidas pelo Estado, somente justificável em períodos anteriores à efetiva consolidação de Brasília.

O produto da alienação dos imóveis funcionais seria recolhido ao Tesouro Nacional, como receita patrimonial, estimulando-se, de pronto, um ingresso de recursos da ordem de US\$ 30 milhões, além de um fluxo anual de US\$ 9 milhões durante o período de amortização.

Não é demais assinalar que, afora o ingresso de recursos, a alienação dos imóveis funcionais ensejaria a eliminação dos gastos públicos inerentes à sua manutenção e administração. Registre-se, por oportuno, que esses gastos, conquanto vultosos, são francamente insuficientes para assegurar a conservação dos imóveis funcionais.

A fundamentação da relevância da medida provisória é, em síntese, a persecução do interesse público mediante a prática de políticas social e urbana mais justas.

De fato, ao prever a venda das projeções e lotes de propriedade da União, inclusive as vinculadas ou incorporadas ao FRHB, localizados no Distrito Federal, e ao destinar os recursos decorrentes da alienação a fins específicos como construção e recuperação de escolas, hospitais, expansão do sistema de abastecimento de água e implantação de infra-estrutura de Samambaia, a medida provisória sob exame viabilizará o desaquecimento do mercado imobiliário de Brasília, cujos altos níveis de especulação tornam proibitivos os preços dos imóveis e aluguéis, e carreará re-

ursos para os serviços de educação e saúde, sempre carentes de investimentos e insuficientes para atender às necessidades básicas da população.

bilidade da medida provisória nº 80/89, tendo em vista que foram atendidos os pressupostos constitucionais de relevância e urgência.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 1989.

Diante do exposto, opinamos pela admissi-

— Deputado Ronaro Corrêa, Presidente —

Senador Maurício Corrêa, Relator — Senador Mauro Benevides — Senador Nabor Júnior — Deputado Francisco Carneiro — Deputado Geraldo Campos — Deputado Aroldo de Oliveira — Deputado Nyder Barbosa — Senador Alexandre Costa — Deputado Délio Braz.

PARECER Nº 38 DE 1989-CN

DA COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO sobre o Projeto de Lei nº 11, de 1989-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Orçamento Fiscal da União, créditos adicionais, até o limite de NCz\$ 51.014.108,00".

RELATOR: Deputado JOÃO AGRIPINO

O Senhor Presidente da República encaminhou à apreciação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, projeto de lei que "autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Orçamento Fiscal da União, créditos adicionais, até o limite de NCz\$ 51.014.108,00", em benefício do Fundo Nacional da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, da Secretaria Nacional de Produção Agropecuária e da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, entidades do Ministério da Agricultura.

A proposta do Executivo será viabilizada pela incorporação ao Orçamento da União de recursos provenientes das seguintes fontes:

a) cancelamento de Recursos Próprios - Outras Fontes	NCz\$ 7.908.342,00
b) incorporação de saldos de exercícios anteriores	NCz\$ 42.451.266,00
c) incorporação de saldo de convênio firmado no final de 1988	NCz\$ 66.000,00
d) incorporação de recursos de convênios celebrados no corrente exercício	NCz\$ 588.500,00

O crédito adicional, até o limite de NCz\$ 51.014.108,00 (cinquenta e um milhões, quatorze mil e cento e oito cruzados novos), é desmembrado em duas parcelas: 1) Crédito Especial, até o limite de NCz\$ 29.659.855,00 (vinte e nove milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil e oitocentos e cinquenta e cinco cruzados novos), com vistas à propiciar assistência creditícia aos trabalhadores rurais, dentro do Programa Especial para Reforma Agrária - PROCERA, detalhado no Anexo I do Projeto de Lei; 2) Crédito suplementar, até o limite de NCz\$ 21.354.253,00 (vinte e um milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil e duzentos e cinquenta e três cruzados novos), para atender à supervisão da política de produção agropecuária, a cargo da Secretaria Nacional de Produção, e para criar condições favoráveis ao desenvolvimento da pesquisa agropecuária, a cargo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, e ao aproveitamento hidroagrícola do Rio Jaíba, cujos projetos são executados no âmbito da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, estando detalhados nos Anexos I, III e IV do Projeto de Lei.

Foram apresentadas 69 emendas ao presente projeto de lei, conforme discriminado no Anexo I, além de uma emenda da Deputada Raquel Cândido, de Rondônia, apresentada diretamente ao Relator.

O crédito adicional, contido no Projeto de Lei nº 124/89, de 21 de junho de 1989, objetiva a inclusão no Orçamento da União para 1989, do Fundo Nacional de Reforma e do Desenvolvimento Agrário, criado pelo Decreto-lei nº 2.421, de 11 de maio de 1969, e a incorporação no Orçamento das entidades citadas de saldos de exercícios anteriores, de saldos de convênios firmados no exercício de 1988 e de recursos de novos convênios assinados com órgãos federais em 1989.

Foram apresentadas 47 emendas ao projeto orçamentário "Assentamento de Trabalhadores Rurais", conforme indicado no Anexo I deste Relatório. Proponho que as alterações ao conteúdo sejam rejeitadas, em virtude de serem esses recursos oriundos de saldos orçamentários e financeiros de exercícios anteriores, com alocação já definida. De acordo com o explicitado no Anexo II deste Relatório os recursos alocados ao FUNRURAL, para a execução orçamentária em 1989, possibilitando o atendimento de 103 Projetos Definitivos e 58 Projetos na Fase Inicial, beneficiando 13.172 famílias, em 22 Unidades da Federação.

O Executivo propõe também modificar a composição das fontes de financiamento do projeto orçamentário "Aproveitamento Hidroagrícola do Jaíba", mediante o remanejamento de Recursos Próprios-Outras Fontes (Fonte 73), no valor de NCz\$ 7.908.342,00 (sete milhões, novecentos e oito mil, trezentos e cinquenta e quatro cruzados novos), por Recursos do Tesouro - Operações de Crédito Externas em Moeda (Fonte 48), de igual valor. Esta modificação possibilitará que os recursos provenientes dos desembolsos a serem realizados pelo Banco Mundial - BIRD, para o financiamento do projeto, possam transitar pelas contas do Tesouro Nacional, sem ferir normas legais vigentes.

As emendas ao Projeto "Aproveitamento Hidroagrícola do Jaíba" foram oferecidas 14 emendas, para as quais proponho REJEIÇÃO. Os recursos a serem alocados ao projeto orçamentário correspondem ao Contrato de Empréstimo nº 3013/BR/BIRD a serem repassados à CODEVASF, através do Ministério da Agricultura, para viabilizar a execução de projetos previamente selecionados e aprovados em contrato entre o Governo Brasileiro e o Banco Mundial. Tais recursos não permitir qualquer outra alocação, valendo salientar que os valores para financiar a contrapartida nacional do referido empréstimo estão inscritos no Orçamento Geral da União. Necessário se faz, portanto, que seja

aprovado o presente Projeto de Lei, que autoriza a transferência do crédito aberto na fonte 073 para a fonte 048, possibilitando o trânsito dos recursos nas contas do Tesouro Nacional, na forma como proposto.

As emendas ao Projeto "Infra-estrutura da Pesquisa Agropecuária" foram apresentadas 3 emendas, por cuja rejeição também me posiciono. Os recursos alocados pela EMBRAPA às suas diversas unidades orçamentárias contemplam recursos para as unidades do Paraná (IAPAR) e U. Alfabeto Velho/Rondônia, ficando a unidade 0061-1 e a unidade sem número, da Deputada Raquel Cândido, emenda 0.35-4 não se inclui entre as prioridades da empresa, devendo também ser rejeitada.

As emendas ao Projeto "Geração e Transferência de Tecnologia" foram apresentadas 25 emendas, por cuja rejeição também me posiciono. Os recursos alocados para a EMBRAPA se originam de saldos financeiros de convênios, receita própria advinda de contratos de prestação de serviços e venda de sementes básicas, programas especiais e tesouro ordinário, além dos saldos orçamentários de recursos ordinários e de contrapartida, inscritos em saldos a pagar, não sendo passíveis de realocação.

Ressalte-se, conforme explicita o Anexo II deste Relatório, que os recursos a serem aprovados para a EMBRAPA se originam de saldos financeiros de convênios, receita própria advinda de contratos de prestação de serviços e venda de sementes básicas, programas especiais e tesouro ordinário, além dos saldos orçamentários de recursos ordinários e de contrapartida, inscritos em saldos a pagar, não sendo passíveis de realocação.

A aprovação do presente projeto de lei, ao nosso ver, viabilizará a continuidade de ações já iniciadas em projetos de assentamento de trabalhadores rurais, especialmente para o plantio de produtos de alimentação; em projetos de geração e transferência de tecnologia agropecuária; na criação de condições favoráveis ao desenvolvimento da pesquisa e ao aproveitamento hidroagrícola do Jaíba. Acresce-se que os créditos adicionais solicitados referem-se à incorporação ao Orçamento da União de saldos de exercícios anteriores e da mudança na composição das fontes de financiamento de projetos, sem criar novas receitas ou despesas.

VOTO

Pelos motivos expostos, tenho que o Projeto de Lei nº 11, de 1989-CN, reúne as condições necessárias para ser aprovado pelo Congresso Nacional, sem emendas.

1989-CN. Análise das Emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 11, de 1989-CN.

PROJETO/ATIVIDADE: Assentamento de Trabalhadores Rurais

Emendas do L.R.:

0001-7, 0003-3, 0006-6, 0011-4, 0013-1, 0015-7, 0018-1, 0019-0, 0020-3, 0022-0, 0023-0, 0024-6, 0026-2, 0028-9, 0030-1, 0031-9, 0032-7, 0033-5, 0034-3, 0035-1, 0036-0, 0037-8, 0038-6, 0040-8, 0045-9, 0046-7, 0047-5, 0048-3, 0049-1, 0050-5, 0051-3, 0052-1, 0053-0, 0054-6, 0055-6, 0056-4, 0057-2, 0058-1, 0059-9, 0060-2, 0061-4, 0062-5, 0063-7, 0064-5, 0065-3, 0066-1, 0067-8.

Total: 47 emendas.

Parecer do Relator: Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento.

PROJETO/ATIVIDADE: Aproveitamento Hidroagrícola do Jaíba

Emendas de nºs:

0002-5, 0005-0, 0012-2, 0014-9, 0016-5, 0017-3, 0021-1, 0025-4, 0027-1, 0029-7, 0041-6, 0042-4, 0044-1, 0068-8.

Total: 14 emendas.

Parecer do Relator: Pela rejeição. Os recursos do Projeto estão comprometidos com a execução de contrato de empréstimo firmado entre o Governo Brasileiro e o Banco Mundial.

PROJETO/ATIVIDADE: Infra-estrutura de Pesquisa Agropecuária

Emenda de nº 0004-1, e emenda sem número
(Deputada Raquel Cândido PDT/RO)

Parecer do Relator: Prejudicadas, por já terem sido alocados recursos pela EMBRAPA ao orçamento das unidades.

Emenda de nº: 0039-4

Parecer do Relator: Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento.

PROJETO/ATIVIDADE: Geração e Adaptação de Tecnologia

Emenda de nº 0043-2,

Parecer do Relator: Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

Emenda sem número (Deputada Raquel Cândido)

Parecer do Relator: Prejudicada, por já terem sido alocados recursos pela EMBRAPA ao orçamento da UEPAE-Porto Velho.

PROJETO/ATIVIDADE: Coordenação do Sistema Cooperativo de Pesquisa Agropecuária

Emenda sem número (Deputada Raquel Cândido)

Parecer do Relator: Prejudicada, por já terem sido alocados recursos pela EMBRAPA ao orçamento da UEPAE-Porto Velho.

Emenda de nºs: 0007-6, 0008-4, 0009-2 e 0010-6

Parecer do Relator: Prejudicadas, por não terem sido indicadas as fontes de financiamento

PROJETO/ATIVIDADE: Assentamento de Trabalhadores Rurais

Os recursos orçados no presente Crédito em NCz\$ 29.659.855,00, provenientes de saldos de exercícios anteriores a serem incorporados ao Fundo Nacional de Reforma e do Desenvolvimento Agrário, possibilitarão o atendimento de 103 Projetos definitivos e de 58 Projetos na fase inicial, beneficiando 13.172 famílias. Os projetos de assentamento estão situados em 22 Unidades da Federação, conforme especifica a tabela abaixo:

REGIÃO	Nº FAMÍLIAS	VALOR (NCZ\$)
Norte	1.405	3.163.445,00
Acre	1.213	-
Rondônia	192	-
Nordeste	4.860	10.942.808,00
Alagoas	88	-
Bahia	762	-
Ceará	1.141	-
Maranhão	670	-
Paraíba	366	-
Pernambuco	354	-
Rio Grande do Norte	1.336	-
Sergipe	143	-
Sudeste	1.639	3.690.685,00
Espírito Santo	198	-
Minas Gerais	221	-
Rio de Janeiro	131	-
São Paulo	1.089	-
Sul	2.459	5.536.028,00
Paraná	1.611	-
Santa Catarina	449	-
Rio Grande do Sul	399	-
Centro-Oeste	2.809	6.326.889,00
Goiás	367	825.265,00
Mato Grosso	968	-
Mato Grosso do Sul	619	-
Tocantins	733	1.650.530,00
Distrito Federal	122	275.088,00
TOTAL	13.172	29.659.855,00

A Área a ser beneficiada com os recursos de crédito para o plantio de produtos alimentares corresponde a 62.141 hectares, em todo o País. Será financiada a aquisição de animais de produção e de serviço, de máquinas e implementos agrícolas e a construção de benfeitorias.

PROJETO/ATIVIDADE: Pesquisa Agropecuária

Os saldos a serem incorporados ao orçamento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, no total de NCz\$ 13.379.911,00, correspondem às seguintes origens: a) saldos financeiros de convênios, b) receita própria advinda de contratos de prestação de serviços e venda de sementes básicas, c) programas especiais e d) Tesouro ordinário, totalizando NCz\$ 8.642.488,00. Além dessas fontes serão incluídos os saldos orçamentários de recursos ordinários e de contrapartida, inscritos em Restos a Pagar em 31.12.1988.

A aplicação desses recursos está vinculada à sua origem, visto que, no caso dos convênios firmados com outros órgãos e entidades internacionais, federais, estaduais, ou do setor privado, o Plano de Aplicação pelas unidades executoras foi previamente estabelecido, quando da assinatura do convênio, não sendo viável a sua destinação para outra finalidade.

Quanto às receitas próprias, oriundas de contratos de prestação de serviços, os saldos são direcionados às unidades gestoras da receita, com vistas a reembolsar os custos dos serviços executados. Igualmente, a receita da venda de sementes básicas reverte ao Serviço de Produção de Sementes Básicas, unidade auto-sustentada, objetivando a compor o capital de giro necessário à produção e à comercialização de sementes, além da manutenção da estrutura operacional e administrativa da unidade.

A alocação dos saldos financeiros dos Programas Especiais se faz de acordo com o Plano Operativo previamente estabelecido entre as unidades executoras da EMBRAPA e a coordenação dos diversos Programas, sendo os recursos direcionados estritamente àquelas unidades.

Os saldos financeiros da fonte Tesouro Ordinário, existentes em 31.12.1988 nos caixas das diversas unidades da EMBRAPA, serão incorporados à programação das mesmas, com a finalidade de reembolsar a liquidação, em 1989, de gastos incorridos e não pagos em 1988. Os saldos orçamentários, inscritos na rubrica capital, serão aplicados na continuidade de algumas obras em andamento, cuja execução tenha sido suspensa ou retardada, em virtude de atraso na liberação dos recursos e, na incorporação dos saldos ao orçamento de 1989, aqueles relativos à contrapartida serão alocados, em cumprimento ao projeto a eles vinculados.

PROJETO/ATIVIDADE: Aproveitamento Hidroagrícola do Jaíba

A mudança de composição das fontes de financiamento, proposta para o projeto orçamentário "Aproveitamento Hidroagrícola do Jaíba" visa a possibilitar a movimentação da conta pela Secretaria do Tesouro Nacional, já que se trata de desembolso do Banco Mundial para o financiamento de projetos de irrigação no vale do Jaíba, projetos estes selecionados e aprovados após negociação entre o Governo brasileiro e aquela entidade financiadora. Tais recursos não são passíveis de realocação para outros projetos, inviabilizando, portanto, qualquer emenda proposta.

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO
SIOB - PROJETO DE LEI NÚMERO 11 DE 1989 - CN
RELAÇÃO GERAL DE EMENDAS - TODAS

DATA 29/08/89
HORA 15 15
PÁGINA 00001

EMENDA 11-00001-7 SITUAÇÃO PELA REJEIÇÃO
AUTOR: NILSON GIBSON PARTIDO PMDB/PE

----- TEXTO DA EMENDA -----
Destaque-se do projeto 13911 04130663 030 - Assentamento dos Trabalhadores Rurais - a importância de cz\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzados novos) para aplicação nos municípios de Belo Jardim e João Alfredo, no estado Pernambuco.
----- TEXTO DO PARECER -----
Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento.

EMENDA 11-00002-5 SITUAÇÃO PELA REJEIÇÃO
AUTOR: NILSON GIBSON PARTIDO PMDB/PE

----- TEXTO DA EMENDA -----
Destaque-se do projeto 13207 04540771 448 - Irrigação - a importância de cz\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzados novos) para aplicação nos municípios de Floresta e Araripina, ambos em Pernambuco.
----- TEXTO DO PARECER -----
Pela Rejeição, os recursos do Projeto estão comprometidos com a execução de contrato de empréstimo firmado entre o governo brasileiro e o Banco Mundial.

EMENDA 11-00003-3 SITUAÇÃO PELA REJEIÇÃO
AUTOR: MAURÍCIO FRUET PARTIDO PMDB/PR

----- TEXTO DA EMENDA -----
Destaque-se do Programa n. 13911 04130663 030 da Lei de Orçamento de 2.100 (duas mil e cem) famílias no Estado do Paraná, NCz\$ 791.207 (setecentos e noventa e um mil e duzentos e sete cruzados novos).
----- TEXTO DO PARECER -----
Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento.

EMENDA 11-00004-1 SITUÇÃO: PELA PREJUDICIAL
AUTOR: MAURÍCIO FRUET PARTIDO: PMDB/PR

----- TEXTO DA EMENDA -----
Destaque-se do programa n. 13203 04100551 048 a importância de NCZ\$500.000 (oitocentos mil cruzados novos) a ser repassada para o Instituto Agronômico do Paraná - IAPAR

----- TEXTO DO PARECER -----
Prejudicada, por já ter sido alocados recursos pela EMBRAPA ao orçamento da unidade

EMENDA 11-00005-0 SITUÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: BASÍLIO VILLANI PARTIDO: PTB/PR

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO
SIOB - PROJETO DE LEI NÚMERO 11, DE 1989 - CN
RELAÇÃO GERAL DE EMENDAS - TODAS

DATA: 29/08/89
HORA: 15:15
PÁGINA: 00002

EMENDA: 11-00005-0 (CONTINUAÇÃO)

----- TEXTO DA EMENDA -----
Inclua-se no Anexo III, do Projeto de Lei n. 11 de 1989-CN, em favor do (13208) Departamento Nacional de Obras e Saneamento, Projeto de controle de Enchentes e Abastecimento de Água de Curitiba/PR o valor de NCZ\$ 500.000,00 que retiramos do Aproveitamento Hidroagrícola do Jalba Código 13207 04540771 448 cujo valor passa a ser NCZ\$4 908 342,00

----- TEXTO DO PARECER -----
Pela Rejeição Os recursos do Projeto estão comprometidos com a execução de contrato de empréstimo firmado entre o governo brasileiro e o Banco Mundial

EMENDA: 11-00006-8 SITUÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: BASÍLIO VILLANI PARTIDO: PTB/PR

----- TEXTO DA EMENDA -----
Crédito Suplementar - Inclua-se no Anexo I do P.L. N. 11, de 1989 - CN - Ministério da Agricultura, ou onde couber, para o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (13 208) o valor de "NCZ\$25 000 000,00, para atender o Controle de Enchentes e Recuperação do Vale do Itajaí - Barragem Norte", que estamos subtraindo do Fundo Nacional de Reforma e do Desenvolvimento Agrário código 1301104100063 030, que passa a ter o seguinte valor: NCZ\$ 4 659 855,00

----- TEXTO DO PARECER -----
Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

EMENDA: 11-00007-6 SITUÇÃO: PELA PREJUDICIAL
AUTOR: TÍDEI DE LIMA PARTIDO: PMDB/SP

----- TEXTO DA EMENDA -----
INCLUA-SE, ONDE COUBER, PARA ATENDER OBRAS DE RETIFICAÇÃO DE LEITO DE CORREGOS NO MUNICÍPIO DE BAURU A IMPORTÂNCIA DE NCZ\$300.000,00 SOB RESPONSABILIDADE DO DNOS - SÃO PAULO

----- TEXTO DO PARECER -----
Prejudicadas, por não terem sido indicadas as fontes de financiamento

EMENDA: 11-00008-4 SITUÇÃO: PELA PREJUDICIAL
AUTOR: TÍDEI DE LIMA PARTIDO: PMDB/SP

----- TEXTO DA EMENDA -----
INCLUA-SE ONDE COUBER PARA ATENDER OBRAS DE RETIFICAÇÃO DE LEITO DE CORREGOS NO MUNICÍPIO DE JAUÁ, A IMPORTÂNCIA DE NCZ\$ 300.000,00 SOB RESPONSABILIDADE DO DNOS - SÃO PAULO

----- TEXTO DO PARECER -----
Prejudicadas por não terem sido indicadas as fontes de financiamento

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO
SIOB - PROJETO DE LEI NÚMERO 11, DE 1989 - CN
RELAÇÃO GERAL DE EMENDAS - TODAS

DATA: 29/08/89
HORA: 15:15
PÁGINA: 00003

EMENDA: 11-00008-4 (CONTINUAÇÃO)

----- TEXTO DO PARECER -----
tes de financiamento

EMENDA: 11-00009-2 SITUÇÃO: PELA PREJUDICIAL
AUTOR: TÍDEI DE LIMA PARTIDO: PMDB/SP

----- TEXTO DA EMENDA -----
INCLUA-SE, ONDE COUBER PARA ATENDER OBRAS DE RETIFICAÇÃO DE LEITO DE CORREGOS NOS MUNICÍPIOS DE ITAIPUÇU E DURINIMOS, A IMPORTÂNCIA DE NCZ\$ 200.000,00, SOB RESPONSABILIDADE DO DNOS - SÃO PAULO

----- TEXTO DO PARECER -----
Prejudicadas, por não terem sido indicadas as fontes de financiamento

EMENDA: 11-00010-6 SITUÇÃO: PELA PREJUDICIAL
AUTOR: TÍDEI DE LIMA PARTIDO: PMDB/SP

----- TEXTO DA EMENDA -----
INCLUA-SE, ONDE COUBER PARA ATENDER OBRAS DE RETIFICAÇÃO DE LEITO DE CORREGOS NOS MUNICÍPIOS DE ITAIPUÇU E DURINIMOS, A IMPORTÂNCIA DE NCZ\$ 400.000,00, SOB RESPONSABILIDADE DO DNOS - SÃO PAULO

----- TEXTO DO PARECER -----
Prejudicadas, por não terem sido indicadas as fontes de financiamento

EMENDA: 11-00011-4 SITUÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: ADRIALDO STRECK PARTIDO: S/P/RS

----- TEXTO DA EMENDA -----
"Em estrita observância ao disposto na alínea c do § 3º do art. 18 da Lei n. 7.730, de 31.01.89 abre crédito especial para o Projeto Saneamento Ambiental em Cachoeira do Sul/RS, no valor de NCZ\$ 300.000,00 (Projeto de Lei n. 11, de 1989-CN, art. 1, Anexo I - Ministério da Agricultura - Departamento Nacional de Obras de Saneamento) Projeto que deverá ter seu valor diminuído na mesma quantia 13911 04130663 030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais

----- TEXTO DO PARECER -----
Pela Rejeição por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

EMENDA: 11-00012-2 SITUÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: ADRIALDO STRECK PARTIDO: S/P/RS

----- TEXTO DA EMENDA -----
EMENDA ADITIVA

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO
SIOB - PROJETO DE LEI NÚMERO 11, DE 1989 - CN
RELAÇÃO GERAL DE EMENDAS - TODAS

DATA: 29/08/89
HORA: 15:15
PÁGINA: 00004

EMENDA: 11-00012-2 (CONTINUAÇÃO)

----- TEXTO DA EMENDA -----
"Em estrita observância ao disposto na alínea c do § 3º do art. 18, da Lei n. 7.730, de 31.01.89 abre crédito suplementar para o Projeto 13 208 13 76 458.312 - CONTROLE DE ENCHENTES - CANDIAS - RS, no valor de NCZ\$ 600.000,00 (Projeto de Lei n. 11, de 1989-CN, art. 2 Anexo II - Ministério da Agricultura, Departamento Nacional de Obras de Saneamento) Projeto que deverá ter seu valor diminuído na mesma quantia: 13200 04540771 801 - PROJETOS A CARGO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

----- TEXTO DO PARECER -----
Pela Rejeição Os recursos do Projeto estão comprometidos com a execução de contrato de empréstimo firmado entre o governo brasileiro e o Banco Mundial

EMENDA: 11-00013-1 SITUÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: OSWALDO LIMA FILHO PARTIDO: PMDB/PE

----- TEXTO DA EMENDA -----
Onde se lê:
13911 04130663 030 - Assentamento de trabalhadores rurais - NCZ\$ 29.659.885 (vinte e nove milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e cinco cruzados novos)
Destaque-se
Assentamento de trabalhadores rurais em Pernambuco - NCZ\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzados novos)

----- TEXTO DO PARECER -----
Pela Rejeição por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

EMENDA: 11-00014-9 SITUÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: ADYLSO MOTA PARTIDO: PDS/RS

----- TEXTO DA EMENDA -----
EMENDA ADITIVA:
"Em estrita observância ao disposto na alínea c do § 3º do art. 18 da Lei n. 7.730, de 31.01.89, abre crédito suplementar para o Projeto 13208 13 76 448 5003 Saneamento Ambiental em Itaquari/RS, no valor de NCZ\$ 300.000,00 (Projeto de Lei n. 11, de 1989-CN, art. 2º, Anexo II, Ministério da Agricultura, Departamento Nacional de Obras de Saneamento) Projeto que deverá ter seu valor diminuído na mesma quantia: 13207 04540771 448 - APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO JALBA

----- TEXTO DO PARECER -----
Pela Rejeição Os recursos do Projeto estão com-

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO
SIOB - PROJETO DE LEI NÚMERO 11, DE 1989 - CN
RELAÇÃO GERAL DE EMENDAS - TODAS

DATA: 29/08/89
HORA: 15:15
PÁGINA: 00005

EMENDA: 11-00014-9 (CONTINUAÇÃO)

----- TEXTO DO PARECER -----
prometidos com a execução de contrato de empréstimo firmado entre o governo brasileiro e o Banco Mundial

EMENDA: 11-00015-7 SITUÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: ADYLSO MOTA PARTIDO: PDS/RS

----- TEXTO DA EMENDA -----
EMENDA ADITIVA
"Em estrita observância ao disposto na alínea c do § 3º do art. 18, da Lei n. 7.730, de 31.01.89, abre crédito especial para o Projeto Controle de Enchentes em Alvorada/RS, no valor de NCZ\$ 300.000,00 (Projeto de Lei n. 11, de 1989-CN, art. 1º, Anexo I - Ministério da Agricultura - Departamento Nacional de Obras de Saneamento) Projeto que deverá ter seu valor diminuído na mesma quantia 13911 04130663 030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais

----- TEXTO DO PARECER -----
Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

EMENDA 11-00016-# SITUACÃO PELA REJEIÇÃO
AUTOR ARNALDO PRIETO PARTIDO PFL/RS
***** TEXTO DA EMENDA *****

EMENDA ADITIVA
"Em estrita observância ao disposto na alínea c do § 3º do art. 18 da Lei n. 7.730, de 31.01.89 abre crédito suplementar para o Projeto 13208-13 76 458-7 049 - Controle de Enchentes - Santa Maria/RS no valor de NCZ\$ 1.000.000,00 (Projeto de Lei n. 11, de 1989-CN art. 2º Anexo II - Ministério da Agricultura - Departamento Nacional de Obras de Saneamento)"
Projeto que deverá ter seu valor diminuído na mesma quantia
13207-04540771-448 - APROVEITAMENTO HIDROGRÁFICO DA DO JAIBA
***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição Os recursos do Projeto estão comprometidos com a execução de contrato de empréstimo firmado entre o governo brasileiro e o Banco Mundial

EMENDA 11-00017-3 SITUACÃO PELA REJEIÇÃO
AUTOR ARNALDO PRIETO PARTIDO PFL/RS
***** TEXTO DA EMENDA *****

EMENDA ADITIVA
"Em estrita observância ao disposto na alínea c do § 3º do art. 18 da Lei n. 7.730, de 31.01.89

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO
SIDR - PROJETO DE LEI NÚMERO 11, DE 1989 - CN
RELAÇÃO GERAL DE EMENDAS - TODAS

DATA: 29/08/89
HORA: 15:15
PÁGINA: 00006

EMENDA 11-00017-3 (CONTINUAÇÃO)

***** TEXTO DA EMENDA *****

d abre crédito suplementar para o Projeto 13 208 13 76 448 5017 - SANEAMENTO URBANO EM TAQUARA E IGREJINHAS-RS no valor de NCZ\$ 500.000,00 (Projeto de Lei n. 11, de 1989-CN art. 2º Anexo II - Ministério da Agricultura - Departamento Nacional de Obras de Saneamento)"
Projeto que deverá ter seu valor diminuído na mesma quantia
13207-04540771-448 - APROVEITAMENTO HIDROGRÁFICO DA DO JAIBA
***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição Os recursos do Projeto estão comprometidos com a execução de contrato de empréstimo firmado entre o governo brasileiro e o Banco Mundial

EMENDA 11-00018-1 SITUACÃO PELA REJEIÇÃO
AUTOR ARNALDO PRIETO PARTIDO PFL/RS
***** TEXTO DA EMENDA *****

EMENDA ADITIVA
"Em estrita observância ao disposto na alínea c do § 3º do art. 18 da Lei n. 7.730, de 31.01.89 abre crédito especial para o Projeto Recuperação de terras e controle de inundações - Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul, no valor de NCZ\$ 1.500.000,00 (Projeto de Lei n. 11, de 1989-CN art. 10 Anexo I - Ministério da Agricultura - Departamento Nacional de Obras de Saneamento)"
Projeto que deverá ter seu valor diminuído na mesma quantia
13911-04130663-030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais
***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

EMENDA 11-00019-0 SITUACÃO PELA REJEIÇÃO
AUTOR ARNALDO PRIETO PARTIDO PFL/RS
***** TEXTO DA EMENDA *****

EMENDA ADITIVA
"Em estrita observância ao disposto na alínea c do § 3º do art. 18 da Lei n. 7.730, de 31.01.89 abre crédito especial para o Projeto Saneamento Ambiental em Caxias do Sul-RS, no valor de NCZ\$ 1.500.000,00 (Projeto de Lei n. 11, de 1989-CN art. 10 Anexo I - Ministério da Agricultura - Departamento Nacional de Obras de Saneamento)"
Projeto que deverá ter seu valor diminuído na mesma quantia
13911-04130663-030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais
***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO
SIDR - PROJETO DE LEI NÚMERO 11, DE 1989 - CN
RELAÇÃO GERAL DE EMENDAS - TODAS

DATA: 29/08/89
HORA: 15:15
PÁGINA: 00007

EMENDA: 11-00019-0 (CONTINUAÇÃO)

***** TEXTO DO PARECER *****

veis para o seu atendimento

EMENDA: 11-00020-3 SITUACÃO PELA REJEIÇÃO
AUTOR ARNALDO PRIETO PARTIDO PFL/RS
***** TEXTO DA EMENDA *****

EMENDA ADITIVA
"Em estrita observância ao disposto na alínea c do § 3º do art. 18 da Lei n. 7.730, de 31.01.89 abre crédito especial para o Projeto SANEAMENTO AMBIENTAL NAS CIDADES DE NOVO HAMBURGEO E ITOTI/RS, no valor de NCZ\$ 500.000,00 (Projeto de Lei n. 11, de 1989-CN art. 10 Anexo I - Ministério da Agricultura - Departamento Nacional de Obras de Saneamento)"
Projeto que deverá ter seu valor diminuído na mesma quantia
13911-04130663-030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais
***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

EMENDA 11-00021-1 SITUACÃO PELA REJEIÇÃO
AUTOR ARNALDO PRIETO PARTIDO PFL/RS
***** TEXTO DA EMENDA *****

EMENDA ADITIVA
"Em estrita observância ao disposto na alínea c do § 3º do art. 18 da Lei n. 7.730, de 31.01.89 abre crédito suplementar para o Projeto 13208-13 76 458-1 313 - CONTROLE DE ENCHENTES - VALE DO RIO DOS SINOS no valor de NCZ\$ 1.500.000,00 (Projeto de Lei n. 11, de 1989-CN art. 2º Anexo II - Ministério da Agricultura - Departamento Nacional de Obras de Saneamento)"
Projeto que deverá ter seu valor diminuído na mesma quantia
13207-04540771-448 - APROVEITAMENTO HIDROGRÁFICO DA DO JAIBA
***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição Os recursos do Projeto estão comprometidos com a execução de contrato de empréstimo firmado entre o governo brasileiro e o Banco Mundial

EMENDA 11-00022-0 SITUACÃO PELA REJEIÇÃO
AUTOR DARCY POZZA PARTIDO PDS/RS
***** TEXTO DA EMENDA *****

EMENDA ADITIVA
"Em estrita observância ao disposto na alínea c do § 3º do art. 18 da Lei n. 7.730, de 31.01.89 abre crédito especial para o Projeto Saneamento An

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO
SIDR - PROJETO DE LEI NÚMERO 11, DE 1989 - CN
RELAÇÃO GERAL DE EMENDAS - TODAS

DATA: 29/08/89
HORA: 15:15
PÁGINA: 00008

EMENDA: 11-00022-0 (CONTINUAÇÃO)

***** TEXTO DA EMENDA *****

biental em Serafina Correa e Nova Bassano/RS no valor de NCZ\$ 500.000,00 (Projeto de Lei n. 11, de 1989-CN art. 10 Anexo I - Ministério da Agricultura - Departamento Nacional de Obras de Saneamento)"
Projeto que deverá ter seu valor diminuído na mesma quantia
13911-04130663-030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais
***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

EMENDA 11-00023-8 SITUACÃO PELA REJEIÇÃO
AUTOR DARCY POZZA PARTIDO PDS/RS
***** TEXTO DA EMENDA *****

EMENDA ADITIVA
"Em estrita observância ao disposto na alínea c do § 3º do art. 18 da Lei n. 7.730, de 31.01.89 abre crédito especial para o Projeto SANEAMENTO AMBIENTAL EM CAPÃO DO CANOA E SANTO ANTONIO DA PATRU LHA/RS no valor de NCZ\$ 480.000,00 (Projeto de Lei n. 11, de 1989-CN art. 10 Anexo I - Ministério da Agricultura - Departamento Nacional de Obras de Saneamento)"
Projeto que deverá ter o seu valor diminuído na mesma quantia
13911-04130663-030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais
***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

EMENDA 11-00024-6 SITUACÃO PELA REJEIÇÃO
AUTOR FLORICENO PAIXÃO PARTIDO PDT/RS
***** TEXTO DA EMENDA *****

EMENDA ADITIVA
"Em estrita observância ao disposto na alínea c do § 3º do art. 18 da Lei n. 7.730, de 31.01.89 abre crédito especial para o Projeto Controle de Enchentes em Cachoeirinha-RS no valor de NCZ\$ 700.000,00 (Projeto de Lei n. 11, de 1989-CN art. 10 Anexo I - Ministério da Agricultura - Departamento Nacional de Obras de Saneamento)"
Projeto que deverá ter seu valor diminuído na mesma quantia
13911-04130663-030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais
***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO
SIDR - PROJETO DE LEI NÚMERO 11, DE 1989 - CN
RELAÇÃO GERAL DE EMENDAS - TODAS

DATA: 29/08/89
HORA: 15:15
PÁGINA: 00009

EMENDA: 11-00025-4 SITUACÃO PELA REJEIÇÃO
AUTOR FLORICENO PAIXÃO PARTIDO PDT/RS
***** TEXTO DA EMENDA *****

EMENDA ADITIVA
"Em estrita observância ao disposto na alínea c do § 3º do art. 18 da Lei n. 7.730, de 31.01.89 abre crédito suplementar para o Projeto 13 208 13 76 1 307 - Controle de Enchentes - Porto Alegre/RS, no valor de NCZ\$ 900.000,00 (Projeto de Lei n. 11, de 1989-CN art. 2º Anexo II - Ministério da Agricultura - Departamento Nacional de Obras de Saneamento)"
Projeto que deverá ter seu valor diminuído na mesma quantia
13207-04540771-448 - APROVEITAMENTO HIDROGRÁFICO DA DO JAIBA
***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição Os recursos do Projeto estão comprometidos com a execução de contrato de empréstimo firmado entre o governo brasileiro e o Banco Mundial

EMENDA: 11-00026-2 SITUÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: ERICO PEGORARO PARTIDO: PFL/RS

***** TEXTO DA EMENDA *****

EMENDA ADITIVA

"Em estrita observância ao disposto na alínea c do § 3 do art. 18, da Lei n. 7.730, de 31.01.89, abre crédito especial para o Projeto de Saneamento Ambiental em Tapas/RN, no valor de NCZ 300.000,00 (Projeto de Lei n. 11, de 1989-CN, art. 1, Anexo I - Ministério da Agricultura - Departamento Nacional de Obras de Saneamento).

O projeto que deverá ter seu valor diminuído na mesma quantia

13911 04130663 030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais

***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

EMENDA: 11-00027-1 SITUÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: ERICO PEGORARO PARTIDO: PFL/RS

***** TEXTO DA EMENDA *****

EMENDA ADITIVA

"Em estrita observância ao disposto na alínea c do § 3 do art. 18, da Lei n. 7.730, de 31.01.89, abre crédito suplementar para o Projeto 13208 04 54 077 1.287 - APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA - Arroio Duro - Camaquã-RS, no valor de NCZ 282.000.000,00 (Projeto de Lei n. 11, de 1989-CN, art. 2, Anexo II - Ministério da Agricultura - Departamento Nacional de Obras de Saneamento).

Projeto que deverá ter seu valor diminuído na mesma quantia

13200 04540771 801 - PROJETOS A CARGO DA COMPANHIA

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO
SIOB - PROJETO DE LEI NÚMERO 11, DE 1989 - CN
RELAÇÃO GERAL DE EMENDAS - TODAS

DATA: 29/08/89
HORA: 15:15
PÁGINA: 00010

EMENDA: 11-00027-1 (CONTINUAÇÃO)

***** TEXTO DA EMENDA *****

DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição Os recursos do Projeto estão comprometidos com a execução de contrato de empréstimo firmado entre o governo brasileiro e o Banco Mundial

EMENDA: 11-00028-9 SITUÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: ERICO PEGORARO PARTIDO: PFL/RS

***** TEXTO DA EMENDA *****

EMENDA ADITIVA

"Em estrita observância ao disposto na alínea c do § 3 do art. 18, da Lei n. 7.730, de 31.01.89 abre crédito especial para o Projeto Saneamento Ambiental em Bopé e Santa Vitória do Palmar-RS, no valor de NCZ 800.000,00 (Projeto de Lei n. 11, de 1989-CN, art. 1, Anexo I - Ministério da Agricultura - Departamento Nacional de Obras de Saneamento).

Projeto que deverá ter seu valor diminuído na mesma quantia

13911 04130663 030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais

***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

EMENDA: 11-00029-7 SITUÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: ERICO PEGORARO PARTIDO: PFL/RS

***** TEXTO DA EMENDA *****

EMENDA ADITIVA

"Em estrita observância ao disposto na alínea c do § 3 do art. 18, da Lei n. 7.730, de 31.01.89 abre crédito suplementar para o Projeto 13208.13 76.458 7.049 - Controle de Enchentes - Pelotas-RS, no valor de NCZ 800.000,00 (Projeto de Lei n. 11, de 1989-CN, art. 2, Anexo II - Ministério da Agricultura - Departamento Nacional de Obras de Saneamento).

Projeto que deverá ter seu valor diminuído na mesma quantia

13200 04540771 801 PROJETOS A CARGO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição Os recursos do Projeto estão comprometidos com a execução de contrato de empréstimo firmado entre o governo brasileiro e o Banco Mundial

EMENDA: 11-00030-1 SITUÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: ERICO PEGORARO PARTIDO: PFL/RS

***** TEXTO DA EMENDA *****

EMENDA ADITIVA

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO
SIOB - PROJETO DE LEI NÚMERO 11, DE 1989 - CN
RELAÇÃO GERAL DE EMENDAS - TODAS

DATA: 29/08/89
HORA: 15:15
PÁGINA: 00011

EMENDA: 11-00030-1 (CONTINUAÇÃO)

***** TEXTO DA EMENDA *****

"Em estrita observância ao disposto na alínea c do § 3 do art. 18, da Lei n. 7.730, de 31.01.89, abre crédito especial para o Projeto Saneamento Ambiental em Lagoa Vermelha, Caseros, Barracão e Cacique Boate/RN, no valor de NCZ 600.000,00 (Projeto de Lei n. 11, de 1989-CN, art. 1, Anexo I - Ministério da Agricultura - Departamento Nacional de Obras de Saneamento).

Projeto que deverá ter seu valor diminuído na mesma quantia

13911 04130663 030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais

***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

EMENDA: 11-00031-9 SITUÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: EVALDO DOMCALVES PARTIDO: PFL/PB

***** TEXTO DA EMENDA *****

13207.0484287 - Construção do Açude pelo SINAL, no Município de CABECERIAS/PB

VALOR: NCZ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzados novos)

13911 04130663 030 - ASSENTAMENTO DE TRA BALHADORES RURAIS

***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

EMENDA: 11-00032-7 SITUÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS PARTIDO: PDC/TO

***** TEXTO DA EMENDA *****

Destaque-se do Projeto:

13911.04130663.030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais

NCZ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzados novos), para fixação de 851 famílias nos assentamentos de Lagoão, Cachoeirinha, São Pedro, São Valério, Serra Taquarussu, Barraca e Jina Grande, todos situados no Estado do Tocantins

***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

EMENDA: 11-00033-5 SITUÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS PARTIDO: PDC/TO

***** TEXTO DA EMENDA *****

Destaque-se do Projeto:

13911 04130663 030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO
SIOB - PROJETO DE LEI NÚMERO 11, DE 1989 - CN
RELAÇÃO GERAL DE EMENDAS - TODAS

DATA: 29/08/89
HORA: 15:15
PÁGINA: 00012

EMENDA: 11-00033-5 (CONTINUAÇÃO)

***** TEXTO DA EMENDA *****

NCZ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzados novos), para fixação de 1.874 (um mil oitocentos e setenta e quatro) famílias de trabalhadores rurais em terra, nos seguintes assentamentos: Grota, Camarão I, Camarão II, Dezesseis, Montes Altos, Alegre, Agro Vitor, Juatima, Juari, Corujão, Sandertrantes, Jitapido, Trecho Seco, Pontal, Tobaza, Praia Norte, Santa Cruz, Duro Verde, Arapualais, Riachinho, Groto, São Jorge, todos situados na região do Sico do Papagaio no Estado do Tocantins

***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

EMENDA: 11-00034-3 SITUÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS PARTIDO: PDC/TO

***** TEXTO DA EMENDA *****

DESTAQUE-SE DO PROJETO:

13911 04130663 030 - ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS

NCZ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzados novos), para assentamento de trabalhadores rurais em terra na Região Norte

***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

EMENDA: 11-00035-1 SITUÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS PARTIDO: PDC/TO

***** TEXTO DA EMENDA *****

Destaque-se do Projeto

13911 04130663 030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais

NCZ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzados novos) para fixação de 1000 (um mil) famílias nos assentamentos do Município de Palmas - TO

***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

EMENDA: 11-00036-0 SITUÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: VIRGÍLIO DE SENNA PARTIDO: PSDB/BA

***** TEXTO DA EMENDA *****

Destaque-se do programa:

13911 04130663 030 - Assentamento de trabalhadores rurais - NCZ 29.659.855 (vinte e nove milhões seiscentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e cinco cruzados novos) a importância de NCZ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzados novos)

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO
SIOB - PROJETO DE LEI NÚMERO 11, DE 1989 - CN
RELAÇÃO GERAL DE EMENDAS - TODAS

DATA: 29/08/89
HORA: 15:15
PÁGINA: 00013

EMENDA: 11-00036-0 (CONTINUAÇÃO)

***** TEXTO DA EMENDA *****

vez) para o financiamento dos agricultores assentados no Vale do Rio Salitre (BA) - ANEXO II.

***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

EMENDA: 11-00037-8 SITUÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: HILÁRIO BRAUN PARTIDO: PMDB/RS

***** TEXTO DA EMENDA *****

<p>EMENDA ADITIVA.</p> <p>"Em estrita observância ao disposto na alínea c do § 3º do art. 18, da Lei n.º 7.730, de 31.01.89, sobre crédito especial para o Projeto Ambiental em Gatuíto Vargas, Mirapólis, Santo Amélio, Centro Largo e Guarani das Missões/RS, no valor de NCZ\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros novos), Projeto de Lei n.º 11, de 1989-CN, art. 1º Anexo 1 - Ministério da Agricultura - Departamento Nacional de Obras de Saneamento"</p> <p>Projeto que deverá ter seu valor diminuído na mesma quantia</p> <p>13911 04130663 030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais</p> <p>***** TEXTO DO PARECER *****</p> <p>Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento</p>		<p>EMENDA 11-00044-1</p> <p>AUTOR : ABIGAIL FEITOSA</p> <p>***** TEXTO DA EMENDA *****</p> <p>Inclui-se onde couber, a importância de NCZ\$ 1.000.000,00 para a implementação do Projeto de Irrigação no município de Ibiapaba-BA</p> <p>Fonte de Recursos: 12.207.045.407.71448</p> <p>***** TEXTO DO PARECER *****</p> <p>Pela Rejeição de recursos do Projeto estão comprometidos com a execução de contrato de empréstimo firmado entre o governo brasileiro e o Banco Mundial</p>	<p>SITUAÇÃO PELA REJEIÇÃO</p> <p>PARTIDO : PSB/BA</p>
<p>EMENDA 11-00038-5</p> <p>AUTOR : ABIGAIL FEITOSA</p> <p>***** TEXTO DA EMENDA *****</p> <p>Inclui-se onde couber, a importância de NCZ\$ 2.000.000,00 para atender a implementação de Projetos Agrícolas no município de Jiquiriçá-BA</p> <p>Fonte de Recursos: 13.910.413.0663 030</p> <p>***** TEXTO DO PARECER *****</p> <p>Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento</p>		<p>EMENDA 11-00045-9</p> <p>AUTOR : RAQUEL CAPIBERIBE</p> <p>***** TEXTO DA EMENDA *****</p> <p>DESTAQUE-SE DO PROJETO DE ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS - CDD 1391104130663030-A IMPORTÂNCIA DE NCZ\$ 10.000.000,00 PARA ATENDER O ASSENTAMENTO DE 100 FAMILIAS DA ÁREA RURAL NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ-AP</p> <p>***** TEXTO DO PARECER *****</p> <p>Pela Rejeição por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento</p>	<p>SITUAÇÃO PELA REJEIÇÃO</p> <p>PARTIDO : PSB/AP</p>
<p>EMENDA 11-00039-4</p> <p>AUTOR : ABIGAIL FEITOSA</p> <p>***** TEXTO DA EMENDA *****</p> <p>Suplemente-se os Projetos de instalações físicas da Faculdade de Agronomia no município de Cruz das Almas-BA, vinculada a Universidade Federal da Bahia (Lei 15.231), com a importância de NCZ\$ 2.300.000,00</p> <p>Fonte de recursos: 1320304100551 048</p> <p>***** TEXTO DO PARECER *****</p> <p>Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento</p>		<p>EMENDA 11-00046-7</p> <p>AUTOR : PAULO MOURÃO</p> <p>***** TEXTO DA EMENDA *****</p> <p>Destaque-se do Projeto</p> <p>13911 04130663 030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais</p> <p>NCZ\$ 3.320.235,10 (três milhões, trezentos e vinte mil e duzentos e trinta e cinco cruzeiros novos e dez centavos) para o assentamento de 130 (cento e trinta) famílias de trabalhadores rurais sem terra na região denominada Ouro Verde no município de Araguaína-TO numa área de 5.100 ha</p> <p>***** TEXTO DO PARECER *****</p> <p>Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento</p>	<p>SITUAÇÃO PELA REJEIÇÃO</p> <p>PARTIDO : PDS/TO</p>
<p>CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO</p> <p>SIDR - PROJETO DE LEI NÚMERO 11, DE 1989 - CN</p> <p>REL. GERAL DE EMENDAS - TODAS</p> <p>DATA: 29/08/89</p> <p>HORA: 15:15</p> <p>PÁGINA: 00014</p>		<p>CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO</p> <p>SIDR - PROJETO DE LEI NÚMERO 11, DE 1989 - CN</p> <p>REL. GERAL DE EMENDAS - TODAS</p> <p>DATA: 29/08/89</p> <p>HORA: 15:15</p> <p>PÁGINA: 00015</p>	
<p>EMENDA 11-00038-4 (CONTINUAÇÃO)</p> <p>***** TEXTO DO PARECER *****</p> <p>veis para o seu atendimento</p>		<p>EMENDA 11-00047-5</p> <p>AUTOR : PAULO MOURÃO</p> <p>***** TEXTO DA EMENDA *****</p> <p>Destaque-se do Projeto:</p> <p>13911 04130663 030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais</p> <p>NCZ\$ 1.532.416,20 (um milhão quinhentos e trinta e dois mil e quatrocentos e dezesseis cruzeiros novos e vinte centavos) para o assentamento de 60 (sessenta) famílias na localidade denominada Baixo no município de Natividade-TO abrangendo uma área de 5.970 ha</p> <p>***** TEXTO DO PARECER *****</p> <p>Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento</p>	<p>SITUAÇÃO PELA REJEIÇÃO</p> <p>PARTIDO : PDS/TO</p>
<p>EMENDA 11-00041-8</p> <p>AUTOR : ABIGAIL FEITOSA</p> <p>***** TEXTO DA EMENDA *****</p> <p>Inclui-se onde couber, a importância de NCZ\$ 5.000.000,00 para a construção de frigorífico no município de Medeiros Neto-BA</p> <p>Fonte de Recursos: 1391104130663030C</p> <p>***** TEXTO DO PARECER *****</p> <p>Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento</p>		<p>EMENDA 11-00048-3</p> <p>AUTOR : PAULO MOURÃO</p> <p>***** TEXTO DA EMENDA *****</p> <p>Destaque-se do Projeto:</p> <p>13911 04130663 030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais</p> <p>NCZ\$ 1.404.714,85 (um milhão quatrocentos e quatro mil e setecentos e quatorze cruzeiros novos e oitenta e cinco centavos) para o assentamento de 55 (cinquenta e cinco) famílias na fazenda denominada São João no município de Porto Nacional no Estado do Tocantins numa área de 4.038 ha, conforme Projeto do Incra</p> <p>***** TEXTO DO PARECER *****</p> <p>Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento</p>	<p>SITUAÇÃO PELA REJEIÇÃO</p> <p>PARTIDO : PDS/TO</p>
<p>EMENDA 11-00042-4</p> <p>AUTOR : ABIGAIL FEITOSA</p> <p>***** TEXTO DA EMENDA *****</p> <p>Inclui-se onde couber, a importância de NCZ\$ 1.000.000,00 para implementação de Projetos de Desenvolvimento Produtivo da Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Associação Agrícola de São Joaquim Itos no município de Sobradinho-BA</p> <p>Fonte de Recursos: 1320004540771 801</p> <p>***** TEXTO DO PARECER *****</p> <p>Pela Rejeição De recursos do Projeto estão comprometidos com a execução de contrato de empréstimo firmado entre o governo brasileiro e o Banco Mundial</p>		<p>EMENDA 11-00049-1</p> <p>AUTOR : PAULO MOURÃO</p> <p>***** TEXTO DA EMENDA *****</p> <p>Destaque-se do Projeto</p> <p>13911 04130663 030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais</p> <p>NCZ\$ 11.084.477,00 (onze milhões oitenta e quatro mil e quatrocentos e setenta e sete cruzeiros novos) para o assentamento de 434 (quatrocentos e trinta e quatro) famílias de trabalhadores rurais sem terra na localidade denominada Lagoão no município de Araguaína-TO abrangendo uma área de 24.279 ha</p> <p>***** TEXTO DO PARECER *****</p> <p>Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento</p>	<p>SITUAÇÃO PELA REJEIÇÃO</p> <p>PARTIDO : PDS/TO</p>
<p>EMENDA 11-00043-2</p> <p>AUTOR : ABIGAIL FEITOSA</p> <p>***** TEXTO DA EMENDA *****</p> <p>Inclui-se onde couber, a importância de NCZ\$ 1.000.000,00 para a implementação de projetos de</p>		<p>EMENDA 11-00050-5</p> <p>AUTOR : PAULO MOURÃO</p> <p>***** TEXTO DA EMENDA *****</p> <p>Destaque-se do Projeto</p> <p>CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO</p> <p>SIDR - PROJETO DE LEI NÚMERO 11, DE 1989 - CN</p> <p>REL. GERAL DE EMENDAS - TODAS</p> <p>DATA: 29/08/89</p> <p>HORA: 15:15</p> <p>PÁGINA: 00017</p>	<p>SITUAÇÃO PELA REJEIÇÃO</p> <p>PARTIDO : PDS/TO</p>
<p>EMENDA 11-00043-2 (CONTINUAÇÃO)</p> <p>***** TEXTO DA EMENDA *****</p> <p>hortas comunitárias no município de Alagoinhas-BA</p> <p>Fonte de Recursos: 13.203.041.04.551.213</p> <p>***** TEXTO DO PARECER *****</p> <p>Pela Rejeição por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento</p>		<p>EMENDA 11-00050-5 (CONTINUAÇÃO)</p> <p>***** TEXTO DA EMENDA *****</p> <p>13911 04130663 030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais</p> <p>NCZ\$ 3.284.581,90 (três milhões duzentos e noventa e quatro mil e seiscentos e oitenta e um cruzeiros novos e noventa centavos) para o assenta-</p>	

mento de 120 (cento e vinte e nove) famílias de trabalhadores rurais sem terra, nos municípios de Pezizzeiro e Couto Magalhães na localidade Juari abrangendo 5 086 ha

***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

EMENDA: 11-00051-2 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: PAULO MOURÃO PARTIDO: PDS/TO

***** TEXTO DA EMENDA *****

Destaque-se do Projeto:
13911 04130663 300 - Assentamento de Trabalhadores Rurais
NCZs 2 043 222,60 (dois milhões quarenta e três mil e duzentos e vinte e dois cruzados novos e sessenta centavos) para o assentamento de 80 (oitenta) famílias de trabalhadores rurais na região denominada Esperantina, no município de Araguatins-TO, numa área de 2 715 ha

***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

EMENDA: 11-00052-1 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: PAULO MOURÃO PARTIDO: PDS/TO

***** TEXTO DA EMENDA *****

Destaque-se do Projeto:
13911 04130663 030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais
NCZs 1 072 691,30 (um milhão setenta e dois mil, seiscentos e noventa e um cruzados novos e trinta centavos), para o assentamento de 42 famílias na localidade Ama-Rio, no município de Monte do Carmo, em uma área de 2 376 ha

***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

EMENDA: 11-00053-0 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: PAULO MOURÃO PARTIDO: PDS/TO

***** TEXTO DA EMENDA *****

Destaque-se do Projeto:
13911 04130663 030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO DATA: 29/08/89
SIDR - PROJETO DE LEI NÚMERO 11, DE 1989 - CN HORA: 15 15
RELAÇÃO GERAL DE EMENDAS - TODAS PÁGINA: 00018

EMENDA: 11-00053-0 (CONTINUAÇÃO)

***** TEXTO DA EMENDA *****

NCZs 1 960 147,55 (um milhão seiscentos e sessenta mil e cento e quarenta e sete cruzados novos e cinquenta e cinco centavos) para o assentamento de 20 (vinte) famílias de trabalhadores rurais sem terra, no Município de Porto Nacional na localidade denominada Santo Antônio num total de 3 401 ha

***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

EMENDA: 11-00054-8 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: PAULO MOURÃO PARTIDO: PDS/TO

***** TEXTO DA EMENDA *****

Destaque-se do Projeto:
13911 04130663 030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais
NCZs 168 208,10 (cento e sessenta e seis mil e duzentos e oito cruzados novos e dez centavos) para o assentamento de 30 (trinta) famílias na localidade denominada Revolução no Município de Natividade - TO numa área de 2 420 ha

***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

EMENDA: 11-00055-6 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: PAULO MOURÃO PARTIDO: PDS/TO

***** TEXTO DA EMENDA *****

Destaque-se do Projeto:
13911 04130663 030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais
NCZs 5 108 054,00 (cinco milhões cento e oito mil e cinquenta e quatro cruzados novos) para assentamento de 200 (duzentas) famílias na localidade denominada de Pantanal de Cima localizada nos municípios de Formoso do Araguaia e Cristalândia-TO, abrangendo uma área de 26 802 ha

***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

EMENDA: 11-00056-4 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: PAULO MOURÃO PARTIDO: PDS/TO

***** TEXTO DA EMENDA *****

Destaque-se do Projeto:
13911 04130663 030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais
NCZs 510 805 40 (quinhentos e dez mil e

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO DATA: 29/08/89
SIDR - PROJETO DE LEI NÚMERO 11, DE 1989 - CN HORA: 15 15
RELAÇÃO GERAL DE EMENDAS - TODAS PÁGINA: 00019

EMENDA: 11-00056-4 (CONTINUAÇÃO)

***** TEXTO DA EMENDA *****

oitocentos e cinco cruzados novos e quarenta centavos) para o assentamento de 20 (vinte)

famílias de trabalhadores rurais sem terra numa área de 992 ha situada no município de Porto Nacional - TO na localidade denominada São Silvestre

***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

EMENDA: 11-00057-2 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: PAULO MOURÃO PARTIDO: PDS/TO

***** TEXTO DA EMENDA *****

Destaque-se do Projeto:
13911 04130663 030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais
NCZs 7 862 081,00 (sete milhões seiscentos e sessenta e dois mil e oitenta e um cruzados novos) para o assentamento de 300 (trezentas) famílias de colonos sem terras, na localidade denominada Panna no município de Peixe numa área de 31 651 ha

***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

EMENDA: 11-00058-1 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: PAULO MOURÃO PARTIDO: PDS/TO

***** TEXTO DA EMENDA *****

Destaque-se do Projeto:
13911 04130663 030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais
NCZs 564 547,62 (seiscentos e sessenta e quatro mil e quinhentos e quarenta e sete cruzados novos e sessenta e dois centavos) para o assentamento de 26 (vinte e seis) famílias de trabalhadores rurais sem terra numa área de 1 654 ha, denominado Projeto São Salvador, no município de Porto Nacional - TO

***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

EMENDA: 11-00059-9 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: PAULO MOURÃO PARTIDO: PDS/TO

***** TEXTO DA EMENDA *****

Destaque-se do Projeto:
13911 04130663 030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais
NCZs 5 108 054,00 (cinco milhões, cento e oito

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO DATA: 29/08/89
SIDR - PROJETO DE LEI NÚMERO 11, DE 1989 - CN HORA: 15:15
RELAÇÃO GERAL DE EMENDAS - TODAS PÁGINA: 00020

EMENDA: 11-00059-9 (CONTINUAÇÃO)

***** TEXTO DA EMENDA *****

mil e cinquenta e quatro cruzados novos) para assentamento de 200 (duzentas) famílias de trabalhadores sem terra na localidade denominada Araguaia no Município de Formoso do Araguaia - TO, abrangendo uma área de 24 542 ha, conforme projeto do INCRA

***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

EMENDA: 11-00060-2 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: PAULO MOURÃO PARTIDO: PDS/TO

***** TEXTO DA EMENDA *****

Destaque-se do Projeto:
13911 04130663 030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais
NCZs 1 047 151,00 (um milhão quarenta e sete mil e cento e cinquenta e um cruzados novos) para o assentamento de 41 (quarenta e uma) famílias na região denominada Araguaia no município de Araguatins - TO numa área de 1 572 ha

***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

EMENDA: 11-00061-1 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: PAULO MOURÃO PARTIDO: PDS/TO

***** TEXTO DA EMENDA *****

Destaque-se do Projeto:
13911 04130663 030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais
NCZs 155 127,56 (cento e cinquenta e cinco mil e cento e vinte e sete cruzados novos e cinquenta e seis centavos) para o assentamento de 28 (vinte e oito) famílias de trabalhadores rurais sem terra, na localidade denominada Bandeirante, no município de Araguaia-TO, totalizando 852 ha

***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

EMENDA: 11-00062-9 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: PAULO MOURÃO PARTIDO: PDS/TO

***** TEXTO DA EMENDA *****

Destaque-se do Projeto:
13911 04130663 030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais
NCZs 970 530 26 (novecentos e setenta mil e quinhentos e trinta cruzados novos e vinte e seis centavos) para o assentamento de 38 (trinta e

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO DATA: 29/08/89
SIDR - PROJETO DE LEI NÚMERO 11, DE 1989 - CN HORA: 15:15
RELAÇÃO GERAL DE EMENDAS - TODAS PÁGINA: 00021

EMENDA 11-00062-8 (CONTINUAÇÃO)

***** TEXTO DA EMENDA *****

oitto) famílias na localidade denominada Genipão no município de Arapucaia-TD, abrangendo uma área de 1 373 ha

***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

EMENDA 11-00063-7 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: PAULO MOURÃO PARTIDO: PSD/TO

***** TEXTO DA EMENDA *****

Destaque-se do Projeto 13911 04130663 030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais - NCZS 1 058 231 60 (um milhão, noventa e oito mil, duzentos e trinta e um cruzados novos e sessenta centavos) para o assentamento de 43 famílias na localidade denominada Cachoeira no Município de Arapucaia-TD, totalizando uma área de 4 774 ha

***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

EMENDA 11-00064-5 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: PAULO MOURÃO PARTIDO: PSD/TO

***** TEXTO DA EMENDA *****

Destaque-se do Projeto 13911 04130663 030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais - NCZS 858 369 18 (oitocentos e sessenta e oito mil, trezentos e sessenta e nove cruzados novos e dezolito centavos) para assentamento de 34 (trinta e quatro) famílias na localidade denominada Barroca no município de Arapucaia-TD, numa área de 2 655 ha

***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

EMENDA 11-00065-3 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: SIMÃO SESSIM PARTIDO: PFL/RJ

***** TEXTO DA EMENDA *****

Suplemente-se o Projeto 12208 3784581 311 - CONTROLE DE ENCHENTES E RECUPERAÇÃO DA BAIXADA SERRANA E BAIXADA FLUMINENSE - RJ com a importância de NCZS 1 000 000,00 para o Município de Itiracema - NCZS 1 000 000,00 para o Município de Nilópolis e NCZS 1 000 000,00 para o Município de Petrópolis

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO
SIOB - PROJETO DE LEI NÚMERO 11, DE 1989 - CN
RELAÇÃO GERAL DE EMENDAS - TODAS

DATA: 29/08/89
HORA: 15 15
PÁGINA: 00022

EMENDA 11-00065-3 (CONTINUAÇÃO)

***** TEXTO DA EMENDA *****

FONTE: 13 911 04130663 030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais

***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

EMENDA 11-00066-1 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: FRANCISCO KUSTER PARTIDO: PSD/SC

***** TEXTO DA EMENDA *****

Destaque-se do Projeto 13 911 04130663 030 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, a importância de NCZS 5 000 000,00 (cinco milhões de cruzados novos) para atender o assentamento de 1 700 (um mil e setecentas) famílias sem terra, nos municípios de Palma Sola e Matos Costa no Estado de Santa Catarina.

***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

EMENDA: 11-00067-0 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: JOÃO CARLOS BACELAR PARTIDO: PMDB/BA

***** TEXTO DA EMENDA *****

EMENDA MODIFICATIVA

Inclua-se no DESCRITOR DO ANEXO I após a expressão "NOVOS EMPREGOS" sendo NCZS 15 000 000,00 para o Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais na Bahia

***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição, por não existirem recursos disponíveis para o seu atendimento

EMENDA: 11-00068-8 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: MARCOS QUEIROZ PARTIDO: PMDB/PE

***** TEXTO DA EMENDA *****

INCLUIA-SE ONDE COURER

a importância de NCZS 1 500 000,00 (um milhão, quinhentos mil cruzados novos) para a Prefeitura Municipal de Capoeiras (PE) para ser aplicado na construção da Feira - Parque de Exposições de animais no Município de Capoeiras (PE)

FONTE: Código 12207 0454071 44P

Aproveitamento Hidroagrícola do Jalão

***** TEXTO DO PARECER *****

Pela Rejeição, os recursos do Projeto estão comprometidos com a execução de contrato de empréstimo firmado entre o governo brasileiro e o Banco Mundial

A Comissão Mista de Orçamento, em reunião extraordinária realizada em 24 de agosto de 1989, aprovou, unanimemente, o Parecer do Relator, Deputado JOÃO AGRIPINO, Favorável ao Projeto de Lei nº 11/89-CN, sem emendas.

Compareceram os Senhores Deputados Cid Carvalho, Presidente; João Agripino, Relator; Eraldo Tinoco, Simão Sessim, João Paulo, Maria de Lourdes Abadia, Marcos Queiroz, Nyder Barbosa, Irma Passoni, José Luiz de Sá, Manoel Moreira, Israel Pinheiro, José Carlos Vazconcellos, Haroldo Sabóia, Nilton Gibson, Antonio Ferreira, Manuel Domingos, Felipe Mendes, Paes Landim, Annibal Barcellos, José Maranhão, Ézio Ferreira Mauro Sampaio, Ubiratan Aguiar, João Agripino, Jorge Arbage, José Camargo, Santinho Furtado, e os Senhores Senadores João Calmon, João Lobo, Lourenberg Nunes Rocha, Leopoldo Peres, Raimundo Lima Pompeu de Souza, João Menezes, Ruy Bacelar.

Sala de Comissão, em 24 de agosto de 1989.

Cid Carvalho
Deputado CID CARVALHO
Presidente

João Agripino
Deputado JOÃO AGRIPINO
Relator

[illegible]

EMENDA 13-00003-2 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: SÉRGIO NAYA PARTIDO: PMDB/MG

***** TEXTO DA EMENDA *****

EMENDA MODIFICATIVA
15 000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
15 200 ENTIDADES SUPERVISIONADAS
CÓDIGO
ALTERE-SE
Atividades a cargo da
Universidade Federal de
JUÍZ DE FORA 5 000,000

***** TEXTO DO PARECER *****

Considerando que a emenda não indica os recursos necessários para anulação como determina o artigo 166, § 3, II, da Constituição Federal, ela não pode ser aprovada.

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO
SIDR - PROJETO DE LEI NÚMERO 13 DE 1989 - CN
RELACÃO GERAL DE EMENDAS - TODAS DATA 23/08/89
HORA: 17:45
PÁGINA 00002

EMENDA 13-00004-1 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: SÉRGIO NAYA PARTIDO: PMDB/MG

***** TEXTO DA EMENDA *****

Atividade a cargo da
Fundação Universidade de
VIÇOSA 3 000,000

***** TEXTO DO PARECER *****

Considerando que a emenda não indica os recursos necessários para anulação como determina o artigo 166, § 3, II, da Constituição Federal, ela não pode ser aprovada.

EMENDA 13-00005-9 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: JOSÉ LUIZ DE SÁ PARTIDO: PL/RJ

***** TEXTO DA EMENDA *****

INCLUIR ONDE COUBER A destinação de NCZS 200 000,00 (duzentos mil cruzados novos) visando a restauração do Colégio Paulo Monteiro Mendes, na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro
Fontes: 15228 08442052 008 - NCZS 100 000,00
15230 08442052 008 - NCZS 100 000,00

***** TEXTO DO PARECER *****

Considerando que a emenda objetiva a alocação de recursos para escola de ensino de 1. e 2. grau cancelando recursos de Instituições Federais de Ensino Superior, o que poderia significar o rompimento do acordo feito para o término da última greve das Universidades Federais, ela não pode ser aprovada.

EMENDA 13-00006-7 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: JOSÉ LUIZ DE SÁ PARTIDO: PL/RJ

***** TEXTO DA EMENDA *****

SUPLEMENTE-SE o Projeto 1520 08431991 005 - Expansão e melhoria de Ensino Técnico, constante da Lei Orçamentária com a importância de NCZS 2 000 000,00 (dois milhões de cruzados novos) para corrigir o valor destinado à construção da Escola Técnica do Município de Volta Redonda-Rio de Janeiro
Fontes: 15223 08442052 008 - NCZS 500 000,00
15233 08442052 008 - NCZS 500 000,00
15236 08442052 008 - NCZS 500 000,00
15238 08442052 008 - NCZS 500 000,00

***** TEXTO DO PARECER *****

Considerando que a emenda objetiva a alocação de recursos para escola de ensino de 1. e 2. grau cancelando recursos de Instituições Federais de Ensino Superior, o que poderia significar o rompimento do acordo feito para o término da última greve das Universidades Federais, ela não pode ser aprovada.

EMENDA 13-00007-5 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: CELSO DOURADO PARTIDO: PMDB/BA

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO
SIDR - PROJETO DE LEI NÚMERO 13 DE 1989 - CN
RELACÃO GERAL DE EMENDAS - TODAS DATA: 23/08/89
HORA: 17:49
PÁGINA 00003

EMENDA 13-00007-5 (CONTINUAÇÃO)

***** TEXTO DA EMENDA *****

Inclua-se onde couber
A importância de NCZS 300 000,00 (trezentos mil cruzados novos) para atender a construção de Escola de 1. e 2. grau - "Escola Idalva da Silva Dourado", no município de João Dourado - BA
Fonte: 1528408442052 008 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos

***** TEXTO DO PARECER *****

Considerando que a emenda objetiva a alocação de recursos para escola de ensino de 1. e 2. grau cancelando recursos de Instituições Federais de Ensino Superior, o que poderia significar o rompimento do acordo feito para o término da última greve das Universidades Federais, ela não pode ser aprovada.

EMENDA 13-00008-3 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: CELSO DOURADO PARTIDO: PMDB/BA

***** TEXTO DA EMENDA *****

Inclua-se onde couber
A importância de NCZS 100 000,00 (cem mil cruzados novos) para atender a construção de duas (2) escolas rurais no município de Senhor do Bonfim/BA
Fonte: 15 236 08442052 008 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos

***** TEXTO DO PARECER *****

Considerando que a emenda objetiva a alocação de recursos para escola de ensino de 1. e 2. grau cancelando recursos de Instituições Federais de

Ensino Superior, o que poderia significar o rompimento do acordo feito para o término da última greve das Universidades Federais, ela não pode ser aprovada.

EMENDA 13-00009-1 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: CELSO DOURADO PARTIDO: PMDB/BA

***** TEXTO DA EMENDA *****

Inclua-se onde couber
A importância de NCZS 100 000,00 (cem mil cruzados novos) para atender a recuperação do prédio e dos equipamentos da Escola Politécnica do Camo Formoso BA
Fonte: 15232 08442052 008 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos

***** TEXTO DO PARECER *****

Considerando que a emenda objetiva a alocação de recursos para escola de ensino de 1. e 2. grau cancelando recursos de Instituições Federais de Ensino Superior, o que poderia significar o rompimento do acordo feito para o término da última greve das Universidades Federais, ela não pode ser aprovada.

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO
SIDR - PROJETO DE LEI NÚMERO 13 DE 1989 - CN
RELACÃO GERAL DE EMENDAS - TODAS DATA 23/08/89
HORA: 17:49
PÁGINA 00004

EMENDA 13-00009-1 (CONTINUAÇÃO)

***** TEXTO DO PARECER *****

greve das Universidades Federais, ela não pode ser aprovada.

EMENDA 13-00010-5 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: RAQUEL CÂNDIDO PARTIDO: PRT/RO

***** TEXTO DA EMENDA *****

Mantenha-se a dotação de NCZS 700 000,00 (setecentos e noventa e seis mil cruzados novos) constante da atividade 15 200 08442052 RTO - Atividade a cargo da Fundação Universidade Federal de Rondônia

***** TEXTO DO PARECER *****

Prejudicada por não se constituir em emenda, esta é em proposição que não se dá a proposição legislativa.

EMENDA 13-00011-3 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: RAQUEL CÂNDIDO PARTIDO: PRT/RO

***** TEXTO DA EMENDA *****

Suplemente-se a atividade 15200 08442052 RTO - Atividade a cargo da Fundação Universidade Federal de Rondônia com a importância de NCZS 1 000 000,00 (um milhão de cruzados novos) para a construção de uma unidade da UNIR no Município de Porto Velho - RO
Fonte: 15 230 08442052 207 - NCZS 1 000 000,00

***** TEXTO DO PARECER *****

A emenda propõe recursos para uma universidade em detrimento de outra que teria as mesmas canceladas o que poderia representar o rompimento do acordo para o término da última greve das Instituições Federais de Ensino Superior.

EMENDA 13-00012-1 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: ABIGAIL FEITOSA PARTIDO: PSD/PA

***** TEXTO DA EMENDA *****

Inclua-se onde couber a importância de NCZS 2 000 000,00 para atender a construção de Escola Agrícola no município de São José do Bonfim - BA
Fonte de Recursos: 15 236 08442052 008 - NCZS 1 000 000,00
15 237 08442052 008 - NCZS 1 000 000,00

***** TEXTO DO PARECER *****

Considerando que a emenda objetiva a alocação de recursos para escola de ensino de 1. e 2. grau cancelando recursos de Instituições Federais de Ensino Superior, o que poderia significar o rompimento do acordo feito para o término da última greve das Universidades Federais, ela não pode ser aprovada.

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO
SIDR - PROJETO DE LEI NÚMERO 13 DE 1989 - CN
RELACÃO GERAL DE EMENDAS - TODAS DATA 23/08/89
HORA: 17:49
PÁGINA 00005

EMENDA 13-00012-1 (CONTINUAÇÃO)

***** TEXTO DO PARECER *****

aprovada.

EMENDA 13-00013-0 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: ABIGAIL FEITOSA PARTIDO: PSD/PA

***** TEXTO DA EMENDA *****

Inclua-se onde couber a importância de NCZS 2 000 000,00 para atender a construção de Escola Agrícola no município de Bon Jesus da Lapa/BA
Fonte de Recursos: 15224 08442052 008 - NCZS 1 000 000,00
15232 08442052 008 - NCZS 1 000 000,00

***** TEXTO DO PARECER *****

Considerando que a emenda objetiva a alocação de recursos para escola de ensino de 1. e 2. grau cancelando recursos de Instituições Federais de Ensino Superior, o que poderia significar o rompimento do acordo feito para o término da última greve das Universidades Federais, ela não pode ser aprovada.

EMENDA 13-00014-8 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: VICTOR FACCIONI PARTIDO: PSD/MS

***** TEXTO DA EMENDA *****

PL 13/89-CN
Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de

EMENDA 13-00078-1 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: NEUTO DE CONTO PARTIDO: PMDB/SC

----- TEXTO DA EMENDA -----
Inclua-se Colégio La Salle - Xavier-SC
Aquisição de equipamento, composto de retro
escavadeira, trator agrícola, distribuidor de
estercos líquido e biológico.
NCZs - 750.000,00

----- TEXTO DO PARECER -----
Considerando que a emenda não indica os recursos
necessários para anulação como determina o artigo
166 § 3, II, da Constituição Federal, ela não
pode ser aprovada.

EMENDA 13-00072-0 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: NEUTO DE CONTO PARTIDO: PMDB/SC

----- TEXTO DA EMENDA -----
Inclua-se Colégio Agrícola de Vidima-SC
Aquisição de equipamento, composto de retro
escavadeira, trator agrícola, distribuidor de
estercos líquido e biológico.
NCZs - 750.000,00

----- TEXTO DO PARECER -----
Considerando que a emenda não indica os recursos
necessários para anulação como determina o artigo
166 § 3, II, da Constituição Federal, ela não
pode ser aprovada.

EMENDA 13-00078-8 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: NEUTO DE CONTO PARTIDO: PMDB/SC

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO
SIOB - PROJETO DE LEI NÚMERO 13, DE 1989 - CN
RELACÃO GERAL DE EMENDAS - TODAS

DATA 23/08/89
HORA 17:49
PÁGINA 00010

EMENDA 13-00028-B (CONTINUAÇÃO)

----- TEXTO DA EMENDA -----
Inclua-se Colégio Agrícola Vidal Ramos -
Canoinhas-SC
Aquisição de equipamento, composto de retro
escavadeira, trator agrícola, distribuidor de
estercos líquido e biológico.
NCZs - 750.000,00

----- TEXTO DO PARECER -----
Considerando que a emenda não indica os recursos
necessários para anulação como determina o artigo
166 § 3, II, da Constituição Federal, ela não
pode ser aprovada.

EMENDA 13-00028-B SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: NEUTO DE CONTO PARTIDO: PMDB/SC

----- TEXTO DA EMENDA -----
Inclua-se Colégio de 2o. Grau Sedes Sapientiais -
Fralburg-SC
Aquisição de equipamento, composto de retro
escavadeira, trator agrícola, distribuidor de
estercos líquido e biológico.
NCZs - 750.000,00

----- TEXTO DO PARECER -----
Considerando que a emenda não indica os recursos
necessários para anulação como determina o artigo
166 § 3, II, da Constituição Federal, ela não
pode ser aprovada.

EMENDA 13-00030-0 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: NEUTO DE CONTO PARTIDO: PMDB/SC

----- TEXTO DA EMENDA -----
Inclua-se Colégio Agrícola Camponi-SC
Aquisição de equipamento, composto de retro
escavadeira, trator agrícola, distribuidor de
estercos líquido e biológico.
NCZs - 750.000,00

----- TEXTO DO PARECER -----
Considerando que a emenda não indica os recursos
necessários para anulação como determina o artigo
166 § 3, II, da Constituição Federal, ela não
pode ser aprovada.

EMENDA 13-00031-B SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: NEUTO DE CONTO PARTIDO: PMDB/SC

----- TEXTO DA EMENDA -----
Inclua-se Colégio Agrícola São José -
Itapira-SC
Aquisição de equipamento, composto de retro
escavadeira, trator agrícola, distribuidor de
estercos líquido e biológico.

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO
SIOB - PROJETO DE LEI NÚMERO 13, DE 1989 - CN
RELACÃO GERAL DE EMENDAS - TODAS

DATA 23/08/89
HORA 17:49
PÁGINA 00011

EMENDA 13-00031-B (CONTINUAÇÃO)

----- TEXTO DA EMENDA -----
NCZs - 750.000,00
----- TEXTO DO PARECER -----
Considerando que a emenda não indica os recursos
necessários para anulação como determina o artigo
166 § 3, II, da Constituição Federal, ela não
pode ser aprovada.

EMENDA 13-00032-B SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: NEUTO DE CONTO PARTIDO: PMDB/SC

----- TEXTO DA EMENDA -----
Inclua-se Escola Agrícola de campo Eré-SC
Aquisição de material permanente
NCZs 500.000,00

----- TEXTO DO PARECER -----

Considerando que a emenda não indica os recursos
necessários para anulação como determina o artigo
166 § 3, II, da Constituição Federal, ela não
pode ser aprovada.

EMENDA 13-00073-4 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: NEUTO DE CONTO PARTIDO: PMDB/SC

----- TEXTO DA EMENDA -----
Inclua-se
Escola Agrícola de São Miguel do Oeste-SC
NCZs 500.000,00
Aquisição de equipamento laboratorial
----- TEXTO DO PARECER -----

Considerando que a emenda não indica os recursos
necessários para anulação como determina o artigo
166 § 3, II, da Constituição Federal, ela não
pode ser aprovada.

EMENDA 13-00074-2 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: NEUTO DE CONTO PARTIDO: PMDB/SC

----- TEXTO DA EMENDA -----
Inclua-se
Escola Técnica de Ensino Médio - Fundação de
Ensino Superior - Valparaíso-SC
Escola Técnica de Pesca e Criação de Peixes -
Trabalho
NCZs 2.000.000,00
Fonte dos Recursos:
Fonte 15230 08442052 008 rubrica 3132 NCZs 1.000.000,00
Fonte 15231 08442052 008 rubrica 3132 NCZs 1.000.000,00
NCZs 2.000.000,00
----- TEXTO DO PARECER -----

Considerando que a emenda objetiva a alteração
de recursos da escola de ensino de 1 e 2 grau
cancelando recursos de Instituições Federais de
Ensino Superior, o que poderia significar o resque-
cimento do acordo feito para o término da última
greve das universidades federais, ela não pode ser
aprovada.

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO
SIOB - PROJETO DE LEI NÚMERO 13, DE 1989 - CN
RELACÃO GERAL DE EMENDAS - TODAS

DATA 23/08/89
HORA 17:49
PÁGINA 00012

EMENDA 13-00034-2 (CONTINUAÇÃO)

----- TEXTO DO PARECER -----
Ensino Superior, o que poderia significar o resque-
cimento do acordo feito para o término da última
greve das universidades federais, ela não pode ser
aprovada.

EMENDA 13-00035-1 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: NEUTO DE CONTO PARTIDO: PMDB/SC

----- TEXTO DA EMENDA -----
Inclua-se
Escola Agrícola de Porto União-SC
Edificação
NCZs - 5.000.000,00
Fonte de Recursos:
15223 08442052 008 rubrica 3132 NCZs 1.000.000,00
15230 08442052 008 rubrica 3132 NCZs 1.000.000,00
15231 08442052 008 rubrica 3132 NCZs 1.000.000,00
15236 08442052 008 rubrica 3132 NCZs 500.000,00
15237 08442052 008 rubrica 3132 NCZs 1.000.000,00
15238 08442052 008 rubrica 3132 NCZs 500.000,00
----- TEXTO DO PARECER -----

Considerando que a emenda objetiva a alteração
de recursos para escola de ensino de 1 e 2 grau
cancelando recursos de Instituições Federais de
Ensino Superior, o que poderia significar o resque-
cimento do acordo feito para o término da última
greve das universidades federais, ela não pode ser
aprovada.

EMENDA 13-00076-9 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: NEUTO DE CONTO PARTIDO: PMDB/SC

----- TEXTO DA EMENDA -----
Inclua-se:
Escola Agrícola de Caxador-SC
Edificação
NCZs - 5.000.000,00
Fonte de Recursos:
15223 08442052 008 rubrica 3132 NCZs 1.000.000,00
15230 08442052 008 rubrica 3132 NCZs 1.000.000,00
15231 08442052 008 rubrica 3132 NCZs 1.000.000,00
15236 08442052 008 rubrica 3132 NCZs 500.000,00
15237 08442052 008 rubrica 3132 NCZs 1.000.000,00
15238 08442052 008 rubrica 3132 NCZs 500.000,00
----- TEXTO DO PARECER -----

Considerando que a emenda objetiva a alteração
de recursos para escola de ensino de 1 e 2 grau
cancelando recursos de Instituições Federais de
Ensino Superior, o que poderia significar o resque-
cimento do acordo feito para o término da última
greve das universidades federais, ela não pode ser
aprovada.

EMENDA 13-00037-7 SITUAÇÃO: PELA REJEIÇÃO
AUTOR: NEUTO DE CONTO PARTIDO: PMDB/SC

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO
SIOB - PROJETO DE LEI NÚMERO 13, DE 1989 - CN
RELACÃO GERAL DE EMENDAS - TODAS

DATA 23/08/89
HORA 17:49
PÁGINA 00013

EMENDA 13-00037-7 (CONTINUAÇÃO)

----- TEXTO DA EMENDA -----
TEXTO
Alterar-se o art. 1 do Projeto de Lei 13/89 (créditos adicionais ao Ministério da Educação), de forma a incluir no projeto NCZs 100.000,00 (cem mil cruzeiros novos), para a construção da Escola Agrícola de Patos, no Município de Patos, Estado da Paraíba.
Fonte:
Programa de Trabalho - Crédito - 15230 08442052 - Projeto / Atividade

[illegible]

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE AMPLIAÇÃO
SIGN - PROJETO DE LEI NÚMERO 1 DE 1979 (1)
RELATÓRIO GERAL DE FUNDAMENTOS TÉCNICOS

EMENDA 13 00045 B (CONTINUAÇÃO)

[illegible][illegible]

EMENDA 13 00047-4 11/11/1987 04:26
AUTOR MAX ROSENMANNN 10/11/1987 04:26

***** I F T J D A E M F J A *****

INCLUSÃO DE CNR COUBER

A MODIFICACAO DE Nº23 E A
MODIFICACAO DE Nº24 PARA APLICAR
CONSTRUÇÃO DO SEDE DA FUNDAÇÃO DE A. MULLER DA
DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS ECONÔM. 16/11/1987 DA
VOTADA Estado do Pará
FONTE = 15233 0044352 Nº23 Nº24
***** I F T J D A E M F J A *****

A emenda de nº23 e nº24
DE Nº23 E Nº24 E A
MODIFICACAO DE Nº23 E Nº24
CONSTRUÇÃO DO SEDE DA FUNDAÇÃO DE A. MULLER DA
DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS ECONÔM. 16/11/1987 DA
VOTADA Estado do Pará
FONTE = 15233 0044352 Nº23 Nº24
***** I F T J D A E M F J A *****

[illegible]

EMENDA Nº-000487 (CONTINUAÇÃO)

XXXXXXXXXXXX TEXTO DA EMENDA XXXXXXXX

Milhões de cruzados novos) para atender a construção da Sede da Escola Técnica do Trabalho.

da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
FUNTE: 1522308442052 008 - NCZS 1 000 000 00
***** TEXTO DO PARECER *****

A emenda propõe recursos para uma universidade em detrimento de outra que teria esses recursos cancelados o que poderia representar o rompimento do acordo para o término da última greve das Instituições Federais de Ensino Superior

EMENDA 13-00549-1 SITUAÇÃO PELA REJEIÇÃO
AUTOR: WPCZ UZQUEVO PARTIDO: PSDB-RS

***** TEXTO DA EMENDA *****

Inclui-se onde couber a importância de NCZS 150 000 00 (cento e cinquenta mil cruzeiros novos) para restauração do prédio do Ginásio Estadual Marechal Rondon no Município de Laranjeiras, RS
FUNTE: 152268 0842052 008 - NCZS 150 000 00
***** TEXTO DO PARECER *****

Considerando que a emenda objetiva a alocação de recursos para escola de ensino de 1 e 2 grau cancelando recursos de Instituições Federais de Ensino Superior o que poderia significar o rompimento do acordo feito para o término da última greve das Universidades Federais, ela não pode ser aprovada

EMENDA 13-00549-4 SITUAÇÃO PELA REJEIÇÃO
AUTOR: LUIZ HENRIQUE PARTIDO: PMDB-RS

***** TEXTO DA EMENDA *****

Inclui-se onde couber a importância de NCZS 2 000 000 00 (dois milhões de cruzeiros novos) para a construção do prédio da Escola Agrícola de Caçador - SC
FUNTE: 1522308442052 008 - NCZS 2 000 000 00
***** TEXTO DO PARECER *****

Considerando que a emenda objetiva a alocação de recursos para escola de ensino de 1 e 2 grau cancelando recursos de Instituições Federais de Ensino Superior o que poderia significar o rompimento do acordo feito para o término da última greve das Universidades Federais, ela não pode ser aprovada

EMENDA 13-00551-2 SITUAÇÃO PELA REJEIÇÃO
AUTOR: LUIZ HENRIQUE PARTIDO: PMDB-RS

***** TEXTO DA EMENDA *****

Inclui-se onde couber a importância de NCZS 2 000 000 00 (dois milhões de cruzeiros novos) para

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO
SOL - PROJETO DE LEI NÚMERO 13, DE 1989 - CN
RELACÃO GERAL DE EMENDAS - TODAS
DATA: 23/08/89
HORA: 17:49
PÁGINA: 00018

EMENDA 13-00551-2 (CONTINUAÇÃO)

atender a construção do prédio da Escola Agrícola de Porto União - SC
FUNTE: 152308442052 008 - NCZS 1 000 000 00
152308442052 207 - NCZS 1 000 000 00
***** TEXTO DO PARECER *****

Considerando que a emenda objetiva a alocação de recursos para escola de ensino de 1 e 2 grau cancelando recursos de Instituições Federais de Ensino Superior o que poderia significar o rompimento do acordo feito para o término da última greve das Universidades Federais, ela não pode ser aprovada

EMENDA 13-00552-1 SITUAÇÃO PELA REJEIÇÃO
AUTOR: LUIZ HENRIQUE PARTIDO: PMDB-RS

***** TEXTO DA EMENDA *****

Inclui-se onde couber a importância de NCZS 100 000 00 (cem mil cruzeiros novos) para custear bolsas de estudos para filhos de operários na Escola Técnica Lúcio de Oliveira - SC
FUNTE: 1524008442052 008 - NCZS 100 000 00
***** TEXTO DO PARECER *****

Considerando que a emenda objetiva a alocação de recursos para escola de ensino de 1 e 2 grau cancelando recursos de Instituições Federais de Ensino Superior o que poderia significar o rompimento do acordo feito para o término da última greve das Universidades Federais, ela não pode ser aprovada

EMENDA 13-00553-9 SITUAÇÃO PELA REJEIÇÃO
AUTOR: LUIZ HENRIQUE PARTIDO: PMDB-RS

***** TEXTO DA EMENDA *****

Inclui-se onde couber a importância de NCZS 1 000 000 00 (um milhão de cruzeiros novos) para melhorar as instalações e adquirir material permanente para a Escola Agrícola Gomes de Oliveira, no Município de Araçuaí - SC
FUNTE: 1525008442052 008 - NCZS 1 000 000 00
***** TEXTO DO PARECER *****

Considerando que a emenda objetiva a alocação de recursos para escola de ensino de 1 e 2 grau cancelando recursos de Instituições Federais de Ensino Superior o que poderia significar o rompimento do acordo feito para o término da última greve das Universidades Federais, ela não pode ser aprovada

EMENDA 13-00554-7 SITUAÇÃO PELA REJEIÇÃO
AUTOR: LUIZ HENRIQUE PARTIDO: PMDB-RS

***** TEXTO DA EMENDA *****

Inclui-se onde couber a importância de NCZS

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO
SOL - PROJETO DE LEI NÚMERO 13, DE 1989 - CN
RELACÃO GERAL DE EMENDAS - TODAS
DATA: 23/08/89
HORA: 17:49
PÁGINA: 00019

EMENDA 13-00555-5 SITUAÇÃO PELA REJEIÇÃO
AUTOR: LUIZ HENRIQUE PARTIDO: PMDB-RS

***** TEXTO DA EMENDA *****

Inclui-se onde couber a importância de NCZS 1 000 000 00 (um milhão de cruzeiros novos) para custear bolsas de estudos para filhos de operários na Escola Técnica Lúcio de Oliveira - SC
FUNTE: 1525008442052 008 - NCZS 1 000 000 00
***** TEXTO DO PARECER *****

Considerando que a emenda objetiva a alocação de recursos para escola de ensino de 1 e 2 grau cancelando recursos de Instituições Federais de Ensino Superior o que poderia significar o rompimento do acordo feito para o término da última greve das Universidades Federais, ela não pode ser aprovada

EMENDA 13-00555-5 SITUAÇÃO PELA REJEIÇÃO
AUTOR: LUIZ HENRIQUE PARTIDO: PMDB-RS

***** TEXTO DA EMENDA *****

Inclui-se onde couber a importância de NCZS 1 000 000 00 (um milhão de cruzeiros novos) para custear bolsas de estudos para filhos de operários na Escola Técnica Lúcio de Oliveira - SC
FUNTE: 1525008442052 008 - NCZS 1 000 000 00
***** TEXTO DO PARECER *****

Considerando que a emenda objetiva a alocação de recursos para escola de ensino de 1 e 2 grau cancelando recursos de Instituições Federais de Ensino Superior o que poderia significar o rompimento do acordo feito para o término da última greve das Universidades Federais, ela não pode ser aprovada

EMENDA 13-00556-3 SITUAÇÃO PELA REJEIÇÃO
AUTOR: MARCOS DEJONZ PARTIDO: PMDB-RS

***** TEXTO DA EMENDA *****

Inclui-se onde couber a importância de NCZS 1 000 000 00 (um milhão de cruzeiros novos) para custear bolsas de estudos para filhos de operários na Escola Técnica Lúcio de Oliveira - SC
FUNTE: 1525008442052 008 - NCZS 1 000 000 00
***** TEXTO DO PARECER *****

Considerando que a emenda objetiva a alocação de recursos para escola de ensino de 1 e 2 grau cancelando recursos de Instituições Federais de Ensino Superior o que poderia significar o rompimento do acordo feito para o término da última greve das Universidades Federais, ela não pode ser aprovada

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO
SOL - PROJETO DE LEI NÚMERO 13, DE 1989 - CN
RELACÃO GERAL DE EMENDAS - TODAS
DATA: 23/08/89
HORA: 17:49
PÁGINA: 00020

EMENDA 13-00556-3 (CONTINUAÇÃO)

***** TEXTO DO PARECER *****

greve das Universidades Federais, ela não pode ser aprovada

EMENDA 13-00557-1 SITUAÇÃO PELA REJEIÇÃO
AUTOR: VÉRGIO SPADA PARTIDO: PMDB-RS

***** TEXTO DA EMENDA *****

Inclui-se onde couber a importância de NCZS 1 000 000 00 (um milhão de cruzeiros novos) para custear bolsas de estudos para filhos de operários na Escola Técnica Lúcio de Oliveira - SC
FUNTE: 1525008442052 008 - NCZS 1 000 000 00
***** TEXTO DO PARECER *****

Considerando que a emenda objetiva a alocação de recursos para escola de ensino de 1 e 2 grau cancelando recursos de Instituições Federais de Ensino Superior o que poderia significar o rompimento do acordo feito para o término da última greve das Universidades Federais, ela não pode ser aprovada

EMENDA 13-00558-0 SITUAÇÃO PELA REJEIÇÃO
AUTOR: JÚLIO CARLOS SABOIA PARTIDO: PSD-MA

***** TEXTO DA EMENDA *****

Suplementa-se o projeto 1525008442052 008 para incluir a importância de NCZS 1 000 000 00 (um milhão de cruzeiros novos) para custear bolsas de estudos para filhos de operários na Escola Técnica Lúcio de Oliveira - SC
FUNTE: 1525008442052 008 - NCZS 1 000 000 00
***** TEXTO DO PARECER *****

Considerando que a emenda objetiva a alocação de recursos para escola de ensino de 1 e 2 grau cancelando recursos de Instituições Federais de Ensino Superior o que poderia significar o rompimento do acordo feito para o término da última greve das Universidades Federais, ela não pode ser aprovada

EMENDA 13-00559-1 SITUAÇÃO PELA REJEIÇÃO
AUTOR: JÚLIO CARLOS SABOIA PARTIDO: PSD-MA

***** TEXTO DA EMENDA *****

Suplementa-se o projeto 1525008442052 008 para incluir a importância de NCZS 1 000 000 00 (um milhão de cruzeiros novos) para custear bolsas de estudos para filhos de operários na Escola Técnica Lúcio de Oliveira - SC
FUNTE: 1525008442052 008 - NCZS 1 000 000 00
***** TEXTO DO PARECER *****

Considerando que a emenda objetiva a alocação de recursos para escola de ensino de 1 e 2 grau cancelando recursos de Instituições Federais de Ensino Superior o que poderia significar o rompimento do acordo feito para o término da última greve das Universidades Federais, ela não pode ser aprovada

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO
SOL - PROJETO DE LEI NÚMERO 13, DE 1989 - CN
RELACÃO GERAL DE EMENDAS - TODAS
DATA: 23/08/89
HORA: 17:49
PÁGINA: 00021

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO
SIOB - PROJETO DE LEI NÚMERO 13 DE 1989 CH
RELAÇÃO GERAL DE EMENDAS - TODAS

DATA 23/08/89
HORA 17.49
PÁGINA 09021

da Universidade de Brasília se a ser a
Relatoria Comissão devendo se deslida a
constituição de praça de esportes no município
de JI-Paraná em Rondônia

EMENDA 13-00001
AUTOR RAQUEL CÂNDIDO
PARTIDO PDI RJ

----- TEXTO DA EMENDA -----
Inclua-se onde couber
A importância de R\$ 500.000,00 (hum milhão
e quinhentos mil cruzeiros novos) para atender à
construção de uma praça de esportes no município
de JI-Paraná RO
Fonte 1525708442052 008 R\$ 500.000,00
----- TEXTO DO PARÁGRAFO -----

A autora não indica a fonte de anulação de recursos
orçamentais para o atendimento de sua emenda, com-
mandando a Constituição Federal e o que é tirado
(1989) está relacionado com necessidade prioritária

EMENDA 13-00001
AUTOR RAQUEL CÂNDIDO

----- TEXTO DA EMENDA -----
Inclua-se onde couber
A importância de R\$ 200.000,00 (duzentos
e mil cruzeiros novos) para atender a construção de
escola no município de Presidente Média, RO
Fonte 15258 0842087 106 R\$ 200.000,00
----- TEXTO DO PARÁGRAFO -----

Considerando que a emenda relativa à alínea
de recursos para a escola do L. 30. 8. 8. 1.
cancelando recursos de Instituição Federal de
Ensino Superior, o que o projeto não faz, con-
siderando o fato de que a emenda não é de
interesse das Universidades Federais e a ser a
aprovada

ANEXO I

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15200 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA		160 548 174
	ENSINO DE SEGUNDO GRAU		136 200
	FORMAÇÃO PARA O SETOR PRIMARIO		56 200
15200 08421062 88	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	56 200	
	FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDARIO		180 000
15200 08421072 882	ATIVIDADES A CARGO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA	200 000	
15200 08421072 88	ATIVIDADES A CARGO DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS	800	
15200 08421072 884	ATIVIDADES A CARGO DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARANÁ	10 000	
	EDUCAÇÃO SUPERIOR		60 1 974
	ESCOLA DE ARTE E OFÍCIO		20 500
0844052 8	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAPÁ	20 500	
	ESCOLA DE GRADUAÇÃO		3 684 484
15200 0844052 8	ATIVIDADES A CARGO DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE AMAPÁ	6 360	
15200 0844052 87	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	538 400	
15200 0844052 88	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	6 200 900	
15200 0844052 884	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	6 074 200	
15200 08442052 84	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	3 534 000	
15200 08442052 842	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	2 808 000	
15200 08442052 843	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	7 216 000	
15200 08442052 844	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUÍZ DE FORA	3 582 100	
15200 08442052 845	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	7 510 000	
15200 08442052 846	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	5 180 000	
15200 08442052 847	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	6 630 000	
15200 08442052 848	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	7 095 800	
15200 08442052 849	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	6 280 000	
15200 08442052 850	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	5 120 000	
15200 08442052 851	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	7 900 000	
15200 08442052 852	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	10 182 550	
15200 08442052 853	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	5 100 000	
15200 08442052 854	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	4 140 000	
15200 08442052 855	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	1 810 000	
15200 08442052 856	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	1 620 000	
15200 08442052 857	ATIVIDADES A CARGO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARÁ	1 114 315	
15200 08442052 858	ATIVIDADES A CARGO DA FACULDADE DE MEDICINA DO TRIÂNGULO MINEIRO	850 000	
15200 08442052 859	ATIVIDADES A CARGO DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE DIAMANTINA	429 640	

15200 08442052 860	ATIVIDADES A CARGO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA	860 000
15200 08442052 861	ATIVIDADES A CARGO DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS	550 000
15200 08442052 862	ATIVIDADES A CARGO DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARANÁ	610 000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

407 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
15200 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
15200 08442052 863	ATIVIDADES A CARGO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA BAHIA		487 900	
15200 08442052 864	ATIVIDADES A CARGO DA ESCOLA DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE ALFENAS		352 047	
15200 08442052 865	ATIVIDADES A CARGO DA ESCOLA FEDERAL DE ENGENHARIA DE ITAJUBÁ		510 000	
15200 08442052 866	ATIVIDADES A CARGO DA ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA		2 590 000	
15200 08442052 867	ATIVIDADES A CARGO DA ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS		15 600	
15200 08442052 868	ATIVIDADES A CARGO DA ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE MOSSORÓ		166 200	
15200 08442052 870	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA		452 50	
15200 08442052 871	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE RIO DE JANEIRO		28 000	
15200 08442052 872	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS		1 106 860	
15200 08442052 873	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA		4 632 420	
15200 08442052 874	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO MARANHÃO		518 520	
15200 08442052 875	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO PIAUÍ		465 530	
15200 08442052 876	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE LIBERLÂNCIA		4 223 700	
15200 08442052 877	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE		464 35	
15200 08442052 878	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO		7 362 130	
15200 08442052 879	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO		382 500	
15200 08442052 880	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS		3 515 000	
15200 08442052 881	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ		1 339 200	
15200 08442052 882	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS		2 440 000	
15200 08442052 883	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE		1 961 960	
15200 08442052 884	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA		2 000 000	
15200 08442052 885	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL		1 779 600	
15200 08442052 886	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO FACULDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS MÉDICAS DE PORTO ALEGRE		315 984	
15200 08442052 938	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO JOÃO DEL REI		781 507	
	ENSINO DE POS-GRADUAÇÃO			5 145 056
15200 08442052 839	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA		124 000	
15200 08442052 840	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ		118 000	
15200 08442052 841	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO		228 000	

15200 08444282 843	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	15 000
15200 08444282 846	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	15 000
15200 08444282 847	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	15 800
15200 08444282 849	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	22 000
15200 08444282 850	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	45 000
15200 08444282 853	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	45 000
15200 08444282 858	ATIVIDADES A CARGO DA FACULDADE DE MEDICINA DO TRIANGULO MINEIRO	14 000
15200 08444282 880	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	20 000
15200 08444282 891	ATIVIDADES A CARGO DO HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE	447 856
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		5 12 825
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO		9 391 825
PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO		9 391 825
15200 15844942 838	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	120 000
15200 15844942 839	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	875 000
15200 15844942 840	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	401 000
SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I		402 000

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15200 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

CURSOS DE TERCERO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
15200 15844942 841	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO		25 900	
15200 15844942 847	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE		365 300	
15200 15844942 844	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL		200 000	
15200 15844942 846	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS		211 000	
15200 15844942 846	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ		15 400	
15200 15844942 847	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA		150 000	
15200 15844942 847	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ		15 000	
15200 15844942 849	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO		22 000	
15200 15844942 850	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		45 000	
15200 15844942 853	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA		45 000	
15200 15844942 858	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO		14 000	
15200 15844942 880	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS		20 000	
15200 15844942 891	ATIVIDADES A CARGO DO HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE		447 856	
15200 15844942 838	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS		120 000	
15200 15844942 839	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA		875 000	
15200 15844942 840	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ		401 000	
15200 15844942 841	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO		25 900	
15200 15844942 847	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE		365 300	
15200 15844942 844	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL		200 000	
15200 15844942 846	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS		211 000	
15200 15844942 846	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ		15 400	
15200 15844942 847	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA		150 000	
15200 15844942 847	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ		15 000	
15200 15844942 849	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO		22 000	
15200 15844942 850	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		45 000	
15200 15844942 853	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA		45 000	
15200 15844942 858	ATIVIDADES A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO		14 000	
15200 15844942 880	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS		20 000	
15200 15844942 891	ATIVIDADES A CARGO DO HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE		447 856	

15200 15844942 860	ATIVIDADES A CARGO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA	60 300
15200 15844942 861	ATIVIDADES A CARGO DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS	54 000
15200 15844942 862	ATIVIDADES A CARGO DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARANÁ	47 800
15200 15844942 864	ATIVIDADES A CARGO DA ESCOLA DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE ALFENAS	21 060
15200 15844942 865	ATIVIDADES A CARGO DA ESCOLA FEDERAL DE ENGENHARIA DE ITAJUBÁ	77 800
15200 15844942 866	ATIVIDADES A CARGO DA ESCOLA FAULISTA DE MEDICINA	391 200
15200 15844942 867	ATIVIDADES A CARGO DA ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS	76 000
15200 15844942 868	ATIVIDADES A CARGO DA ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE MOSSORÓ	20 000
15200 15844942 871	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	202 000
15200 15844942 872	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	63 300
15200 15844942 873	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	186 383
15200 15844942 874	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO MARANHÃO	169 400
15200 15844942 875	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL	95 224
15200 15844942 876	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	275 700
15200 15844942 877	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	64 349
15200 15844942 878	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	153 462
15200 15844942 879	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	86 300
15200 15844942 880	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELotas	217 500

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15200 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
15200 15844942 88	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ		222 000	
15200 15844942 882	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS		126 000	
15200 15844942 883	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE		172 440	
15200 15844942 884	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA		349 400	
15200 15844942 885	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL		20 000	
15200 15844942 886	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO FACULDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS MÉDICAS DE PORTO ALEGRE		5 390	
15200 15844942 889	ATIVIDADES A CARGO DO HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE		5 474	
15200 15844942 891	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE RIO GRANDE DO SUL		21 093	
TOTAL		458 226	60 44 000	60 940 000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15222 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			538 400
	ENSINO SUPERIOR			538 400
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			538 400
5222 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		416 000	
5222 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		22 400	
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			20 000
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			20 000
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO			20 000
5222 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO		20 000	
	TOTAL		538 400	538 400

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15223 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			6 394 900
	ENSINO SUPERIOR			6 394 900
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			6 270 900
15223 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		4 749 900	
15223 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		521 000	
	ENSINO DE POS-GRADUAÇÃO			124 000
15223 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		124 000	
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			876 000
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			876 000
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO			876 000
15223 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO		876 000	

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

TOTAL

7 270 900

7 270 900

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15224 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
--------	---------------	----------	------------	-------

	ENSINO DE GRADUAÇÃO		6 074 200
15224 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	7 171 200	
15224 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	2 903 000	
	ENSINO DE POS-GRADUAÇÃO		116 000
15224 08442062 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	116 000	
	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		111 000
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO		111 000
SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I			

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
15224 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	PREVIDÊNCIA SOCIAL AO SERVIDOR PÚBLICO			501 000
15224 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO		5 000	
TOTAL				5 591 200
SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO				NCZ 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
15225 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	CACAT E C. T. P. L.			160 000
	INIC. SUPERIOR			160 000
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			1 134 000
15225 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		116 000	
15225 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		274 000	
	ENSINO DE POS GRADUAÇÃO			226 000
15225 08442062 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		226 000	
	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA			195 900
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO			195 900
	PREVIDÊNCIA SOCIAL AO SERVIDOR PÚBLICO			195 900
15225 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO		95 900	
TOTAL				3 955 900
SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I				NCZ 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15226 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			3 163 700
	ENSINO SUPERIOR			3 163 700
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			2 808 000
15226 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	1	051 000	
15226 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	1	757 000	
	ENSINO DE POS-GRADUAÇÃO			281 000
15226 08442062 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		281 000	
	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA			74 700
15226 08442072 179	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO		74 700	
	TOTAL		3 163 700	3 163 700
SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I				NCZ 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15227 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			7 436 000
	ENSINO SUPERIOR			7 436 000
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			7 216 000
15227 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	4	406 000	
15227 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	1	810 000	
	ENSINO DE POS-GRADUAÇÃO			77 000
15227 08442062 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		77 000	
	ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA			150 000
15227 08442062 236	MANUTENÇÃO DE UNIDADES HOSPITALARES		150 000	
	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA			369 300
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO			769 700
	REPOSIÇÃO E SOCIAL A SERVIDOR PÚBLICO			769 700
15227 08442062 236	MANUTENÇÃO DE UNIDADES HOSPITALARES		150 000	
	TOTAL		7 436 000	7 436 000
SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I				NCZ 00

	ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA		150 000
15237 08444262 206	MANUTENÇÃO DE UNIDADES HOSPITALARES	150 000	
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		46 300
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO		46 300
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO		46 300
15237 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO	46 300	
TOTAL		5 336 300	5 336.300
SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I			NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15238 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA		4 760 000
	ENSINO SUPERIOR		4 760 000
	ENSINO DE GRADUAÇÃO		4 140 000
15238 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	2.580.000	
15238 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	1 560 000	
	ENSINO DE POS-GRADUAÇÃO		620.000
15238.08442052.207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	620.000	
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		244.800
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO		244.800
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO		244.800
SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I			NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15238 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS ATIVIDADES	TOTAL
15238 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO	244.800	
TOTAL		5 004 800	5 004 800
SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I			NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15239 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA		810 000
	ENSINO SUPERIOR		810 000
	ENSINO DE GRADUAÇÃO		810 000

15239 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	125 900	
15240 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	125 900	
	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		251 800
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO		251 800
	PREVIDÊNCIA SOCIAL AO SERVIDOR PÚBLICO		251 800
15239 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	125 900	
TOTAL		1 994 100	994 100
SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I			NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15240 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			1 620 000
	ENSINO SUPERIOR			620 000
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			1 620 000
15240 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	520 000		
15240 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	1 100 000		
	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA			125 900
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO			125 900
	PREVIDÊNCIA SOCIAL AO SERVIDOR PÚBLICO			125 900
15240 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	125 900		
TOTAL		1 745 900		1 745 900
SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I			NCZ	1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15241 - FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARA

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			1 114 315
	ENSINO SUPERIOR			4 315
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			14 315
15241 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	477 900		
15241 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	66 400		
	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA			7 285
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO			285
	PREVIDÊNCIA SOCIAL AO SERVIDOR PÚBLICO			285
15241 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	285		
TOTAL		544 585		15 500
SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I			NCZ	1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15228 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			3 902 100
	ENSINO SUPERIOR			3 902 100
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			3 582 100
15228 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	1 762 100		
15228 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	1 800 000		
	ENSINO DE POS-GRADUAÇÃO			320 000
15228 08442062 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	320 000		
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			200 000
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			200 000
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO			200 000
15228 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO	200 000		
TOTAL				4 102 100
SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I				NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15229 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			7 837.600
	ENSINO SUPERIOR			7 837 600
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			7 510.000
15229.08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	3 640 000		
15229.08442052.207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	3 870 000		
SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I				NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15229 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	ENSINO DE POS-GRADUAÇÃO			327 600
15229 08442062 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	377 600		
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			200 000
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			200 000
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO			200 000
15229 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO	200 000		
TOTAL				8 037 600

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCACÃO

15230 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			5 664 000
	ENSINO SUPERIOR			5 664 000
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			5 180 000
15230 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	3	200 000	
15230 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		980 000	
	ENSINO DE POS-GRADUAÇÃO			100 000
15230 08442062 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		100 000	
	ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA			380 000
15230 08444282 206	MANUTENÇÃO DE UNIDADES HOSPITALARES		380 000	
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			208 400
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			208 400
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO			208 400
15230 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO		208 400	
	TOTAL		5 868 400	5 868 400
	SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I			NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCACÃO

15231 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			5 964 800
	ENSINO SUPERIOR			5 964 800
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			5 630 000
15231 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	5	470 000	
15231 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	1	160 000	
	ENSINO DE POS-GRADUAÇÃO			196 000
15231 08442062 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		196 000	
	ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA			138 800
15231 08444282 206	MANUTENÇÃO DE UNIDADES HOSPITALARES		138 800	
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			250 000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15231 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			250 000
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO			250 000
15231 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO		250 000	
	TOTAL		250 000	250 000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15232 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			7 279 500
	ENSINO SUPERIOR			279 500
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			6 999 500
15232 08442052 006	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		5 689 500	
15232 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		410 000	
	ENSINO DE POS GRADUAÇÃO			180 000
15232 08442062 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		180 000	
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			90 000
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			90 000
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO			90 000
15232 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO		90 000	
	TOTAL		7 369 500	7 369 500

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15233 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			7 060 000
	ENSINO SUPERIOR			7 060 000
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			6 280 000
15233 08442052 006	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		3 450 000	
15233 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		2 830 000	
	ENSINO DE POS-GRADUAÇÃO			560 000

15233 08442062 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	590 000	
	ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA		120 000
15233 08444282 206	MANUTENÇÃO DE UNIDADES HOSPITALARES	220 000	
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		591 700
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO		591 700
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO		591 700
15233 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO	591 700	
TOTAL		1 651 700	651 700
SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I			00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RECURSOS EM RECURSO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			427 000
	ENSINO SUPERIOR			427 000
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			27 000
15234 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	2 90 000		
15234 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	4 33 000		
	ENSINO DE PÓS GRADUAÇÃO			57 000
15234 08442062 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO			
	ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA			50 000
15234 08444282 206	MANUTENÇÃO DE UNIDADES HOSPITALARES			
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			184 300
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			184 300
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO			184 300
15234 15844942	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			
TOTAL				1 427 300
SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I				00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15235 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

RECURSOS EM RECURSO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			900 000
	ENSINO SUPERIOR			900 000
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			900 000
15235 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	4 200 000		
15235 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	3 100 000		
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			423 200
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			423 200
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO			423 200
15235 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			
TOTAL		6 323 200		6 323 200

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15236 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			11 533 100
	ENSINO SUPERIOR			11 533 100
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			10 182 550
15236 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	6	543 550	
15236 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	3	639 000	
	ENSINO DE POS-GRADUAÇÃO			1 125 550
15236.08442062 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	1	125 550	

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15236 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA			225 000
15236 08442072 119	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO		225 000	
	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA			975 500
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO			975 500
	PREVIDÊNCIA SOCIAL AO SERVIDOR PÚBLICO			975 500
15236 15844942 0 2	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO		975 500	
TOTAL		7	508 500	2 508 500

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15237 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			5 290 000
	ENSINO SUPERIOR			5 290 000
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			5 100 000
15237 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	2	200 000	
15237 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	2	900 000	
	ENSINO DE POS-GRADUAÇÃO			40 000
15237 15844942 211	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		40 000	

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15242 - FACULDADE DE MEDICINA DO TRIANGULO MINEIRO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			255.200
	ENSINO SUPERIOR			255.200
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			250.000
15242 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		120.000	
15242 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		130.000	
	ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO			65.200
15242 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		65.200	
	ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA			140.000
15242 08444282 206	MANUTENÇÃO DE UNIDADES HOSPITALARES		140.000	
	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA			80.000
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO			80.000
	PREVIDÊNCIA SOCIAL AO SERVIDOR PÚBLICO			80.000
15242 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO		100.000	
		TOTAL	1.316.200	1.335.200
SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I				NCZ 1.00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15243 - FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE DIAMANTINA

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			446.000
	ENSINO SUPERIOR			446.000
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			446.000
15243 08442051 052	AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO	10.760		
15243 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		167.190	
15243 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		262.450	
	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA			13.000
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO			13.000
	PREVIDÊNCIA SOCIAL AO SERVIDOR PÚBLICO			1.000
15243 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO			
		TOTAL	10.760	14.64

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15244 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			060 000
	ENSINO DE SEGUNDO GRAU			200 000
	FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDÁRIO			200 000
15244 08431972 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		200 000	
	ENSINO SUPERIOR			660 000
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			660 000
15244 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		800 000	
15244 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		60 000	
	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA			60 300
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO			60 300
	PREVIDÊNCIA SOCIAL AO SERVIDOR PÚBLICO			60 300
15244 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO		60 300	
TOTAL				1 120 300
SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I				NZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15245 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			660 000
	ENSINO DE SEGUNDO GRAU			110 000
	FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDÁRIO			110 000
15245 08431972 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		110 000	
	ENSINO SUPERIOR			550 000
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			550 000
15245 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		480 000	
15245 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		70 000	
	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA			54 000
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO			54 000
	PREVIDÊNCIA SOCIAL AO SERVIDOR PÚBLICO			54 000
15245 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO		54 000	
TOTAL				714 000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15246 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARANÁ

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			680 000
	ENSINO DE SEGUNDO GRAU			70 000
	FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDÁRIO			70 000
15246 08431972 20	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		70 000	
	ENSINO SUPERIOR			610 000
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			610 000
15246 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		370 000	
15246 08442052 20	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		240 000	
	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA			47 600
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO			47 600
	PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO			47 600
15246 15844942 00	DISTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO		47 600	
TOTAL				127 600
SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I				NCZ 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15247 - CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA BAHIA

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			487 900
	ENSINO SUPERIOR			487 900
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			487 900
15247 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		305 641	
15247 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		182 259	
TOTAL				487 900
SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I				NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15248 - ESCOLA DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE ALFENAS

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			392 040
	ENSINO SUPERIOR			392 040
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			392 040
15248 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		148 230	
15248 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		243 810	

ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	21 060	
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO	21 060	
PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO	21 060	
15248 15844942 012 CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO	21 060	
TOTAL	413 100	413 100

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15249 - ESCOLA FEDERAL DE ENGENHARIA DE ITAJUBA

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA		510 000
	ENSINO SUPERIOR		510 000
	ENSINO DE GRADUAÇÃO		510 000
15249 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	587 800	
5249 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	530 000	
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		1 800
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO		11 800
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO		11 800
5249 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO	800	
	TOTAL	587 800	587 800
LEMENTAÇÃO - ANEXO			NCZ 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15250 - ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA		3 750 000
	ENSINO SUPERIOR		3 750 000
	ENSINO DE GRADUAÇÃO		3 550 000
15250 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	1 320 000	
15250 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	2 230 000	
	ENSINO DE POS-GRADUAÇÃO		200 000
15250 08442062 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	200 000	
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		391 200
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO		391 200
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO		391 200
15250 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO	391 200	
	TOTAL	4 141 200	4 141 200

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15251 - ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			591 600
	ENSINO SUPERIOR			591 600
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			591 600
15251 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		543 700	
15251 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		47 900	
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			76 000
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			76 000
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO			76 000
15251 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO		76 000	
TOTAL			667 600	667 600
SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO 1			NC2	1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15252 - ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE MOSSORO

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			566 200
	ENSINO SUPERIOR			566 200
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			566 200
15252 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		256 000	
15252 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		20 200	
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			20 000
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			20 000
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO			20 000
15252 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO		20 000	
TOTAL			566 200	566 200
SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO 1			NC2	1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15254 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			692 500
	ENSINO SUPERIOR			692 500

ENSINO DE GRADUAÇÃO		892.500
15254 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	541.808
15254 08442052.207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	350.692
TOTAL		892.500
SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I		NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCACÃO

15255 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA		2 135 500
	ENSINO SUPERIOR		2 135 500
	PESQUISA APLICADA		97.500
15255.08440552.178	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PESQUISA	97 500	
	ENSINO DE GRADUAÇÃO		981 000
15255 08442052 006	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	831 000	
15255 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	1 150 000	
	ENSINO DE POS-GRADUAÇÃO		57 000
15255 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	57 000	
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		202 000
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO		202 000
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO		202 000
15255 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO	202 000	
TOTAL		2 337 500	2 337 500
SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO		NCZ 00	

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCACÃO

15256 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA		2 394.900
	ENSINO SUPERIOR		2 394 900
	ENSINO DE GRADUAÇÃO		2 306.862
15256 08442052 006	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	1 489 822	
15256 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	817 040	
	ENSINO DE POS-GRADUAÇÃO		88.038
15256 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	88.038	
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		63.300
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO		63 300
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO		63.300
15256 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO	63.300	
TOTAL		2 458.200	2.458.200

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15257 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASILIA

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			4 894 917
	ENSINO SUPERIOR			4 894 917
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			4 832 425
15257 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	3	536 442	
15257 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	1	295 983	
	ENSINO DE POS-GRADUAÇÃO			62 492
15257 08442052.207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		62 492	
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			186 383
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			186 383

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15257 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASILIA

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO			186 383
15257 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO		186 383	
	TOTAL		5 081 300	5 081 300

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO I

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15258 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO MARANHÃO

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			2 990 900
	ENSINO SUPERIOR			2 990 900
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			2 515 520
15258 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	703	450	
15258 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		812 050	
	ENSINO DE POS-GRADUAÇÃO			15 580
15258 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		15 580	
	CAMPUS UNIVERSITARIO			459 800
15258 08442081 054	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA	418	000	
15258 08442083 106	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES FISICAS DE APOIO	41	800	
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			189 400
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			189 400

PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO		169 400
15258 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO	169 400
TOTAL		459 800 2 700 500 3 160 300
SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO 1		NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

15259 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE-RS

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			2 094.376
	ENSINO SUPERIOR			2 094.376
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			1 865.832
15259 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		1 441 263	
15259 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		424.269	
	ENSINO DE POS-GRADUAÇÃO			206 776
15259 08442062 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		206 776	
	CAMPUS UNIVERSITARIO			22 068
15259 08442081 054	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA	22 068		
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			95 224
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			95 224
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO			95.224
15259 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO		95 224	
TOTAL		22 068	2 167 532	2 189 600
SUPLEMENTAÇÃO ANEXO I				NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

15260 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			4 615 200
	ENSINO SUPERIOR			4 615 200
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			4 223 700
15260 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		2 415 600	
15260 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		808 100	
	ENSINO DE POS-GRADUAÇÃO			391 500
15260 08442062 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		391 500	
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			275 700
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			275 700
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO			275 700
15260 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO		275 700	
TOTAL			4 890 900	4 890 900

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15261 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			464 381
	ENSINO SUPERIOR			464 381
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			464 381
15261.08442052.008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		152 444	
15261.08442052.207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		311 907	
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			64 349
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			64 349
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO			64 349
15261.15844942.012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO		64 349	
	TOTAL		528 700	528 700
SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I				NCZ 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15262 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			3 362 138
	ENSINO SUPERIOR			3 362 138
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			3 362 138
15262.08442052.008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		232 529	
15262.08442052.207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		129 609	
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			53 462
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			53 462
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO			53 462
15262.15844942.012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO		53 462	
	TOTAL		415 600	515 600
SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I				NCZ 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15263 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			1 182 500
	ENSINO SUPERIOR			1 182 500
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			382 600
15263.08442052.008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		987 000	

15263 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	395 500	
	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		86 300
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO		86 300
	PREVIDÊNCIA SOCIAL AO SERVIDOR PÚBLICO		86 300
15263 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	86 300	
TOTAL		1 468 800	1 468 800
SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I			NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

15264 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			3 820 000
	ENSINO SUPERIOR			3 820 000
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			3 515 000
15264 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	1 824 000		
15264 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	1 691 000		
	ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO			100 000
15264 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	100 000		
	ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA			205 000
15264 08444282 206	MANUTENÇÃO DE UNIDADES HOSPITALARES	205 000		
	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA			217 500
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO			217 500
SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I				NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

15264 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	PREVIDÊNCIA SOCIAL AO SERVIDOR PÚBLICO			217 500
5264 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	217 500		
TOTAL		4 037 500		4 037 500
SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I				NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

15265 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			447 400
	ENSINO DE SEGUNDO GRAU			56 200
	FORMAÇÃO PARA O SETOR PRIMÁRIO			56 200

15265 08431952 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	56 200	
	ENSINO SUPERIOR		1 391 200
	ENSINO DE GRADUAÇÃO		1 339 200
15265 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	375 000	
15265 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	964 200	
	ENSINO DE POS-GRADUAÇÃO		52 000
15265 08442062 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	52 000	
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		222.000
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO		222 000
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO		222.000
15265 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO	222 000	
TOTAL		659 400	1 659 400
SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I			NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15266 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			2 550.000
	ENSINO SUPERIOR			2 550 000
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			2 440 000
15266.08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	1 370 000		
15266 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	1 070 000		
	BOLSAS DE ESTUDO			120 000
15266.08442352.022	CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	120 000		
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			125 000
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			125 000
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO			125 000
15266.15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO	125 000		
TOTAL		2 550 000		2 555 000
SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I				NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15267 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			961 960
	ENSINO SUPERIOR			961 960
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			961 960
15267 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	949 520		
15267 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	012 440		
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			132 440
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			17 440

PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO		132 440
15267 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO	132 440

TOTAL 2 094 400 2 094 400

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I NCZ 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15268 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA		2 000 000
	ENSINO SUPERIOR		2 000.000
	ENSINO DE GRADUAÇÃO		2 000 000
15268 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	100 000	
15268.08442052.207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	900 000	
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		349 400
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO		349.400
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO		349 400
15268.15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO	349 400	
	TOTAL	2 349 400	2 349 400
SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I			NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15269 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA		1.899 600
	ENSINO SUPERIOR		1 899.600
	ENSINO DE GRADUAÇÃO		1 779 600
15269.08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	979 600	
15269.08442052.207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	800.000	
	ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO		120 000
15269.08442052.207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	120.000	
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		120 000
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO		120.000
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO		120 000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15269 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
15269 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO		120 000	
TOTAL			2 019 600	2 019 600

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15270 - FUNDAÇÃO FACULDADE FEDERAL DE CIENCIAS MEDICAS DE PORTO ALEGRE

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			479 704
	ENSINO SUPERIOR			479 704
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			315 984
15270 08442052 002	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		144 078	
15270 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		171 906	
	ENSINO DE POS-GRADUAÇÃO			163 720
15270 08442062 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		163 720	
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			8 196
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			8 196
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO			8 196
15270 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO		8 196	
TOTAL			487 900	487.900

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15275 - HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			727 186
	ENSINO SUPERIOR			727 186
	ENSINO DE POS-GRADUAÇÃO			179 600
15275 08442062.207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		179 600	
	ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA			547 566
15275.08444282.206	MANUTENÇÃO DE UNIDADES HOSPITALARES		547 566	
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			51 434
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			51 434

	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO	51 434
15275 15844942.012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO	51 434

TOTAL 778 600 778 600

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
15276 - FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO JOÃO DEL REI

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			381.507
	ENSINO SUPERIOR			381 507
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			381 507
15276 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		279 798	
15276 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		101 709	
	ASSISTÊNCIA E PREVIDENCIA			23 093
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			23 093
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO			23 093
15276 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO		23 093	
	TOTAL		404 600	404 600

ANEXO II

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO II

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
15200 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			60 000
	ENSINO SUPERIOR			60 000
	EDIFICAÇÕES PUBLICAS			60 000
15200 08440251 867	PROJETOS A CARGO DA ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS		60 000	
	TOTAL		60 000	60 000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO II

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15251 - ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			60 000
	ENSINO SUPERIOR			60 000
	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS			60 000
15251 08440251 054	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA	60 000		
	DOTAR A INSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES ADEQUADAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES DIDÁTICO-CIENTÍFICAS			
	TOTAL	60 000		60 000

A Comissão Mista de Orçamento, em reunião extraordinária realizada em 24 de agosto de 1989, aprovou, unanimemente, o Parecer da Relatora, Deputada MARIA DE LOURDES ABADIA, Favorável ao Projeto de Lei nº 13/89-CN, nos termos do Substitutivo.

Compareceram os Senhores Deputados Cid Carvalho, Presidente; João Agripino; Eraldo Tinoco, Simão Sessim, João Paulo, Maria de Lourdes Abadia, Marcos Queiroz, Nyder Barbosa, Irma Passoni, José Luiz de Sá, Manoel Moreira, Israel Pinheiro, José Carlos Vasconcellos, Haroldo Sabóia, Nilson Gibson, Antonio Ferreira, Manuel Domingos, Felipe Mendes, Paes Landim, Annibal Barcellos, José Maranhão, Ézio Ferreira, Mauro Sampaio, Ubiratan Aguiar, João Agripino, Jorge Arbage, José Camargo, Santinho Furtado, e os Senhores Senadores João Calmon, João Lobo, Louremberg Nunes Rocha, Leopoldo Peres, Raimundo Lira, Pompeu de Souza, João Menezes, Ruy Bacelar.

Sala da Comissão, em 24 de agosto de 1989.

Cid Carvalho
Deputado CID CARVALHO
Presidente

Maria de Lourdes Abadia
Deputada MARIA DE LOURDES ABADIA
Relatora

PARECER Nº 40, DE 1989-CN(Da Comissão de Constituição,
Justiça e Cidadania)

Sobre o Ofício nº 11/89-CN, que encaminhou, em grau de recurso ex-officio, decisão da Presidência à questão de ordem levantada pelo Deputado Aldo Arantes a respeito do prazo para convocação do Congresso Nacional no caso do disposto no "caput" do art. 62 da Constituição Federal.

Relator: Senador Jamil Haddad

No dia 24 de janeiro deste ano, às 14:30 horas, o Congresso Nacional esteve reunido. Nessa sessão o Deputado Aldo Arantes levantou questão de ordem a respeito do prazo de convocação nas hipóteses do art. 62 da Constituição.

Na oportunidade o nobre deputado enfatizou a indagação sobre o momento em que o prazo de 5 dias se deflagrava, qual o seu "dies a quo". A pergunta tinha sentido porque a Medida Provisória tinha, entre outras tramitações, dois momentos suscetíveis de consideração: o da sua edição e o da sua remessa ao Congresso.

Preocupava-se o Deputado com a possibilidade de o Presidente retardar a remessa.

A questão foi tida como relevante e por isso, encaminhada pela Presidência do Congresso, sob forma de recurso, a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

É o relatório.

O problema se circunscreve ao conceito de imediato, pois o art. 62 da Constituição Federal diz que o Presidente da República, ao editar Medida Provisória, deve submetê-la de imediato ao Congresso Nacional. *Immediatu* é a palavra latina, antônima de *Mediatu*, e ligada ao substantivo *Mediatione*. A mediação só se verifica numa relação entre termos. Dada uma relação entre termos só se pode cogitar de mediação se os termos se relacionam entre si pela intervenção de um terceiro termo. Em outras palavras: os termos que se relacionam não se relacionariam sem a mediação de um terceiro termo que os relaciona. Assim sendo, dada uma relação entre dois termos, ela é imediata se não careceu de um terceiro termo, o mediador, o que faz a mediação.

Logo, imediato, palavra na qual o prefixo exerce a função de negação, significa: o que não precisou de mediação. Dito de outro modo: uma relação é imediata se os termos se relacionam um com o outro diretamente sem intervenção de terceiro termo.

No caso, trata-se de relação de tempo entre a edição e a remessa da Medida. A Constituição diz: a relação entre a edição e a remessa deve ser imediata, isto é, entre a unidade de tempo da edição e a unidade de tempo da remessa, não pode haver terceira unidade de tempo. Assim, o mandamento Constitucional é no sentido de que dada a edição, deve ser, ato contínuo, sem qualquer mediação, a remessa. Não há sequer prazo entre a edição

e a remessa, pois a exaustão da unidade de tempo da primeira é o começo da unidade de tempo da segunda, pois, por natureza, o tempo é continuidade.

Em suma, imediato, no sentido temporal, significa que a relação entre os termos deve ser sem solução de continuidade.

Erradamente, a Resolução nº 1/89-CN que regulamentou o processo legislativo das Medidas Provisórias no seu art. 2º, estabeleceu que o conceito de mediação inserido no artigo 62 da Constituição Federal supõe uma dilação temporal de 2 (dois) dias, o que significa que, no caso, illogicamente, imediato passou a significar o que não tem outra mediação que a de 48 horas. Ora, se assim é, a "imediatio" do Projeto de Resolução é uma inconstitucionalidade na sua relação imediata com o art. 62 da Constituição, relação essa que é, diga-se de passagem, uma relação de contradição.

Não obstante isso, como a Resolução não é objeto deste recurso, tudo o que se pode dizer é que com a regulamentação do art. 2º da aludida Resolução, o recurso em pauta perdeu o sentido.

O parecer é pela prejudicialidade.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 1989.
— Odacir Soares, Presidente em exercício —
Jamil Haddad, Relator — José Paulo Bisol —
Relator — Meira Filho — Antônio Luiz Maya —
Carlos Patrocínio — Edison Lobão — Ney Maranhão — Marco Maciel — Maurício Correa —
João Menezes — Hugo Napoleão — Ronaldo Aragão.

SUMÁRIO**1 — ATA DA 87ª SESSÃO CONJUNTA, EM 31 DE AGOSTO DE 1989**

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO GUMERCINDO MILHO — MEM — Circulação do *Diário Oficial* criado pela Prefeitura de Santos.

DEPUTADO CÉLIO DE CASTRO — Pedido de esclarecimentos a respeito da votação, pelo Congresso Nacional, do Decreto-Lei nº 2.423.

DEPUTADA BENEDITA DA SILVA — Configuração política nas transferências de médicos e enfermeiras que serviram

à direção anterior do Hospital da Lagoa, Rio de Janeiro.

DEPUTADO NELSON SABRÁ — Alteração da legislação eleitoral, em votação na Câmara dos Deputados.

DEPUTADO MANUEL DOMINGOS — Problema fundiário no Município de São João do Piauí.

DEPUTADO PAULO PAIM — Extensão aos servidores públicos da política salarial seguida na área privada.

DEPUTADO PEDRO CANEDO — Investigação de irregularidades noticiadas pela revista *Isto é*/Senhor, em artigo intitulado

"Os Carunchos da Supersafra", em órgãos do Ministério da Agricultura.

1.2.2 — Questão de ordem

Do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, acolhida pela Presidência, concernente à inexistência de *quorum* para o prosseguimento da sessão.

1.3 — ENCERRAMENTO**2 — COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO**

Cronogramas dos Projetos de Lei número 26 a 35/89-CN

3 — ATA DE COMISSÃO MISTA**E OS SRS. DEPUTADOS****Acre**

Alécio Dias — PFL; Francisco Diógenes — PDS; João Maia — PMDB; José Melo — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Rubem Brancinho — PL.

Amazonas

Bernardo Cabral — PMDB; José Dutra — PMDB; José Fernandes — PDT.

Rondônia

Arnaldo Martins — PSDB; José Guedes — PSDB; José Viana — PMDB; Raquel Cândido — PDT.

Pará

Aloysio Chaves — PFL; Amílcar Moreira — PMDB; Arnaldo Moraes — PMDB; Asdrubal Bentes — PMDB; Benedicto Monteiro — PTB; Carlos Vinagre — PMDB; Dionísio Hage —

PRN; Domingos Juvenil — PMDB; Éliel Rodrigues — PMDB; Fernando Velasco — PMDB; Gabriel Guerreiro — PSDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Mário Martins — PMDB.

Tocantins

Alziro Gomes — PFL; Ary Valadão — PDS; Eduardo Siqueira Campos — PDC; Moisés Avelino — PMDB; Paulo Mourão — PDC; Paulo Sidnei — PMDB.

Maranhão

Albérico Filho — PDC; Antonio Gaspar — PMDB; Cid Carvalho — PMDB; Costa Ferreira — PFL; Edivaldo Holanda — PCN; Eliézer Moreira — PFL; Enoc Vieira — PFL; Eurico Ribeiro — PRN; Haroldo Sabóia — PMDB; José Carlos Sabóia — PSB; José Teixeira — PFL; Mauro Feçury — PFL; Onofre Corrêa — PMDB; Sarney Filho — PFL; Victor Trovão — PFL; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Átila Lira — PFL; Felipe Mendes — PDS; Jesualdo Cavalcanti — PFL; Jesus Tajra — PFL; José Luiz Maia — PDS; Manuel Domingos — PC do B; Myriam Portella — PDS; Paes Landim — PFL; Paulo Silva — PSDB.

Ceará

Bezerra de Melo — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; César Cals Neto — PSD; Etevaldo Nogueira — PFL; Firmo de Castro — PMDB; Furtado Leite — PFL; Gidel Dantas — PDC; Haroldo Sanford — PMDB; José Lins — PFL; Lúcio Alcântara — PDT; Moema São Thiago — PSDB; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Osmundo Rebouças — PMDB; Paes de Andrade — PMDB; Raimundo Bezerra — PMDB; Ubiratan Aguiar — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Iberê Ferreira — PFL; Ismael Wanderley — PTR; Marcos Formiga — PL; Ney Lopes — PFL; Vingt Rosado — PMDB.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Agassiz Almeida — PMDB; Antonio Mariz — PMDB; Edivaldo Mota — PMDB; Edme Tavares — PFL; Evaldo Gonçalves — PFL; Francisco Rolim — PSC; João Agripino — PMDB; João da Mata — PSDB; José Maranhão — PMDB; Lucia Braga — PDT.

Pernambuco

Artur Lima Cavalcanti — PDT; Egídio Ferreira Lima — PSDB; Fernando Bezerra Coelho — PMDB; Gilson Machado — PFL; Gonzaga Patriota — PDT; Harlan Gadelha — PMDB; Horácio Ferraz — PSDB; Inocêncio Oliveira — PFL; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moura — PFL; José Tinoco — PFL; Marcos Queiroz — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PMDB; Paulo Marques — PL; Salatiel Carvalho — ; Wilson Campos — PMDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — PFL; Eduardo Bonfim — PC do B; José Costa — PMDB; José Thomaz Nonô — PFL; Renan Calheiros — PRN; Roberto Torres — PTB; Vinicius Cansanção — PFL.

Sergipe

Acival Gomes — PSDB; Djenal Gonçalves — PMDB; José Queiroz — PFL; Leopoldo Souza — PMDB; Messias Góis — PFL.

Bahia

Abigail Feitosa — PSB; Afrísio Vieira Lima — PMDB; Ângelo Magalhães — PFL; Benito Gama — PFL; Celso Dourado — PMDB; Domingos Leonelli — PSB; Eraldo Tinoco — PFL; França Teixeira — PMDB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PC do B; Jairo Azi — PDC; Jairo Carneiro — PFL; João Alves — PFL; Jonival Lucas — PDC; Jorge Hage — PSDB; Jorge Medauar — PMDB; Leur Lomanto — PFL; Lídice da Mata — PC do B; Luiz Eduardo — PFL; Manoel Castro — PFL; Marcelo Cordeiro — PMDB; Milton Barbosa — PL; Miraldo Gomes — PDC; Nestor Duarte — PMDB; Prisco Viana — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Sérgio Brito — PRN; Uldurico Pinto — PMDB; Virgildásio de Senna — PSDB; Waldeck Ornêlas — PFL.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Lézio Sathler — PSDB; Lurdinha Savignon — PT; Nelson Aguiar — PDT; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolin — PFL; Rose de Freitas — PSDB; Stélio Dias — PFL.

Rio de Janeiro

Adolfo Oliveira — PL; Aloysio Teixeira — PMDB; Álvaro Valle — PL; Artur da Távola — PSDB; Benedita da Silva — PT; Bocayuva Cunha — PDT; Carlos Alberto Caó — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PL; Doutel de Andrade — PDT; Edmilson Valentim — PC do B; Emani Boldrim — PMDB; Fábio Raunheitti — PTB; Feres Nader — PTB; Francisco Dornelles — PFL; Gustavo de Farja — PRONA; Jayme Campos — PRN; José Carlos Coutinho — PL; José Luiz de Sá — PL; José Maurício — PDT; Luiz Salomão — PDT; Lysâneas Maciel — PDT; Márcio Braga — PMDB; Messias Soares — PMDB; Miro Teixeira — PDT; Nelson Sabrá — PRN; Osmar Leitão — PFL; Oswaldo Almeida — PL; Paulo Ramos — PDT; Roberto Augusto — PL; Ronaldo Cezar Coelho — PSDB; Sandra Cavalcanti — PFL; Sérgio Carvalho — PDT; Simão Sessim — PFL; Vivaldo Barbosa — PDT; Vladimir Palmeira — PT.

Minas Gerais

Aloísio Vasconcelos — PMDB; Álvaro Antônio — PMDB; Alysson Paulinelli — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PSDB; Carlos Mosconi — PSDB; Célio de Castro — PSDB; Chico Humberto — PDT; Christóvam Chiaradia — PFL; Dálton Canabrava — PMDB; Elias Murad — PSDB; Hélio Costa — PRN; Humberto Souto — PFL; Ibrahim Abi-Akel — PDS; Israel Pinheiro — PMDB; José da Conceição — PMDB; José Geraldo — PMDB; José Ulisses de Oliveira — PMDB; Lael Varella — PFL; Luiz Alberto Rodrigues — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário de Oliveira — PRN; Maurício Pádua — PMDB; Melo Freire — PMDB; Mello Reis — PDS; Octávio Elisio — PSDB; Oscar Corrêa — PFL; Paulo Almada — PMDB; Paulo Delgado — PT; Raimundo Rezende — PMDB;

Raul Belém — PMDB; Roberto Brant — PMDB; Roberto Vital — PRN; Ronaro Corrêa — PFL; Rosa Prata — PMDB; Saulo Coelho — PFL; Sérgio Naya — PMDB; Sérgio Werneck — PMDB; Virgílio Guimarães — PT; Ziza Valadares — PSDB.

São Paulo

Adhemar de Barros Filho — PRP; Agripino de Oliveira Lima — PFL; Antoniocarlos Mendes Thame — PSDB; Antônio Perosa — PSDB; Antônio Salim Curiati — PDS; Aristides Cunha — PSC; Arnaldo Faria de Sá — PRN; Caio Pompeu — PSDB; Cunha Bueno — PDS; Del Bosco Amaral — PMDB; Dirce Tutu Quadros — PSDB; Ernesto Gradella — PT; Fernando Gasparian — PMDB; Florestan Fernandes — PT; Gastone Righi — PTB; Geraldo Alckmin Filho — PSDB; Gerson Marcondes — PMDB; Gumercindo Milhomem — PT; Irma Passoni — PT; Jayme Paliarin — PTB; João Cunha — PST; João Rezek — PMDB; José Camargo — PFL; José Egreja — PTB; José Genoino — PT; José Maria Eymael — PDC; José Serra — PSDB; Koyu Iha — PSDB; Leonel Júlio — PPB; Luiz Gushiken — PT; Maluly Neto — PFL; Manoel Moreira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Michel Temer — PMDB; Nelson Seixas — PDT; Paulo Zarzur — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Ricardo Izar — PL; Robson Marinho — PSDB; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tito Costa — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PC do B; Antonio de Jesus — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José Gomes — PRN; Lúcia Vânia — PMDB; Manoel Mota; PMDB; Mauro Miranda — PMDB; Nathali Alves de Souza — PMDB; Pedro Canedo — PFL; Roberto Balestra — PDC.

Distrito Federal

Augusto Carvalho — PCB; Francisco Carneiro — PMDB; Geraldo Campos — PSDB; Jofran Frejat — PFL; Márcia Kubitschek — PRN; Sigmaringa Seixas — PSDB; Va'mir Campelo — PTB.

Mato Grosso

Antero de Barros — PMDB; Joaquim Suceana — PTB; Jonas Pinheiro — PFL; Júlio Campos — PFL; Osvaldo Sobrinho — PTB; Rodrigues Palma — PTB; Ubiratan Spinelli — PLP.

Mato Grosso do Sul

Gandi Jamil — PFL; Ivo Cersósimo — PMDB; José Elias — PTB; Juarez Marques Batista — PSDB; Levy Dias — PFL; Plínio Martins — PMDB; Rosário Congro Neto — PMDB; Saulo Queiroz — PSDB.

Paraná

Alarico Abib — PMDB; Borges da Silveira — PDC; Darcy Deitos — PSDB; Dionísio Dal Prá — PFL; Ervin Bonkoski — PTB; Euclides Scalco — PSDB; Hélio Duque — PMDB; Jacy Scanagatta — PFL; José Tavares — PMDB; Jovani Masini — PMDB; Matheus Iensen —

PMDB; Maurício Fruet — PMDB; Max Rosenmann — PL; Nelton Friedrich — PSDB; Nilso Sguarezi — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Paulo Pimentel — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Sérgio Spada — PMDB.

Santa Catarina

Alexandre Puzyna — PMDB; Antônio Carlos Konder Reis — PDS; Artenir Werner — PDS; Cláudio Ávila — PFL; Eduardo Moreira — PMDB; Francisco Küster — PSDB; Henrique Córdova — PDS; Neuto de Conto — PMDB; Orlando Pacheco — PFL; Renato Vianna — PMDB; Valdir Colatto — PMDB; Vilson Souza — PSDB.

Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck — PSDB; Adylson Motta — PDS; Amaury Müller — PDT; Antonio Marangon — PT; Arnaldo Prieto — PFL; Darcy Pozza — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Ibsen Pinheiro — PMDB; Ivo Lech — PMDB; Ivo Mainardi — PMDB; João de Deus Antunes — PL; Júlio Costamilan — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Luís Roberto Ponte — PMDB; Mendes Ribeiro — PMDB; Nelson Jobim — PMDB; Osvaldo Bender — PDS; Paulo Paim — PT; Rospide Netto — PMDB; Ruy Nedel — PMDB; Telmo Kirst — PDS; Vicente Bogo — PSDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Annibal Barcellos — PFL; Eraldo Trindade — PL; Geovani Borges — PRN; Raquel Capibene — PSB.

Roraima

Chagas Duarte — PDT.

O SR. PRESIDENTE (Iran Saraiva) — As listas de presença acusam o comparecimento de 51 Srs. Senadores e 392 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gumerindo Milhomem.

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, eu, que desta tribuna já denunciei recentes e tristes acontecimentos ocorridos na cidade de Santos, os quais envolveram, inclusive, o assassinato de um funcionário da Companhia Municipal de Transportes Coletivos, desejo trazer uma notícia muito boa para aquela cidade.

Houve, ali uma vitória da democracia por ocasião da votação de veto da Prefeita Telma de Souza a um anteriormente aprovado pela Câmara e que impedia a circulação do **Diário Oficial**, criado pela Prefeitura de Santos em convênio com a empresa pública Prodasen — Progresso e Desenvolvimento de Santos.

Como é do conhecimento público, em Santos existe um monopólio de comunicação, e era através do jornal detentor desse monopólio, **A Tribuna de Santos**; que as notícias oficiais da cidade eram publicadas, o que, co-

mo já está fartamente comprovado, saía muito mais caro do que a publicação pelo órgão próprio da Prefeitura Municipal.

Quero destacar a ação do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores e de diversas entidades representativas da sociedade, que souberam convencer os membros da Câmara Municipal, da alta importância daquele veículo de comunicação, o **Diário Oficial**, também chamado de "O DO-Urgente."

Quero também parabenizar a pequenina bancada da Unidade Democrática Popular, formada apenas por três Vereadores do PT e um do PSB, pela forma eficiente e absolutamente transparente com que conseguiu convencer os Vereadores dos diversos partidos da importância daquele jornal. S. Ex.^{as} conseguiram mostrar, com argumentos e provas bastante consistentes, que não tinha fundamento a história de que se tratava de um jornal para fazer publicidade da Prefeitura, muito menos dos partidos da Unidade Popular e menos ainda do Partido dos Trabalhadores. Sendo, como foi reconhecido, um instrumento para a democratização da comunicação na cidade de Santos, o jornal foi aprovado por maioria qualificada na Câmara de Vereadores, tendo o veto da Prefeita Telma de Souza sido mantido por quatorze dos vinte e um Vereadores presentes à reunião. Meus cumprimentos à população de Santos, à Administração Democrática Popular da Prefeita Telma de Sousa, e também à bancada liderada pelo Vereador Altino Lima.

O SR. PRESIDENTE (Iran Saraiva) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Célio de Castro.

O SR. CÉLIO DE CASTRO (PSDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Congressistas, desejo encaminhar à Mesa do Congresso Nacional requerimento de informações a respeito do ocorrido na sessão do Congresso Nacional do dia 5 de junho passado. Naquela ocasião votava-se o Decreto-Lei nº 2.423, dado como aprovado na ata da sessão já publicada. Mas, ao requisitar as notas taquigráficas, verifiquei que, na realidade, o Relator, ilustre Deputado Nilson Gibson, manifestara-se pela inconstitucionalidade do decreto-lei e pela rejeição do mesmo, em voto. Posteriormente, as notas taquigráficas foram rasuradas, aparecendo, em vez de "rejeitado", "aprovado".

Encaminho à Mesa um pedido de esclarecimento a este respeito. Não entro no mérito do decreto-lei, apenas me preocupo com a possibilidade de eventuais equívocos na condução do processo de votação induzirem este Plenário a erros de entendimento e de vontade.

O SR. PRESIDENTE (Iran Saraiva) — Concedo a palavra à Deputada Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT — RJ. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Lei nº 7.773, de 8 de junho de 1989, referente à transferência de servidores públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios no período compreendido

entre 9 de junho de 1989 a 15 de março de 1990, estabelece, no seu art. 15, o seguinte:

"Art. 15. São vedados e considerados nulos de pleno direito, não gerando obrigações de espécie alguma para a pessoa jurídica interessada e nenhum direito para o beneficiário, os atos que, no período compreendido entre o trigésimo dia da publicação desta lei e o término do mandato do Presidente da República, importarem em nomear, admitir ou contratar, ou exonerar *ex-officio*, demitir, dispensar, transferir ou suprimir vantagens de qualquer espécie de servidor público, estatutário ou não, da Administração Pública Direta ou Indireta e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios e dos Territórios.

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo:

I — nomeação de cargos em comissão e designação ou dispensa de função de confiança."

Desta forma, a transferência de servidores públicos de suas funções e/ou cargos no período compreendido pela lei é nula de pleno direito, executando-se os cargos de confiança e as Funções Gratificadas. Outros casos não serão admitidos.

Apesar disso, Sr. Presidente, médicos e enfermeiras, que serviram à direção anterior do Hospital da Lagoa, no Rio de Janeiro estão sendo transferidos, o que configura uma perseguição política. Entre os transferidos estão um médico que já serve há vinte anos, ali na Clínica Médica, outro que serve a quinze anos na Unidade Coronariana e um que está há mais de quinze anos na Nefrologia.

Na cirurgia cardiovascular o índice de mortalidade, que era de quase 100%, diminuiu com a chefia anterior. No entanto, seu titular está sendo transferido, e esse tipo de atendimento, não está sendo feito. O cirurgião foi para o PAM do Hospital 13 de Maio, e lá, evidentemente, não poderá fazer as grandes operações em que é especializado e nas quais tem obtido grande êxito, como cirurgias de aorta, aneurisma e de grandes vasos. Simplesmente, foi transferido para o Hospital 13 de Maio para cuidar de varizes e úlceras de perna. O mesmo aconteceu com o médico neurológico e psicossomático, transferido para onde não existe tratamento para doentes mentais.

Sr. Presidente, para finalizar, na quinta-feira uma pessoa morreu por omissão de socorro no CTI. Retiraram o *staff*. Não o substituíram, e o CTI está praticamente abandonado. Estão abrindo leitos levanamente, na medida em que não há equipe para o respectivo atendimento.

Para quem quer, na minha avaliação, assegurar o SUS, dá para desconfiar.

Aqui ficam meu protesto e a minha denúncia.

O SR. PRESIDENTE (Iran Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Sabrá.

O SR. NELSON SABRÁ (PRN — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr's e Srs. Congressistas, assomo à tribuna para fazer um registro sobre a votação recém-havida na Câmara dos Deputados, quando, desde cedo, enfrentamos dificuldades advindas da atuação de líderes e outros parlamentares que pretendem amputar a legislação eleitoral vigente e provocar um desequilíbrio de forças no processo sucessório.

A campanha eleitoral desenvolve-se hoje sob a égide de lei aprovada em tempo hábil pelo Congresso Nacional, já que nós, constituintes, entendíamos, como ainda entendemos, que a legislação eleitoral não deveria ser elaborada como se fosse para reger um mercado, mas deveria ser uma regra que estabeleceria, *a priori*, as condições que cada partido ou coligação deveria enfrentar no curso da campanha. Inserimos na Constituição a regra segundo a qual a legislação eleitoral deve ser estabelecida com um ano de antecedência, para que os partidos e os candidatos não se surpreendam com casuísmos, do tipo dos que, nos anos de ditadura, foram impostos ao Parlamento.

Por pouco, Sr. Presidente, hoje não enfrentamos mais uma situação extremamente desagradável para o Congresso Nacional. Caso fosse aprovada a subemenda do Deputado Genebaldo Correia, estaríamos, neste momento, em dificuldades para justificar, perante nossas bases, nossos distritos, nossos municípios e nossos estados, a modificação proposta por alguns líderes partidários para a legislação eleitoral. Não se entende, por exemplo, a votação de legenda. Como eleger um presidente votando no partido?

Houve imposições de todas as formas, inclusive coibindo a manifestação do analfabeto, do semi-analfabeto, do pouco instruído.

Este Congresso Nacional entendeu, recentemente, que era preciso colocar a fotografia do candidato na cédula, de forma a facilitar a interpretação do analfabeto. A respeito de quem ele desejaria eleger. E por que razão? Como teremos programas gratuitos nos canais de televisão, esta seria uma forma linear do analfabeto, o semi-instruído identificar seu candidato. Isso foi decidido, Sr. Presidente, quando o atual líder das pesquisas não as liderava, quando era apenas mais um candidato.

Hoje, a menos de noventa dias das eleições, por que mudar as regras do jogo? Se se quiser assegurar isonomia quanto à participação dos candidatos em programas radiofônicos, televisivos e até mesmo na imprensa, esta questão pode ser rediscutida. O que não é possível é impor ao candidato determinadas normas de comportamento que a atual legislação não permite.

Sr. Presidente, fico inteiramente à vontade para congratular-me com todos os deputados que, através do instrumento legítimo da observação, impediram que se estabelecesse, no Congresso Nacional, um casuísmo, tal qual no passado se alterou. Casuisticamente, a legislação que regia o Colégio Eleitoral, estabe-

lecendo-se o voto vinculado para assegurar, ilegítimamente, o poder, impondo ao povo brasileiro decisões antidemocráticas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Manuel Domingos.

O SR. MANUEL DOMINGOS (PC do B. PI — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr's e Srs. Congressistas, mais uma vez ocupo a atenção de V. Ex's para tratar dos problemas angustiantes dos trabalhadores rurais de minha terra.

Como já falei diversas vezes, o interior piauiense vive uma situação dramática, com a fome generalizada e a multiplicação e agravamento dos conflitos entre os trabalhadores sem terra e o latifúndio. As ameaças, intimidações, queima de casas, espancamentos e até assassinatos são registrados com frequência preocupante.

Isso não pode continuar! Neste País a ganância do latifúndio precisa ter um freio! O Governo precisa agir com um mínimo de responsabilidade!

É preciso agilizar os processos de desapropriação! A omissão do governo do Piauí e o marasmo do Governo federal trazem terríveis sofrimentos a 178 mil famílias sem terra e sem arimo do meu Estado. Pelo Brasil afora milhões de trabalhadores são excluídos do direito de cultivar seu próprio chão!

No Município de São João do Piauí, 123 famílias decidiram ocupar um latifúndio improdutivo. Uma atitude de luta! A Fazenda Marrecas, de propriedade de Fernando Brasileiro, com mais de 10 mil hectares de terra improdutivo, representava uma afronta a quem precisava de um pedaço de chão para garantir seu sustento.

É preciso desapropriar urgentemente a Fazenda Marrecas. Enfrentando a fome e as mais precárias condições de existência, essas 123 famílias estão trabalhando e produzindo. É uma comunidade disposta a resistir e a garantir seu direito à propriedade.

O governo não pode fechar os olhos aos trabalhadores de São João do Piauí!

Desta tribuna, peço a atenção do presidente do Inbra e do ministro da Agricultura. O processo de desapropriação está tramitando. Não pode sofrer qualquer protelação! Mais que questão de justiça, é uma questão de humanidade!

Os trabalhadores de São João do Piauí aguardam o desfecho desse processo!

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr's e Srs. Congressistas, fazendo um breve histórico sobre as medidas provisórias baixadas para regular a política salarial a ser aplicada aos servidores públicos, vemos que, de início, a Medida Provisória nº 56 estabelecia o reajuste trimestral para a categoria. O Congresso rejeitou o projeto original, optando pelo Projeto

de Lei de Conversão nº 6, que previa reajuste mensal para os salários até três salários mínimos, e, para os demais, reajuste trimestral, com antecipação mensal equivalente à parcela da inflação excedente a 5%.

Este critério é praticamente o mesmo que se aplica ao setor privado. A única diferença está em que o Relator esqueceu o efeito cascata, ou seja, que os trabalhadores com salários acima de três mínimos têm reajuste mensal, para a parcela até três mínimos, e reajuste trimestral, com antecipação da inflação superior a 5%, apenas para a parcela dos salários acima daquele teto.

Além disso, o projeto previa que o pagamento dos salários deveria ser feito até o último dia do mês, pois desde o Plano Verão o Governo vinha pagando aos funcionários do Executivo somente no dia 10 do mês seguinte. O Projeto de Lei de Conversão nº 6 foi vetado.

Em seguida, veio a Medida Provisória nº 73, após a aprovação, pelo Congresso, do PL de Conversão nº 6. Mas, antes que fosse vetado, o Governo publicou nova Medida Provisória, restabelecendo o reajuste trimestral dos salários dos servidores. O Relator optou por Projeto de Lei de Conversão de igual teor ao que havia sido vetado. Entretanto, nem a Medida Provisória nem o Projeto de Lei de Conversão foram votados, e a Medida Provisória caiu por decurso de prazo.

Logo após o recesso, o Governo apresentou nova Medida Provisória — a de nº 74 melhor que as duas anteriores, na medida em que previa reajuste trimestral, com antecipação cada vez que a inflação ultrapassasse 5%. Mais uma vez, o Relator optou por Projeto de Lei de Conversão, estabelecendo o mesmo critério válido para o setor privado — incluindo o efeito cascata. Entretanto, não houve *quorum* para votação da medida, a qual anulou-se por decurso de prazo.

A Medida Provisória nº 82 é igual à de nº 74. Como se vê, é um absurdo a forma como o Governo usa o instituto da medida provisória.

Esperamos que todas Lideranças honrem o compromisso assumido com o povo e com lideranças sindicais dos servidores públicos, e de uma vez por todas comandem a derrubada do veto, estendendo aos servidores públicos a política salarial seguida na área privada.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Pedro Canedo.

O SR. PEDRO CANEDO (PFL — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, desejo transcrever nos Anais da Casa requerimento por mim endereçado ao Deputado Fernando Gasparian, Presidente da Comissão de Controle e Fiscalização da Câmara dos Deputados, encarecendo a S. Ex.ª necessidade de investigar as gravíssimas irregularidades noticiadas pela revista *Isto É Senhor*, em artigo intitulado "Os Caminhos da super-safra, edição de 30 de agosto último, ocorrido em órgãos do Ministério da Agricultura.

REQUERIMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

Brasília, 31 de Agosto de 1989.

Senhor Presidente,

Este Deputado, representante do Estado de Goiás, diante das gravíssimas denúncias veiculadas na Revista *Isto É SENHOR*, edição nº 1041, de 30 de agosto último, sobre irregularidades em órgãos do Ministério da Agricultura, vem, mui respeitosamente, requerer a V. Exª, que se digne, o mais rápido possível, de investigar minuciosamente, como tem pautado essa digna Comissão de nossa Casa, dos possíveis atos fraudulentos citados no bojo da matéria que tem o título "Os Carunchos da Supersafra", páginas 46, 47, 48, 50 que segue em anexo.

Considerando que o assunto em questão já foi outras vezes denunciado por diversos órgãos da imprensa nacional e considerando ainda, a grande repercussão que as denúncias tiveram no País, especialmente no Estado de Goiás, inclusive com citação nominal de vários parlamentares com assento na Câmara dos Deputados, este parlamentar requer:

1ª) Que seja notificado o Tribunal de Contas da União para adaptar as providências que o caso requer;

2ª) Que sejam convocadas as pessoas citadas na matéria em questão para que possam prestar esclarecimentos e informações, inclusive até para se defender, se for o caso;

3ª) Que essa Comissão adote quaisquer outras providências cabíveis ou adequadas para que essa grave denúncia seja apurada e a opinião pública e a Justiça tomem conhecimento das suas conclusões.

Nesses termos, pede e espera deferimento.

Atenciosamente, *Pedro Canedo* Dep. Federal.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR:

OS CARUNCHOS DA SUPERSAFRA

Governo deixa um mar de grãos apodrecer em armazéns de amigos de Íris Rezende, enquanto a fome avança

Cynara Menezes e José Negreiros

O governo está gastando NCz\$ 12 milhões por mês para manter estocadas, em mãos de particulares, 5 milhões de toneladas de arroz e milho, que constituem o excedente das safras de 1984 até hoje. Desse total, 40% são gastos em Goiás, onde estão guardadas 2,7 milhões de toneladas. Cerca de 20% desta pequena montanha de alimentos — 500 mil toneladas — estão em poder de armazenadores que apresentam duas credenciais: a maioria é formada por políticos e tem estreitas ligações com o ministro da Agricultura, Íris Rezende.

É por essa razão que, ao consolidar sua administração após a colheita de segundas supersafras, Rezende, além de grande incentivador da produtividade agrícola nacional, também passará à história como "um ministro que sabe agradar, ao mesmo tempo, a gregos e goianos". Principalmente a goianos porque,

enquanto seus contrerrêneos dedicados às nobres atividades de armazenamento e transporte estão com a vida ganha, a Cibrazem — órgão oficial responsável pelo armazenamento de alimentos, com 42% do espaço de suas unidades de estocagem sem qualquer utilização — acumula um déficit de NCz\$ 3 milhões por mês.

"É um absurdo", diz Pedro Alves Oliveira, presidente do Sindicato das Indústrias de Beneficiamento de Arroz de Goiás. "Se o governo adotasse uma política de mercado encontraria bons preços, venderia o produto e evitaria a sangria dos cofres públicos com armazenamento", acrescenta.

Como não vende, os prejuízos se acumulam. De acordo com relatório de 36 páginas de uma auditoria feita na Companhia de Financiamento de Produção (CFP) pela STN, Secretaria do Tesouro Nacional, "1.449.689 quilos das safras 84/85, 85/86 e 86/87 estão se deteriorando, dos quais 5.790 referem-se a milho e o restante a arroz". O relatório, que desde janeiro está na 3ª Inspeção do Tribunal de Contas da União para investigações complementares, não pode ser apreciado porque a CFP, alegando falta de pessoal, ainda não enviou as contas do exercício de 1988, que deveriam ter chegado lá em junho (as contas de 86 e 87 também continuam pendentes).

Insulto à fome

Em poder de particulares, muitos deles amigos do ministro da Agricultura e regimento pagos, milhares de toneladas de grãos apodrecem, embora os armazéns do governo estejam apenas com 60% de sua capacidade utilizada. Detectadas pelo Banco do Brasil, as irregularidades foram comunicadas ao Ministério da Fazenda. Íris Rezende nega favorecimento na escolha dos armazenadores.

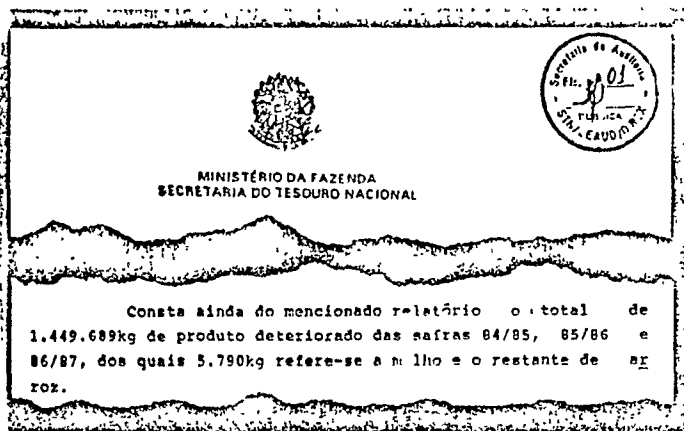
"Entendemos que a empresa (CFP), por falta de adequado gerenciamento, vem provocando prejuízos ao Tesouro", afirma o relatório, que constata na página 17, embutidos em oito mil processos, "quebras, desvios, fraudes e perdas (de produtos) não passíveis de cobertura por seguros ou de indenizações pelos responsáveis". Os inspetores responsabilizam a Cibrazem e a CFP por quase metade desses

processos irregulares. O transporte de grãos, feito com exclusividade nas rodovias pela Wadell — propriedade do empresário Wagner Canhedo, goiano por adoção e grande amigo de Íris —, também é apontado como danoso aos cofres públicos.

"Na movimentação de produtos ocorrem os mais variados fatos que implicam maior desembolso de recursos pelo Tesouro Nacional, tais como a falta de planejamento nas remoções, ocasionando passeios desnecessários e inconvenientes de produtos, quebras ou perdas, fretes, seguros, possíveis desvios ou adulteração do produto inicialmente carregado e incerteza de espaço disponível no armazém de destino." No ano passado foram levadas 2.900 toneladas de milho de Campo Grande (MS) até Estrela (RS), onde todos os armazéns estavam lotados. Só nessa viagem, 30 toneladas de milho viraram pó, devoradas pelas pragas.

O fato de o Brasil — um país onde grande parte da população passa fome — jogar comida fora é mais uma das sequelas do Plano Cruzado. Os seis milhões de toneladas de grãos excedentes são consequência da desastrosa intervenção federal, rio final de 1986, no setor de alimentos. Diante do fantasma do desabastecimento e do ágio, realimentadores da inflação, o Ministério da Fazenda resolveu importar 5,7 milhões de toneladas de alimentos, 80% das quais de arroz e milho, às vésperas da entrada no mercado da safra brasileira. Como isso foi feito sem atender a critérios técnicos adequados, o alimento produzido internamente ficou mais caro, e teve de ser adquirido pelo governo porque sobrou, enquanto o importado era consumido.

Para resolver essa trapalhada, o jeito imaginado por Íris foi alocar parte dos recursos compulsórios do Fundo Nacional de Desenvolvimento para incentivar a construção de armazéns por parte da iniciativa privada. O curioso é que essa fórmula beneficiou sobretudo o Estado de Goiás, que, apesar de ser o quinto produtor de alimentos do País, tem hoje uma capacidade de armazenamento — 11 milhões de toneladas — próxima à do Rio Grande do Sul, o maior produtor — 15 milhões de toneladas.



Goiianos decidiram a importação, transportam os cereais, armazenam o que restou depois de tudo e mandam na CFP e em todos os órgãos responsáveis pela política de preços mínimos e abastecimento do País. Um deles, João Bosco Ribeiro, ex-secretário executivo do Conselho Interministerial de Abastecimento, Cinab, foi indiciado por uma CPI como envolvido na importação de alimentos contaminados. Mas nada se pode fazer em relação aos critérios exclusivamente políticos da CFP na escolha de quem armazena seus produtos. Para se ter uma idéia de como isso funciona, durante o Plano Cruzado, essa decisão era tomada pelo ex-senador Derval de Paiva (PMDB), que deixou a Direção de Operações da companhia e tornou-se um dos maiores armazenadores de Goiás.

"Não há favorecimento algum. As exigências são técnicas", defende-se o ministro Íris Rezende. "Tenho procurado ser implacável, meu ministério não tem nada para esconder." Ele conta que no passado decretou a prisão administrativa de 17 armazenadores por desvio de produtos. Nenhum deles em Goiás, apesar de a auditoria da STN constatar desvios também nesse Estado. Passados oito meses do relatório, o governo não tomou qualquer providência e uma comissão de inquérito instalada pelo ministro nada apurou.

De prático, na agricultura, o que existe é o ganho certo, líquido e seguro no armazenamento obtido pelo menos por parlamentares do grupo político liderado por Rezende. Eles formam a "bancada dos cereais", cuja ideologia é pautada pela constatação de que de grão em grão a galinha enche o papo. São eles: Luiz Soyer, Manoel Mata, Lúcia Vânia Abrão Costa, Iturival Nascimento, Genésio Barros e Fernando Cunha (atual secretário de governo) — todos do PMDB — e Tarzan de Castro, do PDC. Juntos eles embolsam no mínimo NCz\$ 500 mil por mês, espécie de mesada que o Tesouro paga para manter alimentos estocados em armazéns que ele próprio ajudou a construir com créditos subsidiados.

Enquanto muitos armazéns fecham por causa das baixas tarifas ou por falta de ocupação, Soyer — coordenador da campanha do ministro à Convenção do PMDB que escolheu o candidato a presidente da República — está com os seus abarrotados, e inaugura um novo, nos próximos meses, com capacidade para 36 mil toneladas. Tarzan, em sociedade com Manoel Mata, entrou no ramo há pouco mais de um ano e já é proprietário do maior granelheiro da América Latina, com capacidade para 110 mil toneladas de grãos.

"Como Goiás é um grande produtor, é natural que os armazenadores sejam daqui", justifica Mota. O senador Moisés Abrão (PDC — GO) concorda, mas reclama que, apesar de ser proprietário da maior rede de armazéns do País, não recebeu um só grão desde que rompeu com o ministro. O mesmo não pode ser dito de sua irmã, Lúcia, que conservou os laços com Íris e os armazéns lotados. Ou de seu primo, Pedro, proprietário da Goiazém, que estoca sozinho 250 mil toneladas de milho

e arroz. O gerente dos Armazéns Gerais Boa Sorte, de Porangatu, conta que a CFP iria transferir para outro armazém, em Anápolis, as seis mil toneladas de arroz que estavam depositadas ali. Seu patrão "mexeu os pauzinhos" e a mercadoria ficou onde estava. Além de arroz, milho e armazéns, os cerealistas têm em comum o mesmo candidato ao governo de Goiás em 1990: Íris Rezende que, na verdade, sonhava com a Presidência da República.

Esse plano só dá lucro para os amigos do ministro. A Cibrazem, que legalmente detém a prioridade do armazenamento, não tem dinheiro nem para pagar os funcionários no final do mês. "O governo está pagando duas vezes pela mesma coisa: aos particulares e à Cibrazem, que precisa de suplementação orçamentária, pois está operando em vermelho", queixa-se o recém-empossado presidente da companhia, Joel Araújo. Joga-se dinheiro fora também de outra forma. Segundo Joel, boa parte da mercadoria se perde em virtude dos artifícios criados pelos armazenadores: "Eles inventaram que houve quebra de grãos na entrega ou que apodreceram por causa da umidade, quando o que fazem é revender o produto", acusa.

O presidente do Conselho Regional de Arquitetura, Engenharia e Agronomia de Goiás, Luiz Bittencourt, denuncia que 15% dos alimentos estocados apodrecem nos armazéns e depósitos a céu aberto devido à má conservação. "O simples fato de os cereais permanecerem armazenados por até cinco anos já favorece a deterioração", afirma Bittencourt. Em Jales, interior paulista, apodrecem quatro mil toneladas de arroz na cooperativa local, para onde foram levados não se sabe por quê.

Na CFP, também há indícios de irregularidades, embora de difícil comprovação. Lá a desculpa para não remover os produtos dos armazéns particulares para os oficiais é a falta de dinheiro. Um funcionário da Cibrazem informou, no entanto, que em Goiás, nos próximos dias, 500 mil sacas de arroz serão retiradas do armazém Rio Verdão, em Mineiros, e levadas para outro em Acreúna, que "precisa viabilizar seu financiamento".

Melhor para o dono da transportadora, Wagner Canhedo. Até 87, as remoções eram executadas pela Fepasa, mas a CFP resolveu abrir licitação para a contratação de empresas de transporte rodoviário. Cinco licitações foram tentadas e não deram certo, "meladas" por um lobby de empresários que se reuniu no bar do hotel Aracoara, em Brasília, para fixar uma planilha de preços, conta um ex-membro da diretoria. Naquele período, o conselho da companhia se reuniu e decidiu "jogar a corrupção para fora da CFP", que se popularizou não pela competência na gestão da política de preços mínimos e, sim, por oferecer um dos cargos mais disputados da Nova República: a Diretoria de Operações, desde o início ocupada por um goiano.

Foi, então, contratada a Rede Ferroviária Federal para fazer o transporte, já que para estatal não é necessário licitação. A subcontratação da empresa de Canhedo para fazer a parte rodoviária foi fechada em um período

em que a Rede estava sem presidente. No dia seguinte à sua posse, Paulo Munhoz da Rocha tentou rescindir o contrato de exclusividade. Recorreu cinco vezes à Justiça e não conseguiu. Apesar do prejuízo com a armazenagem que, em Goiás, corresponde ao valor de duas mansões ministeriais no Lago Sul de Brasília, ou a uma frota de 100 automóveis Santana por mês —, o presidente da CFP, Orlando Roriz, acha que seria pior vender o encalhe da produção, correspondente a 5 vezes o estoque regular necessário. "Se nós vendêssemos, só conseguiríamos preços abaixo daqueles que pagamos na compra", diz Roriz, justificando um tipo de encrenca comercial na qual só o Estado é capaz de se meter.

Não vende nem mesmo para os organismos oficiais que solicitam a compra baseados em uma portaria da Seap que prevê 5% de desconto na operação sem licitação. Foi o que aconteceu com o coordenador da Merenda Escolar de São Paulo, Odécio Rossafa, que apelou sem êxito para a CFP.

"Não é admissível que apodreçam alimentos enquanto tem gente morrendo de fome", critica o deputado Luís Gushiken, líder do PT na Câmara, que vê fortes indícios de favorecimento a amigos do ministro da Agricultura na armazenagem dos grãos. Gushiken já entrou com um requerimento na Comissão de Fiscalização da Câmara Federal para que as denúncias sobre transporte e estocagem sejam apuradas. Agora, o governo garante que vai doar em setembro — a licitação para o beneficiamento será aberta nesta semana — 500 mil toneladas de arroz a programas assistenciais e colocar em prática um projeto que anuncia há dois anos sem que jamais tivesse saído do papel ou dos discursos. Ao mesmo tempo, curiosamente, adquire outras 500 mil toneladas de arroz na fronteira agrícola do Mato Grosso. Ou seja: a felicidade dos armazenadores não tem fim.

UMA PANELINHA BEM SERVIDA

Estes são os goianos que se abrigam sob as asas de Íris Rezende, e as áreas em que atuam:

CFP

Orlando Roriz: primo do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz. É amigo de Íris desde que este era vereador em Goiânia, em 1954; amigo de Sarney há 15 anos.

Cibrazem

Átila de Godoy: mineiro, radicado em Goiás, representou o Governo Íris Rezende no Rio de Janeiro e foi secretário-geral do Ministério do Desenvolvimento Urbano na gestão do também goiano Flávio Peixoto da Silveira.

Transporte

Dominado por Wagner Canhedo: fazendeiro em Goiás há mais de 20 anos — veio de São Paulo, mas se considera goiano. Confessa-se "grande admirador" de Íris.

Os armazenadores

Tarzan de Castro: de família humilde e com tradição política em Jataí, o hoje deputado federal foi "líder de esquerda" e esteve exilado até 79, quando voltou ao Brasil e ingressou no PMDB. Amigo pessoal de Íris Rezende.

Manoel Mota: nascido na cidade de Aruaçu, tem praticamente a mesma trajetória de Tarzan, de quem é suplente e sócio em uma rede de armazéns. Quando um sai de licença para tomar conta do armazém, o outro assume como deputado, e vice-versa.

Moisés Abrão: riquíssimo proprietário de uma rede de armazéns, saiu do PMDB para ingressar no PDC, por divergências com Íris Rezende na campanha pela Prefeitura de Goiânia, ano passado.

Lúcia Vânia Abrão Costa: armazenadora como o irmão, Moisés, é do PMDB e pertence, junto com o marido, Senador Irapuan Costa Júnior, ao grupo político do ministro.

Luiz Soyer: é dono de um armazém com capacidade para 58 mil toneladas de alimentos, 50% ocupado com cereais do governo.

O Sr. Nilso Sguarezi — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, há poucos instantes ocorreu uma evidência matemática: não houve *quorum*, na Câmara, para votação.

Como continua evidente a falta de número em plenário, regimentalmente requeiro que esta sessão seja encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Realmente, a Presidência constata a falta de *quorum*. Por esta razão, encerro a presente sessão.

(*Levanta-se sessão às 14 horas e 17 minutos.*)

COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO

Cronogramas

Projeto de Lei nº 26/89 — CN
Projeto de Lei nº 27/89 — CN
Projeto de Lei nº 28/89 — CN
Projeto de Lei nº 29/89 — CN
Projeto de Lei nº 30/89 — CN
Projeto de Lei nº 31/89 — CN
Projeto de Lei nº 32/89 — CN
Projeto de Lei nº 33/89 — CN
Projeto de Lei nº 34/89 — CN
Projeto de Lei nº 35/89 — CN
PL nº 26/89-CN — "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de NCz\$ 147.671.000,00, para os fins que especifica."

Relator: (aguardando designação)
Leitura em Sessão Conjunta 24-8
Distribuição de avulsos 28-8
Apresentação de emendas na Comissão Mista de Orçamento* 29-8 a 5-9
Distribuição de avulsos das emendas 6-9
Parecer do Relator até 14-9

Discussão e Votação do Parecer e das emendas 15-9 a 19-9
Encaminhamento do Parecer da Comissão à Mesa do Congresso até 20-9

(*) § 2º, Art. 166 da Constituição Federal

PL nº 27/89-CN — "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar no valor de NCz\$ 37.200.000,00, em favor do Ministério do Trabalho, para os fins que especifica."

Relator: (Aguardando designação)
Leitura em Sessão Conjunta 24-8
Distribuição de avulsos 28-8
Apresentação de emendas na Comissão Mista de Orçamento* 29-8 a 5-9
Distribuição de avulsos das emendas 6-9
Parecer do Relator até 14-9
Discussão e Votação do Parecer e das emendas 15-9 a 19-9
Encaminhamento do Parecer da Comissão à Mesa do Congresso até 20-9

(*) § 2º, Art. 166 da Constituição Federal

PL nº 28/89-CN — "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, crédito especial até o limite de NCz\$ 30.000.000,00, em favor do Fundo Nacional de Meio Ambiente, para os fins que especifica."

Relator: (aguardando designação)
Leitura em Sessão Conjunta 24-8
Distribuição de avulsos 28-8
Apresentação de emendas na Comissão Mista de Orçamento* 29-8 a 5-9
Distribuição de avulsos das emendas 6-9
Parecer do Relator até 14-9
Discussão e Votação do Parecer e das emendas 15-9 a 19-9
Encaminhamento do Parecer da Comissão à Mesa do Congresso até 20-9

(*) § 2º, Art. 166 da Constituição Federal

PL nº 29/89-CN — "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de NCz\$ 1.441.900.000,00, em favor do Ministério do Interior."

Relator: (aguardando designação)
Leitura em Sessão Conjunta 24-8
Distribuição de avulsos 28-8
Apresentação de emendas na Comissão Mista de Orçamento* 29-8 a 5-9
Distribuição de avulsos das emendas 6-9
Parecer do Relator até 14-9
Discussão e Votação do Parecer e das emendas 15-9 a 19-9
Encaminhamento do Parecer da Comissão à Mesa do Congresso até 20-9

(*) § 2º, Art. 166 da Constituição Federal

PL nº 30/89-CN — "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar no valor de NCz\$ 26.900.000,00, em favor do Ministério da Educação, para os fins que especifica."

Relator: (aguardando designação)

Leitura em Sessão Conjunta 24-8
Distribuição de avulsos 28-8
Apresentação de emendas na Comissão Mista de Orçamento* 29-8 a 5-9
Distribuição de avulsos das emendas 6-9
Parecer do Relator até 14-9
Discussão e Votação do Parecer e das emendas 15-9 a 19-9
Encaminhamento do Parecer da Comissão à Mesa do Congresso até 20-9

(*) § 2º, Art. 166 da Constituição Federal

PL nº 31/89-CN — "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, créditos adicionais até o limite de NCz\$ 512.530.000,00, em favor de diversos Órgãos, para os fins que especifica."

Relator: (aguardando designação)
Leitura em Sessão Conjunta 24-8
Distribuição de avulsos 28-8
Apresentação de emendas na Comissão Mista de Orçamento* 29-8 a 5-9
Distribuição de avulsos das emendas 6-9
Parecer do Relator até 14-9
Discussão e Votação do Parecer e das emendas 15-9 a 19-9
Encaminhamento do Parecer da Comissão à Mesa do Congresso até 20-9

(*) § 2º, Art. 166 da Constituição Federal

PL nº 32/89-CN — "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de NCz\$ 209.700.000,00, em favor de Diversas Unidades Orçamentárias da Presidência da República."

Relator: (aguardando designação)
Leitura em Sessão Conjunta 24-8
Distribuição de avulsos 28-8
Apresentação de emendas na Comissão Mista de Orçamento* 29-8 a 5-9
Distribuição de avulsos das emendas 6-9
Parecer do Relator até 14-9

Discussão e Votação do Parecer e das emendas 15-9 a 19-9
Encaminhamento do Parecer da Comissão à Mesa do Congresso até 20-9

(*) § 2º, Art. 166 da Constituição Federal

PL nº 33/89-CN — "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, crédito adicional no valor de NCz\$ 34.000.000,00, em favor do Ministério da Cultura, para os fins que especifica."

Relator: (aguardando designação)
Leitura em Sessão Conjunta 24-8
Distribuição de avulsos 28-8
Apresentação de emendas na Comissão Mista de Orçamento* 29-8 a 5-9
Distribuição de avulsos das emendas 6-9
Parecer do Relator até 14-9
Discussão e Votação do Parecer e das emendas 15-9 a 19-9
Encaminhamento do Parecer da Comissão à Mesa do Congresso até 20-9

(*) § 2º, Art. 166 da Constituição Federal

PL nº 34/89-CN — "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de NCz \$ 664.846.000,00, em favor dos Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social, para os fins que especifica."

Relator: (aguardando designação)

Leitura em Sessão Conjunta	24-8
Distribuição de avulsos	28-8
Apresentação de emendas na Comissão Mista de Orçamento*	29-8 a 5-9
Distribuição de avulsos das emendas	6-9
Parecer do Relator	até 14-9
Discussão e Votação do Parecer e das emendas	15-9 a 19-9
Encaminhamento do Parecer da Comissão à Mesa do Congresso	até 20-9

(*) § 2º, Art. 166 da Constituição Federal

PL nº 35/89-CN — "Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais, até o limite de NCz \$ 101.746.000,00, para os fins que especifica."

Relator: (aguardando designação)

Leitura em Sessão Conjunta	24-8
Distribuição de avulsos	28-8
Apresentação de emendas na Comissão Mista de Orçamento*	29-8 a 5-9
Distribuição de avulsos das emendas	6-9
Parecer do Relator	até 14-9
Discussão e Votação do Parecer e das emendas	15-9 a 19-9
Encaminhamento do Parecer da Comissão à Mesa do Congresso	até 20-9

(*) § 2º, Art. 166 da Constituição Federal

COMISSÃO MISTA

Destinada a promover exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro. (Art. 26 das Disposições Constitucionais Transitórias.)

14ª Reunião Realizada em Quinze e Dezoito de Agosto de Mil Novcentos e Oitenta e Nove

Aos quinze dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às dez horas e seis minutos, na sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os senhores: Senadores Severo Gomes, José Fogaça, Hugo Napoleão, Nelson Wedekin, Wilson Martins, Jutahy Magalhães, Pompeu de Souza, Jarbas Passarinho, Itamar Franco e Deputados Sérgio Spada, Irajá Rodrigues, Oswaldo Lima Filho, Raimundo Bezerra, Roberto Brant, Waldeck Ornêlas, Jairo Carneiro, Hermes Zanetti, Felipe Mendes, Gastone Righi e Luiz Salomão. Havendo número regimental para a votação do Relatório Parcial apresentado pelo Relator, o Senhor Presidente, Deputado Waldeck Ornêlas, declarou abertos os trabalhos da Comissão solicitando a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que foi aprovada. Em seguida, pas-

sou a palavra ao Relator, Senador Severo Gomes, que fez comunicação da inserção de novas conclusões ao seu Relatório, fazendo a distribuição da matéria entre os presentes. Encerrada a rápida exposição do Relator, o Senhor Presidente, tendo em mãos uma lista de inscritos para os debates, concedeu a palavra, sucessivamente, aos senhores congressistas: Itamar Franco, que apresentou voto em separado e foi aparteado pelo Deputado Irajá Rodrigues; Hermes Zanetti, que ouviu apartes dos senhores Senadores Itamar Franco e Jutahy Magalhães, e Deputados Oswaldo Lima Filho e Irajá Rodrigues; Senador Pompeu de Souza, que teve considerações sobre a matéria em questão; Deputado Raimundo Bezerra; Deputado Luiz Salomão, aparteado pelo Deputado Irajá Rodrigues; Deputado Oswaldo Lima Filho, que também apresentou voto em separado; Deputado Irajá Rodrigues e, finalmente, o Deputado Felipe Mendes. O último orador inscrito, Senador José Fogaça, declinou do uso da palavra argumentando estar satisfeito com os debates ocorridos. Às onze horas e vinte minutos solicitou a palavra o Senador Pompeu de Souza para comunicar ter que se ausentar devido compromisso inadiável perante a Comissão do Distrito Federal. Encerrada a lista de inscritos para os debates, o Senhor Presidente sugeriu, devido o tardar da hora, fosse adiada a votação do Relatório para amanhã, uma vez estava cancelada a reunião para ouvir depoimento do Dr. Paulo Nogueira Batista Júnior, Presidente da Fundação Getúlio Vargas, que a pedido do Deputado Fernando Gasparian fora fazer palestra em outra Comissão na Câmara dos Deputados. Nesta oportunidade pediu a palavra o Senador Itamar Franco para insistir fosse votado o Relatório ainda hoje, nesta reunião, inclusive pelo fato de haver *quorum* para a votação. Em meio às discussões, o Deputado Luiz Salomão encaminhou requerimento à Mesa solicitando, nos termos regimentais, a suspensão dos trabalhos, justificando sua atitude "pelo fato de que foram apresentadas novas propostas cuja consideração, pela relatoria, poderá permitir o aperfeiçoamento dos trabalhos dessa Comissão." Ato contínuo, o Senhor Presidente colocou em votação o requerimento, que obteve a aprovação dos presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente suspendeu os trabalhos às 12:15 horas, convocando sua continuidade amanhã, dia 16 de agosto, às 9:30 horas. Às dez horas e dezesseis minutos do dia dezesseis de agosto, o Senhor Presidente reabriu os trabalhos, comunicando haver convidado o Deputado Nelson Jobim, Presidente da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, para elucidação de fatos concernentes às inúmeras questões levantadas sobre o assunto em pauta. Deu lugar à Mesa ao convidado, que fez longa exposição sobre pontos de vista jurídicos relativos à dívida externa brasileira. O expositor foi aparteado pelo Senador Itamar Franco. Oportunamente, o Senhor Presidente ponderou que, em virtude de acordos propostos, faria a suspensão dos trabalhos por quinze minutos. Pela Ordem, usaram da palavra os Deputados Oswaldo Li-

ma Filho e Irajá Rodrigues. Suspendidos os trabalhos, foram os mesmos reiniciados às onze horas e vinte e nove minutos, ocasião em que solicitaram a palavra, e a usaram, os senhores: Deputado Irajá Rodrigues, Deputado Hermes Zanetti, Senador Severo Gomes, Senador Itamar Franco, Deputado Raimundo Bezerra, Senador Jarbas Passarinho, Deputado Oswaldo Lima Filho, Deputado Jairo Carneiro, Senador Wilson Martins, Senador Pompeu de Souza, Deputado Luiz Salomão, Senador Leite Chaves, Senador José Fogaça, Senador Jutahy Magalhães e Deputado Gastone Righi. Em seguida o Senhor Presidente informou que, uma vez sanadas as dúvidas, poria imediatamente em votação o Relatório. Convidou o Deputado Luiz Salomão para funcionar como escrutinador e comunicou que, em virtude de acordo estabelecido entre os membros da Comissão, a votação seria em separado, item por item,ições apresentadas pelo Senador Severo Gomes, o que daria cinco votações distintas. Isso posto, iniciou as votações que obtiveram os seguintes resultados: Item 1: Sim, 14 votos, sendo dois com restrições; Não, 3 votos com declarações; Item 2: Sim, 15 votos, sendo 1 com restrição e 2 com declarações; Não, 3 votos com declarações; Item 3: que obrigou a duas votações devido sua rejeição na primeira votação e a efetivação de outra para aprovar sugestão do Senador Pompeu de Souza, inserindo no Relatório Projeto de Lei do Deputado Irajá Rodrigues. Resultado da primeira votação: Sim, 9 votos, sendo 1 com declaração; Não, 10 votos, sendo 3 com declarações; resultado da segunda votação: Sim, 11 votos, sendo 2 com declarações e 1 com restrição e Não, 8 votos, sendo 3 com declarações; Item 4: Sim, 16 votos, sendo 1 com declaração; Não, 2 votos, com declarações; Item 5: Sim, 18 votos, sendo dois com declarações e 2 com restrições, não havendo votos contrários. Encerrada a votação, o Senhor Presidente solicitou fossem as declarações de voto encaminhadas à Secretaria da Mesa. Confirmou a presença do Dr. Alencar Furtado na reunião de amanhã, dia 17, às 9:30 horas; comunicou a substituição do Deputado Fernando Gasparian pelo Deputado Sérgio Spada; informou a impossibilidade de comparecimento dos Senadores Carlos Chiarelli e Fernando Henrique Cardoso na reunião de amanhã e, agradecendo a presença de todos, encerrou os trabalhos às 13:20 horas. E, para constar, eu, Márcio Antonio Vieira, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e levada à publicação juntamente com as notas taquigráficas contendo o inteiro teor dos fatos ocorridos na reunião.

ANEXO À ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO DA "COMISSÃO MISTA DESTINADA AO EXAME ANALÍTICO E PERICIAL DOS ATOS E FATOS GERADORES DO ENDIVIDAMENTO EXTERNO BRASILEIRO", REALIZADA NOS DIAS 15 E 16 DE AGOSTO DE 1989, COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE PARA PUBLICAÇÃO.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) — Declaro aberta a reunião.

Peço dispensa da leitura da Ata que, não havendo observação a respeito, dou por aprovada.

Nossa sessão de hoje destina-se à discussão e votação do parecer do Relator, apresentado na reunião anterior, correspondente à primeira etapa dos nossos trabalhos, qual seja, àquela relativa aos aspectos de constitucionalidade e legalidade dos acordos da dívida externa.

Vamos adotar a seguinte sistemática, na reunião de hoje: cada membro da Comissão, devidamente inscrito, terá direito ao uso da palavra por 15 minutos, admitindo-se apartes de até 1 minuto, se concedidos. É o que está na norma de trabalho e nós vamos adotá-la.

No que diz respeito ao congressista não-membro da Comissão, é facultado participar da reunião e usar da palavra, sendo-lhe vedado apartes ou concedê-los, após o último membro inscrito e por um prazo improrrogável de 5 minutos.

Passo a palavra ao Senador Severo Gomes, que complementará as informações a respeito do relatório apresentado na última sessão.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão, na última reunião decidiu-se que os debates e a votação deveriam ocorrer hoje, como está acontecendo. Quero apenas lembrar que uma sugestão que nos trouxe o Senador Jutahy Magalhães foi acolhida. É o item IV das propostas e que, agora, tem a seguinte redação:

"Que a Comissão apresente projeto de lei disciplinando a contratação de créditos externos, em substituição ao Decreto-lei nº 1.302, de 1974, e legislação correlata."

Nos termos anteriores estava de uma maneira branda, em que se solicitaria do Executivo. Nós aceitamos a sugestão do Senador Jutahy Magalhães. Todos os Srs. Membros da Comissão receberam o texto-relatório, na reunião passada, cuja modificação fundamental é esta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) — Para dar início à discussão, com a palavra o Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, nobre Relator, Srs. Congressistas:

Sr. Presidente, vou tentar resumir o meu voto em separado, que concluo com dois projetos: um projeto de resolução e um projeto de lei.

Passo a ler para os Srs. Congressistas, para V. Exª e para o Sr. Relator o meu voto em separado, tentando, evidentemente, Sr. Presidente, dentro do possível, eliminar algumas observações que faço, apenas para efeito mais didático e mais rapidez nos nossos trabalhos, mas pedindo a V. Exª, que faça constar no todo o meu voto:

VOTO EM SEPARADO AO PARECER Nº

Da Comissão Mista do Congresso Nacional constituída nos termos do artigo

26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

(Do Senador Itamar Franco)

Nos termos previstos no art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, foi constituída, no curso do mês de abril do corrente ano, Comissão Mista do Congresso Nacional para promover o exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro.

Conforme destaca o Relator, Senador Severo Gomes, foi acordado entre os membros da Comissão que os trabalhos seriam divididos em duas etapas: a primeira, destinando-se a examinar questões formais ligadas à contratação da dívida tais como os aspectos vinculados à constitucionalidade, juridicidade e legalidade do pactuado; a segunda passaria a enfrentar os aspectos econômicos, notadamente o violento crescimento do volume dos débitos e as consequências daí advindas para o País. Deliberou-se ainda que, ao término de cada fase, seriam elaborados relatórios parciais conclusivos.

Convém desde logo destacar a grave responsabilidade que recai sobre os membros desta Comissão no tocante ao relatório que está por ser apresentado, notadamente tendo em vista o disposto no § 2º do art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

"Art. 26.

§ 2º Apurada irregularidade, o Congresso Nacional proporá ao Poder Executivo a declaração de nulidade do ato e encaminhará o processo ao Ministério Público Federal, que formalizará, no prazo de sessenta dias, a ação cabível."

Nestas condições, por imperativo constitucional e sob pena de responsabilidade, não pode este Colegiado adotar postura de acomodação nem de conciliação de interesses, pelo menos nesta fase dos trabalhos. Chegando-se à conclusão de que houve irregularidade ou ilegalidade no processo de contratação da dívida externa, impõe-se a adoção das providências expressamente declinadas no texto da Lei Maior e outras julgadas cabíveis nos termos da ordem vigente. Em hipótese alguma seria lícito sugerir o encetamento de negociações, visando a um posterior equacionamento do assunto, antes de definitivamente declaradas nulas as cláusulas e condições tidas como atentatórias à soberania e infringentes da legalidade. Por outro lado, caso opine esta Comissão pela regularidade do pactuado, estar-se-á a coonestar tudo o que foi assinado e assumido em nome do País ao longo dos últimos anos, não mais sendo lícito a qualquer instância, governo ou agente público questionar os aspectos ora analisados.

Feitas estas considerações preliminares, evidencia-se, de forma eloquente, a grave responsabilidade do ato que está por ser praticado em nome da Nação.

Como bem lembra o Relator, foram ouvidos diversos depoentes, sendo a escolha feita de

sorte a assegurar a representatividade das mais variadas correntes jurídicas empenhadas no estudo da matéria.

No tocante ao material estudado, verificou-se existir um "núcleo comum de cláusulas", podendo ser tomado para exame técnico-jurídico qualquer das negociações levadas a termo, respectivamente, nos anos de 1983, 1984, 1986 e 1988.

Ainda segundo o Relator, existem graves vícios que contaminam de nulidade absoluta os instrumentos firmados, a saber:

— falta de aprovação congressual dos textos;

— cláusulas contendo antecipada renúncia à alegação de nulidade;

— cláusula contendo renúncia à imunidade de jurisdição e à aplicação do direito brasileiro;

— cláusulas compromissórias de arbitragem prevendo estipulações abusivas;

— garantias de execução da dívida que incluem o patrimônio público indisponível; e

— renúncia antecipada a qualquer defesa fundada nos direitos inerentes à soberania estatal.

Aos argumentos aduzidos pelo Relator para evidenciar as nulidades, permitimo-nos aditar alguns outros para reforçar a tese e robustecer o fundamento jurídico do alegado, sendo os mesmos coligidos pela nossa assessoria técnica.

É sabido que as cláusulas, hoje inquinadas de ilegais, atentatórias à ordem jurídico-constitucional, leoninas e flagrantemente infringentes dos mais elementares princípios gerais de direito consagrados nos povos civilizados foram aceitas e inseridas nos instrumentos contratuais correspondentes, à revelia e sem o conhecimento do Congresso Nacional, invocando-se para tanto o preceituado no art. 11 do Decreto-Lei nº 1312/74, que dispõe:

"O Tesouro Nacional, contratando diretamente ou por intermédio de agente financeiro, poderá aceitar as cláusulas e condições usuais nas operações com organismos financiadores internacionais, sendo válido o compromisso geral e antecipado de dirimir por arbitramento todas as dúvidas e controvérsias derivadas dos respectivos contratos."

Ao analista menos avisado poderia parecer que o Poder Executivo ficou, a partir da edição da norma transcrita, investido de poderes bastantes para praticar qualquer ato, inclusive transacionar atributos inerentes à soberania, quando vinculados à contratação de empréstimos externos. Esta assertiva, entretanto, só é capaz de iludir os jejunos em Direito.

O professor Haroldo Valladão, renomado mestre em assuntos de Direito Internacional Privado, reitera, no seu festejado livro, lição universalmente acatada:

"A aplicação da lei estranha ou estrangeira, direta ou indiretamente, pode ser afastada pelo juiz desde que ocorra algum dos excepcionais limites estabelecidos, a respeito, pela *lex fori*.

O principal deles e o único universal, no Direito Internacional Privado de todos os países, é a ordem pública na linha acima exposta."

(in Direito Internacional Privado — vol. I — pág. 472 — 4ª ed. — 1974, Ed. Livraria Freitas Bastos S.A.)

O art. 17 da Lei de Introdução ao Código Civil é expresso em negar validade aos atos e declarações de vontade que, conquanto admissíveis perante a ordem alienígena, ofendem a soberania nacional, a ordem pública ou os bons costumes:

"Art. 17. As leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, não terão eficácia no Brasil, quando ofenderem a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes."

Ainda segundo Haroldo Valladão:

"A fórmula brasileira da ordem pública tríplice... é clara e não tem suscitado dúvidas na prática.

Denega-se, no Brasil, efeito ao direito estrangeiro que choça concepções básicas do foro, que estabelece normas absolutamente incompatíveis com os princípios essenciais da ordem jurídica do foro, fundados nos conceitos de justiça, de moral, de religião, de economia e mesmo de política, que ali orientam a respectiva legislação."

(ob. e autor citados pág. 481.)

A Professora Maristela Basso Tamagno, titular da cátedra de Direito Internacional Privado de diversas Universidades do Rio Grande do Sul, com muita propriedade lembra:

"Todos os Estados estão abertos à aplicação de lei alienígena em seus territórios, desde que não sejam contrárias aos princípios norteadores da ordem pública, e, tendo o direito internacional privado a função precípua de apontar o direito adequado à solução de caso misto, este direito poderá ser o estrangeiro e pode acontecer que seja ofensivo à ordem pública.

Há que se distinguir "ordem pública" e "ordem pública internacional". A primeira, vinculada à noção Judiciária não se confunde com a segunda, que, sendo mais abrangente, atinge tanto a esfera jurídica como a social."

(in Da Aplicação do Direito Estrangeiro pelo Juiz Nacional, pág. 64/65, Ed. Saraiva — 1988.)

Logo adiante, citando Amílcar de Castro, distingue os dois conceitos:

"... enquanto a ordem pública compõe-se de normas jurídicas imperativas, a ordem pública internacional constitui-se de manifestações sociais relevantes, jurídicas, políticas, econômicas, morais e religiosas, da vida de uma nação, confrontadas com as das nações contemporâneas."

Finalmente, conclui:

"Assim sendo, tanto a ordem pública como a ordem pública internacional devem ser respeitadas. Do que se conclui que, quando a *lex fori* aponta para solução do caso misto *sub judice* direito estrangeiro, caberá ao Juiz, após analisá-lo bem, aplicá-lo ou não em seu território. Não aplicá-lo se, por qualquer motivo, vier a ferir os interesses nacionais ou ofender a ordem pública internacional."

(ob. e autor citados pág. 65.)

Ainda que se viesse a admitir que a genérica expressão contida no art. 11 do Decreto-Lei nº 1314/74 estivesse validamente a facultar a eleição consensual de lei alienígena para reger as relações contratuais decorrentes dos empréstimos externos, é de se lembrar que apenas "... o direito privado comum estrangeiro..." poderia por esta via incidir, jamais o direito público (vide a respeito a lição de Maristela Basso Tamagno, in ob. cit. pág. 59.) Assim sendo, assuntos pertinentes à soberania, e por conseguinte ao direito constitucional, tal como aqueles versados nas cláusulas de renúncia (*waivers*), em hipótese alguma poderiam ter a respectiva regência normativa sujeita ao direito público de outros povos.

De fato, a Constituição de 1969 atribuiu competência exclusiva ao Congresso Nacional para, com a sanção do Presidente da República, dispor, em lei, sobre as operações de crédito em geral, bem assim a respeito da dívida pública, não distinguindo entre a interna e a externa. Cabia, pois, ao legislador ordinário especificar, de forma clara e minudente, as cláusulas, condições e demais regras passíveis de serem aceitas. Em momento algum é de se ter a genérica e vaga expressão contida no art. 11 do Decreto-Lei nº 1314/74, como autorização ilimitada para a prática de todo e qualquer ato sob pena, então, de estar o preceito fulminado pelo vício de inconstitucionalidade já que violador da vedação de delegação de atribuições prevista no § único do art. 6º da Carta de 1969.

É, imperioso acrescentar que as nulidades constatadas, versando, exclusivamente, sobre matéria de direito público, não podem, em hipótese alguma, serem submetidas ao Juízo arbitral. Vejamos as regras aplicáveis à espécie.

O Código de Processo Civil, em seu art. 1072, faculta a celebração de compromisso arbitral nos seguintes termos:

"Art. 1.072. As pessoas capazes de contratar poderão louvar-se, mediante compromisso escrito, em árbitros que lhes resolvam as pendências judiciais ou extrajudiciais de qualquer valor, concernentes a direitos patrimoniais, sobre os quais a lei admite transação."

Já o Código Civil, em seu art. 1035, define os direitos passíveis de serem objeto de transação:

"Art. 1.035. Só quanto a direitos patrimoniais de caráter privado se permite a transação."

Ora, a faculdade contida na parte final do art. 11 do Decreto-Lei nº 1.312/74, quanto à possibilidade de ser firmado "... compromisso geral e antecipado de dirimir por arbitramento todas as dúvidas e controvérsias derivadas dos respectivos contratos", só pode ser entendida, nos estritos limites e condições fixadas pela legislação interna. Assim, o dissídio resultante de pactuação atentatória à ordem pública, à soberania e à própria existência independente do Estado brasileiro jamais é de ser havido como passível de submissão a juízo arbitral por versar sobre matéria outra que não meros direitos patrimoniais.

A vigente ordem constitucional brasileira, a exemplo de previsão semelhante contida na Carta outorgada em 1969 (art. 125, inciso II), comete à Justiça Federal de primeira instância competência indelegável, improrrogável e intransferível, para processar e julgar "... as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional" (art. 109, inciso III.) Portanto, seja em relação aos vínculos obrigacionais assumidos com entes dotados de personalidade externa de direito público, seja no tocante aos instrumentos assinados com pessoas estrangeiras de direito privado (art. 109, inciso I), será a Justiça Federal competente para conhecer, processar e julgar as ações da União derivadas de vício de nulidade por afronta à soberania ou à ordem pública nacional.

Até o presente momento, cingimo-nos a aditar fundamentação jurídica aos fatos, situações e relações denunciadas como ilegais ou inconstitucionais pelo nobre Relator. Procuramos, assim, colaborar com o trabalho realizado, acrescentando razões, a nosso ver relevantes e dignas de consideração. Ocorre que a questão nuclear, capaz de invalidar não somente um grupo de cláusulas ou condições, mas o próprio mérito das contratações, não foi devidamente detectada e denunciada. Referimo-nos, de forma específica, à chamada cláusula de juros flutuantes ou móvel. Passemos ao exame do assunto.

Segundo a Teoria Geral do Direito, universalmente acatada, a validade de qualquer ato ou negócio jurídico pressupõe agente capaz, forma prescrita ou não, vedada em lei e objeto lícito e possível (art. 82 do Código Civil.) No caso do mútuo mercantil de moeda, o objeto pactuado diz respeito, por um lado, à entrega da coisa fungível pelo mutuante (dinheiro) e, por outro, ao pagamento, pelo mutuário, de uma contraprestação pelo uso do bem, a saber, os juros. Segundo a regra universalmente consagrada e inscrita no art. 1124 do Código Civil:

"Também se poderá deixar a fixação do preço à taxa do mercado, ou da Bolsa, em certo e determinado dia e lugar."

Não se admite, entretanto, que a estipulação da contrapartida fique "... ao arbítrio exclusivo de uma das partes..." (art. 1125 Código Civil.)

Ora, como é do conhecimento geral, todos os contratos relativos à dívida externa contêm cláusula remetendo a fixação dos juros para a *London Inter Bank Offered Rate (Libor)* ou *Prime Rate*, no caso dos bancos americanos. Caso essas taxas refletissem efetivamente o valor de mercado, poder-se-ia admitir, em tese, sua validade, embora condicionada aos ditames da teoria da imprevisão. Ocorre que, nos termos contratuais a determinação do montante dos juros dá-se, em relação a cada banco, em função da taxa que este deveria pagar, a cada renovação semestral, se fosse tomador, no mercado, de quantia equivalente e por um prazo semelhante, cabendo ao credor indicar ao devedor, unilateralmente, o percentual respectivo. A título exemplificativo, citamos a cláusula contida no acordo de 1983:

"Determinação da *Libor* — Taxa Interbancária Oferecida em Londres — *Libor*, — em relação aos empréstimos em qualquer moeda *Libor* e relativa a qualquer período de juros designará a média (arrendondada para cima, se necessário, ao múltiplo inteiro mais próximo de 1/16% de 1%) das taxas anuais respectivas às quais depósitos em tal moeda são oferecidos a cada um dos bancos *Libor* de referência, no mercado interbancário londrino, aproximadamente às 11:00 horas (hora de Londres) da antevéspera do vencimento, em montante aproximado de US\$ 5.000.000,00 e por um período de tempo semelhante. Cada Banco *Libor* de Referência concorda em solicitar, de acordo com a sua prática, ofertas de empréstimos nos momentos adequados e a informar o agente, imediatamente, por telefone, telex ou cabo da taxa a ele ofertada."

(Vide nosso: Dívida Externa e Soberania Nacional — pronunciamento da tribuna do Senado Federal em 9-8-83.)

Conforme se verifica facilmente, aceitou o Brasil uma definição *sui generis* para o conceito de mercado. Exclui-se, *a priori*, o livre jogo das forças econômicas para levar em conta, unicamente, a posição singular e individual de cada um dos credores. Estes, por razões contingenciais, poderiam estar em melhores ou piores condições, refletindo-se o fato nas taxas a eles ofertadas. Assim sendo, no Brasil eram repassados, não os riscos do mercado, mas os ônus da posição eventual de cada credor, nos termos avançados, a real taxa de mercado passou a ser irrelevante. Só importou, para fins de determinação da taxa de juros, a posição individual do próprio credor, cabendo a este averiguar e informar ao devedor o montante final devido.

Configura-se, destarte, no critério da fixação da taxa de juros devidos, uma autêntica cláusula potestativa pura, sendo esta rejeitada e condenada por qualquer sistema jurídico. Tivemos taxas que passaram quase que de 8% a 24% ou 25% sem que o Brasil pudesse valer-se das suas condições no contrato.

Impõe-se, portanto, uma reavaliação do efetivamente devido à luz de critérios outros que

respeitem os princípios gerais do Direito, a equidade e, sobretudo, levem em conta a consagrada teoria da imprevisão, inerente a qualquer contrato, segundo a qual devem as relações recíprocas guardar proporcionalidade com o estado de fato reinante no momento da pactuação.

Éra ríggrosamente imprevisível e imprevisível, no momento da tomada dos empréstimos, que as taxas históricas poderiam quadruplicar em curto lapso de tempo, elevando assim os encargos da dívida a valores astronômicos. Tem pois, pertinência ao caso a teoria da imprevisão, cabendo proceder-se, de imediato, à total e completa revisão dos valores já pagos, com base nas cláusulas apontadas, para, logo a seguir, abatido no principal o indevidamente remetido, definir-se as prestações a serem quitadas doravante.

Nesta ordem de idéias, sob pena de grave omissão, não pode deixar esta Comissão de recomendar ao Senado que, no exercício de sua competência (art. 52 inciso VII), adote urgente Resolução, sustentando o pagamento de qualquer parcela da dívida externa até ulterior exame e análise, caso a caso, expungindo-se do montante ora reivindicado pelos credores tudo aquilo que foi pago em excesso às taxas de juros originalmente contratadas.

Cabe aqui uma observação quanto a possíveis argumentos sustentando a inocuidade prática de qualquer medida visando a assegurar o cumprimento da lei e o respeito à soberania nacional.

Em primeiro lugar, registre-se que uma atitude dita pragmática neste particular, afora os aspectos éticos e legais da questão, implicaria em convalidar o ilícito e consagrar a irresponsabilidade. Num País onde tantos abusos são cometidos impunemente, acreditamos ser chegado o momento de lavrar uma exemplar lição, notadamente pela magnitude dos interesses em jogo e pela relevância que a matéria reveste para as gerações futuras.

Em segundo lugar, lembre-se que uma atitude de convivência com o espúrio, neste grave momento da vida nacional, e em assunto de tamanho porte estaria certamente a encorajar outros aventureiros e inescrupulosos a envolverem pela mesma senda.

Em terceiro e último lugar, não se imagine desprovido de senso prático a invocação de nulidades no plano jurídico-formal. Trata-se de um meio suasório, da maior importância capaz de levar os credores a renegociar em termos mais favoráveis.

Prosseguindo na enumeração das providências concretas a serem adotadas e considerando que o § 2º do art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias determina que, apurada irregularidade, o Congresso Nacional proponha ao Poder Executivo a declaração de nulidade dos atos, sugerimos seja o Presidente da República convidado a promover a decretação administrativa da invalidade de todas as cláusulas e condições apontadas como infringentes da ordem jurídica, neste voto e no parecer do Relator, tudo com base no art. 49 do Decreto-Lei nº 2.300/86.

A fim de evitar o locupletamento sem causa e que condutas ilícitas permaneçam impunes, determina o parágrafo único do artigo acima mencionado:

"A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado, pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa."

Quanto à primeira parte do preceito, o Projeto de Resolução apresentado atende plenamente à exigência na medida em que não repudia a totalidade da dívida, mas tão-somente aquela parcela eviada de ilicitude. Já no pertinente à parte final, cabe a este Colegiado, inclusive para dar cumprimento ao § 2º *in fine* do art. 26 do A.D.C.I., remeter a matéria ao Ministério Público Federal, para que no prazo de sessenta dias formalize as ações cabíveis.

Por derradeiro, e sabendo-se existirem diversas competências em matéria de negociação financeira externa deferidas ao Conselho Monetário Nacional e ao Conselho Nacional do Comércio Exterior pela legislação infraconstitucional remanescente, julgamos necessário a formulação do projeto revogando a Lei nº 7.770, de 1º-6-89, que prorrogou, até 30 de outubro do corrente ano, todas as faculdades ainda existentes neste particular.

Com a adoção das providências sugeridas, julgamos estar o relatório parcial em condições de ser aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 1989

O Senado Federal resolve:

Art. 1º. O pagamento de qualquer parcela da dívida externa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios, dos Municípios e de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público fica sujeito à observância das disposições constantes desta resolução.

Parágrafo único. As normas desta resolução aplicam-se, igualmente, às dívidas que, embora contraídas por pessoa física ou jurídica de direito privado, tenham passado à responsabilidade de órgão integrante da administração direta ou indireta, seja na qualidade de principal pagador, seja na de garantidor.

Art. 2º. Todo credor externo que pretenda receber importância, a título de pagamento de principal ou acessório da dívida contraída nos últimos 20 (vinte) anos deverá no prazo improrrogável de 120 dias (cento e vinte) dias sob pena de caducidade, apresentar no Banco Central o título representativo dos seus haveres, devidamente acompanhado de cópia do instrumento contratual e de minuciosa justificação do montante reivindicado.

§ 1º. O Banco Central comunicará, por carta ou telex, a cada um dos credores que tenham registro na entidade as exigências desta resolução.

§ 2º. O prazo a que se refere o *caput* começa a fluir a partir da ciência do interessado.

Art. 3º O Banco Central poderá solicitar que sejam prestados os esclarecimentos suplementares julgados necessários bem como a produção de documentos ou provas.

Art. 4º Em relação a cada credor, o Banco Central analisará o pleito aos aspectos da origem, legalidade e montante pretendido, encaminhando ao Senado Federal relatório circunstanciado para os fins previstos no inciso V do art. 52 da Constituição.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, será feito um levantamento minucioso de tudo que foi pago, a título de juros ou encargos, em percentuais superiores às taxas vigentes à época da contratação original, considerando-se, inclusive, as renegociações havidas.

Art. 5º O Senado Federal opinará previamente sobre as operações financeiras externas de qualquer natureza, devendo o expediente estar acompanhado de:

- a) análise técnica quanto à viabilidade econômico-financeira da operação;
- b) justificativa explicando o grau de prioridade da matéria no quadro geral dos planos e programas nacionais de investimento;
- c) prova de rentabilidade da operação;
- d) minuta do instrumento contratual do qual conste cláusula suspensiva dos seus efeitos até que a matéria seja aprovada nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, à outorga de garantia pelo Tesouro Nacional aos créditos obtidos no exterior.

Art. 6º É vedado, sob pena de responsabilidade do agente, o pagamento de qualquer parcela da dívida externa sem a observância do disposto nesta resolução, inclusive em relação àquelas contratadas anteriormente a 5 de outubro de 1988.

Art. 7º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º São revogadas as disposições em contrário.

Justificação

A Comissão Mista constituída nos termos do art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias apurou, na primeira fase dos seus trabalhos, a existência de graves irregularidades no processo de contratação da dívida externa.

Urge, portanto, a adoção de pronta providência normativa, no exercício da competência constitucional inscrita no inciso VII do art. 52 da Lei Fundamental, a fim de que seja sustado o processo de pagamento até ulterior exame de cada caso e renegociação em termos compatíveis com a ordem jurídica e as exigências da soberania nacional.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº DE 1989

Revoga a Lei nº 7.770 de 1º de junho de 1989

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 7.770, de 1º de junho de 1989, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. Excluem-se da prorrogação prevista neste artigo os dispositivos que atribuem ou deleguem competência para contratar ou renegociar empréstimo financeiro externo em nome do País.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º São revogadas as disposições em contrário.

Justificação

O Presidente da República, tendo em vista o disposto no art. 25 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e considerando existirem diversos dispositivos legais atribuindo ou delegando competência, hoje privativa do Congresso Nacional, ao Conselho Monetário Nacional e ao Conselho Nacional do Comércio Exterior, resolveu adotar a Medida Provisória nº 53/89 para prorrogar o *status quo* legislativo até outubro do corrente ano. A matéria transformou-se na Lei nº 7.770/89.

É notório que entre as competências delegadas, inúmeras dizem respeito à possibilidade de contratar e negociar com os credores externos. As recentes constatações feitas pela Comissão Mista da Dívida Externa sobre a ilegalidade e a inconstitucionalidade de diversas cláusulas e condições pactuadas no passado desaconselham a preservação de tais dispositivos. Recomenda-se, em consequência, a imediata revogação dos preceitos em causa, fazendo retornar ao Poder Legislativo, de imediato, a plena capacidade para decidir a respeito de tão relevante matéria.

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — Eu gostaria apenas de, num aparte, pedir-lhe um esclarecimento. V. Exª citou o artigo e o inciso em que se basearia para a declaração da nulidade pelo Senado federal. Poderia repetir qual o artigo e o inciso?

O SR. ITAMAR FRANCO — Art. 52. A intervenção de V. Exª é muito oportuna porque, entendemos nós, evidentemente salvo melhor interpretação, que compete, pelo art. 52 e seus incisos, dispor, como os art. 5º e 7º... Vamos ler o item V, do art. 52.

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

V — autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

Na minha argumentação também busquei o VII:

VII — dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal."

Evidentemente, estamos numa Comissão Mista. Digamos que, eventualmente, fosse acatado o nosso projeto de resolução, não o projeto de lei, que depende da aprovação do Congresso. Qual a dúvida que se levanta?

Seria apenas privativo do Senado fixar e dispor sobre os limites globais? Entendo eu que sim, porque se o Senado — e há argumentação contrária — resolve dispor sobre os limites, ele tem que fazer através do projeto de resolução.

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — A minha dúvida é outra: a base para a suspensão do pagamento. Esses dois artigos são determinações no sentido de autorizações prévias; uma, através de uma resolução, ou algo semelhante; a outra, uma autorização específica, caso a caso. Mas eu digo a base para estabelecer a suspensão do pagamento da dívida. Até aqui, em nenhuma das duas me parece estar insita a possibilidade de suspensão.

O SR. ITAMAR FRANCO — Nós entendemos que cabe ao Senado, como disse, aqui, no art. 4º:

"Art. 4º Em relação a cada credor, o Banco Central analisará o pleito quanto aos aspectos da origem, legalidade e montante pretendido, encaminhando ao Senado Federal relatório circunstanciado para os fins previstos no inciso V do art. 52, da Constituição."

Veja V. Exª Nós estamos numa Comissão Mista, e o que for aprovado aqui deverá ser levado ao Congresso Nacional, que aprovará ou não o parecer da Comissão. Evidente, se ele aprovar o voto em separado que estou dando, ele está convalidando aquilo que entendemos estar expresso na Constituição Federal. Quem dispõe, hoje, sobre o problema da dívida externa? É o Senado Federal. O Senado da República tem que concluir por alguma coisa. É a discussão que eu mantinha inicialmente, ainda que amistosamente, com o nobre Senador Severo Gomes.

No meu entendimento, o art. 5º é bastante claro:

Art. 5º Cabe ao Senado fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida."

Em seguida, ele autoriza. Eu perguntaria a V. Exª, primeiro: quem autoriza operação externa, na opinião de V. Exª?

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — Sim, o Senado!

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omelas) — Eu pediria aos parlamentares que não estabeleçam discussão agora. O Deputado Irajá Rodrigues está inscrito para falar e terá oportunidade de manter...

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — Entendo que, neste momento, há condições de apartear.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omelas) — O tempo do Senador Itamar Franco está esgotado, aliás, ultrapassado. A Mesa permitiu que ele lesse, já que aí estavam sendo apresentados os projetos.

O SR. ITAMAR FRANCO — Perdoe-me Exª Li o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omelas) — Nós estamos com 25 minutos.

Passo a palavra ao Deputado Hermes Zanetti, para a discussão.

O SR. HERMES ZANETTI — Sr. Presidente, Sr. Relator, e Srs. Parlamentares:

Vi a tentativa conciliatória do eminente Relator, Senador Severo Gomes, introduzindo uma alteração no seu relatório.

Antes de iniciar o trabalho, eu havia feito uma tentativa, renovada hoje, com o eminente Senador Severo Gomes, no sentido de encontrarmos um caminho que pudesse representar uma unidade desta Comissão.

Considero muito importante que procuremos, se possível, um caminho de unidade da Comissão, porque se trata de um assunto de grave repercussão nacional, de grande repercussão internacional. Estamos, já, há algum tempo, estudando e a Nação tem uma expectativa — não é de hoje — sobre este assunto, nós já fizemos uma série de ações anteriores e que, infelizmente, não resultaram em providências de repercussão prática sobre esta questão, e entendemos que esta Comissão tem a oportunidade de fazê-lo, agora.

Devo dizer, nesta introdução, eminente Senador Severo Gomes, nosso Relator, que ratifico minha posição anterior sobre o seu relatório. Ou seja, entendo que, na parte expositiva o Senador foi capaz de interpretar os sentimentos e os anseios de todos quantos temos uma preocupação de há mais tempo séria e profunda sobre esta questão, dos que temos uma visão crítica sobre esta questão e dos que pensamos que esta Comissão é uma grande oportunidade para equacionar este problema.

Mas na parte das conclusões, eminente Relator, eu continuo entendendo que elas são insuficientes para determinar as providências que esta grave questão exige. Por outro lado, eu ouvi, também, o voto em separado do eminente Senador Itamar Franco. Creio que é uma tentativa já mais avançada e que, evidentemente, contempla algumas questões, das mais sérias, que não haviam sido contempladas nas conclusões do eminente Senador Relator Severo Gomes. No entanto, pelo que havíamos ouvido aqui, na última exposição de um professor da UNB, resultou em mim a convicção de que, por exemplo, a suspensão do pagamento deve se dar através de lei. Foi sustentada, aqui, a tese de que a própria suspensão do pagamento realizada pelo ex-Ministro Dilson Funaro, quando de sua gestão no Ministério da Fazenda poderia ter sido, inclusive, contestada nos tribunais. Eu fiquei com esta convicção de que a suspensão deve se dar através de uma decisão do Congresso Nacional, através de lei.

Por outro lado, eminentes juristas sustentaram, aqui, ao longo de seus depoimentos, que não podia, não houve, efetivamente, porque não podia haver delegação sobre uma competência que era e é do Congresso Nacional. De tal sorte que, ouvido o relatório do eminente Senador Severo Gomes, ouvido o voto em separado do eminente Senador Itamar Franco e tendo lido a proposta do eminente Deputado Oswaldo Lima Filho, com

quem eu também já havia discutido o assunto do eminente Deputado Oswaldo Lima Filho eu quero, desde já, alinhar-me ao lado dos que entendemos que a proposta do voto em separado e que resulta numa proposta de projeto de lei melhor contempla os interesses nacionais e melhor contempla o assunto do ponto de vista daqueles que entendem que a Nação exige uma solução ativa, forte, desta Comissão, no sentido do seu encaminhamento.

Em intervenção que fiz numa outra oportunidade, eu manifestava o pensamento no sentido de que se os acordos tivessem vindo à apreciação do Congresso Nacional, seguramente o Congresso não se teria, desde logo, colocado contra os acordos. Poderíamos ter aprovado uns, rejeitado outros, mas, seguramente, não teria passado pelo Congresso Nacional um conjunto de três cláusulas que são, realmente, atentatórias à soberania, atentatórias à condução dos interesses e negócios do País, do ponto de vista da maioria do nosso povo, que são, exatamente, as cláusulas atentatórias à soberania nacional, ao problema da jurisdição e ao problema da cláusula dos juros flutuantes. Quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista econômico-financeiro, são absolutamente inaceitáveis. E eu, desde logo, entendo que o projeto de lei proposto pelo eminente Deputado Oswaldo Lima Filho, também por esta razão, contempla, adequadamente, esta questão.

Por isso, Sr. Presidente, a minha intervenção é breve e é para dizer que o caminho de unidade da Comissão é o voto em separado que, evidentemente, será explanado com maior profundidade pelo seu proponente, seu autor, o Deputado Oswaldo Lima Filho, mas que, desde logo, deixaria um apelo ao eminente Senador Itamar Franco. Apreciei muito o seu trabalho. V. Ex.^a, mais uma vez, dá demonstrações de sabedoria, como em outras oportunidades em que eu tive a ocasião de assistir. Entendo que o seu trabalho, mais uma vez, é uma extraordinária contribuição. Mas, pela síntese, pela amplitude, e pela força enquanto abrangente do Congresso Nacional do Brasil, eu entendo que a opção apresentada aqui não muda grandes coisas no seu conteúdo, mas, na forma, me parece mais forte, eu faria este apelo a V. Ex.^a para que considerasse a hipótese de se juntar ao voto do eminente Deputado Oswaldo Lima Filho.

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. HERMES ZANETTI — Com muito prazer.

O SR. ITAMAR FRANCO — Primeiro, dizer da admiração pelo trabalho parlamentar de V. Ex.^a Sou dos que seguem a carreira de V. Ex.^a aqui no Parlamento e muito me honra estar nesta comissão com V. Ex.^a Eu apenas vejo algumas dificuldades. V. Ex.^a fez uma abordagem e é claro que eu considero que a segunda abordagem, de nós revogarmos aquilo que o Executivo conseguiu, através de uma medida provisória, se torna fundamental, no processo. Nós poderemos enfocar isto, daqui a pouco.

Mas quanto ao projeto de lei, eu tenho uma dúvida. O projeto de lei, evidentemente, terá que ir à sanção do Sr. Presidente da República. Ele poderá sancionar ou vetar. Se no meu projeto de resolução há dúvidas levantadas quanto a que se caberia apenas ao Senado da República — eu acredito que deve haver, até, dúvidas, se bem que os verbos colocados na Constituição, em relação ao Senado são bastante claros, mas, de qualquer forma, quem dispõe, tem que dispor através de alguma coisa. O Senado Federal teria que dispor através de um projeto de resolução. Então, ao invés, o projeto de resolução, ou do projeto de lei, nós fizéssimos, então, um decreto legislativo. Porque se nós enviarmos o projeto de lei a S. Ex.^a, o Presidente da República, evidentemente, o Presidente, que permitiu essas negociações, o Presidente que aí está, ele, necessariamente, de acordo com o Sr. Ministro da Fazenda, de acordo com a sua assessoria técnica, ele vai vetar o projeto. Evidentemente, vetará o projeto. Então, o projeto de lei corre esse risco de ser vetado pelo Presidente da República e teria que voltar ao Congresso Nacional. Dificilmente — e V. Ex.^a há de concordar comigo, o Presidente da República vai sancionar aquilo que ele permitiu, que os seus ministros fizessem acordos inconstitucionais, acordos que feriam a soberania nacional e que, hoje, nós estamos, ao longo dos anos, comprovando isto.

Então, é a primeira intervenção que faço a V. Ex.^a que a comissão medite sobre isso, não o projeto de lei, talvez nem o projeto de resolução, mas sim o decreto legislativo de suspensão. E outro assunto que eu chamaria à atenção — e creio que o Deputado Oswaldo Lima Filho protestou, no Congresso Nacional — é quanto ao fato da prorrogação. Isso foi um absurdo. Foi falha nossa, evidentemente, ao permitir a prorrogação, dando, ainda, poderes ao Conselho Monetário Nacional que se continuasse a exercer aquilo que a Constituição só prorrogou por 180 dias. E isso, através de um projeto de lei que, infelizmente, terá que ser feito através de um projeto de lei.

Mas, de qualquer forma, agradeço as referências de V. Ex.^a e a certeza de que no mérito, tanto o projeto de lei apresentado pelo Deputado Oswaldo Lima Filho, como o nosso, no mérito, eles têm a mesma questão nuclear: que é considerar inválido o que o Brasil fez, até agora, neste conceito.

O SR. HERMES ZANETTI — Muito obrigado a V. Ex.^a Eu considero, também, esta convergência, e vejo, na manifestação de V. Ex.^a a disposição de quem quer encontrado o caminho que eu propus: que é o caminho da unidade, aqui, da comissão, evidentemente, no rumo da salvaguarda dos interesses nacionais. E neste mesmo sentido, eu vou ser um pouco ousado, mas penso que a ocasião o permite, e os relevantes interesses em jogo, também. Eu faria o mesmo apelo ao eminente relator. Eu já o fiz, duas vezes, pessoalmente, a ele, e o faço, agora, de público, na comissão. Eu estou preocupado, eminente relator, com a hipótese de encontrarmos uma alternativa uni-

tária na comissão. Eu entendo que isso é de absoluta relevância para o País. E eu conheço, longamente, o Senador Severo Gomes e sei que a opção dele é uma opção pelo que for viável, e a preocupação do senador já manifestou, aqui, de que entendia que isto era o viável, o possível, embora manifestasse suas preocupações. Evidentemente, que as conhecemos, também, há mais tempo, em relação a este problema. Eu apenas faria este apelo, eminente senador, no sentido de que se pudesse...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HERMES ZANETI — Em seguida, senador, é que eu estou, como já disse, aqui, cometendo uma ousadia, porque tenho uma preocupação que quero compartilhar com os colegas de comissão. E que é esse apelo que faço ao eminente Senador Severo Gomes. Entendo que, e faço, até, a sugestão ao Presidente que, se, em nome de podermos encontrar um caminho que equacione, adequadamente, o problema, que possa ser no rumo da unidade, se se fizer necessário uma eventual suspensão da reunião ou o adiamento de uma decisão final para uma outra oportunidade, esse problema vem de tanto tempo que eu quero, desde logo, deixar, aqui, um pedido ao Presidente: não atoplemos os fatos se encontramos uma hipótese de caminho de unidade da comissão que possa salvaguardar os interesses nacionais, nessa questão.

Tenho muito prazer em ouvir o eminente Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Provavelmente, eu acho que V. Ex^a está buscando um caminho que seria o desejável, para esta Comissão Mista, que é o caminho do entendimento, o caminho do consenso. Agora, será que este caminho é o caminho mais forte? A provocação de uma maratona unilateral? Ou será que este caminho não estará mais atendido através de um projeto de lei, de uma determinação como proposto, por exemplo, no relatório do Senador Severo Gomes, que pode ser aperfeiçoado através do projeto de lei, do alcance do projeto de lei. Que está estabelecido, por exemplo, na cláusula 4. Então, eu acredito que este caminho pode ser buscado dentro de um ponto intermediária não tão drástico, pois não conhecemos as repercussões econômicas da medida. Quanto ao aspecto jurídico, eu nem me importo, muito, porque nas cortes internacionais nós não temos ganho de causa, porque os Estados Unidos, quando foram condenados em Haia, apenas se retiraram e não deram importância ao resultado.

Então, nós poderíamos, também, se fosse o caso, chegarmos a esse ponto de não dar importância aos resultados das cortes internacionais nas questões jurídicas. Mas nas questões econômicas, nós temos que tomar muito cuidado, temos que ver as repercussões e atentar até onde será o alcance dessas medidas. Então, eu acredito que se tivermos condições de apresentar um projeto de lei extin-

guindo os efeitos daquele direito que nós demos ao Executivo, de assinar os acordos, pois isto foi votado pelo Congresso, bem ou mal, certo ou errado, foi votado. Então, nós temos que, primeiramente, extinguir, tomar sem efeito aquelas medidas. Nós temos que tornar sem efeito aquela medida que foi levantada, aqui, pelo Senador Itamar Franco, que nós prorrogamos até o próximo ano todas essas medidas que foram aprovadas e que foram delegações de poderes concedidos ao Executivo. Eu posso falar, porque, no Senado Federal, eu me bati contra isso. Mas nós votamos, foi votado pelo Congresso Nacional, foi aprovada pelo Congresso Nacional, essa prorrogação. Então, nós temos que, novamente, voltar a votar contra aquilo que nós mesmos votamos.

Então, nós temos que extinguir tudo isso através de um projeto de lei. O projeto de lei pode ser o mais amplo, pode ser mais abrangente, mas não será uma decisão unilateral, exclusivamente, unilateral, que nós tomaremos sem ter conhecimento real das repercussões econômicas.

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. HERMES ZANETI — Agradeço a V. Ex^a, eminente Senador Jutahy Magalhães. Apenas me filio na corrente daqueles que têm a convicção de que não há delegação, por parte do Congresso Nacional, para este assunto. Esta prerrogativa é do Congresso Nacional, e somente. Atendida ela, seriam válidos os contratos. Por isso, a declaração de inconstitucionalidade.

Em segundo lugar, eu compreendo as preocupações de V. Ex^a. Só que, por outro lado, essa dívida externa, nos moldes como está posta, sem uma atitude mais forte, sem a suspensão do pagamento, continua mantendo a Nação toda amordaçada, submissa, sem que na sua explicitação técnico-jurídica seja uma nação que está submetida, perdeu a sua soberania, governada a partir do ponto de vista do interesse dos credores e, mais do que isso, nós continuamos pagando 100, quando, lá fora, este valor está sendo transacionado por 28. Quer dizer, é uma atitude criminosa em relação ao nosso povo que eu, enquanto parlamentar e representante do povo não posso concordar. Eu diria a V. Ex^a que...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Concordo, plenamente, com V. Ex^a. Fiz vários pronunciamentos sobre isso.

O SR. HERMES ZANETI — Muito obrigado. É possível, até que haja, parece que os fatos não indicam isso, a História não mostra fatos graves em relação à repercussão de quando se faz suspensão de pagamento. Inclusive, a História recente do Brasil.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Esta seria a sétima moratória do Brasil. A primeira foi em 1898, por Campos Salles. Depois desta, nós já tivemos sete moratórias.

O SR. HERMES ZANETI — Este é um argumento. O outro é que sejam quais forem as

consequências, serão sempre menores que a violência que esta dívida está causando sobre a economia, sobre a fome e a miséria do nosso povo. Quer dizer, eu estou disposto a arcar com quais forem as consequências, porque estou convencido de que nenhuma delas será pior do que as que estão ocorrendo, hoje, com o pagamento.

Ouçõ o eminente Deputado Irajá Rodrigues.

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — Eu falo, neste aparte, dos riscos. Falo, em primeiro lugar, do risco do veto apontado pelo nobre Senador Itamar Franco. É claro que o risco de veto sempre existe. Mas não tenho dúvida de que, se o Congresso Nacional aprovar a suspensão do pagamento da dívida externa e se o Senhor Presidente da República vetar, o Congresso Nacional rejeitará o veto, mormente, se a Nação tomar conhecimento — no caso, fatalmente, tomará — de todo esse conjunto de nulidades, de abusos, de ilegalidades cometidas, não tenho dúvida de que o Congresso Nacional, em face disso e robustecido pela vontade nacional, rejeitará o veto. De qualquer maneira, a minha preocupação é outra. No meu entender, se não for por lei, se for o caso, o Poder Executivo com pleno direito invocará a nulidade da decisão. O risco de não fazer o projeto de lei por medo do veto é muito maior em face da possibilidade de declaração da nulidade da resolução. No meu entender, ela não encontra guarida no texto constitucional.

Com relação aos riscos econômicos, entendo também que pior do que já pagamos e continuamos a pagar com prejuízos econômicos e sociais, não tenho dúvida de que não vai acontecer. Na verdade, o que sentimos, ainda numa missão da Câmara dos Deputados, no ano passado, nos Estados Unidos, é que nos próximos quinze anos nenhum país da América Latina vai receber nenhum dinheiro real. O dinheiro novo tem esse título, não se trata de dinheiro, apenas uma operação contábil de incorporação de juros, vencidos ou vincendo ao capital. O dinheiro novo não é nada mais do que isso. Dinheiro não virá. Há muito tempo, somos remetentes de capitais líquidos para o exterior, e esta situação não vai se modificar. Ainda conversando com o Presidente da Comissão de Economia do Senado dos Estados Unidos, perguntávamos-lhe na hipótese de suspensão do pagamento da dívida externa brasileira qual seria, na sua ótica, a reação do povo e do Congresso americano? O Senador Bill Bradley (?) dizia que seria um dia de festa para os Estados Unidos no dia em que o Brasil fizesse isso. Por quê? Porque o Brasil à época não tinha nenhuma condição de importar, principalmente bens de capital, e todo esse pagamento aos banqueiros, esgotando as nossas possibilidades de importação, inviabilizava a continuidade de funcionamento de alguns setores industriais americanos e, por consequência, chegava até ao desemprego de setores ponderáveis dos trabalhadores americanos. Isso nos mostra que os riscos ao menos de natureza oficial não seriam grandes. E de natureza privada,

exceto o corte de outros financiamentos pelos banqueiros que não vão acontecer, fora disso, praticamente, não teríamos consequência. É importante salientar que, embora tenha havido na época da decretação da moratória, aqui no Brasil, várias manifestações, no Congresso Nacional, contrárias à moratória, é importante salientar que os discursos feitos no Congresso americano foram favoráveis à moratória. O nosso problema é muito mais um problema interno de combate dos inimigos internos do Brasil e essa providência. Ainda, há poucos dias, o editorial da revista "Ombro a Ombro" chamava de quinta coluna aqui dentro, o combate é muito mais interno do que externo, em função, evidente, dos interesses entremeados, entre o sistema financeiro internacional e o nacional. Digo a V. Ex.* que, no meu entender, não há maiores riscos do que aqueles que nós já corremos, o risco de inviabilizar esta Nação.

O SR. HERMES ZANETI — Muito obrigado a V. Ex.* Tendo em vista o grande número de apertes muito ricos que, evidentemente, representam uma grande contribuição a este trabalho e advertido pela Mesa que o meu tempo esgotou, quero agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornélas) — Com a palavra o Senador Pompeu de Sousa.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Sr. Presidente, procurarei ser o mais breve possível, conciso, ao contrário do que até agora ocorreu, ou seja, V. Ex.* tão preocupado em escrever que até se esqueceu do Regimento Interno, correndo solto o tempo de cada orador, coisa que, frequentemente, me é cobrado.

Realmente, procurarei ser breve. Entretanto, quero dizer a V. Ex.* Sr. Presidente, que estava tão ansioso em participar da discussão e ao mesmo tempo estar prevenido para a hipótese de, repentinamente, ter que sair daqui e ter que voltar, porque temos assuntos importantíssimos na Comissão do Distrito Federal — aliás, há outra Comissão, que tratei de me inscrever em segundo lugar, porque em primeiro já estava inscrito o Senador Itamar Franco. Acontece que o nobre Relator Severo Gomes se enganou e se inscreveu também para debater o seu próprio relatório. Foi riscado o seu nome e eu me inscrevi, supondo ser o segundo lugar. Mas o meu eminente amigo e prezado correligionário Hermes Zaneti deu um golpe de mão, riscando em cima do nome riscado do relator e apondo o seu nome acima do meu. Paciência.

O SR. HERMES ZANETI — Nobre Senador, V. Ex.* está sendo injusto.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Foi um golpe de mão, V. Ex.* colocou o seu nome em cima do meu, ficando inscrito em segundo lugar. Mas isso não vem ao caso. É considerado extra.

O SR. HERMES ZANETI — Peço que conste nos Anais que estava em aberto a segunda inscrição, segundo registro da assessoria e eu a utilizei.

O SR. POMPEU DE SOUSA — De certa forma, V. Ex.* até colabora comigo, porque abrevia as minhas considerações. Na verdade, eu volto a fundamentar essa minha intervenção exatamente na intervenção anterior com uma pequena retificação. Volto a dizer que o relatório, o parecer do eminente Relator, isto é, o seu relatório que tem conteúdo de parecer, achei exemplar e, assim, o denominei — não sei se usei esse adjetivo, não me lembro mais, porque não tenho tão boa memória — na parte expositiva e, até certo ponto, muito bom na parte conclusiva com a única restrição ao item 4 que eu mesmo mencionei, depois da sua retificação. Portanto, a meu ver, na parte expositiva, a essa altura, mantenho a exemplaridade total.

Na parte conclusiva, manifestei a minha conformidade, considerando que as conclusões eram de extrema timidez. Porém, ao chegar, hoje, aqui, até o felicitei em termos amistosos, porque na outra Comissão era de timidez ainda maior. Naquela oportunidade, os Companheiros que aqui comparecem habitualmente, que não são muito numerosos, deverão se lembrar que conclui essas mesmas considerações por uma proposta de resolução legislativa enérgica e conclusiva. Era essa a minha linha de orientação, até que, meditando melhor sobre o assunto, sem ser sequer bacharel em Direito, porque nunca fui buscar o meu diploma, pareceu-me que a resolução legislativa não é o instrumento legislativo próprio no caso, porque é mais um instrumento *interna corporis*, de forma que não terá uma força resolutive como terá uma lei. Daí, Sr. Presidente, haver subscrito o substitutivo proposto. A meu ver, o substitutivo do Senador Itamar Franco é realmente magnífico, bem como toda a sua parte expositiva. Porém, a parte expositiva de certa forma, é um desdobramento da parte expositiva já apresentada pelo Senador Severo Gomes. Parece-me que a impropriedade daquela proposta que eu próprio fiz do projeto de resolução legislativa, a propriedade da proposta do substitutivo do Deputado Oswaldo Lima Filho, que eu subscrevi, inclusive o fiz porque, temendo a possibilidade de ter que me retirar, eu já iria considerar como voto meu, seguindo, talvez, um pouco o espírito conciliatório do meu eminente Colega e querido amigo Hermes Zaneti, além de também combatível correligionário, que está propondo soluções consensuais, embora o tenha, nos últimos tempos, me vacinado um pouco para essa coisa de consenso, porque isso teve que ser instalado na Constituinte na votação constitucional, caso contrário, não votaríamos até hoje a Constituição. Depois, a coisa pegou como uma praga no Congresso Nacional que eu já denominei isso onsenual votofóbica, com fobia do voto. Mas, Sr. Presidente, vou quase propondo uma solução consensual. Expiado aqui pelo meu vizinho, diria que é uma solução salomônica. Tendo em vista que a parte expositiva é praticamente comum e, de certa forma, há apenas a do Senador Itamar Franco, que é mais detalhista, e a do Deputado Oswaldo Lima Filho mais concisa, porém coincidente. Mas todos

esses trechos são coincidentes. Proporia aos Companheiros presentes a seguinte solução salomônica. Para não termos que fazer uma cirurgia geral façamos uma cirurgia parcial, isto é, mantenhamos a parte expositiva do Parecer Severo Gomes e, na parte resolutive, adotemos o projeto de lei proposto pelo eminente Deputado Oswaldo Lima Filho. Parece-me ser o instrumento legislativo mais adequado do que o projeto de resolução legislativo proposto pelo eminente Senador Itamar Franco.

É o meu parecer que apresento com exemplar concisão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornélas) — Dada à relevância da matéria, a Presidência tem procurado ser o mais flexível possível na condução dos debates, evitando estar cobrando o tempo rigorosamente.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Suponho que eu tenha sido inflexivelmente regimental.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornélas) — V. Ex.* brilhou hoje. Com a palavra o Deputado Raimundo Bezerra.

O SR. RAIMUNDO BEZERRA — Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Congressistas participantes dessa Comissão Mista do Endividamento Externo Brasileiro.

Tenho a opinião formada sobre esse assunto e encaminhei, acredito que em tempo hábil, um projeto de lei, propondo a suspensão de todo o pagamento da dívida, serviços de juros, até que esta Comissão Mista terminasse o seu trabalho constitucionalmente em 5 de outubro, e o Congresso Nacional pudesse propor alternativas, desde quando consideramos que está *sub judice* até constitucional a dívida externa.

Hoje, sinto-me muito à vontade para apoiar integralmente a proposta de projeto de lei do Deputado Oswaldo Lima Filho, porque vem ao encontro daquilo que acreditamos ser o melhor para o nosso País e que devemos sem perder mais tempo, concretizar o caminho para viabilizar a sobrevivência do Brasil.

No início dos trabalhos desta Comissão Mista do Endividamento Externo Brasileiro, solicitei por interferência, aqui, em Plenário, que esta Comissão apoiasse não apenas o meu projeto, isoladamente, mas o projeto também em termos semelhantes do Deputado Irajá Rodrigues, do próprio Deputado Hermes Zaneti, talvez o precursor em termos legislativos de toda essa luta e também do Deputado Sérgio Spada do Paraná. Todos esses projetos com pequenas diferenças propunham a suspensão do pagamento da dívida, desde o início dos nossos trabalhos. Em razões externadas em pronunciamentos, no plenário da Câmara dos Deputados, mostrávamos que pela definição do nosso dicionário Aurélio, o que está acontecendo no Brasil em relação à dívida externa é um verdadeiro genocídio. Estamos com quarenta milhões de miseráveis que não têm empregos, dos vinte e dois milhões de crianças de zero a cinco anos, dez milhões, ou seja, 50% delas, têm déficit nutricional, fome, com consequente déficit de oxigenação cere-

bral e mental. Dizia eu, naquela oportunidade, que estamos necessitando de milhares de Tribunais de Nuremberg para que a sociedade brasileira, principalmente o poder dirigente, possa ser julgada por esse genocídio. Temos, agora, constitucionalmente a oportunidade, pelo menos, de pagarmos essa dívida que é muito mais nossa, das Lideranças, do que do povo como um todo que por ela está pagando muito caro.

Concluo, de acordo com os três minutos que estou marcando, não preciso dos quinze, com o apoio total ao projeto do Deputado Oswaldo Lima Filho, parabenizando o Senador Itamar Franco que deu uma demonstração de capacidade, de estudo aprofundado de todos os problemas da dívida externa. Lamento, sinceramente, não apoiar, não subscrever a proposta de S. Ex^a. Precisamos é realmente de um projeto de lei, para que seja encaminhado e corram os devidos trâmites, inclusive para que a população, como um todo, se incorpore a esse movimento aqui iniciado e cobre do Executivo a homologação do que aqui foi aprovado, que com certeza será positivo para o nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — Com a palavra o Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO — Sr. Presidente, vou ser bastante breve, porquanto já estão se configurando os depoimentos anteriores à saída que me parece mais adequada.

A condição de amigo e admirador do nobre Senador Severo Gomes, Relator desta Comissão, soma-se um outro constrangimento pessoal pelo fato de ser Relator adjunto e ter, de certa forma, colaborado no seu relatório tal qual ele foi apresentado, ainda inconcluso, há duas sessões desta Comissão. De certa forma, concordo com todos os depoimentos anteriores de que o item XIV do seu relatório, sobre o qual tomei conhecimento junto com V. Ex^a, não corresponde ao espírito da sessão informal que realizamos há duas semanas. Certamente, ele foi mais tímido do que o que havia sido discutido naquela sessão. Como conheço o espírito democrático do Senador Severo Gomes, sou capaz de imaginar que S. Ex^a não terá nenhuma restrição à tentativa de reformular o item XIV, no sentido de torná-lo mais afirmativo, e de podermos caminhar na direção aqui apontada pelo nobre Deputado Oswaldo Lima Filho e de certa forma, também, pelo nobre Senador Itamar Franco, com variações mais de caráter formal quanto ao encaminhamento.

Nesse particular, sou também assaltado por várias dúvidas, porque o nobre Senador Itamar Franco defendeu a sua fórmula com base na hipótese de o Presidente da República, utilizando suas prerrogativas constitucionais, vetar o projeto de lei que eventualmente fosse aprovado nesta Casa. A minha dúvida antecede a essa etapa. Tenho realmente apreensão de saber se esse é o caminho mais indicado. Não tenho nenhuma dúvida de me solidarizar com ele, mas tenho dúvidas de que sejamos eficazes ao propor um tal projeto e ele não ser

aprovado pelo Plenário. Louvo-me aqui nas experiências anteriores do projeto de decisão constitucional do Deputado Paulo Ramos, do projeto de resolução — ainda não estava regulado, se não me falha a memória — do nobre Deputado Hermes Zaneti, enfim, da própria iniciativa dos Deputados Raimundo Bezerra, Irajá Rodrigues e de tantos outros, que não prosperaram no Plenário da Câmara e do Senado. De modo que temo que estejamos, eventualmente, adotando uma fórmula que tranqüilize as nossas consciências, que sirva, inclusive, para justificar o nosso desempenho perante o eleitorado, mas que não tenha a consequência prática de criar um constrangimento efetivo para que o Executivo não continue a esvair as riquezas nacionais, através do pagamento da dívida.

O SR. HERMES ZANETI — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ SALOMÃO — Com muito prazer, nobre Deputado Hermes Zaneti.

O SR. HERMES ZANETI — Eminentíssimo Deputado Luiz Salomão, todos conhecemos a preocupação e a extrema dedicação de V. Ex^a ao assunto. Serei rápido apenas para fazer uma ponderação. Creio que se a Comissão incumbida pela Constituição Federal, uma Comissão Mista do Congresso Nacional, fizer essa recomendação de aprovar essa proposta, já irá a plenário com mais força, que não houve até aqui. A meu ver, é um argumento importante. O segundo ponto, para completar, é que a imprensa noticia que os Líderes do Congresso Nacional propuseram um plano ao Presidente Sarney, que o aceitou. Nesse plano, até nos atropelando, está a proposta de suspensão do pagamento. Eu agregaria a V. Ex^a esses dois argumentos, na esperança de que isso eventualmente ajude a formar um raciocínio favorável, mas evidentemente respeitando, como não podia deixar de ser, a idéia de V. Ex^a.

O SR. LUIZ SALOMÃO — O primeiro argumento de V. Ex^a é perfeito, no sentido de que esta é uma Comissão pluripartidária e, de certa forma, deveria representar a vontade da maioria do Congresso. Não obstante isso, quero registrar o fato de que hoje estamos na sessão de maior frequência desta Comissão, com 12 Parlamentares, agora 13, com a chegada do nobre Deputado Roberto Brant.

Sr. Presidente, peço que me garanta a palavra. Há um certo nível de ruído e não estou conseguindo me situar.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — A Presidência solicita a atenção de V. Ex^a para o que expõe o orador.

O SR. LUIZ SALOMÃO — Ouvi atentamente todos os oradores que me antecederam.

Nobre Deputado Hermes Zaneti, quero contestar o segundo argumento de V. Ex^a, porque a proposta das lideranças partidárias é da suspensão do pagamento, em caso de não haver a liberação de recursos de parte do FMI e dos credores. De modo que é uma suspensão de pagamento, uma moratória condicionada

à atitude que venham adotar os credores e o próprio FMI, portanto, muito diversa da nossa iniciativa que venhamos tomar, com base apenas na inconstitucionalidade e na ilegalidade desses contratos.

Acolho o primeiro argumento de V. Ex^a, mas, infelizmente, não posso acolher o segundo.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Irajá Rodrigues.

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — Lembro a V. Ex^a que, conforme a imprensa declarou no momento, a proposta inicial dos Presidentes de partidos e dos Líderes era no sentido da suspensão incondicional do pagamento da dívida externa. Apenas depois, tomando conhecimento prévio da proposta pelos jornais ou por emissários seus, foi feita uma espécie de negociação de novo. Aquilo que o nobre Senador Pompeu de Souza reclama como uma fobia, acabou sendo feito um consenso e acabou saindo uma proposta mais tímida. Mas, na verdade, fica claro que a vontade da representação congressional era no sentido da suspensão incondicional do pagamento.

O SR. LUIZ SALOMÃO — O meu Partido não participou dessas negociações, porque as considerava viciadas desde o início. De qualquer forma, o que quero dizer é que a proposta efetivamente apresentada é tautológica, inócua, absolutamente inútil, porque de fato, não havendo o aporte de recursos externos, como está previsto nos próximos dias, o Governo brasileiro será obrigado, por falta de divisas, a efetuar os pagamentos. Essa proposta, a nosso juízo, não tem nenhuma validade, não contribui nada para a nossa discussão. A nossa discussão é de uma afirmação soberana desta Comissão em relação à suspensão de pagamentos. Imagino seja possível se obter um consenso aqui, mas tenho dúvidas de que possamos fazê-lo prosperar no Plenário do Congresso até o dia 15 de setembro.

A minha proposição, Sr. Presidente, para concluir essa intervenção que já vai longa em função dos apartes, é de que pudéssemos suspender a sessão, eventualmente, inclusive, recorrer à convocação de outros Parlamentares que já examinaram a matéria — tenho alguns em mente — e pudéssemos tentar finalizar um consenso nosso sobre o item XIV do relatório do nobre Relator, porquanto, na sua versão final, ela realmente não corresponde ao entendimento que extraímos naquela reunião de duas semanas atrás.

O SR. POMPEU DE SOUZA — Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — Com a palavra o nobre Senador Pompeu de Sousa.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Sr. Presidente, tenho que me retirar neste momento, porque estou sendo solicitado na Comissão do DF e não posso deixar de estar presente. Quero dizer que apoio a proposta do nobre Parlamentar Luiz Salomão — e, aliás, como

V. Ex^a vê, sou partidário de soluções salomônicas. Mas, se essa decisão não prevalecer, ou processualmente, quero dizer a V. Ex^a que se isso for possível regimentalmente, ou operacionalmente, peço preferência para a minha proposta da fusão da parte expositiva do Senador Severo Gomes com a parte conclusiva do Deputado Oswaldo Lima Filho. Se isso não for possível, que meu voto seja dado, desde já, como definitivo pela proposição do Substitutivo Oswaldo Lima Filho.

V. Ex^a pode acolher como terminativa a minha posição?

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) — Na verdade, o voto em separado do Deputado Oswaldo Lima Filho ainda não foi apresentado, embora tenha já obtido algumas manifestações de apoio. De todo modo, a Presidência tem registrado as várias manifestações, no sentido de que haja uma posição consensual ou um aprofundamento da discussão ainda. Como houve um pleito do Deputado Fernando Gasparian, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, no sentido de que liberássemos o Dr. Paulo Nogueira Batista Júnior do seu compromisso de prestar depoimento amanhã, nesta Comissão, em face de sua participação no Seminário sobre o Sistema Financeiro, o hirário de amanhã está livre para nós. De maneira que a Presidência tende a adotar, com a concordância do Plenário, a sistemática de votarmos amanhã o projeto. De todo modo, não existem razões que levem à suspensão da sessão neste momento. Existem oradores inscritos para debates, a Presidência continuará dando a palavra, permitindo que os debates se realizem o mais amplamente possível, até para facilitar o encaminhamento do assunto.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Sr. Presidente, com os esclarecimentos de V. Ex^a o pedido de licença aos Companheiros, eu me retiro, porque não posso mais deixar de me apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) — Com a palavra o Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, quero fazer um apelo a V. Ex^a, no sentido de que votássemos hoje. Realmente, amanhã não poderei estar presente. Quase todos os Srs. Congressistas estão manifestando a sua idéia, as suas exposições. Se no decorrer da sessão V. Ex^a entender que não deva haver votação, tudo bem, mas penso que não se deveria suspender *a priori* esta votação.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) — Nobre Senador Itamar Franco, não será suspensa *a priori*. A Mesa dará a palavra a todos os debatedores inscritos. Em seguida, dará a palavra ao Relator, Senador Severo Gomes, para que exponha a sua posição, em face dos diversos votos em separado apresentados.

Com a palavra o Deputado Oswaldo Lima Filho.

O SR. DEPUTADO OSWALDO LIMA FILHO — Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores

e Srs. Deputados, o meu ponto de vista em torno da gravíssima questão que nos é submetida está exposto no voto, que passo a ler.

Inicialmente, devo repetir a lição que guia a minha opinião em torno da matéria que é aquela que nos foi legada pelo eminente e saudoso estadista Tancredo Neves, quando afirmou em entrevista coletiva, concedida aqui, no Congresso, em 17 de janeiro de 1985:

COMISSÃO MISTA DE AUDITORIA DA DÍVIDA EXTERNA

"Devemos aos nossos credores dinheiro e dinheiro se paga com dinheiro, não se paga com a fome, a miséria, o desemprego do povo brasileiro."

Tancredo Neves
(Entrevista coletiva ao *Jornal do Brasil*, em 17 de janeiro de 1985).

"A alternativa está entre um desenvolvimento voltado para o mercado interno, redistribuição da renda, elevação do nível de vida das massas, absorção maciça de mão-de-obra, capacidade de opção tecnológica própria, direção nacional do desenvolvimento econômico, controle do mercado internacional e para o modelo, até agora dominante, que vê no mercado internacional o fator dinâmico que concentra a renda, intensifica a exploração dos trabalhadores, exclui grandes grupos do emprego, baseia sua capacidade tecnológica na importação de tecnologia, se apóia no chamado financiamento externo e na desnacionalização da economia e tenta liberalizar o comércio exterior e apoiar-se nas forças de um pretensão mercado internacional."

Theotonio dos Santos, em "A Trilateral — Nova Fase do Capitalismo Mundial", pág. 162, Ed. Vozes, 1979.

1. Quando examinamos o relatório parcial oferecido pelo Relator desta Comissão Mista, criada nos termos do Artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, Senador Severo Gomes, devemos reconhecer a precisão dos conceitos jurídicos expostos na análise da constitucionalidade e legalidade dos acordos celebrados entre o Governo brasileiro e os banqueiros internacionais, amparada na autoridade do mestre Pontes de Miranda e de juristas do valor de Seabra Fagundes e Celso de Albuquerque Melo.

2. Todavia, a nossa concordância com essa análise, feita a restrição de que há segmentos da sociedade brasileira que defendem o repúdio puro e simples da dívida externa, ao contrário do que afirma o referido parecer (Número 4, folha 11), choca-se com as suas conclusões, alinhadas às folhas 14 e 15, que se traduzem em 6 (seis) propostas, todas elas anódinas, inofensivas e inócuas.

3. Se não vejamos: a primeira proposta prevê a elaboração de projeto de resolução sobre operações de crédito externo, competência privativa do Senado Federal, cuja autoria pode caber a qualquer membro da Câmara Alta, dispensando a laboriosa investigação

desta Comissão, após meses de árduo trabalho; a segunda prevê notificação ao Executivo sobre a existência de cláusulas inconstitucionais e, portanto, nulas nos contratos em causa. Embora reconhecendo essas nulidades, recomenda a renegociação das ditas cláusulas; a terceira, ainda segundo o hábito submisso de recorrer ao Executivo, pede "a remessa dos contratos em vigor relativos à dívida externa à apreciação do Legislativo nos termos do artigo 49, I, da Constituição"; a quarta, ainda no mesmo estilo de submissão ao Executivo, pleiteia "a revisão do Decreto-Lei nº 1.312/74", que isentou os acordos sobre a dívida externa da apreciação do Legislativo" durante o regime da ditadura, quando a matéria é hoje da competência exclusiva do Congresso Nacional; a quinta proposta atinge o máximo da inocuidade ao propor "uma nova Comissão de juristas especializados em Direito Internacional para estudar a elevação unilateral da taxa de juros". Esse órgão provavelmente apresentaria seu parecer na próxima década; A sexta proposta, embora válida e procedente, está em contradição com as anteriores, pois propõe a responsabilização dos negociadores da dívida quando admite a sua validade. Se a dívida não é inconstitucional e nula, como incriminar os seus negociadores?

4. A apreciação que fazemos do gravíssimo problema da dívida externa é de uma missão histórica, de cujo exercício poderá decorrer ou não o resgate da soberania nacional. A espoliação atualmente praticada contra o Brasil pelas potências centrais do Ocidente é mais grave e mais danosa do que aquela praticada no período do Império, quando o sistema de empréstimos hipotecou as alfândegas do País para o pagamento da nossa dívida externa.

Durante todo o período do Império e no período republicano até 1964, os empréstimos externos foram submetidos a taxas de juros históricas, que não excediam 5% (cinco por cento).

5. Por isso, esclarece lucidamente o Professor Celso Furtado ao examinar a cláusula de juros flutuantes, fixados sobre taxas de *prime rate* (taxa preferencial) do mercado de Nova Iorque a *libor* (London Interbank offered rate).

"(...) É que grande parte dessa dívida resulta de uma peripécia, de um acidente histórico, e não operações de mercado normais. Assim, em 1979, as taxas de juros aumentaram brutalmente nos Estados Unidos. Desde então, as taxas de juros têm aumentado ou têm se mantido a níveis extremamente altos, duas ou três vezes mais altos, em termos reais, do que as taxas históricas do funcionamento da economia capitalista. E a razão principal disto — o problema é mais complexo: a desordem financeira que se instalou no governo dos Estados Unidos, com este imenso déficit fiscal que não tem correspondência numa poupança interna que possa financiá-lo nem numa política fiscal que possa corrigi-lo ou anulá-lo. É um

problema interno da economia dos Estados Unidos que se projeta através do mercado do ouro-dólar, no plano internacional, e cria, então, esta pressão de elevação das taxas de juros.

Assim, como resultado de um estado de desordem que se cria dentro de um país poderoso, dominante, outros países viram os seus débitos aumentarem enormemente, e se transformaram em grandes devedores. (...)”
Revista do PMDB, Ano VIII, nº 13, 1988, pág. 55.

Como reconhece o próprio Relator:

“(…) Tivemos nossa dívida aumentada de maneira significativa, sem que a esse aumento correspondesse o aporte efetivo de recursos externos. Passamos a dever não o que tomamos emprestado, mas uma quantia fixada aleatoriamente, sem a nossa participação. (...)” — Página 12.

Todas as Constituições brasileiras, considerando a importância dos tratados e acordos internacionais e dos seus reflexos sobre a soberania nacional, estabeleceram que a sua validade dependeria de decisão do Congresso Nacional.

Assim, a Constituição de 1824, no seu Artigo 15, Item XIII; a de 1891, no Artigo 34, § 2º; a de 1934, no Artigo 39, número 3; a de 1937, no Artigo 74, alínea “d”; a de 1946, no artigo 65, itens III e VI; a de 1967, no Artigo 44, item I, e a de 1988, no Artigo 49, item I, reservaram ao Congresso Nacional a competência para dispor sobre a dívida pública interna e externa.

Discorrendo sobre a matéria, escreveu o insuperável mestre Pontes de Miranda:

“(…) O Poder Legislativo dirige a política legislativa financeira do País e o Presidente da República executa-a. O Poder Legislativo é que decide como devem ser pagas as dívidas públicas e as delegações a respeito são proibidas como outras quaisquer, salvo nas espécies do Artigo 55 da Constituição de 1969 (...)”.

Aqui vai a resposta a alguns companheiros que afirmaram que havia decretos leis permitindo ao Executivo assumir esses compromissos. Foram delegações, como tais, inconstitucionais.

Conclui Pontes de Miranda:

“(…) O Poder Executivo não pode tomar qualquer providência sobre moratória das suas dívidas passivas, inclusive *policy funding loan*, sem lei que o permita, mas também aí não se consente nas leis delegadas e nos decretos-leis. (...)” “Comentários à Constituição”, Tomo II, pág. 96, Edição de 1967.

A INCONSTITUCIONALIDADE DOS CONTRATOS

7. Todavia, a ditadura militar no Governo Médici, desprezando a própria Constituição,

que fizera promulgar, editou o Decreto-Lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, atribuindo ao Presidente da República o poder de contratar empréstimos externos.

Mais uma vez ensinou Pontes de Miranda:

“(…) Se o Congresso Nacional aprova o decreto-lei, de que resultou, ou resulta, ou vai resultar aumento de despesa, nula é a aprovação, como o foi a emissão do decreto-lei. Não se pode admitir que a nulidade seja parcial (só referente à regra jurídica ou às regras jurídicas de que deriva o aumento de despesa), porque há o princípio da inemendabilidade do decreto-lei e a nulidade parcial implicaria emenda. Nula é a aprovação, como nulo foi o decreto-lei. (...)”

“(…) Portanto, resumindo, as Constituições brasileiras, desde a Independência, reservam ao Congresso Nacional a atribuição de contrair empréstimos externos e essa atribuição não poderia ser transferida ao Presidente da República por um decreto-lei. (...)” — (Ob. cit. pág. 157).

A inconstitucionalidade dos contratos e acordos entre o Governo brasileiro e os banqueiros internacionais por falta de aprovação do Congresso Nacional é pois incontroversa, segundo o entendimento de nossos juristas mais eminentes, determinando a nulidade de pleno direito dos referidos contratos sobre a dívida externa ora em exame, salvo alguns raros contratos que, submetidos ao Senado Federal, obtiveram sua aprovação.

AS NULIDADES DOS CONTRATOS

8. A esse efeito fundamental somam-se diversas nulidades de cláusulas constantes dos referidos contratos, que são do conhecimento público nas quais o Governo brasileiro, pelo representante do Tesouro Nacional e o Presidente do Banco Central do Brasil, renunciaram:

a. a invocar qualquer alegação de nulidade;
b. à imunidade de jurisdição e aplicação do Direito brasileiro;

c. a qualquer alegação de soberania.
Esses acordos contrariam assim a Constituição brasileira, e a nossa lei básica — Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-Lei nº 4.657 de 4 de setembro de 1941), que dispõe:

“Art. 12. É competente a autoridade judiciária brasileira, quando for o réu domiciliado no Brasil ou aqui tiver de ser cumprida a obrigação.”

“Art. 17. As leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, não terão eficácia no Brasil, quando ofenderem a soberania nacional, a ordem pública, e os bons costumes.”

Por isso afirmou o ilustre jurista e Ministro do Supremo Tribunal Federal Seabra Fagundes, citado pelo próprio relator:

“(…) Este fato, de o Brasil renunciar explicitamente a alegar a sua soberania, faz deste documento talvez o mais triste da História política do País. Nunca encon-

trei — e não sou muito ausente dos estudos da História do País — em todos os documentos históricos do Brasil, nada que parecesse com esse documento, porque renúncia de soberania talvez nós tenhamos tido algumas renúncias iguais, mas uma renúncia declarada à soberania do país é a primeira vez que consta de um documento, para mim histórico. Este me parece um dos fatos mais graves, de que somos contemporâneos. (...)” — (o eminente jurista refere-se ao Acordo Dois, da negociação de 1982). Pág. 10.

A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA

9. A dívida externa deixada pelo governo do Presidente João Goulart alcançava 3 bilhões e 986 milhões de dólares.

A administração do General Castelo Branco, de início, adquiriu as velhas e peremptas concessões da *Bond and Share* por 135 milhões de dólares, fato que o seu correligionário Carlos Lacerda considerou um ato da corrupção (*Tribuna de Imprensa*, 07 de agosto de 1964), embora esse acordo fosse aprovado pelo Congresso Nacional, apesar da veemente oposição do PTB.

O General Médici, embora ignorando a Constituição, e contraindo empréstimos externos, sem audiência do Congresso, elevou a dívida externa para 13 bilhões e 760 milhões de dólares.

O General Geisel, assumindo em 15 de março de 1974, e sem ouvir o Congresso Nacional elevou a dívida externa para 55 bilhões e 802 milhões de dólares.

10. Como noticiou o jornalista Luciano Martins, no *Jornal do Brasil* de 21 de maio de 1978, só os lucros do City Corporation se elevaram em 1976 para 72% (setenta e dois por cento) com base na dívida externa brasileira, provocando o seguinte comentário da Revista Americana Business Week, de 07 de novembro de 1977:

“Os empréstimos ao Brasil proporcionam as taxas de juros mais altas do mundo.”

Essa elevação da taxa de juros decorreu assim da política financeira do governo dos Estados Unidos já analisada pelo Professor Celso Furtado.

Essa política do *Federal Reserve Bank*, destinada a atrair capitais europeus para a cobertura da dívida interna dos Estados Unidos, aliada à armadilha dos juros flutuantes imposta ao Brasil desde 1975, que levou o País a pagar em juros, de 1971 a dezembro de 1988, mais do que todo o estoque de sua dívida externa.

11. Como o Ministério da Fazenda até hoje não respondeu ao pedido de informações, que formulei ao Plenário da Câmara dos Deputados e perante esta Comissão em 19 de abril de 1989, devo valer-me da informação do jornal *Folha de S. Paulo*, edição de 20 de março de 1989, no artigo “Evolução do pagamento da Dívida Externa”, junto por cópia a este voto, onde fica evidente que a dívida externa brasileira, segundo dados do Banco Central, se ele-

vou de 6 bilhões, 952 milhões de dólares em 1971 a 111 bilhões e 916 milhões de dólares em 1989. Salienta o mesmo jornal:

"Com o pagamento de US\$ 11,2 bilhões neste ano, o País remeteu, de juros entre 1971 a 1989, cerca de US\$ 123 bilhões, enquanto o estoque de sua dívida externa, ao final deste período, deve situar-se em US\$ 111 bilhões."

Junto ainda a este voto o quadro elaborado pelo Professor Luiz Fernando Victor, da Universidade de Brasília, desde 1956 a 1987, sobre a evolução da dívida externa do Brasil, estabelecendo de forma admirável, competente e precisa os valores da dívida e do Produto Interno Bruto — PIB nacional, da população, dos resultados da balança comercial, o serviço da dívida externa, os empréstimos e financiamentos estrangeiros e a movimentação de capitais externos no País.

Esse trabalho valioso merece o exame acurado desta Comissão.

Demonstra o eminente mestre de Administração Financeira da Universidade de Brasília ao examinar o problema sob exame desta Comissão:

"(...) O golpe militar de 1964 representou a capitulação definitiva do país aos interesses do capital financeiro internacional. As primeiras medidas econômicas do governo militar de 64 estavam vinculadas aos interesses do capital financeiro internacional. Consciente de seu papel nessa capitulação, Roberto Campos toma três decisões em 1964, para favorecer, ampliar a participação e facilitar o trânsito do capital financeiro no país, a saber: modificou a usina a 4131 no que lhes interessava, ampliando as possibilidades de transnacionalização do crédito: criou a correção monetária, como forma de manter atualizados os ativos das multinacionais, e gerou o sistema financeiro nacional — cópia do sistema norte-americano, sem os seus controles e coordenação. (...) "

"(...) A política de ajustamento externo — que significa fazer saldos comerciais para pagamento do serviço da dívida — induzia novas operações financeiras, tendo como razão principal a integração do país na comunidade internacional, além da ameaça implícita de ter as linhas de curto prazo cortadas, no caso de se desejar enfrentar soberanamente o problema.

A irresponsabilidade e interesses envolvidos, levaram o País de uma dívida de 3.874 milhões de dólares em 1964 para 121.264 milhões em 1987, um aumento nominativo de mais de 31 vezes, em 23 anos. (...) "

12. Sobre a inconstitucionalidade dos contratos da dívida, cabe ainda lembrar o depoimento do ilustre Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados, Dr. Ophir Figueiras Cavalcanti, depondo perante esta Comissão:

"A total inconstitucionalidade de todo suporte legal do endividamento comprometeu, irremediavelmente, o *modus* de toda a contratação, maculando decretos, leis, acordos e cartas de intenções." (Depoimento à folha 6.)

13. Esta Comissão pode ainda constatar, que o Ministério da Fazenda não provou haver cumprido sequer o Decreto nº 78.382, de 8 de setembro de 1976, que exige a tradução para o vernáculo por tradutor juramentado e publicação na Imprensa Oficial do texto dos contratos em língua estrangeira sobre a dívida externa.

Esta é, de resto, a norma do Código de Processo Civil, artigos 156 e 157 e da Lei de Registros Públicos (6.015 de 1973, artigos 129, 6º e 148).

O texto, enviado a esta Comissão pelo Banco Central do último contrato assinado — "Dated as of September, 22, 1988 among Banco Central do Brasil as Borrower and República Federativa do Brasil as Guarantor and City Bank, N.A. as Agent an Others", é assinado em nome da Nação brasileira pelo ignoto senhor Luiz Machado Fracarolli, SubProcurador Geral do Tesouro Nacional e inclui todas as cláusulas de abdicação da soberania nacional, da jurisdição brasileira e da invocação de nulidades (itens XII-8, XII-9, XII-10 e XII-11).

De resto esse acordo repete nesse particular todos os acordos anteriores assinados durante o período da ditadura.

14. Se considerarmos os reflexos dessa política de endividamento externo sobre a economia nacional, sobre o crescimento da dívida interna decorrente do modelo econômico dependente do exterior e a dívida social resultante da exportação de capitais, o desemprego, chegaremos às conclusões recentemente expostas pelo professor Maurício Costa Romão, no "Seminário Sub-Regional sobre Políticas de Empleo y Pobreza Rural":

"(...) A partir do início dos anos 80, a economia brasileira se ajustou à crise externa, em detrimento do crescimento econômico e do empobrecimento de sua população, notadamente do seu segmento mais carente sobre o qual recaiu a parte mais significativa do processo de ajuste."

"(...) Em face desse sacrifício adicional que se impôs aos pobres e àqueles que dependem exclusivamente do seu próprio trabalho para obter os rendimentos indispensáveis à sobrevivência, contraiu-se nesses anos de ajuste, uma nova dívida social para com esses grupos, em adição à dívida social histórica, que precisa ser resgatada no menor espaço de tempo possível. (...) "

(Seminário da Organização Internacional do Trabalho — Panamá, 1989.)

Os dados apurados na pesquisa realizada pelo Professor Maurício Costa Romão e pelas equipes do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco a partir da distribuição da renda familiar per capita levantada pela Pesquisa Nacional por Amostra

de Domicílios (PNAD) — 1986, com base ainda nos índices nutricionais estabelecidos pela FAO e pela Organização Mundial de Saúde — OMS, demonstram a existência de 62 milhões de pessoas no Brasil abaixo da linha de pobreza, das quais 38 milhões e 300 mil abaixo da linha de indigência. (Professor Maurício Costa Romão, "A Dívida Social do Brasil ante o Ajuste à Crise da Dívida Externa" — Oficina. Internacional del Trabajo, Panamá, janeiro de 1989, págs. 1.11 e 25).

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, quero em homenagem ao Senador Itamar Franco que me fez conhecer o seu parecer, no dia de ontem, dizer que, no mérito, concordo inteiramente com S. Ex^a. Apenas discordo da forma aventada pelo ilustre Senador por Minas Gerais e candidato à Vice-Presidência da República quanto à forma da resolução e até mesmo do decreto legislativo que S. Ex^a propôs, porque são legislações interna corporis, como bem lembrou o Senador Pompeu de Sousa, e não obrigariam ao seu cumprimento fora do Legislativo.

A DECISÃO

Diante do exposto, consideramos que à Comissão Mista compete proceder um julgamento preliminar e verificar se há ou não atos nulos na contratação do endividamento externo brasileiro, com fundamento no ordenamento do Artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de 5 de outubro de 1988, e na Lei número 1.579 de 18 de março de 1952, que manda observar pelas Comissões Parlamentares de Inquérito as normas do Código de Processo Penal.

O exame dos atos jurídicos impugnados segundo o texto constitucional, feito neste voto e no próprio parecer do Relator, só permite uma conclusão lógica, legítima e indiscutível: decretação da nulidade dos contratos da endividamento externo do Brasil, que não obtiveram a aprovação do Congresso Nacional e ainda daqueles que contêm cláusulas ofensivas à soberania do país e de renúncia à jurisdição brasileira.

Como lembra o ilustre jurista e eminente patriota, desembargador Osny Duarte Pereira, em parecer apresentado a esta Comissão:

"Se o Presidente da República, ou seus Ministros, não receberam mandato regular do Congresso Nacional para contrair empréstimos externos, encerrou-se a investigação nesse ponto. O ato jurídico será nulo por falta de agente capaz." (Pág. 05)

Nestes termos, propomos a esta Comissão nos estritos deveres de suas atribuições, a proposição do seguinte

PROJETO DE LEI

O Congresso Nacional decreta:

Artigo 1º São declarados nulos e de nenhum efeito os contratos de endividamento externo da República Federativa do Brasil, que não tiveram a aprovação do Congresso nacional.

Artigo 2º A Mesa do Congresso nacional requisitará ao Poder Executivo todos os acordos sobre a dívida externa brasileira, previstos nesta lei.

Artigo 3º Ficam suspensos todos os pagamentos de amortização e juros sobre a dívida externa da República Federativa do Brasil, até que o Congresso Nacional tenha concedido aprovação a novos contratos sobre a mesma dívida com exclusão das cláusulas ofensivas à soberania nacional, à jurisdição brasileira e daquelas que estipulem juros flutuantes.

Artigo 4º A falta de cumprimento do disposto nesta lei, importará no crime de responsabilidade previsto no Artigo 85, VI, da Constituição Federal.

Artigo 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão Mista de Auditoria da Dívida Externa.

Em 15 de agosto de 1989

Oswaldo Lima Filho

Quero salientar que o voto ora apresentado teve o honroso apoio do Sr. Deputado Irajá Rodrigues, do Senador Pompeu de Sousa, do Deputado Hermez Zanetti e do Deputado Raimundo Bezerra.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, lamentando ter ultrapassado o tempo regimental em face da vastidão do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) — De modo algum. A Presidência não poderia dar a V. Exª tratamento diverso do que atribuiu aos demais oradores.

Concedo a palavra ao Deputado Irajá Rodrigues.

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a essa altura parece-me há quase um consenso em função da convergência das manifestações em favor do agora apresentado parecer, voto e consequente projeto de lei do nobre Deputado Oswaldo Lima Filho.

Vou abster-me consequentemente, de fazer qualquer alusão maior aos relatórios apresentados. Parece-me que há uma convergência também muito grande entre o relatório apresentado pelo Senador Itamar Franco com o relatório apresentado pelo Relator, Senador Severo Gomes, e também praticamente com todas as manifestações que se ouviram.

Há um consenso de que todos os atos negociais da dívida externa são nulos de pleno direito. Ora, recebemos por parte da Nação brasileira através da manifestação do seu poder constituinte a incumbência de tomar uma decisão a respeito da dívida externa brasileira, da sua validade em especial.

E não podemos nos furtar a este dever — até porque se nos furtarmos a ele através de qualquer medida de natureza protelatória, inócuo ou qualquer tipo de abrandamento, estaremos descumprindo com o nosso mandato e deixando, sabe lá por mais quanto tempo, agora já com uma coonestação desta Comissão, deixando que os males da dívida externa e da continuidade do pagamento dos seus encargos continuem a ceifar vidas neste País

e a gerar esta situação que hoje vivemos e que todos sabemos é produto direto ou indireto da dívida externa brasileira.

Por isso fixo-me em dois aspectos: o primeiro deles, o aspecto levantado pelo Senador Jutahy Magalhães de que era indispensável que vissemos as consequências de natureza econômica. E fixo-me nestas consequências de natureza econômica. Não na hipótese da decretação da suspensão, mas na continuidade do processo que vínhamos vivendo de negociação em negociação em que sempre um Ministro negociador ao voltar ao País diz, — principalmente o atual, — de que foi a melhor negociação da história do Brasil. Depois vemos, quase ao mesmo tempo, a alegre manifestação da representação dos credores via televisão, e vemos que por aquela alegria dos credores certamente não há de ter sido como depois na prática ficou evidenciado, não há de ter sido uma boa negociação para o Brasil, porque em termos de negociação alguém tem que perder e alguém tem que ganhar. Se os ganhadores se sempre continuavam extremamente satisfeitos e risonhos e a televisão mostrou isto é sinal de que o Brasil mais uma vez perdia.

E o tempo se encarregou de mostrar que essa impressão realmente tinha razão de ser. Hoje vivemos uma inflação galopante, decorrente da continuidade do processo de pagamento dos juros da dívida externa. Acho importante salientar este aspecto porque o que tem a dívida externa a ver com a inflação? Sabemos que o Brasil se esforça extraordinariamente para conseguir realizar superávits na sua balança comercial.

Ao fazê-lo já vai para o mercado externo na condição de vendedor ansioso. E na vida de cada um de nós sabemos que aquele que quer vender alguma coisa para poder atender aos seus compromissos ao mesmo tempo já desvaloriza o produto, o ativo, o bem que quer vender. Pois o Brasil adota esta postura permanentemente. E, em razão disso, sabemos que os nossos principais produtos de exportação têm sofrido uma queda e a posição não é só nossa, é dos países do Terceiro Mundo, dos produtores de matérias-primas, têm sofrido uma queda no valor real através dos anos. Esse é o primeiro efeito nefasto. E vimos que quanto mais produzimos em tonelagem menos valem os produtos que exportamos.

Mais do que isso, concedemos incentivos fiscais e creditícios para as exportações. Todos os subsídios ou incentivos concedidos têm o seu preço, têm o seu valor e quem paga este valor somos todos nós através ou da carga tributária que se redistribui, ou através dos reflexos no mercado interno.

Mais ainda, como não podemos mais desvalorizar as nossas matérias-primas e não podemos mais conceder tantos incentivos fiscais, aí, então, o Brasil, através do seu Governo vem, constantemente, forçando o subpagamento da mão-de-obra que se imbuete nos preços dos industrializados, principalmente os exportados.

E de novo temos um enorme prejuízo interno por duas vertentes. Primeiro porque acha-

tando os salários, como o Brasil tem feito nos últimos anos e há muitos anos até, em primeiro lugar o Brasil deprime, diminui as condições de vida do povo brasileiro e mais ainda reduz as possibilidades de compra do mercado interno e nós nos vemos obrigados a, de novo, voltar como vendedores ociosos por esta razão também ao mercado externo.

Mas, vamos mais adiante, quem deve 85% da dívida é o Governo. E os donos dos dólares que são obtidos através da venda dos produtos exportados são os exportadores, pois o Governo precisa desses dólares para fazer o pagamento dos juros ou do principal. Então o Governo lança mão desses dólares através da intermediação dos mesmos no Banco Central e paga em cruzados. Mas como o Governo não tem cruzados para pagar os credores, os que são neste momento os exportadores, o Governo é obrigado a emitir moeda. E emite moeda independente do crescimento da economia e gera esta extraordinária, esta monumental inflação. Aí o Governo se dá conta de que emitiu moeda demais — e se dá conta todos os meses pela verificação do aumento da base monetária — e o Governo emite títulos da dívida pública para "enxugar" um pouco esta moeda, e para poder vender estes títulos da dívida pública o Governo levanta as taxas de juros da maneira mais perversa, levando novamente a um realimentador inflacionário, e, mais do que isso, tornando atrativo apenas o mercado financeiro e não todo o setor produtivo do País.

Vemos, portanto, que a análise dos efeitos econômicos, da continuidade do pagamento da dívida nos indica também, por esse lado, pelo lado econômico e pelo lado social, a necessidade de suspendermos o pagamento dessa dívida. Se temos uma razão lógica que é a nulidade de todo pactuado, acho que já não há mais dúvida nesta Comissão quanto a isso, sob o aspecto econômico e social temos razões de igual magnitude para suspender o pagamento da dívida.

Ainda, tomando por base a manifestação do Senador Jutahy Magalhães, diria que S. Exª tem razão quando diz com relação aos atos juridicamente válidos, que em relação a esses é necessário, também, adequar o pagamento dos juros e do principal ao valor de mercado. Entendo que isso é, também, indispensável. Adequamo-nos ao valor, ao mercado internacional quando adotamos o sistema de juros flutuantes porque nos foi praticamente imposto, nos adequamos quando enfrentamos todos os problemas passando de juros de 4 a 6 e quando muito 8% ao ano, a juros e encargos que chegaram a somar 26 a 27% ao ano em 1981. Agora o mercado nos é favorável. Se nos adequamos a ele quando ele era ruim, neste momento temos a obrigação de nos adequarmos a ele, também, quando ele nos é favorável e se existe um deságio de 72% nos títulos representativos da nossa dívida, é importante que todo o Brasil e não apenas os alegres titulares do poder de converter dívidas, não apenas esses, mas todo o povo brasileiro tem o direito de se beneficiar desse deságio, produto apenas da má

condução do processo de endividamento deste País com grande responsabilidade dos credores.

Sob esse aspecto, queremos dizer que já aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara temos o Projeto de Lei nº 1.493 que prevê para os casos em que a dívida seja considerada válida, seja considerada não-válida, nesses casos, então, se aplique a queda do seu valor e o cálculo do juro sobre o valor desajustado para efeito de pagamento.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Permite V. Exª um aparte?

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — Pois não.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — V. Exª se referiu muito bem, deu uma resposta, me parece, procedente ao ilustre Senador Jutahy Magalhães sobre os reflexos da moratória. Devo salientar ainda que nos estudos que andei fazendo ou refazendo para esse voto, fui encontrar num autor inglês, que escreve sobre o Brasil, uma relação de sete moratórias que o Brasil já declarou, unilaterais. Uma no Governo Campos Salles, 1898; outra no Governo Hermes da Fonseca, em 1914; uma no Governo de Getúlio Vargas, em 1932; uma no Governo de Jânio Quadros, em 1961; uma no Governo do Presidente Sarney, em 1987, e outra que a memória não me ajuda a lembrar.

Em nenhum desses casos houve calamidade no Brasil, pelo contrário, o Brasil se fortaleceu após essas moratórias.

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — Realmente, a última moratória, embora parcial e feita sem o respaldo popular e até mesmo com o nariz torcido de algumas lideranças políticas comprometidas com a tese, a moratória do Ministro Funaro, lembraria que também nela não houve, ao contrário das previsões catastróficas existentes por parte de Ministros anteriores e economistas muito citados pelas revistas e pelos jornais brasileiros, não houve nenhum processo retaliatório real e nem — dizia isso num aparte — qualquer manifestação no mundo inteiro contrária à moratória brasileira, a não ser no Brasil. No Brasil tivemos alguns discursos irados de gente que, não entendo o porquê, mas parece se transplanta para países com os quais devem ter mais vínculos do que com o Brasil. Fizeram discursos irados e eu lembrava o caso do Congresso americano, onde, digamos, se situava praticamente a maior parte do conjunto de bancos que tiveram o pagamento de suas dívidas suspenso, não houve nenhuma manifestação em contrário. Lembro-me, inclusive, de uma parte do discurso feito pelo Senador que citei há pouco, de que era importante que os Estados Unidos respeitassem a decisão como forma — decisão brasileira — de ajudar democracias renascentes, como a do Brasil, ele citava também o caso das Filipinas, para que pudessem se consolidar, sem o que, quem sabe mais tarde, os Estados Unidos tivessem que se defrontar com problemas muito mais sérios no trato com esses países.

Ora, em vista de tudo isso, pretendemos, então, com toda essa manifestação, por um

lado, tentar demonstrar a enorme necessidade econômico-social da suspensão do pagamento da dívida externa.

Ainda há pouco, num grupo onde se situavam alguns dos economistas de maior renome neste País, posso dizer que ouvi de todos eles a manifestação de que se nós continuarmos a cometer a insanidade de voltar a remeter os juros e principal devidos por este País para fora, nós cairemos fatalmente numa brutal hiperinflação, que é aquilo do que o Brasil tem tanto medo hoje. Neste momento, então, ou se suspende o pagamento ou o Congresso e esta Comissão cumpram o seu dever sem medo de nada e de ninguém ou, então, nós teremos, em primeiro lugar, o esquecimento e por este esquecimento a cobrança nacional pelo não exercício do nosso mandato e, em segundo lugar, a hiperinflação.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Felipe Mendes.

O SR. FELIPE MENDES — Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Congressistas, pela ordem de inscrição sou o oitavo a fazer uso da palavra e me dispensaria de determinados comentários que já foram feitos pelos que me antecederam.

Vejo, Sr. Presidente, que a partir da proposta que o nobre Relator faz, diante das discussões que já acabamos de ouvir, me permitiria sugerir ao Senador Severo Gomes que, ponto por ponto, anotasse por gentileza, e depois comentasse as minhas observações.

Com relação ao número um, acho que valeria a pena ou seria imprescindível que se fosse votar o relatório, que constasse na relação número um o próprio texto proposto pelo Relator para ser discutido e emendado, se for o caso, pelos membros da Comissão.

Com relação ao número dois, acho que valeria a pena, também, incluir no relatório a relação das cláusulas que são apontadas como inconstitucionais.

Com relação ao terceiro item, que se sugere à Mesa do Congresso uma solicitação ao Executivo e tendo em vista, também, algumas observações já feitas anteriormente, proponho que o nobre Relator submeta o texto de um projeto de lei a ser discutido e eventualmente aprovado por esta Comissão antes de ser submetido à Mesa do Congresso.

Da mesma forma, com relação ao item 4, sugeri que o nobre Relator também prepare esse texto para ser apresentado ao Senado.

Creio que o item cinco também seria dispensável conforme, se não me engano o Deputado Oswaldo Lima Filho, o item cinco seria realmente inútil, talvez colocaria mais para frente qualquer decisão final a respeito desse problema tão sério para o País. Com relação ao item 6, acho que também valeria à pena que fossem listadas e relacionadas no documento final desta Comissão, pelo Relator, as irregularidades cometidas e quem as cometeu.

Concluiria a minha breve intervenção para dizer que todos nós aqui estamos com vistas aos elevados interesses da Nação, não creio

que haja nenhum membro desta Comissão querendo impor suas convicções pessoais ou suas ideologias partidárias, mas creio que independentemente de qualquer uma dessas eventuais diferenças que tenham havido na Comissão, temos um fato concreto que é a apresentação de um documento conclusivo. Não pude ler, acabei agora de receber o documento do Senado, Comissão Especial do Senado para a Dívida Externa, e confesso que estou decepcionado nas suas conclusões. Acho que é um bom documento para registro da história da dívida externa do Brasil, mas não vejo como conclusão nada prático que possa orientar o Congresso Nacional.

O risco, como se falou, de um eventual confronto com o Executivo, seja com aprovação de um projeto de lei pelo Congresso, não deveria haver e deveria, se viesse a acontecer, ser evitado na medida em que o próprio Congresso Nacional, através de suas Lideranças partidárias e quase todas apresentaram ao Executivo, ao Senhor Presidente da República, documento que, embora muito superficial, muito raso nas suas proposições, tomou a iniciativa, portanto, para junto com o Executivo abrir uma perspectiva de solução para os problemas da Nação.

De modo que acredito que a Comissão ao discutir um relatório mais detalhado do nobre Senador Severo Gomes com essas idéias que estou colocando, poderia simultaneamente também ouvir essas Lideranças do Congresso que propuseram um documento ao Presidente da República, que a Nação toda conhece, que a Nação espera deste entendimento algo concreto para solucionar os problemas do Brasil; que este trabalho possa ser conduzido daqui para frente ouvindo-se, também, as Lideranças partidárias que assinaram o documento entregue ao Senhor Presidente da República, para que na eventualidade de se aprovar nesta Comissão textos de projetos de lei a serem submetidos ao Congresso, já saia daqui também um consenso entre as diversas Lideranças do Congresso para a sua aprovação, no plenário e, naturalmente, que haja um consenso com o próprio Executivo para que evite esse confronto não apenas desnecessário, mas também danoso ao próprio objetivo que queremos atingir com esta Comissão.

De modo que proporia, Sr. Presidente, Sr. Relator, que se adiasse a votação desta Comissão, deste relatório para uma data que o Senador Severo Gomes pudesse sugerir ao Plenário e que se pudesse, até mesmo, discutir antes desta data de votação, se pudesse fazer uma outra discussão ou que se pudesse ler com mais calma o próprio voto em separado apresentado pelo nobre Deputado Oswaldo Lima Filho, como o do Senador Itamar Franco, que se pudesse na próxima reunião da Comissão, que se viessemos a esta reunião já com todas as informações e com todos os pontos de vista aplainados diante dessas eventuais divergências que há entre os Membros.

De forma que eram essas sugestões que gostaria de fazer ao nobre Relator e ao nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — Com a palavra o Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Sr. Presidente, abro mão da palavra porque o assunto já foi plenamente abordado e esgotado pelos oradores que me antecederam, para que possamos ouvir o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — Sobre a mesa, requerimento do Deputado Luiz Salomão nos seguintes termos:

“Sr. Presidente, nos termos regimentais, requero a V. Ex.^a suspensão dos trabalhos logo após o pronunciamento do último orador inscrito.

Essa proposição justifica-se pelo fato de que foram apresentadas novas propostas cuja consideração, pela Relatoria, poderá permitir o aperfeiçoamento dos trabalhos desta Comissão.”

Em votação o Requerimento.

Aqueles que estiverem de acordo permanecem sentados. (Pausa)

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — Com a palavra o Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO — Quando seria a nova reunião?

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — Estamos com o horário de amanhã disponível, amanhã pela manhã. Podemos convocar reunião extraordinária para amanhã às 9:30 horas, se o Sr. Relator considerar que este seja um tempo hábil para o encaminhamento das questões. (Pausa)

Aprovado o requerimento.

Convoco reunião para amanhã, às 9:30 horas, destinada à apresentação das conclusões pelo Relator e votação da matéria. Está suspensa a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 15 minutos)

RELATÓRIO PARCIAL

Senhor Presidente, Senhores Membros da Comissão:

A Comissão Mista criada nos termos do art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com o objetivo de promover o “exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro”, instalou-se no dia 11 de abril de 1989, às 17 horas, em sessão realizada na Sala da Comissão de Economia do Senado Federal.

Designados pela Presidência do Congresso Nacional, integraram a Comissão os Senadores José Fogaça, Nelson Wedekin, Wilson Martins, Jutahy Magalhães, Odacir Soares, Hugo Napoleão, Pompeu de Sousa, Jarbas Passarinho, Itamar Franco, Carlos Alberto e Severo Gomes e os Deputados Fernando Gasparian, Irajá Rodrigues, Oswaldo Lima Filho, Raimundo Bezerra, Roberto Brant, Nelson Sabrá, Waldeck Ornêlas, Hermes Zaneti, Felipe Mendes, Luiz Salomão e Gastone Righi.

Durante a sessão de instalação, os membros da Comissão escolheram para a presidência dos trabalhos o Deputado Waldeck Ornêlas e, para vice-presidente, o Deputado Hermes Zaneti. Logo após assumir seu cargo, o presidente indicou-me para relator da matéria.

Ao iniciar a fase de trabalhos voltada para os objetivos que determinaram sua formação, a Comissão aprovou, em reunião realizada em 20 de abril, um roteiro preliminar que dividiu as tarefas a seu cargo em duas etapas. Na primeira delas a Comissão examinaria as questões formais ligadas à contratação da dívida, como a constitucionalidade e a Jurisdicção dos acordos e de suas cláusulas.

Na segunda etapa seriam discutidos os aspectos econômicos propriamente ditos, como o crescimento geométrico da dívida e todo o elenco de consequências que daí advieram para nosso País.

A natureza desta Comissão, instalada por dispositivo constitucional, a distingue das demais em funcionamento no Congresso Nacional. Esta Comissão dispõe de ampla liberdade de funcionamento, embora procure situar-se dentro dos procedimentos previstos nos Regimentos Internos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

A Comissão decidiu, na reunião que aprovou o roteiro preliminar, manifestar-se através de relatórios parciais ao término do exame de cada um dos fatos que são objeto do inquérito. Essa é a razão de ser relatório sobre os aspectos legais da contratação da dívida.

A partir de 11 de maio, a Comissão começou a ouvir depoentes, escolhidos de comum acordo pelo Plenário, sendo a lista elaborada de maneira a garantir a expressão das diferentes correntes jurídicas que se empenham no estudo dessa matéria. O primeiro depoente foi o jurista Osny Duarte Pereira, seguindo-se o Dr. Sérgio Ferraz, procurador do Estado do Rio de Janeiro, o Dr. Luiz Carlos Sturzenegger, chefe do Departamento Jurídico do Banco Central, o Dr. Ophir Filgueiras Cavalcanti, presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. Cid Heráclito Queiroz, procurador geral da Fazenda Nacional, o Dr. José Dilermando Meirelles, presidente do Instituto dos Advogados do Brasil, seção do Distrito Federal, e os professores Celso Lafer, Luiz Olavo Baptista e José C. Magalhães, todos da Universidade de São Paulo.

Das preleções feitas pelos ilustres depoentes, e dos debates que sustentaram com os membros da Comissão, derivam as posições deste relatório sobre os aspectos jurídicos da dívida externa, que agora passamos a expor.

As quatro negociações de recomposição do perfil de nossa dívida externa apresentam, afora específicas prescrições de cunho formal, um núcleo comum de cláusulas materiais. Pode-se tomar, para exame técnico-jurídico, qualquer dos aludidos “pacotes” (datados de 1983, 1984, 1986 e 1988), pois o que se diga de um, aplicar-se-á aos demais. Desta forma, basta, no plano da validade, enfocar a última das negociações, pois o destino que lhe for

atribuído arrastará, inexoravelmente, todas as outras.

Em todas as quatro oportunidades foram firmados instrumentos em que contêm modalidades de cláusulas desenganadoramente nulas de pleno direito, por aberrantemente infringentes da Constituição (seja a atual, seja a de 1967/69).

Iniciamos, agora, o exame de aspectos concretos dos acordos.

a) Acordos externos e Poder Legislativo

Não existem dúvidas, hoje, quanto à imprescindível e necessária participação do Legislativo, na contratação de novos créditos externos. Mas já na Constituição de 1967/69 era assim. Ali, o artigo 44, I, da Carta Federal, combinado com o artigo 81, X, atribuía ao Congresso Nacional competência para ratificar, ou rejeitar, convenções e atos internacionais celebrados pelo Presidente da República. Segundo a Lei Magna de então, os Ministros de Estado eram simples “auxiliares do Presidente da República” (artigo 84, *caput*). Dessa sorte, os pactos de renogociação da dívida externa, quer porque firmados por “autarquia” (no Brasil), pessoa jurídica de direito público, integrante da administração pública, quer porque garantidos “formalmente” pela República Federal do Brasil, deveriam ser submetidos — o que não aconteceu — à aprovação do Congresso Nacional.

Não se ignore que facção considerável oporia, a este, outro argumento: os acordos prescindiriam de ratificação por serem meros pactos de execução de um outro acordo prévio, este sim submetido, na época, à dita aprovação. No caso, os acordos de Bretton Woods de 1944, que criaram o FMI e o BIRD, e que previram pudessem os quotistas do Fundo realizar, sob os auspícios deste, operações de mútuo e financiamentos. Tais acordos foram efetivamente, ratificados pelo Poder Legislativo.

Isso não basta para contornar a exigência da plena aplicação da norma constitucional, porque o preceito não distingue entre “tratados-quadros” e “tratados de execução”. Bem pelo contrário, advertia nosso grande comentarista “Pontes de Miranda” (Comentários à Constituição de 1967, com a Emenda Constitucional nº 1 de 1969, Tomo III, página 115):

“Qualquer acordo interestatal, inclusive de participação em organizações supranacionais ou interestatais, está sujeito à aprovação do Congresso Nacional. Não importa o nome que se dê ao acordo (tratado, convenção, acordo, declaração, protocolo), nem a classificação ou discriminação (tratados políticos, tratados econômicos ou tratados de comércio, tratados consulares), nem sequer a distinção de fundo (tratados — contratos, tratados-*leis*).”

b) Renúncia à alegação de nulidade

Sem qualquer respeito, já nem só se diga à idéia de Direito, mas à própria integridade moral, o Brasil (e não apenas o Banco Central), em tais pactos, se obriga a não invocar, para

eximir-se à observância integral dos Acordos, suas eventuais nulidades, mesmo que derivadas de absoluta incapacidade ou falta de personalidade legal dos bancos financiadores e de seus representantes no ato. Trata-se, pois, da entrega definitiva, irreversível, do Brasil, à boa ou má-fé dos parceiros de negócios. Note-se que só o Brasil assume, no pacto, essa obrigação. Assim, os contra parceiros têm o monopólio da invocação de nulidade. A cláusula em estudo, pois, além de leonina, engendra verdadeira condição potestativa. E, com isso, envolve, além da nulidade dos Acordos (de observar que a doutrina internacional de regra admite a incidência, em área, da teoria geral das nulidades), clara renúncia à soberania e grave ofensa ao patrimônio moral nacional.

c) *Renúncia à imunidade de jurisdição e à aplicação do direito brasileiro*

Os temas das imunidades de jurisdição e do privilégio de legislação (e as correspondentes renúncias), são amplamente tratados em Direito Internacional Público. De regra terminou-se, até por imperativos pragmáticos da sociedade internacional, por admitir uma dicotomia: nos temas pertinentes ao *ius gestionis*, isto é, os que envolvam interesses meramente econômicos, a Nação conveniente poderia renunciar às imunidades decorrentes da soberania; nos alusivos ao *ius imperii*, ou seja, os relativos à posição do Estado como partícipe da sociedade das nações, onde predominam os aspectos políticos, impossível seria a renúncia à legislação e à jurisdição.

Ora, essa bipartição, pelo contexto meramente objetivo do ato, é artificiosa e indefensável. Mas antes mesmo de se fundamentar essa assertiva, saliente-se que, no caso concreto, ela não incidiria, ao menos por duas razões:

I) — os negócios pactuados têm em mente a reformulação do perfil da dívida externa "pública". Só por aí se vê que a matéria diz respeito à própria sobrevivência do Brasil como Nação independente e soberana, não se circunscrevendo ao apertado círculo do mundo simplesmente negocial;

II) — a mera presença do Brasil, através da garantia do Tesouro Nacional (e não somente como "garantidor", mas como devedor principal e autonomamente passível de execução pelo todo), transforma o tema em terreno do *ius imperii*.

Ademais, como antes exposto, é inútil a dicotomia. O País somente pode renunciar aos apanágios de sua soberania se sua Constituição expressamente o permitir. E cláusula constitucional dessa ordem é absolutamente excepcional. Cabe repelir dois argumentos que poderiam ser invocados aqui, para legitimar a renúncia à jurisdição.

O primeiro deles residiria em que a jurisdição não seria um apanágio da soberania. O argumento é, contudo, indefesável. O conceito de soberania não guarda, modernamente, por certo, a fisionomia de incontrastabilidade e absolutismo de que se revestiu até fins do século passado. Todavia, continua ele a ser um con-

ceito balizado, em nada arbitrário. É a lei fundamental de cada País que lhe traça o perfil. Por isso mesmo, as funções estatais indeclináveis, básicas, da Nação, são tidas como predicamentos da soberania nacional. Dentre nós a jurisdição sempre foi doutrinariamente considerada integrante desse plexo de poderes que compõem a soberania. Assim, a têm quer os constitucionalistas (exemplo: Pontes de Miranda, op. cit., pág. 552 e seguintes), quer os processualistas (por exemplo: Celso Barbi, "Comentários ao Código de Processo Civil", Forense, Vol. I, 2ª Edição, página 15 e seguintes; Arruda Alvim, "Código de Processo Civil Comentado", Vol. I, 1975, páginas 91 e seguintes).

Aliás, com o cuidado de prevenir imputações de anacronismo conceitual, repita-se que não se tem em mente uma visão fechada e histórica do que seja soberania. Para os fins deste Relatório, soberania é o atributo estatal de ditar o espaço físico de eficácia de seu ordenamento jurídico. Como é curial, por se tratar de poder estatal, ele é regrado na Constituição. Supor o primado, *per se*, do Direito internacional por sobre a Constituição, tem sido a fonte das principais vicissitudes do direito das gentes (a ponto mesmo de levar alguns extremados a duvidarem de sua existência, como fenômeno jurídico). Isso sem contar que representa perigoso retorno às visões isnaturalistas de inspiração metafísica.

Inadmissível, ainda, a visão daqueles que identificam, no reiterado desprezo à Constituição, uma derrogação fática, e mais, uma atividade de emenda ao texto fundamental. Dessa sorte, haveria, ao lado de uma ortodoxia constitucional, uma "prática constitucional", igualmente obrigatória (Celso Albuquerque Mello, op. cit. Vol. I, pág. 147). Ora, conceitualmente, em sistemas de Constituição rígida, como o nosso, tal dado é inadmissível. E empiricamente, tal admissão significaria inevitável reforço a todos os vetores políticos autoritários, que assim descobririam cômodo e doutrinário caminho para sacudir as peias e amarras da lei. De uma vez por todas: o reiterado abuso da Constituição, ainda que dure por mil anos, jamais deixará de ser despudorado arbitrio.

O segundo argumento, que legitimaria a renúncia à jurisdição, repousaria em que se invoca, nos Acordos pertinentes, a Convenção de 1966, sobre disputas relativas a investimentos entre os Estados Unidos e os demais Países. Tal Convenção equipara, para fins de solução de litígios, o Estado estrangeiro, a empresa estrangeira (pública ou privada) e o indivíduo estrangeiro. Entretanto, a Convenção jamais foi homologada pelo Brasil, daí que não pode ser aplicada à hipótese.

Em suma, profundos atentados à Constituição e ao patrimônio moral da Nação foram perpetrados nas cláusulas examinadas neste segmento.

d) *Os Acordos e a arbitragem*

A arbitragem, como pacífica solução de litígios, não merece críticas. Já a arbitragem criada nos Acordos sob exame, é inconstitucional, não guardando qualquer consonância com a

Lei Maior, segundo comentários expendidos no segmento anterior.

Não bastasse, contudo, a inconstitucionalidade, a cláusula é, ademais, imoral, ao determinar — o que não é, definitivamente, usual, nas práticas internacionais — que o "superárbitro", isto é, o desempataador, seja institucionalmente ligado a um de nossos credores (quando a praxe internacional é a do desempataador neutro). Longa e doutamente Celso de Albuquerque Mello disserta sobre o assunto ("Curso de Direito Internacional Público", Vol. II, 6ª edição, pág. 915 e seguintes), inclusive lembrando que a Corte Internacional de Justiça costuma anular decisões arbitrais quando uma das partes litigantes se apresenta ungida de poderes excessivos no acordo arbitral.

c) *Garantias da execução da dívida*

Os Acordos sob exame jungem o patrimônio do Brasil e do Banco Central a qualquer execução do pactuado, conquanto fazendo duas ressalvas:

I — à prévia utilização dos bens, apropriáveis na execução, em fins "comerciais" (sic);

II — à observância do disposto no artigo 67 de nosso Código Civil.

Os bens da União, aí incluídos os autárquicos, são de natureza pública, como incontroverso em nossa doutrina. Dessa sorte, sua oneração está diretamente ligada à genérica "inalienabilidade originária", balizadora da matéria. No particular, e como decorrência do próprio artigo 67 do Código Civil, citado no acordo (sem contar que a inalienabilidade, a imprescritibilidade e a impenhorabilidade do patrimônio público são princípios constitucionais implícitos), mesmo o bem dirigido ao uso dominical, ainda que autárquico, não prescinde de autorização legislativa para poder sofrer qualquer gravame. E ainda quando se tivesse *ad argumentandum* como existente dita autorização, em caráter genérico, no Decreto-Lei nº 9.760 de 1946, e no Decreto-Lei nº 200 de 1967, haveria, à luz desses diplomas, certos requisitos a observar, que não seriam afastados pelas simples provisões dos Acordos sob exame.

Porém há mais: o que as cláusulas de tais Acordos fundam é uma penhorabilidade antecipada do patrimônio público, para garantir eventual decisão arbitral e/ou judicial. Ora, isso é inteiramente atritante com o artigo 100 da Constituição Federal (tal o magistério, por exemplo, de Hely Lopes Meirelles, "Direito Administrativo Brasileiro", 9ª edição, pág. 438). Essas cláusulas, portanto, carecem de qualquer lastro, moral ou legal.

f) *Renúncia antecipada a qualquer alegação de soberania*

Sem qualquer sombra de dúvida, aqui está o ponto mais espantoso dos Acordos. De notar, aliás, a grosseria dos credores, ou a pusilanimidade dos negociadores brasileiros, admitindo uma cláusula que, sobre ferir os brios nacionais, é fundamentalmente inútil, no contexto da negociação. Isso porque das duas uma: ou as demais renúncias, já antes focali-

zadas, tinham albergue no ordenamento constitucional brasileiro — e, nesse caso, a capitulação expressa e genérica nada acrescentaria ao pactuado; ou, pelo contrário, elas seriam imorais e inconstitucionais — o que, *a fortiori*, com muito mais razão fulminaria a renúncia ora focalizada. Esta cláusula retrata um Brasil de joelhos, sem bríos poupados, inerte e inerte, imolado à irresponsabilidade dos que negociaram em seu nome e à cupidez de seus credores. Porém nada há de ser dito sobre essa nefanda cláusula mais expressivo do que o próprio ilustríssimo Ministro Seabra Fagundes já fez: “Este fato, de o Brasil renunciar explicitamente a alegar a sua soberania, faz deste documento talvez o mais triste da História política do País. Nunca encontrei — e não sou muito ausente dos estudos da história do País — em todos os documentos históricos do Brasil, nada que parecesse com esse documento, porque renúncia de soberania talvez nós tenhamos tido algumas renúncias iguais, mas uma renúncia declarada à soberania do País é a primeira vez que consta de um documento, para mim histórico. Este me parece um dos fatos mais graves, de que somos contemporâneos” (o eminente jurista refere-se ao Acordo Dois, da negociação de 1982).

CONCLUSÕES

1 — Cumpre lembrar que a inconstitucionalidade dos acordos firmados a partir de 1982 não está sendo levantada agora. Ao longo do tempo, essa tese vem sendo defendida em dezenas ou centenas de intervenções parlamentares, desde a época em que esses contratos foram negociados. Outra não é, também, a posição oficial da Ordem dos Advogados do Brasil, aqui exposta por seu presidente, e da grande maioria dos juristas deste País. A discordância quanto a esse entendimento encontra eco quase que exclusivamente entre os defensores de ofício do Executivo.

2 — O reconhecimento de que os acordos padecem de vícios insanáveis não elide, todavia, a consciência de que dificilmente conseguiríamos ver prosperar nossas teses no plano internacional. Basta lembrar que o foro para julgamento de questões vinculadas aos acordos é o de Nova Iorque, cuja jurisprudência é, no mínimo, supetiosa. Em um caso famoso, envolvendo o Allied Bank e a Costa Rica, a Corte de Apelação decidiu em favor daquele país centro-americano. Depois, aceitando uma intromissão do Executivo, através do Departamento de Estado, que atuou como *amicus curiae*, a Corte modificou sua decisão, sob o pretexto de que ela seria nociva aos interesses de Nova Iorque como centro bancário. Tampouco o apelo à arbitragem oferecia melhores perspectivas à nossa causa. Pelos acordos, o árbitro desempatador seria, obrigatoriamente, um advogado inscrito no New York Bar. Ora, todos os especialistas daquela cidade em direito bancário internacional são, foram ou serão advogados dos bancos credores e, portanto, ostentam visível conflito de interesses. Em nenhuma das duas hipóteses — dos tribunais e da arbitragem — encontra-

ríamos isenção suficiente para avaliar nossas razões.

3 — De resto, cumpre verificar que uma demanda judicial, ainda que se encontrasse o foro adequado e obtivéssemos ganho de causa, apresentaria resultados práticos quase nulos. Se nossas noções de Direito são corretas, o Tribunal concluiria pela necessidade de uma nova negociação, na qual as partes encontrariam o valor justo dos débitos contraídos por nosso País.

4 — Ora, não há segmentos de grande peso da sociedade brasileira que defendam o repúdio puro e simples da dívida externa. O entendimento predominante é o de que o Brasil deve honrar os compromissos legítimamente assumidos. Isto não implica aceitar, porém, os acréscimos da dívida produzidos unilateralmente pelos credores e sancionados por cláusulas contratuais potestativas que envergonham a cultura jurídica do Ocidente.

5 — Se assim é, parece claro que estamos diante de um quadro que prescinde, porque antecipa, o julgamento de uma Corte Internacional. O Brasil reconhece a condição de devedor e está pronto a assumir todas as consequências dos atos que praticou, mas não as consequências dos atos, ainda que de boa-fé, praticados pelos credores ou por outros países.

6 — Alguns desses atos enquadram-se no princípio da responsabilidade pelos danos, de larga aceitação internacional. Não se pode esquecer, a propósito, que nos acordos de Bretton Woods, em benefício de uma posição hegemônica, os Estados Unidos assumiram uma responsabilidade em face da comunidade internacional no que concerne à adoção do dólar como moeda de conta. E que agravam essa responsabilidade ao desvincular o dólar do valor do ouro, durante a administração Nixon. Ao realizar uma política de combate à sua inflação interna através do aumento da taxa de juros, por decisão do Federal Reserve Board, em vez de utilizar outros remédios ao seu alcance, como a redução do déficit interno, os Estados Unidos correram conscientemente o risco de provocar o agravamento das dívidas em dólar em todo o mundo. Provocaram, assim, a chamada crise da dívida externa, que atingiu até mesmo países desenvolvidos, como a França, na época do primeiro mandato do Presidente Mitterand, e criaram uma situação insustentável para as nações em desenvolvimento, entre elas o Brasil. Tivemos nossa dívida aumentada de maneira significativa, sem que a esse aumento correspondesse o aporte efetivo de recursos externos. Passamos a dever não o que tomamos emprestado, mas uma quantia fixada aleatoriamente, sem a nossa participação.

7 — Parece-nos evidente que tal situação só pode encontrar desdobramentos aceitáveis para todos os envolvidos no curso de uma negociação que fixe, dentro de princípios de equidade universalmente aceitos, as responsabilidades de cada uma das partes.

8 — Essa negociação é tarefa eminentemente política, porque vai muito além dos aspectos meramente contábeis ou jurídicos da

dívida e de seus contratos. Ela trará reflexos profundos para a própria Ordem Econômica Internacional, na medida em que representará o primeiro passo para a revisão de problemas semelhantes que afetam dezenas de nações hoje condenadas ao subdesenvolvimento e à miséria.

9 — Embora devamos ter uma noção apropriada do vulto dos interesses — de toda a ordem e de todas as procedências — implicadas na negociação dos compromissos brasileiros, não podemos abrir mão do direito de reivindicar Justiça.

10 — O novo ordenamento constitucional do Brasil confere ao Legislativo atribuições que permitem o controle eficiente e seguro dos compromissos a serem assumidos em nome do País. Já não há tergiversações, porque os textos são meridianamente claros. Nos termos do art. 52, V, cabe ao Senado Federal autorizar quaisquer operações externas financeiras; por sua vez, o item VII do mesmo artigo estabelece que o Senado fixará os limites e as condições para as operações de crédito externo. E depois de concluídas as negociações, dentro dos parâmetros aprovados pelo Senado, será ainda da competência exclusiva do Congresso Nacional (art. 49, I) resolver definitivamente sobre esses atos internacionais que acarretam encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio público.

11 — Através da utilização adequada desses instrumentos constitucionais, a representação popular pode — e deve — limitar a ação dos negociadores brasileiros, que ficarão impossibilitados de aceitar as condições ruinosas que marcaram os acordos firmados nesta década. Desde logo os credores perceberão que o Brasil se dispõe a pagar tudo o que realmente tomou emprestado, acrescido de encargos justos, dentro das regras seculares do mercado financeiro internacional. Mas não podemos nos responsabilizar pela dívida criada em consequência de atos de terceiros, ou em função de práticas descabidas em transações dessa natureza.

12 — Diante dessa posição do Congresso brasileiro, não restará aos credores senão o caminho do entendimento para determinar, com honestidade, o montante de nossos compromissos.

13 — Não poderia encerrar estas considerações sem examinar a atuação dos negociadores brasileiros que firmaram os acordos. Parece-me claro, desde logo, que esses negociadores cometeram abuso de poder quando transferiram para a responsabilidade da União dívidas privadas. Essa estatização da dívida, e também a aceitação das cláusulas contratuais de renúncia à imunidade de jurisdição e à aplicação do direito brasileiro, de renúncia à alegação de soberania, de garantia de execução da dívida e sobre arbitragem, configuram evidente exorbitância de poderes dos negociadores, que praticaram atos situados na órbita do *abusus imperii*, quando tinham competência limitada a atos incluídos na esfera do *ius gestionis*. Relevar que todas essas irregularidades foram praticadas em benefício dos credores estrangeiros, não havendo uma só

em defesa do interesse nacional. Há indícios, ainda, de que os negociadores ultrapassaram os limites quantitativos fixados pelo Decreto-Lei nº 1.312/74, nos acordos firmados sob a égide desse ordenamento.

14 — Isto posto, propomos:

1) — Que a Comissão encaminhe ao Senado Federal projeto de resolução em que se fixe como condições necessárias para a aprovação de operações de crédito externo (art. 52, VII, da Constituição);

a) a escolha de um foro neutro para o julgamento de questões relativas aos contratos;

b) a indicação de árbitros neutros, e

c) a inexistência de cláusulas de favorecimento de uma das partes sem a correspondente compensação.

2) — Que a Mesa do Congresso notifique o Executivo sobre a existência de cláusulas inconstitucionais — e portanto nulas — nos contratos em vigor, para que se promova a renegociação dessas disposições.

3) — Que a Mesa do Congresso solicite ao Executivo a remessa dos contratos em vigor, relativos à dívida externa, ainda não submetidos à apreciação do Legislativo, nos termos do art. 44, I, da Constituição vigente à época em que se foram assinados.

4) — Que a Comissão apresente projeto de lei disciplinando a contratação de créditos externos, em substituição ao Decreto-Lei nº 1.312/74 e legislação correlata.

5) — Que o Congresso constitua uma Comissão de Juristas especializados em Direito Internacional, para estudar a situação criada pela elevação unilateral da taxa de juros e sugerir as medidas cabíveis para ressarcimentos dos danos que foram causados ao País.

6) — Que a Comissão promova, junto ao Ministério Público, a responsabilização dos negociadores da dívida externa, pelas irregularidades já apuradas nesta fase dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Havendo número legal, declaro aberta a reunião, que, na verdade, é uma continuidade dos nossos trabalhos de ontem, quando a reunião foi suspensa após o último orador inscrito.

Não há oradores inscritos para continuação das discussões.

Passo a palavra ao ilustre Relator, Senador Severo Gomes, para os seus comentários finais. S. Ex.^a dispõe de vinte minutos.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão, nesta primeira fase de nossos trabalhos, debruçamo-nos sobre os aspectos constitucionais e jurídicos da dívida externa e acredito que chegamos a algumas conclusões de consenso na análise dessas questões.

Parece-me que todos concordamos sobre a inconstitucionalidade de várias cláusulas dos acordos, sobre a responsabilização dos negociadores que exorbitaram de seus poderes e sobre a inconstitucionalidade da legislação que delegou ao Executivo poderes para contratar a dívida.

O ponto em que se funda a divergência básica é a decretação da nulidade dos acordos

sustentada por dois argumentos principais: o primeiro fala da falta de agente capaz para as negociações e lastreia as posições aqui defendidas pelo ilustre Deputado Oswaldo Lima Filho, embora apareça também no voto do nobre Senador Itamar Franco; o segundo argumento colocado pelo mesmo Senador se situa no campo da teoria da imprevisão e, diz respeito às taxas de juros flutuantes.

Vamos ao primeiro argumento: o núcleo está na citação extraída do parecer do douto jurista Osny Duarte Pereira, transcrita no voto do representante pernambucano:

“Se o Presidente ou os seus Ministros não receberam mandato regular do Congresso Nacional, para contrair empréstimos externos, encerrou-se a investigação neste ponto. O ato jurídico será nulo por falta de agente capaz”.

Desde logo cumpre verificar que a legislação vigente na época configurava esse mandato. Pode-se alegar, como se faz agora, que o Decreto-Lei nº 1.312, de 1974, e leis correlatas eram inconstitucionais e, por isso, nulas de pleno direito. Mas a Constituição anterior estabelecia os ritos para que se declarasse uma lei inconstitucional (arts. 116 e 119) e essa providência não foi tomada antes que os contratos fossem firmados.

Ademais, temos a considerar que essa questão não se esgota no plano interno, de vez que os contratos foram assinados no exterior e envolvem instituições estrangeiras. No caso, o apelo ao direito brasileiro não basta, como ensinaram nesta Comissão ilustres professores de Direito Internacional. De acordo com essas lições, a convivência das nações observa certas regras de senso comum fixadas ao longo dos séculos. Uma delas é a do reconhecimento dos governos revestidos de certos atributos de legitimidade, que passam a falar e a assumir compromissos em nome de seus países. Se assim não fosse, o relacionamento internacional tornar-se-ia impossível: cada novo governante proclamaria a ilegitimidade dos anteriores ou a inconstitucionalidade de seus atos e todos os compromissos estariam desfeitos.

Lembro, a propósito, a opinião do Prof. Celso Láfer, exposta nesta Comissão no dia 27 de junho último:

“O primeiro ponto que quero examinar é a hipótese de assimilação de operações de crédito externo a atos internacionais com base na Constituição de 1969, art. 44, item I, que dava competência exclusiva ao Congresso Nacional para resolver sobre atos internacionais celebrados pelo Presidente da República. Atos internacionais, vamos tomá-los no sentido mais amplo, como compromisso internacional, que, aliás, é prática do Itamaraty; atos internacionais do Brasil quando fala de compromissos internacionais do Brasil. Se pegarmos a convenção de Viena, sobre a Lei de Tratados, esta define o tratado “como acordo internacional celebrado, por escrito, entre Estados e regidos pelo

Direito Internacional”, vamos dar a esta cláusula uma definição mais ampla, dizendo que se trata “de qualquer acordo entre sujeitos de Direito Internacional Público”. Se essas operações de crédito fossem assimiladas a atos internacionais regidos pelo Direito Internacional, a cláusula válida seria o art. 46 da Convenção de Viena. Esta diz “que a violação de dispositivos de Direito Interno sobre competência para concluir tratado, só pode ser invocada quando a violação seja manifesta, diga respeito a regra interna de importância fundamental a ser comprovada se for objetivamente evidente, para qualquer Estado, que proceda na matéria na conformidade da prática normal e de boa fé”. No caso concreto que estamos examinando existe a competência do Banco Central pela Lei nº 4.595, de 1964, para entender-se em nome do Governo brasileiro com as instituições financeiras estrangeiras e promover, como agente do Governo Federal, a colocação de empréstimos internos e externos, podendo encerrar-se dos respectivos serviços e atuar no sentido do equilíbrio da balança de pagamentos, podendo, para esse fim, realizar operações de crédito no exterior.

Existe, também, o Decreto-Lei nº 1.312, de 1974, que autoriza o Poder Executivo a dar garantia do Tesouro a operações de crédito obtidas no exterior. No art. 8º, que trata dessa garantia, fala-se especificamente que as prorrogações dos prazos de liquidação não estão vinculadas a um *standard* relacionado com o valor médio das exportações brasileiras.

Essa legislação é uma legislação válida; não foi contestada no Judiciário, vem sendo confirmada nas *legal opinions* inseridas nos documentos das reestruturações.

A decisão da 6ª Vara Federal do Rio de Janeiro na Ação Popular movida por Lélcio Fernandes Filho, visando anular contrato firmado pelo Governo em 1984, foi confirmada pelo Tribunal Federal de Recursos no sentido de dizer que o ato do Governo foi praticado por quem tinha legitimidade para fazê-lo.

A minha conclusão é a seguinte — estou sempre lendo o texto de Celso Láfer — sem querer discutir o tema da arguição da inconstitucionalidade, um país não pode alegar algo contrário àquilo que foi a sua prática. É o que se chama na doutrina *alegas contrariae non est audiendus* — eu não posso alegar algo diferente daquilo que fiz. Uma parte, disse a Corte Permanente de Justiça Internacional no caso dos empréstimos sérvios: “não pode alegar algo que anteriormente admitiu expressa ou tacitamente”. Este é um princípio geral de Direito baseado na boa fé e que resulta do fato de que, na vida internacional, a prática dos Estados é o equivalente à jurisprudência no plano interno, ou seja, a nossa prática consistente con-

firma uma interpretação e isso forma jurisprudência.

Para mudar essa jurisprudência, unilateralmente, a nossa capacidade ou nossa base jurídica é fraca. Logo, a arguição de inconstitucionalidade teria perante qualquer Judiciário peso relativo e poderia ser rebatida com base no Direito Internacional Público, se este fosse o Direito aplicável à questão."

Creio desnecessário frisar que a tese do ilustre Deputado Oswaldo Lima Filho considera os contratos "atos internacionais" e, por isso, sujeitos à aprovação do Congresso, por isso, também, subordinados ao Direito Internacional.

Ainda a propósito da falta de agente capaz, lembro outra passagem do depoimento do Prof. Celso Láfer:

"Eu queria complementar a respeito dessa questão da constitucionalidade dos Poderes e lembrar um caso que me parece muito típico, que revela que prevalece sempre a boa fé nos contratos internacionais e, dificilmente, o país pode, na órbita internacional, escusar-se ou deixar de cumprir um compromisso sob a alegação de que seus representantes não estavam credenciados. Este é um caso entre a Dinamarca e a Noruega. A Dinamarca e a Noruega questionavam a soberania sobre a Groenlândia. Havia uma disputa entre os dois Estados, entre outras controvérsias. Vai o Primeiro-Ministro da Noruega negociar na Dinamarca a respeito dessas controvérsias e, nessa negociação, acaba desistindo das pretensões da Noruega sobre a Groenlândia. Foi feita uma Ata e esta Ata foi por ele assinada. Ele era o Primeiro-Ministro quando voltou à Noruega. Evidentemente que foi questionada essa decisão, porque não havia sido aprovada pelo Parlamento. Não tinha ele poderes para isso. A Noruega, portanto, retirou a autorização que ele teria, em princípio, já derogado. A questão foi à Corte Permanente de Justiça Internacional e a discussão era esta: era válida ou não a decisão tomada pelo Primeiro-Ministro? E a Corte entendeu que era válida, porque ele era o Primeiro-Ministro e representava o país no exterior. Ele tinha autoridade interna e, portanto, o seu ato era para ter validade."

Este é um precedente que parece muito relevante, porque é de uma Corte Internacional.

Acredito que esses argumentos respondem bem à tese defendida pelo ilustre Deputado Oswaldo Lima Filho sobre a "falta de agente capaz na negociação da dívida externa".

Passo, agora, ao segundo argumento esposto pelo Senador Itamar Franco e que diz respeito à teoria da imprevisão: afirma o nobre representante de Minas Gerais, depois de minuciosa análise, que a disposição relativa aos juros flutuantes configura "uma autêntica cláusula potestativa pura, sendo esta rejeitada

e condenada por qualquer sistema jurídico". Concorro com o preclaro Senador na análise do problema e na conclusão de que qualquer sistema jurídico condenaria esta cláusula. Mas, para que haja essa condenação, é preciso que o Brasil suscite a questão perante uma Corte Internacional, e é exatamente isso que preconizamos na Proposta nº 4 de nossas conclusões.

A sugestão de suspender o pagamento por esse motivo inverte da ordem natural das coisas. Se assim procedêssemos, estaríamos tomando a justiça em nossas próprias mãos, ditando a sentença e aplicando a pena. Então, seriam os credores que buscariam uma Corte Internacional, alegando procedimento incorreto do Brasil e ficaríamos numa posição enfraquecida. Quero, ao contrário, que o Brasil bata às portas da Justiça e obtenha uma redução da dívida por uma sentença acima de qualquer suspeita.

São essas as razões, Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão, que me levaram a não incluir no Relatório a suspensão dos pagamentos da dívida como consequência do que apuramos nessa primeira fase dos trabalhos.

Srs. Membros da Comissão, ontem, depois de diferentes consultas, introduzimos algumas alterações na proposta final e até solicitei a presença aqui do Deputado Nelson Jobim para discutirmos uma questão que julgávamos fundamental. A alteração, dentro das nossas propostas, é que procurava encontrar um caminho entre a posição de alguns dos Membros da Comissão que desejavam que o Congresso votasse uma lei decretando a nulidade, e o nosso entendimento é que essa nulidade só poderia ser objeto de decisão do Supremo Tribunal e a nossa sugestão agora, no item 2, é de que a "Mesa do Congresso Nacional promova as medidas necessárias junto ao Supremo Tribunal Federal, para a decretação da nulidade dos acordos relativos à dívida externa que não observaram o mandamento constitucional do *referendum legislativo*". Então, esse entendimento de que nos falaria a competência para decretar a nulidade, além das razões ligadas à questão da jurisprudência do Direito Internacional, é que me fez solicitar aqui a presença do Deputado Nelson Jobim, para que pudéssemos ouvi-lo a esse respeito. Eu queria passar...

O SR. HERMES ZANETI — Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de poder ter esse documento em mãos, para poder participar do processo.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omelas) — A Secretaria providenciará a distribuição...

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Eu já pedi até que fosse distribuído, não sei por que...

O SR. HERMES ZANETI — Sugeriria a V. Exª que suspenda por uns minutos até que todos possam ter um exemplar.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omelas) — Tenho a impressão de que o Relator quer que o Deputado Nelson Jobim se pronuncie, dentro do seu parecer. Eu convidaria...

O SR. HERMES ZANETI — Nós temos o máximo prazer nisso, Sr. Presidente, mas insisto em que cada Membro da Comissão deva ter exemplo do documento.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omelas) — Já está sendo distribuído.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Foi uma falha burocrática.

O SR. NELSON JOBIM — Ilustres Membros da Comissão, evidentemente que a minha entrada nesse tema é atendendo à convocação do Relator para uma questão que não diz respeito ao mérito, ao conteúdo das matérias discutidas nesta Comissão, mas diz respeito à competência do Congresso Nacional, ou seja, matéria estritamente de natureza jurídica, não-política, e de natureza formal.

A pergunta que foi feita pelo Sr. Relator diz respeito à possibilidade ou não de se ter um projeto de lei ou ter uma lei "que declare a nulidade ou ineficácia dos contratos de endividamento externo da República Federativa do Brasil, que não tiveram aprovação do Congresso Nacional".

Em síntese, Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão, há que se saber basicamente qual...

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omelas) — A Presidência solicita atenção ao orador, por favor, já que a sirene está quebrada.

O SR. NELSON JOBIM — A questão é saber se o Congresso Nacional tem ou não competência de, por ato próprio, declarar a nulidade de atos praticados pela União Federal. Parece-me que esta é a questão posta.

Devo dizer, desde logo, que, dentro das competências do Congresso Nacional, a única competência, hoje, que pela Constituição de 1988 se aproxima a isso, mas que não se estende a isso, é alguma coisa que nós, na Constituição de 1988, trouxemos da Constituição de 1934. A Constituição de 1934 atribuía uma competência ao Senado Federal de examinar, em confronto com as respectivas leis, os regulamentos expedidos pelo Poder Executivo e suspender a execução dos dispositivos ilegais. Foi a única hipótese no sistema jurídico brasileiro em que se conhecia, em tese, da ilegalidade dos atos do Poder Executivo e só atribuía ao Senado Federal a competência de suspender a eficácia desses atos ilegais no exercício do poder regulamentar.

As Constituições posteriores do Brasil excluíram da competência de qualquer das Casas Legislativas o exame da legalidade ou da ilegalidade dos atos do Poder Executivo, reservando ao Poder Judiciário foro competente para a solução desse tipo de conflito.

No entanto, a nossa Constituição de 1988, no seu art. 49, inciso trouxe alguma coisa similar à experiência de 1934. Diz o art. 49:

"É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

V — sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder

regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;"

Ou seja, afora as competências de disciplina de condutas e de determinações de atos que sejam estabelecidos como competência plena do Poder Legislativo, no sentido legal, temos na Constituição brasileira alguma coisa que erige o Congresso Nacional a uma função que compete nos Estados Unidos à Suprema Corte, que é a sustação da eficácia dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar ou excedem os limites da delegação legislativa. Fora disso, qualquer ato ilegal praticado pelo Executivo o foro competente é o Poder Judiciário; ou seja, o Poder Legislativo não tem a competência de examinar a legalidade ou a ilegalidade dos atos do Poder Executivo e pode, isto sim, e exclusivamente, sustar a eficácia dos atos normativos do Poder Executivo que excedam o poder regulamentar ou os limites da delegação legislativa.

Não compete, portanto, ao Poder Legislativo emitir Juízo — e aí peço escusas em respeito aos firmatários desse projeto, Deputado Oswaldo Lima Filho, que atribui ao Congresso Nacional a competência de declarar a nulidade. Eu diria mais: se aprovássemos esse projeto ele seria inconstitucional, porque estaria cassando do Poder Judiciário a competência que lhe cabe explicitamente através do artigo que disciplina a competência da Justiça Federal e que diz ser ela competente para julgar os casos de interesse da União.

No problema dos contratos internacionais, V. Ex.^a vão enfrentar uma dificuldade, que é a questão do foro. As informações que tenho é de que esses contratos todos erigiram como foro competente o foro da Cidade de Nova Iorque. É evidente que qualquer declaração de ineficácia ou de nulidade dos atos praticados pelo Governo brasileiro na negociação da dívida externa poderá ser decidida pelo Supremo Tribunal Federal, mas a sua eficácia no foro estrangeiro depende da ratificação, no foro estrangeiro, da decisão do Supremo Tribunal Federal. É a mesma coisa de uma decisão que tenha sido tomada no foro de Nova Iorque, que, para ter efeitos no território brasileiro, dependeria da ratificação, pelo Supremo Tribunal Federal, da decisão internacional; ou seja, a nossa decisão, aqui, dentro do tribunal brasileiro, não tem efeito nos tribunais estrangeiros e a decisão do tribunal estrangeiro não tem efeito no território brasileiro senão passando pelas respectivas análises.

Chamaria a atenção de V. Ex.^a de que na questão da existência, validade e eficácia dos atos e negócios jurídicos, que se estendem inclusive aos negócios internacionais, o que o Congresso Nacional decide e disciplina são as condições de existência, os pré-requisitos ou requisitos de existência de validade e de eficácia dos negócios jurídicos.

No caso específico, parece-me, por uma visão rápida que me foi permitida fazer pela pergunta feita agora, que no que diz respeito à apresentação, ou seja, a representação da entidade do Brasil na prática do ato, é uma

questão de validade ou seja, o ato juridicamente existe mas o Congresso Nacional, os dispositivos legais brasileiros exigem, para representação brasileira perfeita, a dependência de determinados atos — aí teríamos a questão de validade.

Na questão de ser apreciado pelo Congresso Nacional me parece nitidamente uma condição de eficácia do ato, ou seja, os atos jurídicos praticados pelo Governo brasileiro na negociação da dívida externa, que devam ser examinados, que têm que ser examinados pelo Congresso Nacional — esta é uma condição de eficácia do ato e não uma condição de validade do ato, na célebre tripartite análise de existência, validade e eficácia dos negócios jurídicos.

Portanto, respondendo à pergunta especificamente do Senador Severo Gomes, deveremos dizer que, no nível da análise estritamente jurídica, falece competência ao Congresso Nacional para decretação de nulidades ou de ineficácia de atos jurídicos; isto é da competência do Poder Judiciário. Volto a repetir: a única competência excepcional que a Constituição Federal atribui ao Congresso Nacional é nas hipóteses de atos normativos do Poder Executivo que tenham exorbitado o poder regulamentar ou excedido os limites da delegação legislativa. Fora disso, estamos extrapolando a nossa competência e adentrando na competência típica, que é a competência do Poder Judiciário.

Lembro mais: há necessidade de ter em vista que isso depende de uma demanda judicial; evidente que os problemas relativos a foro de competência são questões a serem examinados caso a caso e concretamente.

Lamento dizer ao Deputado Oswaldo Lima Filho, mas a única informação que posso dar é falecer competência ao Congresso Nacional de decretar nulidades ou ineficácia de atos jurídicos praticados pelo Governo brasileiro. Deverá isto ser da competência do Poder Judiciário. As questões dos limites de eficácia das decisões dos respectivos poderes judiciários são examinados tendo em vista o Direito Internacional Público e as questões relativas ao Direito Internacional Privado, porque o Brasil, quando pactua com bancos estrangeiros, o faz na condição de pessoa jurídica de Direito Público no exercício de atos de Direito Privado Internacional; portanto, é uma questão a ser examinada considerando os vários âmbitos de eficácia.

No entanto, o que devemos restringir é que tenhamos, neste caso especificamente, competência do Poder Judiciário para examinar a questão da nulidade ou da ineficácia.

E mais, Sr. Presidente, me chama a atenção aqui o art. 26, § 2º, que diz o seguinte, quando trata exatamente da criação desta Comissão Mista: apurada a irregularidade, o Congresso Nacional proporá ao Poder Executivo a declaração de nulidade do ato, encaminhará o processo ao Ministério Público Federal, que formalizará, no prazo de 60 dias, a ação cabível. Quando diz "proporá ao Poder Executivo", ou seja, vai propor ao Poder Executivo que tome

as medidas necessárias para a decretação da nulidade, que é de sua competência exclusiva.

Vejam que isso é uma questão do sistema da legalidade em que vivemos; o sistema da legalidade em que vivemos é o seguinte: quando há conflito de interesses, há necessidade de uma lide, uma lide processual em que a parte atingida pela pretensão declaratória de nulidade seja ouvida também, e isto se dá através de um processo judicial, ou seja, do devido processo legal, do **due process of law**.

São essas as informações que eu poderia prestar a V. Ex.^a e espero não ter conturbado os trabalhos desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — Está com a palavra o Relator. Qualquer intervenção deve ser feita em aparte ao Relator.

O SR. ITAMAR FRANCO — Senador Severo Gomes, o nobre Deputado Nelson Jobim fez uma análise do projeto de lei apresentado pelo Deputado Oswaldo Lima Filho e, salvo interpretação, entendi que S. Ex.^a considera este projeto inconstitucional, poderia considerá-lo inconstitucional.

O SR. NELSON JOBIM — informo ao Senador Itamar Franco que, considerando as minhas afirmações, o projeto é inconstitucional porque adentra a competência de outro Poder.

O SR. ITAMAR FRANCO — Tudo bem, mas eu gostaria, nobre Relator, que S. Ex.^a, então, falasse também do projeto de resolução que apresentei, se considera também inconstitucional, já que S. Ex.^a está aqui para trazer conhecimentos jurídicos a todos nós da Comissão; evidentemente que respeitamos os conhecimentos jurídicos, temos o maior prazer de respeitá-los, mas eu gostaria que examinasse, no seu aspecto, o projeto de resolução por nós apresentado.

Deputado Nelson Jobim, apenas para complementar, desculpe V. Ex.^a argumentar com jurista, jurista que não sou, então tem que ter essa ousadia, mas no exercício do cargo de senador e membro desta Comissão, normalmente temos que ter a ousadia às vezes de comentar temas de ordem econômica, alguns que são engenheiros e outros que são advogados e assim é o Parlamento brasileiro; mas o art. 17 da Lei de Introdução ao Código Civil é expresso — V. Ex.^a sabe melhor do que eu — em negar validade a atos de declarações de vontade que, conquanto admissíveis perante a ordem alienígena, ofendem a soberania nacional, e no parecer do nobre Relator, Senador Severo Gomes, já hoje alterado, que vamos analisar, S. Ex.^a chega a uma série de conclusões, entre outras a falta de aprovação congressual, cláusulas contendo antecipada renúncia, alegação de nulidade, cláusulas com promissórias da arbitragem, prevendo estipulações abusivas, renúncia inclusive antecipada a qualquer defesa fundamentada nos direitos inerentes à soberania estatal. Então, no meu entendimento, o art. 17 da Lei de Introdução

ao Código Civil permite exatamente que também examinemos. V. Ex.^a disse que o foro de Nova Iorque pode tomar decisão e nós tomarmos outra e essa decisão não ser aceita nem lá nem cá — estamos de acordo. Mas na apresentação do projeto de resolução — não quero entrar no mérito — quero saber se V. Ex.^a considerou o projeto do Deputado Oswaldo Lima Filho como inconstitucional.

Eu gostaria de saber se o projeto de resolução, já que a Constituição dá ao Senado as disposições hoje inerentes ao problema da dívida externa, de acordo com o art. 52 e seus diversos itens, também é inconstitucional.

O SR. NELSON JOBIM — O projeto de resolução de V. Ex.^a?

O SR. ITAMAR FRANCO — É.

O SR. NELSON JOBIM — Em relação às observações feitas por V. Ex.^a queria lembrar o seguinte: toda lei de introdução ao Código Civil tem normas de Direito Internacional Privado, ela disciplina, inclusive, foros, competências, problemas de sucessões, etc., eu queria lembrar que toda essa disciplina jurídica estabelece os pré-requisitos para os pactos e para os atos jurídicos. Todos esses pré-requisitos, quando fixados pela lei, são condições de existência, condições de validade e condições de eficácia dos negócios jurídicos.

O que deve ficar muito claro, Senador, é que, no momento, a nós do Congresso Nacional compete disciplinar e decidir sobre condições de validade, condições de eficácia e condições de existência, mas não nos compete decidir se aquelas nossas determinações, produzidas na lei, foram ou não observadas no caso concreto; isto é da competência de um outro poder, porque vejamos, na clássica, nossa, eterna e mantida separação de poderes, embora hoje um pouco confusa, se estabelece que temos a competência de legislar, não temos a competência de aplicar a norma; se, num caso concreto, num caso específico de um contrato brasileiro não foi obedecida a norma fixada pelo Congresso Nacional, não compete ao Congresso Nacional produzir a aplicação da norma.

Se estabelecemos numa determinada lei, como é a Lei de Introdução ao Código Civil, como são também as condições de validade dos negócios jurídicos privados no Código Civil, como são as condições de validade nos negócios comerciais estabelecidos no Código Comercial e ainda dos negócios de Direito Público estabelecidos fundamentalmente no Decreto-Lei nº 200, se vamos verificar, no caso concreto, que aquela norma que produzimos não foi aplicada e nos arrogamos a condição de decretar a nulidade dos negócios jurídicos que não obedeceram às normas por nós editadas, o que estamos fazendo? Estamos editando a norma e, ao mesmo tempo, aplicando a norma, e a aplicação da norma, que atribui a consequência jurídica da nulidade... porque vejamos: se estabelece as condições dos negócios jurídicos e se diz que se aqueles negócios jurídicos não atenderem a essas condições, ou eles não existem juridicamente, ou são inválidos juridicamente — e aí V. Ex.^a divide as

duas categorias de invalidade entre a nulidade e a anulabilidade, que têm um tratamento jurídico diferente. E ainda V. Ex.^a têm o campo da ineficácia dos negócios jurídicos; os negócios jurídicos poderão ser absoluta ou relativamente ineficazes. Agora, tudo isso são decorrências da inobservância dos requisitos legais. Se o negócio jurídico não observa o requisito legal, é ineficaz, mas há necessidade de que alguém decida sobre a inexistência, no caso concreto, a não verificação, no caso concreto, de alguns dos requisitos. Isso é competência do órgão que tem a competência, do Poder que tem a competência, no sistema brasileiro, de aplicar a norma, a lei. E quem aplica a lei é o Poder Judiciário. Não podemos nos arrogar como órgão aplicador da lei. No entanto, em relação ao seu projeto de resolução — daí por que entendo que o projeto do Deputado Oswaldo Lima Filho é inconstitucional, porque atribui, dá ao Poder Legislativo função que é função de sentença; função de sentença que se conhece tecnicamente como sentenças desconstitutivas, ou constitutivas negativas, que são aquelas que tiram do mundo jurídico negócios jurídicos viciados por nulidade ou por anulabilidade.

No seu caso, V. Ex.^a pretende dispor sobre condições para o pagamento do principal em caso da dívida externa, isso é outra história.

O SR. ITAMAR FRANCO — Porque aí, exatamente, permita-me V. Ex.^a, mando analisar caso a caso para ver a legalidade ou não do fato.

O SR. NELSON JOBIM — Isso é outro problema; V. Ex.^a está aqui determinando, por lei, algum tipo de conduta a ser observada pelo Executivo no tratamento da questão; isso, digamos, faz parte do conteúdo normal da atividade do Poder Judiciário. Se é conveniente politicamente ou não é outro assunto. Tecnicamente não tem problema.

Agora, problemas há, e eu volto a repetir e insisto nisso, porque precisamos ter consciência — e aí eu pediria permissão ao Sr. Senador — precisamos ter consciência de que os juízos políticos, por mais convenientes politicamente que sejam, têm uma limitação, que é a da legalidade e da constitucionalidade; ou seja, temos permissão de ter juízos políticos sobre todos os assuntos, desde que sejam juízos constitucionalmente permitidos; se não são constitucionalmente permitidos estaremos burlando aquilo que nós próprios nos obrigamos a fazer.

O SR. ITAMAR FRANCO — Não é o caso do projeto.

O SR. NELSON JOBIM — Não é o seu caso, embora, *data venia*, seja a hipótese prevista pelo Deputado Oswaldo Lima Filho.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Na apresentação dessa última proposta, não tivemos tempo de elaborar projetos de lei, tal como foram sugeridos, aqui, pelo Deputado Felipe Mendes e pelo Senador Itamar Franco, com relação à questão que nós, inclusive, entendíamos como aceitável por parte da Comissão. Como a questão fundamental estava ligada

— vamos dizer — nessa espinha dorsal que estamos discutindo aqui, poderíamos, em seguida, para não atrasarmos o nosso trabalho, reconhecer a importância da iniciativa dessas leis pelo Congresso e elaborarmos em seguida.

O SR. ITAMAR FRANCO — Nobre Relator, vou então solicitar diferentemente a V. Ex.^a ao nobre Presidente. V. Ex.^a faz alterações profundas que merecem uma análise de nós outros. Já tivemos, inclusive, oportunidade de examinar o projeto de lei que apresentei em separado. V. Ex.^a reconhece a validade dele — revogando a lei que permitiu a prorrogação, sobretudo dando poderes ao Conselho Monetário Nacional. Isso é outro problema.

Com relação ao que V. Ex.^a propõe agora, peço, inclusive, Sr. Presidente, vista para um exame mais detalhado. As próprias explicações do Deputado Nelson Jobim, o problema do projeto que faz e o que pretende o nobre Relator, salvo engano de minha parte, de buscar um foro neutro, que seria um foro internacional — não sei se cheguei um pouco atrasado quando falava o nobre Relator Severo Gomes, a Corte de Haia — é preciso verificar, pois o Brasil até então tinha jurisdição com a Corte de Haia, de 46 a 50 ele teve, só não sei se tem agora. De forma que é preciso analisar esses aspectos.

O que o Senador Severo Gomes propõe hoje reformula toda a conceituação até então discutida pela Comissão. A Comissão queria examinar caso a caso, contrato a contrato e, evidentemente, o que V. Ex.^a propõe merece uma atenção e é possível até que se possa chegar a essa conclusão, mas vai exigir de cada um de nós, pelo menos de minha parte, uma análise mais apurada e detalhada para ver se estamos de acordo. Não se pode examinar em cinco, dez minutos algo que fala da escolha de um foro neutro para julgamento de questões relativas a contrato...

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Nobre Senador, essa questão já está no primeiro Relatório, não é nova.

O SR. ITAMAR FRANCO — Não havia conclusão no primeiro Relatório. A conclusão está feita agora e nós até aplaudimos V. Ex.^a. Ontem tinha, mas não com essa redação.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Exatamente, aí é *ipsis literis*, exatamente com essa redação.

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Ex.^a avançou um pouco mais na redação, não?

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Avançamos aqui no item 2.

O SR. ITAMAR FRANCO — Pois é, avançou.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Não é a questão do foro. A questão do foro está no item 1 e é idêntico.

O SR. ITAMAR FRANCO — "Que a Mesa do Congresso promova as medidas necessárias junto ao Supremo Tribunal Federal." Avançou.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Esta não é novidade. O item 2 é a coisa nova. Nessa, V. Exª tem toda razão porque é uma sugestão nova, e estamos aqui para estudar, procurando encontrar um caminho entre um grupo dos Parlamentares que aqui estão presentes e que aspiravam à decretação da nulidade. Então, como entendíamos que não tínhamos essa competência é que sugerimos que esta questão fosse argüida no Supremo Tribunal Federal.

O SR. ITAMAR FRANCO — Não estamos dizendo que estamos em desacordo, Sr. Relator. É essa exatamente a dúvida que tenho e por isso estou pedindo vista para examiná-la e a Comissão pode entender de dá-la ou não. Creio que teríamos que examinar primeiro o projeto do nobre Relator, mais o projeto do nobre Deputado, nosso projeto; a Comissão rejeitar os dois projetos, se for o caso, e em seguida passar à análise do parecer de V. Exª. Ou pode inverter até: aprovar o parecer de V. Exª, o que evidentemente invalidaria tanto o projeto do nosso prezado Deputado, como o meu projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — A Presidência esclarece o seguinte. Nos termos do art. 132, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, não cabe o pedido de vistas. Estamos, na verdade, cumprindo o disposto no art. 13 do Regimento Comum do Congresso Nacional, que diz o seguinte:

Art. 13. Apresentado o parecer, qualquer membro da Comissão Mista poderá discutí-lo pelo prazo máximo de 15 minutos, uma única vez, permitido ao Relator usar da palavra em último lugar pelo prazo de 30 minutos.

Estamos cumprindo esse ritual regimental e demos a palavra ao Relator. Quero, neste momento, agradecer a presença e a participação do ilustre Presidente da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, Sr. Deputado Nelson Jobim. Normalmente nas discussões polêmicas, mesmo no plenário do Congresso e da Câmara, cabe recurso à Comissão de Justiça.

Neste caso, o Sr. Relator houve por bem convidar o Presidente da Comissão de Justiça da Câmara a que *ex-ante* viesse aqui pronunciar-se sobre a questão da eventual decretação da nulidade dos contratos da dívida. Não vou considerar no tempo do Relator, a participação do Deputado Nelson Jobim, que veio prestar aqui um relevante serviço a nós.

Do mesmo modo, a Presidência, que tem sido por demais flexível em relação ao tempo dos diversos oradores, não iria, então, tolir a palavra do Relator. Está, no entanto, encerrada a discussão. Vamos suspender a reunião...

O Sr. Oswaldo Lima Filho — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — Com a palavra V. Exª, pela ordem.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Antes que V. Exª suspenda a reunião, como o projeto que ofereci com o apoio de diversos Sena-

dores e Deputados foi objeto de exame pelo Relator e pelo eminente Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sinto-me no dever de intervir no debate.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — V. Exª foi citado, tem todo o direito.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Não só citado, como a nossa proposição foi objeto de considerações.

Em primeiro lugar, em atenção ao eminente jurista que é Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, permito-me discordar da tese sustentada por S. Exª. Ela me parece reservar ao Congresso Nacional uma posição absolutamente passiva na apreciação da constitucionalidade das leis e dos atos. Essa não foi a lição que aprendi naquele que para mim ainda é o mestre insuperável do Direito Constitucional brasileiro, que foi Rui Barbosa.

Os poderes implícitos, e no caso me parece que até explícitos da Constituição atribuem ao Congresso Nacional competência para reconhecer a nulidade de atos que são clara, lúcida, meridianamente, indiscutivelmente nulos. Assim é que a Lei de Introdução ao Código Civil, que cito no parecer, diz:

"As leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade não terão eficácia no Brasil quando ofenderem a soberania nacional, a ordem pública, ou os bons costumes."

Ora, Sr. Presidente, ninguém, em sã consciência, nem o próprio Presidente da Comissão de Constituição e Justiça pode negar — e S. Exª já me disse que leu há muito tempo esses acordos internacionais sobre a dívida externa brasileira — que eles são atentatórios da nossa soberania. Neles, os delegados brasileiros renunciaram até à invocação da soberania nacional. Então, pela lei brasileira eles são nulos, de nenhuma eficácia e reconhecer a ineficácia não exige decisão judicial.

Rui Barbosa disse: "Qualquer cidadão pode negar eficácia às leis inconstitucionais". Se amanhã um maluco qualquer tomar um cargo e se arrojar no cargo de Presidente da República *omnis civiles legis miles*, como diziam os romanos, qualquer cidadão tem poder para impor a esse maluco a Constituição e lhe impor que ele não é o Presidente da República, o Presidente é aquele legalmente imposto.

A Constitucionalidade não exige em todos os casos essa prévia ida ao Judiciário. Ela apenas, em casos como tais, representaria uma delonga infindável, e já estamos com 20 anos de espoliação do povo brasileiro. É preciso que ao debater essa questão não fiquemos com essas filigranas jurídicas, mas tenhamos a consciência de que trinta e dois milhões de brasileiros estão passando fome por conta desse modelo econômico que se fundamenta sobre essa dívida, cuja validade estamos discutindo agora. Isso também está dito nos argumentos que apóiam o parecer.

A minha opinião, portanto, é inclusive fundada também no art. 49, inciso I. Lá se diz, clara e expressamente:

"Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I — resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;"

Competência nossa, clara, indiscutível, expressa. Entretanto, Sr. Presidente, se o ilustre Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania veio em socorro do ilustre Relator para defender o seu parecer, não sou eu que deva criar obstáculos às medidas, que essas, sim, me parecem indeclináveis, as medidas necessárias à suspensão do pagamento dessa espoliação do Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, nós, que formulamos o primeiro projeto, estamos acordes com o Deputado Irajá Rodrigues, que oferece um substitutivo ao projeto. Nesse substitutivo, aquela norma que é inquinada, a meu ver sem fundamento, pelo Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de inconstitucional é afastada e nós iniciamos o projeto com a decretação da suspensão de pagamentos do principal, juros e acessórios da dívida.

Essa é a proposição que o Deputado Irajá Rodrigues oferecerá, com o nosso apoio, à consideração da Comissão. Era o que eu tinha a dizer.

O SR. NELSON JOBIM — Não vou voltar ao tema. O eminente Deputado Oswaldo Lima Filho sabe a admiração que tenho por S. Exª.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Não é só recíproca, a minha é maior.

O SR. NELSON JOBIM — Portanto, só faria uma pequena retificação, não no conteúdo de mérito, porque a nossa divergência de mérito vai continuar infinita. Não vim para ajudar o Senador Severo Gomes, vim só para responder uma questão que dizia respeito à constitucionalidade de um projeto, não conheço, inclusive, o Relatório do Senador Severo Gomes. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — Atendendo, então, a ponderação...

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — Fui citado também nominalmente. Gostaria de pedir a palavra para dizer o seguinte: na verdade, nos reunimos e existe uma proposta, não diria a quatro mais a oito, ou dez, ou quinze ou vinte mãos no sentido de acolher a posição do Relator e a posição do nosso Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara, Deputado Nelson Jobim, e dizer que, pessoalmente, em face das ponderações que S. Exª nos fez a respeito da impossibilidade, por falta de condições constitucionais, de o Poder Legislativo decretar ou declarar a nulidade dos atos praticados, em face disso, a nossa proposta acolhe a posição, portanto, do nobre Relator e a sua posição, mas estabelece o seguinte: até que haja uma decisão por parte do Supremo Tribunal Federal a respeito desta controvérsia — ou para nós a certeza dessa nulidade —, os pagamentos ficarão suspensos.

Acho que é aquilo que acontece na vida de cada um de nós. A primeira coisa que se

faz quando se pretende contestar um débito em juízo é não pagá-lo, porque no momento em que nós entendemos que é nulo, mas fazemos o pagamento, estamos, na verdade, abrindo mão da nossa tese de invalidade ou de nulidade do débito. A proposta a que chegamos de maneira a conciliar é no sentido de que se submeta ao Supremo Tribunal Federal a decisão, mas que enquanto o Supremo não decidir não se pague nada.

A proposta está sendo datilografada e tão logo nós a tenhamos gostaríamos de submetê-la à consideração dos membros desta Comissão. Mas, de qualquer maneira, eu gostaria que o Presidente da Comissão, antes de se retirar, nos dissesse qual o seu entendimento, então, a respeito dessa posição intermediária.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Com a palavra o Deputado Nelson Jobim.

O SR. NELSON JOBIM — Bem, examinando não o aspecto político conveniente ou não da decisão, mas examinando o conteúdo da sua proposta, quanto ao problema de legalidade e constitucionalidade não há dúvida nenhuma. Isso é uma medida cautelar, que conhecemos perfeitamente. Pode ser, inclusive, concedida para a suspensão da execução das obrigações, a fim de assegurar um eventual resultado positivo de uma medida nulificante, senão teria, depois, de pedir de volta o que pagou equivocadamente.

Essa medida, juridicamente, é possível. É uma questão cautelar de suspensão do pagamento daquele ato inquinado pelo interessado de nulo e que depende de uma decisão subsequente de um Tribunal. É muito comum encontrar-se, inclusive nas questões de Direito Privado, duas demandas autônomas: uma demanda de execução, em que você executa a dívida; e uma demanda de ação de anulação do negócio jurídico, que dá base à cobrança da dívida, e essas demandas são reunidas para, por conexão, serem decididas conjuntamente.

Isso, quanto ao problema de legalidade e de constitucionalidade, não há óbice. Há o problema, que V. Ex.^a têm que examinar, que é da competência exclusiva de V. Ex.^a o problema de conveniência. Isso é outro assunto.

Agora, o que é conveniente também ter em vista é que V. Ex.^a tomariam uma decisão geral, ou seja, seria uma tentativa de uma decisão ampla no sentido de proibir o pagamento, suspender o pagamento da dívida até que seja decidido pelo foro competente. Acho, inclusive — eu sugeriria V. Ex.^a que não seria conveniente já identificar na lei quem é o competente ou incompetente, referir o foro competente para a decisão das questões sobre validade e eficácia, porque no caso dos contratos da dívida, às vezes não é nem caso de nulidade, às vezes é caso de ineficácia, porque a aprovação pelo Congresso Nacional dos atos e negócios internacionais é condição de eficácia do ato jurídico e não condição de validade.

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — Permita-me apenas uma colocação sobre o foro competente. Como nos contratos o foro competente

é Nova Iorque, então eu preferia botar expressamente o Supremo.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — A Presidência, para emitir o exame mais detalhado do texto apresentado pelo Relator, suspende a reunião por 15 minutos.

(Suspende-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Vamos reiniciar os nossos trabalhos. Está reaberta a reunião.

Consulto o Relator Severo Gomes se estão concluídas as suas considerações finais, os seus comentários finais, ou se deseja aditar algo mais aos seus comentários.

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — Sr. Relator, permita-me um aparte antes de dar por concluídos os seus trabalhos. Na ausência de manifestação, considero concedido o aparte. Conforme havíamos declarado anteriormente, um entendimento entre vários deputados proponentes e senadores nos permite, então, apresentar à consideração da comissão um projeto de lei que estabelece condições para a realização do pagamento da dívida externa e dá outras providências.

Art. 1º Fica suspenso o pagamento do principal, juros e demais acessórios da dívida externa da República Federativa do Brasil até que o Supremo Tribunal Federal decida sobre a constitucionalidade dos contratos relativos aos mencionados débitos.

Art. 2º Para a retomada do pagamento previsto no artigo anterior, serão exigidos novos contratos a serem submetidos ao Congresso Nacional, com exclusão de cláusulas atentatórias à soberania nacional, à jurisdição brasileira ou que estipulem juros flutuantes.

Art. 3º Os novos contratos preverão — deverão prever, pode-se colocar — ressarcimento à República Federativa do Brasil dos danos causados pela elevação unilateral das taxas de juros praticadas pelos credores internacionais.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Seguem-se as assinaturas de todos aqueles que concordam com este texto.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — A palavra está com o relator.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Sem entrar na apreciação do mérito dessa proposição, é o meu entendimento de que a matéria foge ao objeto para o qual foi constituída esta comissão, ex vi do disposto no art. 26, das Disposições Constitucionais Transitórias.

Considero, e peço ao presidente, que essa matéria é uma matéria lateral às nossas preocupações, neste momento, nos trabalhos desta comissão.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Eu gostaria de fazer considerações a respeito des-

ta última proposta que aqui foi exposta pelo Deputado Irajá Rodrigues.

Em primeiro lugar, eu queria lembrar que as minhas considerações não só fizeram referência à inconstitucionalidade, e o meu parecer é claro com relação a isso, mas também às questões ligadas à própria jurisprudência do Direito Internacional.

Qual é o tipo de eficácia, que se pode alcançar, com a suspensão desses pagamentos e, muito ao contrário, a fragilidade diante da ação dos nossos credores, que poderiam procurar tribunais e estariam sujeitos à condenação.

Em segundo lugar, quero lembrar que já temos uma decisão interna, pelo menos, que nos atinge com relação à tentativa de procurar esse caminho, que é o acórdão do Tribunal Federal de Recursos, ligado à ação movida pelo jornalista Hélio Fernandes, em que o acórdão diz, textualmente que:

“... o ato do Governo foi soberanamente praticado e por quem legitimado a fazê-lo.”

Levando em consideração essas questões, é que eu mantenho o texto do meu relatório e acho que a questão é de que ele possa ser votado e, amanhã, essas sugestões venham à discussão, possam também ser colocadas em discussão e em votação.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Encerrado o pronunciamento do relator, a Presidência vai passar à votação.

O SR. HERMES ZANETI — Sr. Presidente, peço escusas a V. Ex.^a Eu tinha algumas considerações a fazer e preciso de contar com sua cooperação e boa vontade nesse sentido.

Sabe V. Ex.^a que me retirei, por razões relevantes, de uma votação em Plenário de um projeto em que eu era relator.

Se eu puder contar com a consideração de V. Ex.^a, eu gostaria de fazer algumas considerações ao Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Todos os Membros da Comissão terão a oportunidade de se pronunciar na hora de manifestar os seus votos.

As pessoas podem fazer declaração de voto. Eu preferiria, para não ferirmos o Regimento, que os pronunciamentos ficassem para esse momento.

A Mesa tem sido por demais condescendente e flexível no encaminhamento da questão.

Eu gostaria de orientar o Plenário sobre como vai se processar a votação.

O SR. HERMES ZANETI — Sr. Presidente, permite V. Ex.^a?

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Se V. Ex.^a quer uma questão de ordem sobre o processo de votação, eu acolho.

O SR. HERMES ZANETI — Não. Não é questão de ordem. E não quero ser impertinente, mas V. Ex.^a lembra que, antes da suspensão da reunião, eu pedi a palavra e V. Ex.^a disse: “Faça-o depois da suspensão”.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — Vou conceder a palavra a V. Exª Três minutos.

Estou fazendo depois da suspensão.

O SR. HERMES ZANETTI — Agradeço, Sr. Presidente.

Sr. Relator, há vários dias estamos discutindo o Relatório apresentando por V. Exª.

Reconheço que houve evolução nas tentativas de chegarmos a uma composição nas propostas que V. Exª trouxe a esta Comissão. No entanto, quero insistir basicamente num ponto que parece ser a preocupação de V. Exª, pelo menos manifestou-me isso há alguns minutos: é a questão da suspensão do pagamento.

Insisto que quando fizemos, à Assembléia Nacional Constituinte, a proposta para criarmos a Comissão no sentido de fazer um exame pericial e analítico dos atos e fatos constitutivos do endividamento externo brasileiro, tínhamos há um parágrafo, Sr. Presidente e Sr. Relator, que contemplava a suspensão do pagamento da dívida.

Naquela oportunidade, as condições indicaram que, para se aprovar a proposta, deveria-se excluir aquele parágrafo.

No entanto, tenho a convicção absoluta de que se a assembléia Nacional Constituinte aprovou — se a Assembléia Nacional Constituinte, repito, aprovou — a proposta da criação da Comissão, por este fato mesmo esta aí implícito o entendimento de que colocava sob suspeição a dívida.

Se a dívida está sob suspeição, não há como pagá-la, não há como continuar pagando uma dívida que está sob suspeição, sob julgamento.

Aceito problemas de hierarquia, problema de competência, problemas vários que V. Exª indicou. Mas estou convencido de que V. Exª traz consigo, e está implícito a até explícito na parte expositiva de seu Relatório, que a dívida externa brasileira tem algumas cláusulas, nos seus contratos constitutivos, que são inconstitucionais, que são nulas de plano direito.

E V. Exª só tem dúvida, eventualmente, sobre a eficácia disso. V. Exª afirmou e reafirmou isso a esta Comissão.

Então, Sr. Relator, a colocação que faço é que não podemos continuar pagando uma dívida, se há sobre ela uma suspeição declarada pela Assembléia Nacional Constituinte.

O apelo que faço a V. Exª, e aqui aos Colegas, vai exatamente na direção da determinação da suspensão do pagamento por suspeição da dívida, até que o Supremo Tribunal Federal julgue essa questão, ou seja, estou concordando com o item II da proposta de V. Exª, no meu entendimento é absolutamente essencial.

Por essa razão faço — a V. Exª, Sr. Presidente e a todos os colegas de Comissão — este apelo, no sentido de que aprovemos a proposta substitutiva encaminhada pelo Deputado Irajá Rodrigues, acrescida, eventualmente, e aí consulto o Deputado, da proposta de que a Comissão solicite — nos termos propostos pelo item II, das conclusões do Relatório de

V. Exª, à Mesa do Congresso Nacional — o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal.

Era a intervenção que eu queria fazer, Sr. Presidente. Muito agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — V. Exª acaba de fazer o encaminhamento de votação, o que não é regimental.

A Presidência vai pôr em votação o Parecer do Relator.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — Só se for sobre o processo de votação.

Eu gostaria, primeiro, de explicar como será o processo de votação para, em seguida, então, conceder questões de ordem para quaisquer esclarecimentos.

Vai ser posto em votação o Parecer do Relator.

Serão admitidos votos "SIM" ou "NÃO", bem como votos pelas conclusões, com restrições, ou voto em separado, nos termos regimentais.

Há uma única proposição a ser votada, que é o Parecer do Relator.

Quero comunicar ao Plenário que a Mesa recebeu comunicação da substituição do Deputado Fernando Gasparian pelo Deputado Sérgio Spada, como membro da Comissão, ao qual será dado direito de voto.

Pediu V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Exª, com o devido respeito, disse que só há uma proposição. Quero dizer que não. Apresentei um projeto de resolução. Então, vai haver o Parecer do Relator, mas há um outro projeto de resolução que apresentamos para ser votado, sobre o projeto. Pode ser negado pela Comissão, mas há um projeto em mãos de V. Exª. Há dois projetos, aliás. Apresentei, ontem, a V. Exª, dois projetos.

O SR. JAIRO CARNEIRO — Permite-me V. Exª uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — Tem a palavra V. Exª.

O SR. JAIRO CARNEIRO — É exatamente sobre esse mesmo problema.

Eu pergunto: aprovado ou desaprovado — mas vamos considerar aprovado — o Relatório do Senador Severo Gomes, entra em votação, digamos esse projeto de lei aqui, através de emenda do Deputado Irajá Rodrigues?

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — A Mesa esclarecerá todas as questões de ordem, conjuntamente, já que versam sobre o mesmo assunto.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sr. Presidente, e exatamente, para nós nos posicionarmos na questão da votação.

Eu tinha entendido que o primeiro documento apresentado pelo nobre Deputado Oswaldo Lima Filho, era uma espécie de substitutivo ao projeto do Relator.

Neste caso de acordo com as regras regimentais conhecidas, nós discutiríamos se o dispositivo tem ou não prevalência sobre o projeto original, se deveria ser votado primeiro ou votado depois.

Já no caso do projeto do Senador Itamar Franco acho que ele pode ser interpretado como um aditivo. Neste caso, não seria prejudicado, desde que votássemos primeiro o parecer do Relator. Mas relativamente ao outro caso, não. Enquanto me ausentei para outra Comissão e votei, encontrei um acordo de alguns membros da Comissão, parece, no lugar do documento original do Deputado Oswaldo Lima Filho um outro. É este? Estarei certo na interpretação?

Elimina-se o Substitutivo do Deputado, apresentado por uma espécie de acordo que o Deputado Irajá acabou de ler e nós precisaríamos, inclusive, de tê-lo escrito para lê-lo também e, neste caso, então, acho que acompanharia V. Exª.

A votação do parecer do Relator não prejudica o projeto apresentado pelo Senador Itamar, que poderá ser votado em seguida. Mas se houver Substitutivo, eu gostaria de saber qual é a decisão da Presidência?

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — A Presidência esclarece as questões regimentais.

Na verdade, estamos tratando de coisas, eventualmente heterogêneas ou extemporâneas.

O Parecer do Relator concluiu por recomendações, no sentido de que a Comissão elabore Projetos de Lei, Projeto de Resolução ou encaminhe, com recomendações, à Mesa do Congresso, para que adote providências bem como ao Plenário do Congresso em relação a um dos itens.

Alguns dos Srs. Parlamentares estão, na verdade, antecipando os seus votos em separado e especificando, na verdade, Projetos de Lei, ou seja, estão antecipando aquilo que Relator se propõe, no seu Parecer, seja feito no momento imediato. Se nós não concordamos ainda, não votamos ainda, se vamos elaborar um Projeto de Lei sobre uma coisa ou outra, sobre determinado item que, na verdade, implicam em regulamentar dispositivos da Constituição, seja em relação a competências que são privativas do Congresso Nacional, seja em relação a competências que são privativas do Senado Federal, não cabe, já que não foi apresentado Projeto de Lei, substitutivo. Não se caracteriza, regimentalmente, a figura do Substitutivo. Na verdade, estes projetos integrariam votos em separado dos Parlamentares Membros da Comissão que serão considerados, *a posteriori*, na hora em que o Relator apresentar, no caso da aprovação. Por exemplo, no item 1º.

"Que a Comissão encaminha ao Senado Federal projeto de resolução no qual se fixa como condições necessárias etc. e etc."

Aprovada esta conclusão, a Comissão, posteriormente, elaborará uma minuta do Projeto

substitutivo, caberão emendas, adotaremos uma sistemática de tramitação compatível com a elaboração dos projetos de lei.

Neste momento, estamos votando um Parecer que enumera conclusões, mas que não inclui, de logo, textos, anteprojetos, ou minutas de normas legislativas; apenas enuncia quanto à necessidade de elaborá-las.

No caso da aprovação, a Comissão assume o compromisso e o encargo de elaborar referidos anteprojetos. Estou, inclusive assessorado pelo Diretor da Secretaria das Comissões do Senado Federal, que está acompanhando a tramitação da matéria e que estas explicações esclareçam quanto à votação que será feita.

O SR. JAIRO CARNEIRO — Sr. Presidente, peço a palavra para complementar a minha questão de ordem, que não me convenceu com a resposta de V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Repita V. Ex^a, por favor, a questão de ordem.

O SR. JAIRO CARNEIRO — A pergunta é a seguinte: aprovado o Relatório do nobre Senador Severo Gomes, pergunto se imediatamente entra em votação esta proposta de Projeto de Lei que já é complementar, inclusive atendendo o que especifica o inciso III, que a Comissão encaminha a Mesa do Congresso Nacional Projeto de Lei revogando, etc?

Mas eu repasso a minha pergunta. Se aprovado este Relatório, entra em votação esta proposta que já foi lida e já foi encaminhada do Projeto de Lei subscrito pelo Deputado Irajá Rodrigues?

A pergunta específica é esta.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Acolhido o item 3, da proposta do Relator, a Mesa acatará todas as propostas apresentadas, não só do Deputado Irajá Rodrigues, como todas as demais, e as encaminhará ao Relator para que seja feito o seu anteprojeto que virá ao Plenário, será sujeita a emendas, será sujeita à votação. Não se trata e não se caracteriza, regimentalmente, Substitutivo ao Parecer do Relator. O Parecer do Relator será aprovado ou rejeitado.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, V. Ex^a me permite?

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — Sr. presidente eu havia solicitado uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Vou conceder a questão de ordem ao Deputado Irajá Rodrigues e, em seguida, a V. Ex^a

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — Há, Sr. Presidente, desde ontem, apresentado pelo Deputado Oswaldo Lima Filho, um Parecer Substitutivo ao Parecer do Relator.

Por ser Parecer Substitutivo, e há pouco dizia isto o nobre Senador Jarbas Passarinho, ele tem prevalência na votação. Apenas o que acertamos, com o nobre autor do Parecer Substitutivo, é de substituir o Projeto que ele havia incluído no seu Parecer por um novo projeto, já acolhendo, inclusive, a tese do nobre Relator de necessidade de submissão da matéria de nulidade ao Supremo Tribunal Federal.

Insistimos na necessidade de votação do Parecer Substitutivo do Deputado Oswaldo Lima Filho, com este projeto nosso.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco e, em seguida, darei a palavra a V. Ex^a

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, eu entendo que, de acordo com o art. 73 e os Pareceres, o Parecer tem que ser conclusivo. Se V. Ex^a diz que o Relator vai apresentar normas que ainda vai depender de projetos, então não há um Parecer do Relator, porque o Parecer do Relator teria que basear em projetos e que foi distribuído a nós outros são normas, mas que o nobre Relator, o Senador Severo Gomes, pretende transformar em Projetos. Então, o Parecer não é conclusivo.

É a questão de ordem que eu encaminho a V. Ex^a, é o art. 133.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Oswaldo Lima Filho.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Sr. Presidente, devo subscrever a questão de ordem proposta pelo Deputado Irajá Rodrigues e acrescê-la de algumas considerações.

O Parecer Substitutivo que apresentei deve ser considerado, modificado no seu projeto terminativo, conclusivo e, como tal, o projeto de autoria do nobre Deputado Irajá Rodrigues passa a integrar este Parecer, se a Mesa deferir este pedido.

Mas, Sr. Presidente, tenho outra questão a propor. É a seguinte: o Parecer do nobre Relator tem diversos itens, alguns dos quais merecem a aprovação de todos nós. Outros, são objetos de profundas divergências. Assim, Sr. Presidente, o item número 1, creio, merece aprovação integral da Comissão e, até agora, não ouvi qualquer restrição ao proposto no item 1.

Quanto ao item II, ele também constitui, se não estou enganado pela apreciação que eu vi, uma aspiração unânime da Comissão. É uma decorrência, inclusive, da aprovação do projeto do nobre Deputado Irajá Rodrigues. Da mesma forma, o item número 3. Há divergências profundas quanto ao item número 4 que, muitos de nós, não aceitamos. Quanto ao item número 5, ele, também, é de aceitação unânime da Comissão. Por isto sugeri a V. Ex^a que promova a votação dos itens constantes das conclusões do Parecer do Relator, um a um, para que a Comissão possa deliberar ou favoravelmente ou contrariamente a esses itens, porque alguns merecem apoio unânime da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — A Mesa vai decidir as questões de ordem.

O SR. JAIRO CARNEIRO — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Pois não!

Concedo a palavra ao Deputado Jairo Carneiro e, em seguida, ao Senador Wilson Martins.

O SR. JAIRO CARNEIRO — Eu tenho uma questão prévia que devo suscitar.

A partir do entendimento, com base no disposto no art. 26, e com o maior respeito e apreço ao nobre Relator e aos eminentes Membros desta Comissão, a partir do entendimento de que o trabalho de investigação e de apuração, de irregularidades não se completou, seguindo a exigência desta prescrição da Constituição.

Eu considero, no exercício do poder fiscalizador do Congresso Nacional, do controle externo sobre os atos e fatos da administração, é que inafastável a participação do Tribunal de Contas, ex vi do art. 71, e que aqui se confirma nesta Disposição Transitória do art. 26.

É inafastável na apuração, na investigação dos atos e fatos, nomeados no art. 26, o exame pericial com a participação, indissociada do Tribunal de Contas, como reza a disposição constitucional.

Eu considero que o trabalho brilhante elaborado pelo nobre Relator, que já está nesta fase tão adiantada de apreciação, possa sofrer sério desgaste numa demanda judicial, porque estamos constatando irregularidades, considerando-as apuradas, sem a contribuição imperativa nos termos constitucionais do Tribunal de Contas da União.

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — Para contestar a questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — Certamente o nobre Deputado, porque não esteve presente às reuniões anteriores, não sabe que a decisão tomada foi no sentido de emissão deste Parecer prévio, enfocando apenas os aspectos jurídico-constitucionais, para dar seguimento ao trabalho de apuração pericial, inclusive com o auxílio do Tribunal de Contas, tão logo se aprove este Relatório preliminar, apenas sobre as questões de Direito. No que se refere aos aspectos contábeis e demais passíveis de verificação através de auditoria, sem dúvida nenhuma, aqui estará conosco o Tribunal de Contas.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Sr. Presidente, permite-me contradiatar?

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Um momento. Não há contradição da contradição.

Concedo a palavra ao nobre Senador Wilson Martins.

O SR. WILSON MARTINS — Sr. Presidente, a mim me parece que o Parecer do eminente Relator atende, satisfatoriamente, os anseios da Comissão, desde que complementado pelas medidas propostas pelo ilustre Deputado Irajá Rodrigues.

Creio que a Comissão poderia tomar duas decisões e não vejo incompatibilidade entre

ambas. E, neste sentido, faço consulta a V. Ex^a.

Parece-me que é perfeitamente pertinente, é desejo e aspiração da Comissão que o assunto seja submetido ao Supremo Tribunal Federal, como propõe o ilustre Relator.

De outra parte, me parece uma medida complementar, também de aspiração comum, pelo menos da maioria, segundo supenho, da Comissão, e isso se verá, adotar-se a suspensão do pagamento da dívida externa. Nesse sentido, eu pergunto a V. Ex^a se há contradição, ou se há complementação de medidas. Eu não vejo contradição entre a proposta do Relator e a proposta do ilustre Deputado Irajá Rodrigues, me parece uma complementação apenas.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Sr. Presidente, para complementar a consulta do eminente Senador, eu gostaria de sugerir a seguinte consulta: que esta Comissão aprovasse as conclusões do Relator com a seguinte pequenina emenda, mas que me parece essencial para a parte operacional.

Isso posto, propomos a aprovação de Projeto de Resolução Legislativa propondo: que se fixem as condições necessárias, etc.

Aí, os vários itens, ao invés de enumerados vão ser letras: ao invés de 1, 2, 3 e etc, serão a, b, c. Aproveem-se essas proposições e, no final, se acrescenta um item 2, que encaminhe à Mesa do Congresso Nacional o seguinte Projeto de Lei. E aí entra o Projeto de Lei do Irajá Rodrigues.

São duas coisas diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) — A Mesa vai decidir as questões de ordem.

O Regimento do Senado Federal, tanto no que diz respeito às Comissões, como no particular, das Comissões de Inquérito a que nossa Comissão se identifica, é muito claro, e nós já estamos trabalhando com o Regimento novo, ou seja, aprovado depois da nova Constituição Federal.

"Lido o Relatório, desde que a maioria se manifeste de acordo com o Relator, passará ele a constituir Parecer."

O art. 128 diz o seguinte:

"Vencido o Relator, o Presidente da Comissão designará um dos membros em maioria para sucedê-lo, exceto se o fato ocorrer apenas em relação à parte da proposição ou emenda, quando permanecerá o mesmo Relator, consignando-se o vencido pormenorizadamente no parecer."

O art. 150, § 2º, diz o seguinte:

"Sendo diversos os fatos objetos do inquérito, a Comissão dirá, em separado, sobre cada um, podendo fazê-lo antes mesmo do fim da investigação dos demais."

É com base nesses dispositivos que nós vamos trabalhar.

O SR. — Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornelas) — A Presidência está com a palavra, perdão!

Eu dou a palavra a todo mundo, mas a Presidência quer falar em toda a plenitude de seu poder.

A Presidência vai pôr em votação, um Relatório que é parcial. A Comissão não se dissolve em seguida. Não existe, do ponto de vista regimental, e não cabe à Presidência, queimar etapas, nenhum substitutivo.

Na verdade, as propostas que tivemos, tanto do Senador Itamar Franco quanto do Deputado Oswaldo Lima Filho, foram apresentadas num momento de discussão. Elas serão formalizadas a partir da manifestação do voto. Por enquanto elas só existiriam se houvessem sido incorporadas pelo Relator ao seu Relatório, o que não ocorreu.

Eu tenho a impressão de que nós estamos precipitando os acontecimentos no seguinte: aprovado que a Comissão elaborará projeto de lei; aprovado que a Comissão elaborará um projeto de regimento; vai se abrir um processo de elaboração legislativa.

A Presidência não pode acolher um projeto, neste momento, como aditamento ao parecer, sem abrir prazo de emenda, sem tramitar do ponto de vista da sistemática regimental, e sem que o Relator o tenha acolhido.

Dessa forma, eu tendo a entender que vamos votar as condições, o Parecer do Relator com suas conclusões, cada Parlamentar, Membro da Comissão, tem o direito de votar em separado, de votar com restrições, de votar pelas conclusões ou de votar contrariamente, *in totum* e, neste caso, especificará, no momento da votação, quais os itens de que discorda ou que aditamentos apresentará.

Eu quero me referir, especificamente, vou me permitir fazer essa esclarecimento mais, por exemplo, em relação ao item 3, que a conclusão do Relator diz o seguinte:

"Que a Comissão encaminhe à Mesa do Congresso Nacional projeto de lei, revogando o Decreto-Lei nº 1.312/74 e legislação correlata."

O que quer isso dizer? Que aprovado esse dispositivo, a Comissão vai elaborar projeto de lei. Então, nós vamos ter uma tramitação igual a todas as outras Comissões permanentes da Casa: o relator apresentará o seu anteprojeto, no qual ele já considerará necessariamente as sugestões e contribuições ora apresentadas pelos diversos membros da Comissão, nós vamos abrir prazos para emendas, para substitutivos, etc.

Isso implicaria, ao aprovarmos esse dispositivo, que a Comissão pode fazer leis, projeto de lei onde se incluía, tanto nos termos do art. 46, inciso II da Constituição, que defere ao Congresso Nacional competência para legislar especificamente sobre operações de crédito, dívida pública quanto, também, no que diz respeito ao sistema financeiro, onde lei complementar permite, salvo engano, no art. 163, sobre Dívida Pública Externa e Interna, incluídas das autarquias as fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público.

Dessa forma, na medida em que a Comissão aprove essa conclusão, abre-se um leque imenso para vários projetos de lei, para vários projetos de resolução que venham a se inserir dentro do contexto daquilo que tem sido uma reclamação da sociedade em relação ao Poder Legislativo, a regulamentação da nova Carta constitucional.

Lembro aos Srs. Membros que aqui mesmo neste plenário, nós discutimos por várias vezes, durante os debates, durante os depoimentos, que simultaneamente ao funcionamento desta Comissão, o Senado Federal aprovou várias autorizações para operações de créditos externos. Aprovou, inclusive, autorização para assinatura de contratos com o Clube de Paris, para citar apenas um exemplo de acordos internacionais e que, simultaneamente, os trabalhos desta Comissão estavam se dando. Até hoje não foi, ainda, regulamentado esse dispositivo. É especificamente o que está no item 1 das conclusões do Relator que a Comissão, em face do conhecimento que acumulou, em vista dos diversos depoimentos que ouviu, preparasse um projeto de resolução no qual, sugere o Relator, que sejam escoimadas aquelas cláusulas que aqui foram várias vezes chamadas de leoninas, nas questões da negociação da dívida externa.

Essas são as esclarecimentos que a Presidência julga conveniente dar na ocasião de iniciar a votação.

Tem a palavra V. Ex^a

O SR. HERMES ZANETTI — É testemunha V. Ex^a, e toda esta Comissão, do esforço que nós sempre fizemos no sentido de buscar a unidade da Comissão e vou fazer um esforço derradeiro, neste momento.

Pareceu-me sábia a observação feita pelo eminente Senador Wilson Martins.

Crio que o eminente Senador Wilson Martins está apontando para um caminho possível de resolver o assunto, de forma harmônica, dentro da Comissão e vou fazer um esforço concreto de fazer isso.

Eu pediria permissão V. Ex^a, compreensão no sentido de consultarmos o eminente Relator se concorda, porque se ele concordar, Sr. Presidente, entendo eu que estaria satisfeita a exigência regimental: que V. Ex^a coloca, e coloca com razão, e também estaria satisfeita a forma pela qual a Comissão poderia decidir num processo harmônico.

Esse é o encaminhamento sobre o processo de votação que gostaria de fazer a V. Ex^a

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — A minha questão de ordem é o seguinte, Sr. Presidente: do que entendi da explicação oferecida por V. Ex^a, parece que, aprovado o Parecer do ilustre Relator não seriam submetidas à aprovação as demais proposições, como aquelas do ilustre Senador Itamar Franco e aquela do Deputado Irajá Rodrigues.

Indago a V. Ex^a: 1º) Se é possível conceder a preferência ou destaque para votação do projeto de autoria do nobre Deputado Irajá Rodrigues, que nós incorporamos ao nosso Substitutivo.

Essa é a primeira indagação.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Não há substitutivo no caso. Agora, nada impede que V. Exª, ao pronunciar o seu voto, indique na direção...

O SR. DEPUTADO OSWALDO LIMA FILHO — Eu pergunto a V. Exª expressamente: toda a Comissão conhece o projeto de autoria do Deputado Irajá Rodrigues. Indago a V. Exª se pode ser concedido destaque para que, ou antes ou depois da votação sobre o parecer do Relator, seja votado o referido projeto?

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Eu voltaria à questão de ordem levantada pelo Deputado Hermes Zanetti para consultar o Relator se ele incorpora ao seu parecer a proposta.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Sr. Presidente, creio que a simples observação de todos os argumentos que aqui coloquei, no passado e hoje, que eles colidem com essa sugestão da suspensão dos pagamentos, até a decisão do Supremo Tribunal Federal, que venha a decretar amanhã a sua nulidade.

O SR. HERMES ZANETTI — Sr. Relator, permite V. Exª, no sentido de cooperar para que possamos elucidar adequadamente o ponto.

Na minha questão de ordem, não está incluído o mérito da questão. Eu entendo que V. Exª, eventualmente, pode manter e eventualmente votar contrariamente à proposta. O que a minha questão de ordem leva em conta é a possibilidade de que V. Exª admita que, ao apreciar os diferentes pontos do Relatório, se vote, num momento específico, o projeto, eu diria até, como destaque, o projeto proposto pelo Deputado Irajá Rodrigues.

Isso viabiliza, Sr. Relator, a possibilidade de equacionar esse impasse, porque estou entendendo que V. Exª não concorda, no mérito. Estou buscando que a Comissão tenha oportunidade de resolver o problema pelo voto.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — O Relator concluiu o seu comentário? Aí a questão passa a ser regimental.

Vejam os Srs. Membros o seguinte: não pode a Presidência dar-se ao luxo de eivar de vícios a decisão que esta Comissão venha a tomar e seja ela questionada em plenário.

Então, é preciso que cumpramos o Regimento, que sigamos claramente, para que, depois, não se tenha uma conclusão que venha a ser derrubada até por injuridicidade, sem sequer consideração de mérito no plenário.

Não cabe destaque, nós vamos votar o parecer, as conclusões do Relator. Aprovada a conclusão do Relator, a Presidência encaminhará ao Relator todas as sugestões apresentadas, em forma de textos legais, para que ele elabore, então, o anteprojeto que será trazido a plenário e todos nós voltaremos a discutir o assunto.

Vejam bem, trata-se de não decidir agora essa questão e decidir mais adiante, salvo se o Relator for vencido. Aí é outro departamento, começa outra história.

O SR. DEPUTADO IRAJÁ RODRIGUES — Sr. Presidente, eu gostaria, então, de encaminhar um pedido de preferência para votação.

Eu proponho que haja a preferência na votação desse projeto de lei que seja feita a votação, preferentemente, ou seja, antes da votação do parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — A Mesa sente-se constrangida em indeferir o pedido de preferência de V. Exª.

O Regimento é claro. Temos que votar o parecer do Relator, para isso há um Relator.

O SR. LEITE CHAVES — Sr. Presidente, V. Exª me permite uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Pois não.

Concedo a palavra a V. Exª para uma questão de ordem.

O SR. LEITE CHAVES — Sr. Presidente, a minha questão de ordem é relativa à conclusão final.

Parece que, a despeito de todo o zelo da Comissão e do ilustre Relator, aqui estaríamos incidindo em uma impossibilidade legal. É quando se manda que os contratos sejam nulificados perante o Supremo Tribunal Federal.

Sabem V. Exªs que todos esses contratos têm um foro de eleição, e esse foro é fora do Brasil.

Ainda que pelo Executivo fosse proposta a nulificação de um desses contratos, o próprio Supremo, liminarmente, se daria por incompetente para apreciar a matéria.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Não. Essa é uma interpretação pessoal de V. Exª que muitos não aceitam. Eu mesmo não aceito.

O SR. LEITE CHAVES — Estou expondo o meu pensamento, não estou lhe dando o pensamento da Comissão.

Por outro lado, Sr. Presidente, acho que esta Comissão deve concluir por um projeto exequível.

Creio que esse projeto do Deputado Irajá Rodrigues seria de grande eficácia para a Comissão. Mas ele, também, incide na questão do Supremo Tribunal Federal e nós, então, voltaríamos a cair na mesma situação.

Eu encaminhei ao ilustre Relator — e lamentei que S. Exª não tivesse tempo de tomar conhecimento — um documento com projeto que está em tramitação nesta Casa, e que, talvez, fosse o mais pertinente para ser aceito por esta Comissão.

Encaminhei ao Senador Severo Gomes uma carta muito sintética nos seguintes termos:

"Senador Severo Gomes, é V. Exª o Relator da Comissão mais importante em andamento no Congresso — Dívida Externa. Por isso, tomo a liberdade de lhe encaminhar meu Projeto 33/89 que suspende o seu pagamento por 10 anos com mais 10 anos para a sua liquidação."

Está em andamento e já recebeu parecer favorável da Comissão de Justiça.

Embora sejam políticos os seus pressupostos, as razões são de natureza jurídica.

O primeiro fundamento é a força maior, eis que ninguém está obrigado ao impossível; a impossibilidade é causa de alteração ou de resolução dos contratos.

O segundo elemento diz respeito ao arbítrio contratual. Quando uma das cláusulas pode ser manipulada por uma das partes apenas, a nulidade é perfeitamente invocável.

Não descansa V. Exª que os juros da dívida externa estão sujeitos aos percentuais da libor e da *prime rate*. Essas taxas oscilam de acordo com as conveniências dos credores.

A terceira e última de natureza constitucional. Tem o seu fulcro no art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, isto é, o mesmo dispositivo que determinou a formação da Comissão da qual V. Exª é o Relator.

Ora, se aquele artigo, em seu § 2º, admite a irregularidade da dívida, permitindo mesmo a declaração de sua nulidade e sujeitando aos seus responsáveis à punição judicial, como então pagar os juros de dívida por tal forma sujeita?

Além do projeto, mando-lhe o artigo sobre a moratória legal, publicado no *Journal de Brasília* de 17-3-89."

Não sei se S. Exª teve tempo de verificar. Mas é um projeto exequível e acho que esta Comissão poderia até optar por ele, mesmo porque V. Exª fez uma observação que até me caberia uma consideração.

Esta Comissão não pode continuar *ad infinitum*. Terminado o seu trabalho, ela não tem que continuar. Ela foi constituída para fazer um levantamento contábil da dívida e terminar por uma conclusão, que seria o projeto legal, e não encaminhar para o Supremo situações que deixavam a Corte em estado de perplexidade.

Nem o Executivo tem condições de encaminhar coisa nenhuma ao Supremo, e nem ele seria o foro competente.

Então, qualquer decisão é legal; a Casa mesmo vai ter que dar a solução.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — A Presidência agradece a contribuição de V. Exª que ouviu em atenção a S. Exª ilustre Senador, mas só pode considerar, neste momento, questões de ordem sobre o processo de votação.

O Sr. Irajá Rodrigues — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem sobre o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — A Presidência esclarece que a não consideração, neste momento, o a não votação da proposta do Deputado Irajá Rodrigues, não prejudica a proposição. Ela virá a ser considerada no momento seguinte, quando se discutir a elaboração da regulamentação da Constituição.

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — Já se discutiu essa questão aqui, a Comissão tem prazo constitucional até o dia 5 de outubro.

Reitero que estamos, neste momento, votando um relatório parcial. Pelo amor de Deus! Somos todos homens responsáveis, homens experientes, não podemos querer ganhar no grito, temos que cumprir o Regimento.

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — Concedo a V. Exª a palavra para uma questão de ordem.

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — Sr. Presidente, ao ler, assessorado pela nobre Assessora do Senado V. Exª admitiu a possibilidade de votação do Relatório com adendos.

Houve um adendo apresentado pelo nosso

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — Se o Relator aceitasse incluir no seu texto.

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — Não, isso o Regimento não diz. Os adendos são apresentados e eu acho que não há a necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — V. Exª poderia citar o artigo em que se fundamenta?

A partir de agora vou querer que as questões de ordem estejam fundamentadas.

O ônus da prova vai ser de quem levanta a questão e não da Presidência.

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — Sr. Presidente, colocadas as coisas nestes termos, de vez que não temos em mãos o Regimento, pediria que fosse feito xerox do texto e o mesmo fosse distribuídos a todos os membros da Comissão para que pudéssemos dialogar. Em um exemplar ou então um exemplar para cada um de nós.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — Lamentavelmente, esta não é uma função da Presidência.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — O Senador Jarbas Passarinho pediu a palavra para uma questão de ordem.

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — V. Exª, Sr. Presidente, interrompeu a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — V. Exª não havia concluído ainda?

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — Não!

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — Solicito, então a V. Exª que conclua.

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — Eu pediria, então, que V. Exª me dissesse, na resposta à minha questão de ordem, com base em

que artigo, e lesse o texto, por favor, é impossível fazer a votação do relatório com adendos

Parece-me que a forma mais lógica de resolver o impasse seria cada um dar o voto a favor com o adendo do Senador Pompeu de Sousa.

Estou apenas tentando colaborar. Pode, não pode? Pode. Então, está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — Acho que é necessário e saudável colaborar. Senador Jarbas Passarinho, V. Exª tem a palavra.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sr. Presidente, tinha até feito um gesto aqui no microfone, antes do Deputado Irajá, mas era mais no sentido de tentar fazer com que não houvesse aqui um clima de impasse, a que S. Exª se referiu.

Eu pediria a V. Exª, primeiro, um esclarecimento que me parece que está até agora mantido.

O parecer do Relator, há um relatório e um parecer, ele faz um relatório e depois dá um parecer. Vamos votar, evidentemente, o conjunto, votando o parecer do Relator.

O Parecer do Relator, nos termos regimentais, pode ser aprovado, pode ser aprovado em parte e pode ser recusado.

Se ele for recusado, evidentemente será por uma maioria que o recuse e, então, a Presidência indica o Relator de vencido e este trará um novo relatório e um novo parecer. Dependará da votação.

Se ele for, em parte, é evidente que neste caso a Mesa levará em consideração a maioria que, em parte, não aceitou um dos pontos, por exemplo, das conclusões do Relator.

Então, teríamos aí a oportunidade de, neste caso, apresentar sucedâneos. Seriam aditivos, normalmente posteriores.

No caso, votaremos, de acordo com as declarações de V. Exª, o parecer do Relator. Diante da votação, do que decorrer da votação, naturalmente haverá oportunidade das intervenções posteriores.

O que eu peço a V. Exª é que evite, apenas, aquele trabalho de boca de urna.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — Consulto o Deputado Jairo Carneiro se mantém o pleito da sua questão de ordem.

O SR. JAIRO CARNEIRO — Apenas para compreender que V. Exª decidiu que o Relatório parcial já conclui pela constatação de irregularidades. Eu entendi isso da manifestação de V. Exª

Gostaria, então, de fazer consignar a minha discordância contra esta decisão por aquele entendimento que já manifestei. Esta seria uma decisão do relatório final: constatação, apuração de irregularidades é uma decisão, ou uma das decisões do Relatório final e do parecer final e decisão final desta Comissão.

Peço para consignar isso porque considero que, juridicamente, isto tem um significado para a minha convicção pessoal pelo menos.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — Constará dos Anais.

Srs. Membros da Comissão, a Mesa trabalha com o Regimento.

O Regimento reza, no seu art. 131, o seguinte:

“Art. 131. O relatório deverá ser oferecido por escrito.”

O Relator o fez.

“Art. 132. Lido o relatório — o que já ocorreu — desde que a maioria se manifeste de acordo com o Relator, passará ele a constituir Parecer.”

Vou ao art. 128:

“Art. 128. Vencido o Relator, o Presidente da Comissão designará um dos membros, em maioria, para suceder-lhe, exceto se o fato ocorrer apenas em relação à parte da proposição ou emenda quando permanecerá o mesmo Relator, consignando-se o vencido pormenorizadamente no Parecer.”

De outro lado, esclareço,

“Vencido o Relator — releio —, o Presidente da Comissão designará um dos membros, em maioria, para suceder-lhe, exceto se o fato ocorrer apenas em relação a parte da proposição ou emenda” — no caso de se estar analisando projeto de lei, o parecer do Relator não contém projeto de lei — “quando permanecerá o mesmo Relator, consignando-se o vencido, pormenorizadamente, no Parecer.”

Eu relembro aos Srs. Membros da Comissão que não foi a Presidência, foi o Plenário quem decidiu que a Comissão examinaria, por partes, o problema que tem como objeto de estudo, como objeto de trabalho.

Estamos, neste momento, examinando um primeiro Relatório parcial do Relator ao qual se seguirão outros, relativo à questão da constitucionalidade e legalidade dos acordos da dívida externa brasileira.

O Relator concluiu, em seu Parecer, em face da análise das cláusulas de renúncia de foro, de juros flutuantes e outras, que já existiriam caracterizadas ilegalidades ou inconstitucionalidades em relação a esses dispositivos.

São esses dispositivos — esclareço ao Deputado Jairo Carneiro — que o Relator está pedindo ao Congresso Nacional que interceda junto ao Supremo Tribunal Federal, faça uma representação junto ao Supremo para discutir, por exemplo, a questão de foro e outras tantas.

As questões econômicas, as questões financeiras derivadas da perícia serão encaminhadas junto com a análise da segunda etapa dos trabalhos.

Convido a funcionar como escrutinador o Deputado Luiz Salomão.

O SR. HERMES ZANETI — Sr. Presidente, quero merecer a atenção de V. Exª para um assunto relevante.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — Pois não, tem a palavra V. Exª

O SR. HERMES ZANETI — É sobre o processo de votação como determina o Regimento.

Nós estamos habituados, nas votações de plenário — confesso a V. Ex.^a, Sr. Presidente, que não vivi essa experiência em Comissão; vivi nas Comissões da Constituinte e vivi no plenário — é a experiência da votação com o destaque para a votação em separado. É uma praxe legislativa.

Eu posso concordar com grande parte do Relatório e posso querer votar em separado um determinado ponto.

Consulto V. Ex.^a se posso requerer destaque para votação, em separado, de parte do Relatório?

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — V. Ex.^a está querendo aplicar às conclusões um procedimento de projeto de lei.

V. Ex.^a não vai ter destaque, mas V. Ex.^a vai ter direito de votar, de manifestar a sua discordância com o dispositivo. E assim todos os Membros da Comissão poderão fazê-lo.

V. Ex.^a foi ilustre Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que examinou a aplicação da Emenda Calmon.

O escrutinador vai tomar nota de todos os itens, todos os votos com os detalhes.

No caso de a maioria derrubar um item do Parecer, isto estará sendo anotado pelo escrutinador.

De maneira que, não sei qual é o item ao qual V. Ex.^a está se referindo

Com a palavra o nobre Senador José Fogaça, para uma questão de ordem.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Sr. Presidente, não podemos votar, simplesmente, em separado para efeito de supressão, porque o resultado seria cair o Inciso III, e ficarmos sem absolutamente nada no lugar. Portanto, não há emenda aditiva no caso de parecer de relatório que não incida sobre projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — O Senador José Fogaça acaba de trazer uma contribuição muito importante na sua questão de ordem. É que o destaque para votação em separado suprimiria do texto das conclusões, mas deixaria uma lacuna: reduz o item nas conclusões do Relator.

Alerto o Plenário para o seguinte: o fato de não votarmos um projeto, neste momento, não significa que ele não venha a ser considerado ato contínuo, na sequência normal dos trabalhos da Comissão. A legislação a que se refere o item III, das conclusões do parecer, pode vir a ser a proposta do Deputado Irajá Rodrigues, que teimo em promover a Senador hoje. Assim, isso será votado depois, logo em seguida aos trabalhos.

Daremos uma tramitação semelhante à de projetos de lei, que é a que os Srs. Membros querem, com direitos a emendas, a destaques, a substitutivos.

O SR. JAIRO CARNEIRO — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, agora com o Regimento em mãos.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — Concedo a palavra ao Deputado Jairo Car-

neiro, para uma questão de ordem. Em seguida concedo a palavra a V. Ex.^a

O SR. JAIRO CARNEIRO — Sr. Presidente, eu gostaria de ter uma orientação de V. Ex.^a, porque tenho aqui, na votação do mérito da matéria, a arguição de duas inconstitucionalidades nas proposições conclusivas. Eu gostaria de saber se devo logo apresentar a arguição das duas inconstitucionalidades que entendendo existirem em dois itens da proposição. Devo fazê-lo de logo?

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — Encerrada a discussão, V. Ex.^a só poderá fazê-lo na hora em que pronunciar o seu voto, como declaração de voto.

O SR. JAIRO CARNEIRO — Não caberia como matéria preliminar, sendo matéria inconstitucional?

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — Infelizmente, passou-se o prazo regimental. Tem a palavra o Deputado Irajá Rodrigues.

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — Sr. Presidente, agora bem instrumentalizado pela Mesa, eu me permitiria ler, antes de mais nada, o art. 128, que diz:

"Vencido o relator, o Presidente da Comissão designará um dos membros, em maioria, para suceder-lhe, exceto se o fato ocorrer apenas em relação a parte da proposição ou emenda, quando permanecerá o mesmo relator, consignando-se o vencido, pormenorizadamente, no parecer."

Veja V. Ex.^a, então, que existe uma proposta de emenda. Se se menciona emenda, é porque ela é permitida.

O nobre Senador Pompeu de Sousa apresentou uma emenda, colocando apenas no item III mais o seguinte...

O SR. POMPEU DE SOUSA — ...que a Comissão encaminhe à Mesa do Congresso Nacional projeto de lei revogando o Decreto-Lei nº 1.312/74 e legislação correlata, inclusive o Projeto de Lei do Deputado Irajá Rodrigues, em anexo.

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — Veja V. Ex.^a na verdade, existe uma emenda substitutiva ao item III. Se aprovamos o Relatório e rejeitarmos o item III, quer dizer, se os votos forem dados, com aprovação do Relatório, rejeitando o item III, V. Ex.^a terá de pedir ao Relator que incorpore a proposta do Senador Pompeu de Sousa. É isto?

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — O que V. Ex.^a quer é que a Mesa antecipe o resultado da votação. Não posso fazê-lo! Eu só posso...

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — Não, não quero.

O SR. PRESIDNETE (Waldeck Ornêlas) — ...saber se o Relator é vencido em parte do seu Relatório depois da votação. Por isto é que digo: a Presidência leu esse artigo três vezes hoje. Só sei se o Relator for vencido em parte ou do todo depois da votação. Já

esclareci: cada um, ao votar, pode manifestar o seu voto em separado, com restrições ou pelas conclusões.

O SR. IRAJÁ RODRIGUES — Pergunto: como se trata de emendas, V. Ex.^a não pode receber essa manifestação do Senador Pompeu de Sousa como emenda?

O SR. PRESIDNETE (Waldeck Ornêlas) — Não posso aceitar *a priori*, porque o Regimento obriga-me a pôr em votação o parecer do Relator. Entretanto, cada um dos membros da Comissão pode votar contra o Relator em um determinado item.

O SR. HERMES ZANETI — Sr. Presidente, pela ordem. É sobre o processo de votação, e compreendo que equacionamos o problema. Eu pediria a atenção...

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — V. Ex.^a não vai orientar a votação! Eu pediria a V. Ex.^a que orientasse a votação fora do microfone.

O SR. HERMES ZANETI — V. Ex.^a não sabe o que vou dizer, Sr. Presidente. V. Ex.^a me concedeu a palavra...

O SR. PRESIDNETE (Waldeck Ornêlas) — Concedo questão de ordem, apenas sobre processo de votação.

O SR. HERMES ZANETI — É sobre o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — Concedo a palavra a V. Ex.^a

O SR. HERMES ZANETI — É também com a intenção de cooperar com a Mesa, Sr. Presidente, pode ter certeza disto.

Eu gostaria apenas de pedir a atenção dos meus nobres Pares, porque entendo que equacionamos o problema.

Nos termos do regimento, diz-se que no momento da votação — e consulto a Presidência, que se socorrerá da assessoria neste sentido — posso dizer que aprovo o Relatório com exceção do item III, para o qual aprovo a redação da proposta do Senador Pompeu de Sousa.

Consulto a Mesa se o voto poderá ser assim. Se puder, estará resolvido o problema.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — É evidente que pode ser assim! V. Ex.^a é livre para votar contrariamente a qualquer parte do Regimento.

O SR. HERMES ZANETI — Existe? A emenda já foi apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornêlas) — Não é uma emenda! Vamos entender isto! V. Ex.^a, ao votar, vai discordar do item...

O SR. HERMES ZANETI — Volto a insistir: antes de fazer essa intervenção me socorri das informações da assessoria, que está aqui. Quero que o Sr. Presidente também se oriente com a assessoria aqui presente, que é técnica em Regimento, para saber se posso rejeitar o item III e aprovar, em seu lugar, a redação da proposta do Senador Pompeu de Sousa.

Obtive a informação da assessoria de que isto é possível. Quero saber da Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — V. Ex.^a pode fazê-lo. V. Ex.^a estará manifestando um voto em separado. É regimental! Se todos votarem, o Relator será vencido!

O SR. HERMES ZANETI — E será incorporado ao texto. Logo, é possível fazer o procedimento que estou sugerindo.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — O que não pode é a Mesa aceitar emenda nem incluir emenda ao parecer do Relator.

Tem a palavra o nobre Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO — Sr. Presidente, como V. Ex.^a me concedeu a honra de ser o escrutinador dessa votação... Deputado Hermes Zaneti, peço a sua atenção... Para traduzir com fidelidade a vontade da Comissão, pretendo orientar o escrutínio da votação, anotando as declarações de votos e expressando, aqui na folha de votação, as alternativas propostas pelos nobres Parlamentares.

Parece-me que, em decorrência do resultado, o Relator não terá outra alternativa senão expressar no Relatório aprovado a vontade da maioria da Comissão. Então, não haverá problema, desde que o escrutinador anotar as declarações de voto e o que elas representam. Está bem assim, Deputado?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, sobre este assunto eu gostaria de pedir a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Concedo a palavra ao nobre par.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Está aí uma ação preventiva. Estou ouvindo se falar muito em declaração de voto. Entendo que a questão é o voto. Vota-se assim: ponto final, declaração de voto, faça como estou fazendo, encaminhando por escrito para constar dos Anais, porque não há declaração de voto por mais tempo, etc.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sr. Presidente, eu não gostaria de contribuir para de longas, mas, diante da questão levantada pelo Deputado Luiz Salomão, preciso de esclarecimentos de V. Ex.^a e S. Ex.^a. Vamos votar — e isto foi proposto antes e parece-me que V. Ex.^a não acolheu — que pudéssemos votar parte por parte o parecer. Quer dizer, transformar o parecer em cada uma das conclusões. Ora, se nesse momento, evidentemente, a maioria rejeitar uma dessas partes, ela enseja a oportunidade de um sucedâneo. Mas, se tomarmos apenas a informação — como fará o Deputado Luiz Salomão — cada um que se manifestou favoravelmente ao art. 3º terá que dizer claramente se o aprova ou se o rejeita, para que haja o resultado final, a fim de que o Relator tenha sido vencido ou vencedor; e não apenas por declaração de voto, como parece que V. Ex.^a sugeriu.

A declaração de votos, é como disse o Senador Jutahy, também tenho a minha, mas, por exemplo, se eu votar com restrição, esse voto

é favorável. Entretanto, posso dar uma declaração de voto para dizer as razões da minha restrição. Mas, no caso, se votarmos parte por parte, V. Ex.^a terá aprovação total ou parcial, ou rejeição total do parecer.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — A Mesa vai pôr em votação, por itens, o parecer do Relator, para evitar que surjam problemas na contabilização dos votos.

Em votação o item I das conclusões do Relator. (Pausa.)

Vou ler o texto que será votado:

"Isto posto, propomos:

Item I: que a Comissão encaminhe ao Senado Federal projeto de resolução, no qual se fixe como condições necessárias para aprovação de operações de crédito externo, art. 52, VII, da Constituição, a) a escolha de um foro neutro para o julgamento de questões relativas aos contratos; b) a indicação de árbitros neutros e c) a inexistência de cláusulas de favorecimento de uma das partes sem a devida compensação."

Vou proceder à chamada.
(Procede-se à votação)

O SR. LUIZ SALOMÃO — Sim, 14; Não, 3.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — V. Ex.^a deve especificar os votos com restrições.

O SR. LUIZ SALOMÃO — Dois votos "sim", com restrição; e três votos "não", com declaração de voto

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Está aprovado o item I do parecer do Relator. Item 2 do parecer do Relator.

Isto posto, propomos:

"2 — Que a Mesa do Congresso Nacional promova as medidas necessárias junto ao Supremo Tribunal Federal para a decretação da nulidade dos acordos relativos à dívida externa que não observaram o mandamento constitucional do *referendum* do Poder Legislativo."

Procede-se à chamada.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Solicito ao nobre Deputado Luiz Salomão que totalize os votos.

O SR. GASTONE RIGHI — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao nobre Deputado Gastone Righi.

O SR. GASTONE RIGHI — Sr. Presidente, recebi uma notificação de uma reunião que se realizará no próximo dia 15 de setembro. Em seguida, recebi uma outra notificação de V. Ex.^a do adiamento da presente reunião do dia 15 para o dia 17 de setembro vindouro. Não recebi nenhuma comunicação desta reunião de hoje.

Desejaria um esclarecimento da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — A Comissão tem-se reunido às terças, quartas e quintas-feiras.

Fizemos, ontem, terça-feira, uma reunião, onde foi discutido o Parecer do Relator. Foi aprovado, ao final, um requerimento de suspensão, que prosseguirá na reunião de hoje.

Foi protocolado pela Secretaria a entrega das convocações dos esclarecimentos. Aliás, pedi que fossem feitas essas comunicações, inclusive, encaminhei um telegrama de minha autoria a cada um dos membros da Comissão. É possível que V. Ex.^a, com o acúmulo das funções de Líder, não tenha tomado conhecimento da existência do citado telegrama.

Solicitaria que a Secretaria, depois, levasse ao conhecimento do Deputado Gastone Righi, se foi protocolado em seu gabinete.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento sobre o procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Concedo a palavra a V. Ex.^a

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Sr. Presidente, estamos, agora, exatamente no item que é objeto da controvérsia interna na Comissão.

A indagação que faço a V. Ex.^a é sobre o procedimento no ato de votação. Entendo que o Relatório do Senador Severo Gomes é extraordinariamente correto, ou seja, ele *in totum* é o fiel espelho daquilo que pensa, sente e propõe a Comissão.

No entanto, há um conjunto de Parlamentares que querem ver aditado a esse parecer o Projeto de Lei do Deputado Irajá Rodrigues sem o seu art. 3º, ou seja, apenas os artigos 1º e 2º.

"Art. 1º Suspendendo o pagamento do principal, juros e demais acessórios da dívida externa da República Federativa do Brasil até que o Supremo Tribunal Federal decida sobre a constitucionalidade dos contratos relativos aos mencionados débitos

Art. 2º Para a retomada do pagamento previsto no artigo anterior serão exigidos novos contratos a serem submetidos ao Congresso Nacional com exclusão de cláusulas atentatória à soberania nacional."

— Mantém-se o art. 4º

"Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

Para que este aditamento seja feito, qual é o procedimento que devem adotar os Membros da Comissão que assim pensam? Ou seja, deve-se votar "sim" ao texto, com o aditamento proposto pelo Senador Pompeu de Sousa; ou "não", propondo, então, um novo texto de acordo com a proposta do Senador Pompeu de Sousa?

"Sim", com aditamento, ou "não", apoian-do a nova proposta

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Tão logo seja proclamado o resultado da vota-

ção anterior, a Mesa orientará a votação em face do que sugere V. Exª

Vou proclamar o resultado da votação relativa ao item 2

O SR. LUIZ SALOMÃO — Votaram "Sim" 15 Srs. Congressistas, sendo 1 voto com restrição e 2 com declaração. Votaram "Não" 3 Srs. Congressistas, com declaração de voto. Está aprovado o item 2.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Nobre Senador Jarbas Passarinho, V. Exª pede a palavra para tecer considerações sobre o processo de votação?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir sobre o processo de votação e a consulta feita pelo nobre Senador José Fogaça.

A impressão que me cabe definir, neste momento, é que o voto será "Sim" ou "Não" — não omitimos o que fizemos — com restrição ou não. Uma vez votos de rejeição superiores ao voto de aprovação, aí, então, é que entrará a oportunidade de discutir-se a alternativa.

"Não" ao Relator, que é para derrubar a conclusão daquele. Aí, sim, votem em relação à alternativa apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Para evitar que haja discordância ou dificuldades quanto à contabilização dos votos, vamos votar duas vezes, apesar de serem poucos os eleitores.

Então, faremos a seguinte votação: Item 3:

"Isto posto, propomos: 3) que a Comissão encaminhe à Mesa do Congresso Nacional projeto de lei, revogando o Decreto-Lei nº 1.312, de 1974, e legislação correlata."

Esclareço o seguinte: a votação se fará em termos de "Sim" ou "Não" com declaração de votos, com restrições, etc

Agora, há dois aspectos: se o Relator for vencido, poremos em votação a forma substitutiva.

(*Procede-se à chamada*)

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Vou proclamar o resultado.

Solicito ao nobre Deputado Luiz Salomão que totalize os votos.

O SR. LUIZ SALOMÃO — Votaram "Sim" 9 Srs. Congressistas, sendo 1 voto com declaração de voto. Votaram "Não" 10 Srs. Congressistas, sendo 3 com declaração de voto.

O item 3 foi rejeitado.

O SR. JAIRO CARNEIRO — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado.

O SR. JAIRO CARNEIRO — Sr. Presidente, consulto a V. Exª se cabe discutir a nova proposição.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Não.

O SR. JAIRO CARNEIRO — Sr. Presidente, falo a respeito desta nova proposição.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — A matéria já é do conhecimento de todos, foi amplamente discutida, a Mesa tem sido benevolente.

Agora, prorrogo, inclusive, a reunião por mais uma hora em face do processo de votação.

Entretanto, vamos votar a proposição, que, segundo entendi, é a mesma do Relator com o aditamento de um projeto de lei.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Nos seguintes termos: inclusive, o projeto de lei do nobre Deputado Irajá Rodrigues, em anexo.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Em votação o novo texto, que seria o mesmo texto do Relator, com o aditamento do projeto de lei...

O SR. POMPEU DE SOUSA — Inclusive, o projeto de lei do nobre Deputado Irajá Rodrigues, em anexo.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, como vai ficar a redação do art. 3º?

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) Votaria o art. 3º com aditivo.

O SR. JAIRO RODRIGUES — Sem a inclusão do art. 3º do Projeto Irajá Rodrigues. Projeto de Lei nº 1.493, de 1989...

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Para falar a verdade, o Relator terá que depois fazer uma...Porque diz o seguinte:

Art. 3º Restabelece condições para a realização do pagamento da dívida externa e da outras providências.

Vou ler o art. 1º por causa da relevância da matéria. Todos os dispositivos têm que ser lidos:

Art. 1º Fica suspenso o pagamento do principal, juros e demais acessórios da dívida externa da República Federativa do Brasil, até que o Supremo Tribunal Federal decida sobre a constitucionalidade dos contratos relativos aos mencionados débitos.

Art. 2º Para a retomada do pagamento previsto no artigo anterior serão exigidos novos contratos a serem submetidos ao Congresso Nacional com exclusão de cláusulas atentatórias à soberania nacional, à jurisdição brasileira ou que estipulem juros flutuantes

Art. 3º

O SR. — Tire esse fora

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) —

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

SR. JARBAS PASSARINHO — Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho, para um esclarecimento de votação.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sr. Presidente, estamos reintroduzindo o texto anterior proposto com o acréscimo do projeto nos arts. 1º e 2º, ao passo que o art. 3º foi eliminado conforme documento apresentado.

Quer dizer, se aprovarmos vamos encaminhar à Mesa do Congresso Nacional como projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Como projeto de lei resultante da Comissão.

Do mesmo modo que nas votações anteriores, o voto poderá ser "sim", "não", será admitido o voto em separado, o voto com restrições.

O SR. POMPEU DE SOUSA — O voto "sim" é pelo acréscimo.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — O voto "sim" já inclui o acréscimo, o voto "não" rejeita tudo: o texto do Relator e o acréscimo. O texto do Relator já foi apresentado como está aí na proposta, a fim de restabelecê-lo, ressuscitá-lo. O voto pode ser também parcial. Pode ser que alguém queira votar a primeira parte sem o projeto de lei, é só especificar. Qualquer forma de votação é permitida.

O SR. HERMES ZANETTI — Sr. Presidente, data venia, de V. Exª a primeira parte simplesmente já foi rejeitada.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, não pode mais haver a parte restritiva.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Entretanto, ela está sendo reintroduzida na proposta.

O SR. HERMES ZANETTI — Está sendo reintroduzida na proposta, incluindo o projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Vou proceder à chamada

(*Procede-se à chamada*)

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Omélas) — Vai ser proclamado o resultado: Sim, 11 votos, sendo 2 com declaração de voto e 1 com restrição; Não, 8 e 3 com declaração de voto. (Palmas)

Aprovado.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Sr. Presidente, para fazer uma proposição a respeito do processo de votação. Gostaria de propor a V. Exª que votasse agora os itens 4 e 5

em bloco, uma vez que me parece não há nenhuma restrição.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornélas) — São duas votações. A Mesa vai seguir a mesma sistemática adotada, já que foi a preferida pelo Plenário. O Plenário brigou por isso, reivindicou isso e vamos manter.

Item 4 — Repito:

"Isto posto, propomos que a Mesa do Congresso Nacional notifique o Poder Executivo para que promova as medidas judiciais cabíveis, visando ao ressarcimento dos danos causados ao Brasil pela elevação unilateral da taxa de juros."

Em votação.

(Procede-se à votação)

Comunico aos Srs. Membros da Comissão que, amanhã, às 9.30 horas, teremos reunião de audiência pública, quando será expositor o Dr. Alencar Furtado, que foi Presidente da

Comissão da Câmara sobre a dívida externa.

Os Srs. Senadores Carlos Chiarelli e Fernando Henrique Cardoso comunicarão à Presidência que não poderão estar presentes, tendo em vista que haverá reunião especial da Comissão Especial da Dívida Externa do Senado.

Vou proclamar o resultado da votação. Votaram Sim 16, sendo 1 com declaração; Não, 2, ambos com declaração de voto.

Foi aprovado o item.

Passamos ao item 5 e último Repito:

"Isto posto, propomos que o Congresso Nacional promova junto ao Ministério Público a responsabilização dos negociadores da dívida externa pelas irregularidades já apuradas nesta fase dos trabalhos."

Em votação.

(Procede-se à votação)

Solicito aos Srs. Parlamentares que encaminhem as suas declarações de voto à secretaria da Comissão.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Sr. Presidente, pela ordem. A Secretaria tem uma declaração de voto completa de minha autoria, pois já anteriormente havia declarado; acrescento o projeto de autoria do Sr. Deputado Irajá Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Ornélas) — Todas as declarações de voto serão incluídas nos Anais.

Vou proclamar o resultado.

Votaram Sim 18, sendo 2 com declarações de voto e 2 com restrições; ninguém votou Não:

Aprovado.

Declaro encerrada a reunião convocando nova reunião para amanhã, às 9:30 horas.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 10 minutos.)

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 88 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: NCz\$ 0,11